

psicologia
revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitora

Maria Amalia Pie Abib Andery

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

Direção

Patrícia Jundi Penha

Vice-direção

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

Apoio

Pró-Reitoria de Pós-Graduação PUC-SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1 (1995)
– São Paulo: EDUC

1995 –

Interrompida de 2001 a 2003

Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)

Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexada no LILACS, Index Psi Periódicos, Ulrich's Periodicals Directory

ISSN 2594-3871

31
1

psicologia
revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP

psicologia revista

Editora chefe

Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Editora

Laura Marques Castelhana, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Vice editor

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Executivo

Emerson Ferreira da Costa Leite, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Flavia Arantes Hime, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Laura Marques Castelhana, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria Cristina Pinto Gattai, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedro Eduardo Silva Ambra, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Ricardo Radin Bueno, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Solange Aparecida Emilio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Universidade Federal da Bahia

Carlos Roberto Drawin, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

Claudia Lemos, Instituto de Estudos de Linguagem – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Eduardo Vianna, City University of New York, New York

Elaine Gomes dos Reis Alves

Iray Carone, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Liana Fortunato Costa, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Lisandro Vales, Universidad de la Republica, Uruguay

Luiz Roberto Monzani, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Magali Ravit, Université Lumière Lyon 2, França

Mathilde Neder, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedrinho Árcides Guareschi, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Peter Kevin Spink, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

Ubiratan D'Ambrosio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Wanda C. Rodríguez Arocho, Universidad de Puerto Rico, Porto Rico

Editoração Eletrônica

Artsoft Informática

Correspondência:

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@pucsp.br

Sumário

Apresentação9

ARTIGOS TEÓRICOS

Concepção de ser humano na Clínica Ampliada: uma proposta de orientação analítico-existencial.....11

Expanded Clinic conception of human being: an existential-analytical approach

Concepción del ser humano en la Clínica Ampliada: una proposición analítico-existencial

Marcelo V. Roehle

Daniele Rosa dos Prazeres

O estágio da concernência e a elaboração do complexo de Édipo: revisitando Winnicott e o caso Piggle.....27

The stage of concern and the elaboration of the Oedipus complex: revisiting Winnicott and the Piggle case

revisiting Winnicott and the Piggle case

La etapa de preocupación y la elaboración del complejo de Edipo: revisando Winnicott y el caso Piggle

revisando Winnicott y el caso Piggle

Alexandre Patrício Almeida

Alfredo Naffah Neto

REVISÕES CRÍTICAS DA LITERATURA

Impacto das Teorias da Conspiração em tempos de COVID-19: Uma Revisão da Literatura 51

The Impact of Conspiracy Theories in Times of COVID-19: A Literature Review

Impacto de las Teorías de la Conspiración en tiempos de COVID-19:

Una Revisión de la Literatura

Alessandro Teixeira Rezende

Jailson Santana Carneiro

Ana Karla Silva Soares

Camilla Vieira de Figueiredo

Hysla Magalhães de Moura

Representação social sobre a surdez: uma revisão integrativa67

Social representation on deafness: an integrative review

Representación social sobre la sordera: una revisión integradora

Valéria Maria Azevedo Guimarães

Joilson Pereira da Silva

Revisão integrativa da literatura feminista sobre família 90

Integrative review of feminist literature regarding family

Revisión integradora de la literatura familiar feminista

Lacilaura Bomtempo Lamoumier Costa

Rafael De Tilio

RELATOS DE PESQUISA EMPÍRICA

- Análise de uma intervenção por meio de jogos em crianças com história de insucesso escolar 114
Analysis of an intervention conducted through games with children with school failure history
Análisis de una intervención a través de juegos en niños con antecedentes de fracaso escolar
Silvia Nara Siqueira Pinheiro
Lourdes Maria Bragagnolo Frison
Marlene da Rocha Migueis
- Estratégias de coping e motivação de praticantes de corrida de rua138
Coping strategies and motivation of street runners
Estrategias de afrontamiento y motivación d e los corredores callejeros
Daniel Vicentini de Oliveira
Gabriel Lucas Morais Freire
David Leonardo Oliveira Souza
Paulo Vitor Suto Aizava
Lenamar Fiorese
José Roberto Andrade Nascimento Júnior
- Relação entre adesão a crenças meritocráticas e a renda familiar 158
Relationship between adherence to meritocratic beliefs and family income
Relación entre adherencia a las creencias meritocráticas y al ingreso familiar
Amanda Borba Ramos Silva
João Fernando Rech Wachelke
- Relacionamentos amorosos na contemporaneidade: um estudo exploratório sobre expectativas e experiências das mulheres180
Loving relationships: an exploratory research on the expectations and life experiences of women
Relaciones amorosas contemporáneas: un estudio exploratorio sobre las expectativas y experiencias de las mujeres
Marília Pereira Bueno Millan
Reginandréa Gomes Vicente
Julia Kubo Saito
Raymundo Soares de Azevedo Neto
Monique Fernandes Silva Santos
Fernanda Falótico Tabora
Barbara da Silva Queiroz
Gleyce Kelly Teodoro Ronque
Angela Maciel Guerreiro

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- A Religiosidade/Espiritualidade na atuação da Psicologia Social e Comunitária:
relato de experiência207
*Religiosity/Spirituality in the performance of Social and Community Psychology:
experience report*
*Religiosidad/Espiritualidad en el desempeño de la Psicología Social y Comunitaria:
relato de experiencia*
Ana Carolina da Silva Oliveira
Ronan da Silva Parreira Gaia
Fabio Scorsolini-Comin
- Prática psicológica mediada por tecnologia: relato de experiência
de grupos reflexivos com pretendentes à adoção de crianças e adolescentes 231
*Práctica psicológica mediada por tecnología: informe de experiencia
de grupos reflexivos con solicitantes de la adopción de niños y adolescentes*
*Psychological practice mediated by technology: experience report of reflective groups
with applicants for adoption of children and adolescents*
Juliana Gomes Fiorott
Helena Cristina Almeida Pasin Pasin
Bruna Hensel Puente Hensel
Andréia Isabel Giacomozzi
Andréa Barbará da Silva Bousfield

JOVENS AUTORES

- O luto não reconhecido pela morte do animal de estimação:
Um estudo com tutoras de animais na cidade de Canguçu-RS 251
*Unrecognized grief after the pet's death: A study with animal tutors
in the city of Canguçu-RS*
*Dolor no reconocido por la muerte de la mascota: Un estudio con tutores
de animales en la ciudad de Canguçu-RS*
Dioni Mateus Kammer Lapa
Maria Teresa Duarte Nogueira

RESENHA

- Como o inconsciente 'trata' o traumático do real? 271
How the unconscious 'treats' the traumatic of the real
Cómo el inconsciente 'trata' lo traumático de lo real
Raul Albino Pacheco Filho

Apresentação

Representação da proveniência dos artigos deste número:
universidades e estados



LEGENDA

Amarelo - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, MG.

Azul Claro - Universidade Federal de Pelotas, RG; Universidade de Aveiro, Portugal*.

Azul Marinho - Universidade de São Paulo, SP.

Cinza Claro - Universidade Paulista, SP.

Laranja - Universidade Estadual de Maringá / Centro Universitário Metropolitano de Maringá, PR;
Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE.

Preto - Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS;
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ.

Roxo - Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Verde Claro - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, PA.

Verde Escuro - Universidade Federal de Sergipe, SE.

Vermelho - Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

* Localização não representada no mapa

Concepção de ser humano na Clínica Ampliada: uma proposta de orientação analítico-existencial

*Expanded Clinic conception of human being:
an existential-analytical approach*

*Concepción del ser humano en la Clínica Ampliada:
una proposición analítico-existencial*

Marcelo V. Roehe*
Daniele Rosa dos Prazeres**

Resumo

A Clínica Ampliada é uma das diretrizes que a Política Nacional de Humanização propõe, a fim de qualificar o modo de se fazer saúde pública. Está fundamentada em ideias que remetem à revisão do entendimento tradicional da saúde, o qual privilegia doença, sintoma e cura, objetivismo positivista e intervenção prioritariamente orgânica. Como alternativa, a Clínica Ampliada propõe a valorização do humano em seu contexto e em sua história de vida. O artigo desenvolve o pensamento de que a essa ampliação da clínica subjaz uma concepção de ser humano, uma vez que a caracterização de qualquer fenômeno humano implica um entendimento a respeito de como é o humano. Argumenta-se que a concepção analítico-existencial de ser humano, elaborada pelo filósofo Martin Heidegger, é compatível com a visão de ser humano implícita na abordagem da Clínica Ampliada à saúde, uma vez que também amplia a visão tradicional de ser humano, ao descrevê-lo como ser-no-mundo.

Palavras-chave: *Clínica Ampliada; Saúde; Concepção de ser humano; Heidegger.*

* Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6546-1743>. E-mail: mvroehe@gmail.com

** Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5824-699X>. E-mail: daniele.rosa.pp@gmail.com

Abstract

The Expanded Clinic is one of the National Humanization Policy's guidelines, which aims to improve the public healthcare. It is based on ideas that rethink traditional healthcare which is characterized by emphasis on diseases, symptoms and cure, positivistic objectivity and primarily organic intervention. Alternatively, The Expanded Clinic approach highlights the priority of valuing the human in its context and in its life history. The article unfolds arguing that rethinking traditional healthcare practices implies an underlying conception of human being, since the definition of any human phenomenon is related to an understanding of what it is to be human. It is stated that Martin Heidegger's existential-analytical conception of human being is in line with the implicit vision of human being of the Expanded Clinic's approach, in so far as it broadens the long-established conception of the human being by describing it as being-in-the-world.

Keywords: *Expanded Clinic; Health; Conception of human being; Heidegger.*

Resumen

La Clínica Ampliada es uno de los lineamientos que propone la Política Nacional de Humanización, para calificar la forma de hacer salud pública; se basa en ideas que se refieren a la revisión de la comprensión tradicional de la salud, que privilegia la enfermedad, el síntoma y la cura, el objetivismo positivista y la intervención principalmente orgánica. Como alternativa, la Clínica Ampliada propone valorar al humano en su contexto y en su historia de vida. El artículo desarrolla el pensamiento de que a esta revisión subyace una concepción del ser humano, una vez que la caracterización de cualquier fenómeno humano implica un entendimiento de cómo es el ser humano. Se propone que la concepción analítico-existencial del ser humano, elaborada por el filósofo Martín Heidegger, es compatible con la visión del ser humano implícita en la abordaje de la Clínica Ampliada, ya que también expande la visión tradicional del ser humano, al describirlo como un ser-en-el-mundo.

Palabras clave: *Clínica Ampliada; Salud; Concepción del ser humano; Heidegger.*

Ao longo da segunda metade do século XX, intensificou-se o pensamento a respeito da compreensão do que é saúde. Nas novas contribuições para o entendimento do fenômeno, preponderaram ideias que romperam com o monopólio biomédico sobre a definição de saúde. No século XXI, saúde é um tema que recebe atenção de diferentes campos profissionais, inclusive da Filosofia (Svenaeus, 2013). O artigo se fundamenta numa concepção filosófica de ser humano e a relaciona com a proposta de Clínica

Ampliada, a fim de sugerir que o esclarecimento do modo de ser humano pode se caracterizar como uma base comum, a partir da qual os diversos campos profissionais, que atuam na saúde, podem estabelecer um pensamento integrado. Isto é, a saúde, como fenômeno humano, necessariamente deve estar enraizada nas características do ser humano. Deve-se, então, apresentar uma concepção de ser humano e exemplificar como tal concepção pode amparar um entendimento a respeito de saúde. O estudo encaminha essa discussão relacionando a visão de ser humano elaborada pelo filósofo Martin Heidegger e o modo de atenção à saúde conhecido como Clínica Ampliada.

Tanto a Analítica Existencial de Heidegger, quanto a proposta de Clínica Ampliada exercem influência na Psicologia. A primeira é fundamental para o desenvolvimento do campo fenomenológico-existencial na psicologia (Halling & Nill, 1995), ao passo que a segunda, assim como é praticada (Curvo, Matos, Sousa & Paz, 2018; Dettmann, Aragão & Margotto, 2016), também está em sintonia com as discussões a respeito de saúde elaboradas por psicólogos (Almeida & Leão, 2013; Morales Calatayud, 2012).

CLÍNICA AMPLIADA

Clínica Ampliada é uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), apresentada pelo Ministério da Saúde em 2003. A PNH visa mudar os modos de “gerir e cuidar”, a partir da aplicação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no cotidiano dos serviços de saúde do Brasil (Brasil, Ministério da Saúde, 2013). Humanização é entendida como a valorização dos sujeitos envolvidos no processo de produção de saúde, levando-se em consideração sua autonomia, seu protagonismo, sua responsabilidade, seus vínculos solidários e a participação coletiva nas práticas de saúde (Brasil, Ministério da Saúde, 2009).

A Clínica Ampliada é definida como

Uma ferramenta teórica e prática cuja finalidade é contribuir para uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento, que considere a singularidade

do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença. Permite o enfrentamento da fragmentação do conhecimento e das ações de saúde e seus respectivos danos e ineficácia (Brasil, Ministério da Saúde, 2013, p. 10).

É entendida como “ampliada” porque de modo geral, quando se pensa em clínica, imagina-se um médico prescrevendo um remédio ou solicitando um exame para comprovar ou não a hipótese de determinada doença. No entanto, a clínica precisa ser muito mais do que isso (...) Todos sabemos que as pessoas não se limitam às expressões das doenças de que são portadoras (Brasil, Ministério da Saúde, 2009, p.11).

A ampliação da clínica é proposta como “enfrentamento de uma clínica ainda hegemônica” (Brasil, Ministério da Saúde, 2010, p. 55). Essa clínica hegemônica é descrita como: voltada para doença, sintoma e cura, avaliação diagnóstica objetiva positivista e intervenção prioritariamente orgânica. Como contraponto, a Clínica Ampliada defende a consideração do sujeito (não apenas da doença) em seu contexto e em sua história de vida, a intervenção de orientação biopsicossocial, a corresponsabilidade dos trabalhadores da saúde, dos usuários e da rede social e a relevância da relação entre o profissional da saúde e o usuário.

A Clínica Ampliada é, portanto, uma proposta de atenção à saúde que se opõe ao modelo biomédico de compreensão da saúde. Forjado à luz da cientificidade moderna, cuja abordagem é objetivo-físico-mecanicista, o modelo biomédico destaca a identificação de doenças em sua relação causal com a objetividade material do corpo, instaurando um modo de relação tecnológico-instrumental entre o profissional da saúde e os pacientes, no qual doença e doente são dissociados, perdendo-se, assim, a qualidade intersubjetiva na atenção à saúde (Anéas & Ayres, 2011; Matta & Camargo, 2007). Uma abordagem que veio a ser questionada como limitada, desumanizante.

Para que possa discutir limitação/ampliação, a Clínica Ampliada chama a atenção, ainda que de modo subjacente, para aspectos do modo de ser do humano que estão fora da atenção biomédica e, assim, toca em temas relativos a uma concepção de ser humano, ou seja, pode-se questionar: como é o ser humano, para que a atenção à saúde seja revista como Clínica Ampliada?

CONCEPÇÃO DE SER HUMANO

Concepção ou imagem de ser humano é o “conjunto de suposições sobre a origem, a natureza, as habilidades e características, as relações sociais e o lugar no universo do ser humano” (Markley & Harman, 1982, p. 2). As imagens de ser humano são seletivas no que diz respeito aos atributos que as constituem. Algumas são limitadas, deixando de lado muitas possibilidades e outras são abrangentes. Para Markley e Harman (1982), uma certa visão da natureza humana sempre está presente nas decisões que são tomadas em todas as políticas públicas e privadas.

Shooter (2012) afirma que a autoimagem influencia o próprio modo de vida, tendo em vista que ela é uma elaboração de conhecimento acerca de quem e o que somos e o que podemos vir a ser. O autor escreve que é a partir do modo como vemos a nós mesmos que decidimos nossas próximas ações e que confrontamos nossas circunstâncias, ao invés de sucumbirmos a elas. Weikart (2008) reflete a respeito do impacto desumanizante do pensamento moderno e destaca que as instituições políticas e sociais, as leis e a cultura recebem influência da visão de natureza humana implícita em todas as sociedades. Sendo assim, um determinado modo de compreender o humano pode levar a políticas lesivas.

No que diz respeito à saúde - e a qualquer fenômeno humano - sua compreensão está relacionada a um entendimento sobre como é o ser humano. Esse entendimento, no entanto, tende a ficar velado. Percebe-se isso quando Pereira e Almeida (2005) observam que o saber médico visa órgãos e tecidos em si, isolados da história pessoal, da cultura e das relações político-sociais. Ou ainda, nas palavras de Benevides e Passos (2005, p. 391):

o humano não pode ser buscado ali onde se define a maior incidência dos casos ou onde a curva normal atinge a sua cúspide: o ser humano-normal ou o ser humano-figura-ideal, metro-padrão que não coincide com nenhuma existência concreta.

Os autores citados deixam claro que algumas características humanas estão sendo ignoradas pelo entendimento tradicional de saúde. Para eles,

saúde abrange traços da vida humana que indicam um pensamento sobre como é o ser humano ou qual o alcance do humano; de modo que, se deixados de lado, reduzem o fenômeno, porque reduzem o próprio ser humano.

Este trabalho propõe que a ideia de Clínica Ampliada é, também, uma discussão sobre o modo de ser do ser humano. Esta discussão não é explicitada como tal; ela se faz notar como sendo subjacente à revisão da atenção à saúde. O trabalho vai além e sugere que a concepção analítico-existencial de ser humano, elaborada pelo filósofo Martin Heidegger pode ser compatível com a proposta de Clínica Ampliada. Quer dizer, o entendimento de Heidegger a respeito do ser humano contribui para que se pense a respeito da ampliação da clínica, uma vez que Heidegger privilegia aspectos do humano que a Clínica Ampliada considera negligenciados.

O que se apresentará na sequência do artigo são os pontos principais do pensamento de Heidegger, nos quais a reflexão se ampara. Primeiramente, uma sucinta introdução aos objetivos do filósofo e, depois, um detalhamento, já em discussão com a Clínica Ampliada.

A CONCEPÇÃO ANALÍTICO-EXISTENCIAL DE SER HUMANO

Em *Ser e Tempo*, publicado originalmente em 1927, o filósofo Martin Heidegger (1889-1976) inicia sua investigação do *ser*. A primeira etapa do trabalho é a investigação do ente “que nós mesmos somos”, o ente que conhece o *ser*. A apresentação do modo de ser do humano constitui a Analítica Existencial. A fim de evitar um entendimento fragmentado do ser humano, Heidegger afirma que “A analítica como analítica ontológica não é um decompor em elementos, mas a articulação da unidade de uma estrutura” (Heidegger, 2001, p.141). A Analítica é existencial, porque Heidegger aplica o termo *existência* exclusivamente ao modo de ser do humano, tendo em vista as peculiaridades ontológicas que lhe atribui.

A respeito da tradição metafísica grego-teológica e suas implicações para o conhecimento sobre o ser humano, Heidegger (2006) escreve:

A definição do homem: ζῶον λόγον ἔχον na interpretação de animal racional, ser vivo dotado de razão. O modo de ser do ζῶον é aqui compreendido no sentido de coisa simplesmente dada e de uma ocorrência. O λόγον é entendido como distinção superior, cujo modo de ser é tão obscuro quanto o modo de ser deste ente, assim constituído (p. 93).

Heidegger se propõe a elucidar o que considera obscuro. Nomeia o ente humano como *Dasein* (literalmente, Ser-aí), a fim de explicitar que sua obra visa o esclarecimento do modo de ser do homem, isto é, *como* é o ente que nós mesmos somos.

O *Dasein* é em *relação com seu próprio ser*, ou seja, tem noção de si mesmo (“eu sou”); essa relação não é interiorizada (mentalizada), ela ocorre no mundo (*ser-no-mundo*) na forma de *preocupação* com humanos e *ocupação* com não-humanos. A preocupação explícita que o ser humano é-com os outros (*ser-com*) e a ocupação explícita que o ser humano se caracteriza pela *manualidade*, pela lida com instrumentos. O ser humano não conduz a si mesmo até o ser, ele *é-lançado* no mundo, onde já sempre se encontra situado num tempo e num espaço (*facticidade*). A ação humana acontece em função de *possibilidades*, cuja realização projetada (*poder-ser*) determina a vida presente. O direcionamento para possibilidades depende da *disposição afetiva*: o que se mostra no mundo faz diferença, tem maior ou menor importância; o ser humano é “tocado” (afetado) pelas coisas do mundo de diferentes maneiras, de modo que, conforme sua disposição, pode se direcionar no mundo. *Antecedendo a si mesmo* nas possibilidades nas quais se projeta, o ser humano antecipa sua possibilidade final, a morte, a possibilidade - certa - de sua impossibilidade, para a qual se dirige desde o princípio (*ser-para-a-morte*). A totalidade estrutural do ser humano se chama *Cura* e quer dizer anteceder a si mesmo-já sendo no mundo-junto aos demais entes. Nas estruturas da Cura, aparece a *temporalidade* da existência: futuro (anteceder), passado (já sendo) e presente (junto a).

Esta concepção de ser humano, sua estruturação existencial, é apresentada por Heidegger como o início de sua Ontologia Fundamental que “deve preparar o fundamento da metafísica segundo à natureza do Homem”

(Heidegger, 1986, p. 11). É no modo de ser do *Dasein* que se mostra a condição para o esclarecimento do ser como tal; e é nos momentos da Cura que o filósofo encontra o fenômeno do tempo como o sentido do ser.

No que se segue, desenvolve-se o argumento de que a noção de *Dasein* como abertura para o ser e ser-no-mundo oferece a amplitude no entendimento do ser humano que se coaduna à revisão da atenção à saúde elaborada pela Clínica Ampliada.

O SER HUMANO COMO *DASEIN* E A CLÍNICA AMPLIADA

Está clara na proposta de Clínica Ampliada uma oposição ao modelo biomédico de atenção à saúde. Essa oposição diz respeito à ênfase biomédica em sintomas e doenças localizadas no corpo. A Clínica Ampliada propõe que a pessoa não se limita à sua doença ou, em outras palavras, o “objeto” de trabalho da clínica deve ser ampliado: não é a doença, é a pessoa entendida como “um todo em interação com seu meio” (Brasil, Ministério da Saúde, 2009, p. 17).

Amplia-se, portanto, a atenção, quando se entende que o ser humano, a quem a saúde diz respeito, não se limita a ser um corpo. Para que a Clínica possa ser Ampliada, o humano deve ser compreendido como sendo mais do que corpo. Em *Ser e Tempo*, a descrição do humano como *Dasein* abrange mais do que o corpo, ela alcança o mundo, na forma de um constituinte do *ser* que nós mesmos somos. Não se despreza o corpo, ressitua-se-o como um aspecto do ser-no-mundo.

Em seus seminários para psiquiatras na Suíça, Heidegger (2001) apresentou a distinção entre corpo material e corpo. O corpo material é o que tem na pele o seu limite. Já o corpo é “meu corpo”:

O corpo está envolvido no ouvir e no ver. Mas o corpo vê? Não. *Eu vejo*. Mas para este ver são necessários meus olhos e, pois, o meu corpo. Entretanto não é o olho que vê, mas sim *meu* olho – eu vejo através de *meus* olhos (Heidegger, 2001, p. 115).

O *corpo material* é o corpo como organismo, abordado biologicamente e investigado em suas funções e disfunções. Já o que Heidegger

denomina apenas como *corpo* é relativo a alguém (“meu olho”), logo não é tomado na forma de um objeto biológico. O corpo, nesse sentido, não é o limite do fenômeno: “meu” corpo está junto aos demais entes, visto que o ente que eu mesmo sou é-no-mundo. As percepções, nas quais o corpo está envolvido, incluem os entes que aparecem em relação perceptiva; quer dizer, há relações auditivas, visuais e táteis, por exemplo; todas exigem o corpo, porém, como relações, também requerem o mundo, como aquilo que aparece de modo auditivo, visual e tátil. Então, o corpo, pensado a partir da Analítica Existencial, é condição para relações com-o-mundo, pois é o corpo de *alguém*; não é um organismo anônimo, não é uma *res extensa* limitada a si mesma. Binswanger, o pioneiro da clínica psicológica/psiquiátrica de orientação heideggeriana, sintetiza essa concepção de corpo: “o *Dasein* que é organismo apenas como meu, teu ou dele e que, em nenhuma circunstância, é, pura e simplesmente, organismo e corpo como tais” (Binswanger, 1975, p. 215).

Observe-se que propor o fenômeno da saúde para além do corpo, não implica localizá-lo “fora” do *ser* humano. Para Heidegger (2006), ser-no-mundo é uma determinação existencial anterior às noções de dentro e fora, aplicadas à relação do humano com o mundo. O *Dasein* “já está sempre ‘fora’, junto a um ente que lhe vem ao encontro no mundo já descoberto” (p. 109). O *Da (Aí) do Dasein* é o “lugar” onde os entes se mostram e vêm ao encontro. Esse lugar, que faz parte do modo de ser humano, é a abertura para o mundo, para o que é diferente do próprio ser humano: “O ente, que denominamos ser-aí, é enquanto tal aberto para... A abertura pertence ao seu ser” (Heidegger, 2012, p. 436).

Sendo assim, uma concepção de ser humano que não se limite ao corpo, que entenda o humano como sendo mais do que corpo, possibilita que a atenção à saúde seja revisada nos termos da Clínica Ampliada: a atenção não se limita a detectar sintomas orgânicos, porque o ser humano não é, apenas, um organismo. A saúde não é uma condição do corpo, é condição do humano.

Levando em consideração os argumentos acima, a concepção do humano como ser-no-mundo joga luz nas feições que a Clínica Ampliada requer para sua revisão do processo saúde-doença. Por exemplo: “Na mesma

situação, pode-se ‘enxergar’ vários aspectos diferentes: patologias orgânicas, correlações de forças na sociedade (econômicas, culturais, étnicas), a situação afetiva, etc.” (Brasil, Ministério da Saúde, 2009, p. 14).

Os aspectos situacionais apresentados como ampliação do olhar a respeito de saúde-doença vão além da identificação de problemas no corpo. Como *Dasein*, o ser humano não é, somente, uma presença material autossuficiente; o ser humano é ser-em-relação com o que é diferente dele mesmo. Sendo assim, se o modo de ser humano abrange o mundo, a saúde deve se manifestar nessa abrangência. Aqui, encontram-se a concepção de ser humano de Heidegger e a proposta de Clínica Ampliada: ampliar a clínica é, de modo subjacente, ampliar uma visão tradicional de ser humano, que vem sustentando uma compreensão, também tradicional, a respeito da atenção à saúde. A concepção heideggeriana de ser humano explicita os aspectos do humano, subentendidos na proposta de Clínica Ampliada.

Ao defender que ampliar a clínica exige dar atenção a contextos e situações (Brasil, Ministério da Saúde, 2009), a Clínica Ampliada subentende uma compreensão de ser humano que abranja o que está além do corpo. A noção de ser-no-mundo explicita que o que está além do corpo não são relações eventuais, são relações constitutivas do modo de ser do ser humano:

Si mesmo e mundo copertencem-se em um ente, no ser-aí. Si mesmo e mundo não são dois entes, tal como sujeito e objeto, nem tampouco como eu e tu. Ao contrário, si mesmo e mundo são na unidade da estrutura do ser-no-mundo a determinação fundamental do próprio ser-aí (Heidegger, 2012, p. 432).

Portanto, mundo não é o que está diante do ser humano, não é um espaço distinto de si, um espaço externo, com o qual se estabelecem relações funcionais: mundo faz parte do ser humano, entendido, nos termos heideggerianos, como *Dasein*. O ser humano é-no-mundo, visto que não há um Eu autossuficiente, cujo modo de ser prescindia da relação com os demais entes. Se o ser humano não é apenas corpo, a saúde e a clínica podem ser ampliadas para além do traço orgânico.

A ampliação pretendida, que supere a ênfase biológica na saúde, é mais detalhada nos seguintes termos:

Se a pessoa com hipertensão é deprimida ou não, se está isolada, se está desempregada tudo isso interfere no desenvolvimento da doença. O diagnóstico pressupõe uma certa regularidade, uma repetição em um contexto ideal. Mas, para que se realize uma clínica adequada, é preciso saber, além do que o sujeito apresenta de “igual”, o que ele apresenta de “diferente”, de singular (Brasil, Ministério da Saúde, 2009, p. 12).

Depressão, isolamento e desemprego são situações da vida humana apresentadas como exemplos do que se entende como Clínica Ampliada. Ao mesmo tempo, essas situações podem ser pensadas em sua relação com a concepção de ser humano apresentada por Heidegger. Assim, pode-se propor, detalhando as situações citadas acima, que o modo de ser humano descrito por Heidegger já inclui os aspectos que a clínica pretende atingir.

A depressão é um modo de manifestação - perturbado - da disposição afetiva. Aquilo que o ser humano encontra no mundo e com o qual sempre se relaciona não são objetos neutros. O ser humano é afetado pelos entes mundanos, quer dizer, as relações fazem diferença. É fazendo diferença, afetando, que as possíveis relações despertam interesse ou indiferença, atração ou repulsa. Para Heidegger, a afetividade não é interiorizada, como se os diversos afetos subsistissem estruturalmente no interior do indivíduo. A afetividade é modo de relação do ser-no-mundo. “Na disposição subsiste existencialmente um liame de abertura com o mundo, a partir do *qual algo que toca pode vir ao encontro*” (Heidegger, 2006, p. 197). Depressão é uma possibilidade do ser humano *em sua disposição afetiva*.

O exemplo da Clínica Ampliada requisita para a condição de saúde-doença algo que, em Heidegger, já é constitutivo do humano: a disposição afetiva. Mas, o exemplo prossegue e destaca o isolamento, como uma circunstância que interfere na saúde. Isolamento se refere à vida social. Heidegger (2006) rejeita o entendimento do ser humano como uma unidade isolada que, por proximidade espacial, se agrupa com outros seres humanos. Para o filósofo, o ser humano se distingue pela convivência, pelo *ser-com*; o mundo do ser humano é mundo compartilhado: o nome da família, o tipo de trabalho, o endereço, o uso da linguagem, a origem (povo, país), as

práticas culturais; todas são determinações coletivas que contribuem para o desenvolvimento de nossa própria identidade (nosso nome, por ex., é decidido por outros). A convivência é uma característica do *Dasein* e sua realização poderá ser plena ou deficiente, habilidosa ou difícil; a maneira ou a qualidade com que exercitamos o ser-com são possibilidades de um modo de ser já constituído no mundo compartilhado. Heidegger (2006) usa o termo preocupação para designar, de forma geral, os relacionamentos possíveis entre seres humanos. “Mesmo o estar-só (...) é ser-com no mundo. Somente *num* ser-com e *para* um ser-com é que o outro pode *faltar*” (Heidegger, 2006, p.177).

Assim, a concepção de ser humano de Heidegger oferece a relevância que a Clínica Ampliada atribui às relações sociais. A Clínica pretende ampliar-se, por que confronta um pensamento sobre saúde que está fundamentado num entendimento individualista de ser humano. Também a questão do desemprego, mencionada acima, como relacionada ao desenvolvimento de uma doença, remete à vida coletiva. Somente sendo-no-mundo-com-os-outros o ser humano pode estabelecer relações de emprego. E somente sendo afetivamente disposto, pode ser afetado pelo desemprego.

Por fim, a citação afirma que uma clínica adequada abrange tanto o que a pessoa apresenta de “igual” às outras, como aquilo que apresenta de “diferente”. O que alguém apresenta de diferente diz respeito ao contexto em que sua vida ocorre (o tempo e o espaço), às circunstâncias às quais pode estar submetida e às possibilidades que vislumbra para sua vida. Para Heidegger (2006), o ser humano existe projetado em possibilidades que seu modo de ser enseja. Portanto, o ser humano *pode-ser* de um jeito ou de outro; ele não nasce já pronto, identificado com uma regularidade de suas manifestações. Qualquer regularidade do ser humano é uma possibilidade sua, não uma necessidade.

A Clínica Ampliada entende que a abordagem à saúde/doença não deve se restringir à busca por regularidades funcionais no plano orgânico. Para que se possa agregar ao processo saúde/doença aquilo que as pessoas apresentam de “diferente”, de variável, é preciso que a dimensão do *possível* seja considerada na concepção de ser humano. O possível, o poder-ser, não é do corpo, é um constituinte do modo de ser do humano, como *Dasein*:

Dasein é confrontado com possibilidades e é da sua própria natureza estar consciente dessas possibilidades em algum sentido, realizar algumas delas e rejeitar outras. Entretanto, isto não é, apenas, um modo de escolher entre opções, mas sim a constituição mesma do *Dasein* (DeLancey, 2006, p. 362).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de Clínica Ampliada remete a dois problemas anteriores: a concepção de saúde e a de ser humano. Saúde pode ser entendida nos termos de Balog (2005): a saúde exige um “hospedeiro”, ela reside no corpo humano e, sendo assim, é um estado de aptidão física. Pode-se entendê-la, também, como um fenômeno mais amplo, como uma aptidão para a vida *típica do humano* e, assim, além do corpo, devemos considerar a vida em sociedade, a cultura, a economia, a urbanização, os interesses pessoais.

Para que se entenda como essas duas abordagens à saúde se relacionam com visões do humano, é importante a afirmação de Borges-Duarte (2010): na Analítica do *Dasein*, Heidegger trata da “diferença entre o ‘ser’ do homem e a sua ‘entidade’, que é de composto psicofísico” (p. 120). A primeira compreensão de saúde concebe o ser humano como um ente psicofísico, e a segunda se refere ao modo de ser do humano (não apenas o *que* é o ser humano, mas *como* é o ser humano). A clínica da saúde como aptidão física será aquela de moldes biomédicos (entendida como restrita, em oposição à Ampliada). Já a clínica que concebe a saúde como um fenômeno que abrange o modo como a vida humana acontece será uma Clínica Ampliada.

A crítica que a proposta da Clínica Ampliada dirige às práticas biomédicas de atenção à saúde, é de que o fenômeno é reduzido ao nível da individualidade fisiológica; a atenção à saúde deve ser ampliada: deve atingir a ação contextualizada e a interação social. O *Dasein*, como concepção de humano, já parte da ideia de que ser humano implica ser-em-relação, uma vez que não se trata de um Eu autossuficiente, mas, sim, de um ser-no-mundo. O que a Clínica Ampliada quer trazer, para o âmbito da atenção à saúde, são características da vida humana que já são constitutivas do modo

de ser humano descrito por Heidegger. Sendo assim, encontra-se subentendida na proposta de Clínica Ampliada uma concepção de ser humano que se concilia com o *Dasein* heideggeriano.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. & Leão, L. (2013). Produção de saúde como compromisso da psicologia social. *Fragmentos de Cultura*, 23(3), 277-289.
- Anéas, T. & Ayres, J. R. (2011). Significados e sentidos das práticas de saúde: a ontologia fundamental e a reconstrução do cuidado em saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, 15 (38), 651-662. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832011000300003>
- Balog, J. (2005). The meaning of health. *American J. Of Health Education*, 36(5), 266-27.
- Benevides, R. & Passos, E. (2005). A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 561-571. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000300014>
- Binswanger, L. (1975). Heidegger's analytic of existence and its meaning for psychiatry. Em: J. Needleman, *Being-in-the-world: selected papers of Ludwig Binswanger* (pp. 206-221). London: Souvenir Press.
- Borges-Duarte, I. (2010). A fecundidade ontológica da noção de cuidado: de Heidegger a Maria de Lourdes Pintasilgo. *Ex Aequo*, 21, 115-131.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2009). *Clínica Ampliada e Compartilhada*. Brasília: Editora MS.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2010). *Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2013). *Política Nacional de Humanização PNH*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Curvo, D., Matos, A., Sousa, W. & Paz, A. (2018). Integralidade e Clínica Ampliada na promoção do direito à saúde das pessoas em situação de rua. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 10(25), 58-82.

- DeLancey, C. (2006). Action, the scientific worldview, and being-in-the-world. In H. Dreyfus & A. Wrathall (Eds.), *A Companion to Phenomenology and Existentialism* (pp. 356-376). Oxford: Blackwell Publishing.
- Dettmann, A., Aragão, E. & Margotto, L. (2016). Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. *Fractal: Revista de Psicologia*. 28 (3), 362-369. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1232>
- Dreyfus, H. (1991). *Being-in-the-world: a commentary on Heidegger's Being and Time Division I*. Cambridge: MIT Press.
- Heidegger, M. (1986). *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Heidegger, M. (2001). *Seminários de Zollikon*. Petrópolis: Vozes/EDUC/ABD.
- Heidegger, M. (2006). *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco.
- Heidegger, M. (2012). *Os problemas fundamentais da fenomenologia*. Petrópolis: Vozes.
- Markley, O. & Harman, W. (1982). *Changing images of man*. Oxford; Pergamon Press.
- Matta, G. & Camargo Jr., K. (2007). O processo saúde-doença como foco da Psicologia: as tradições teóricas. In M. J. Spink (Ed.), *A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica* (pp. 129-140). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morales Calatayud, F. (2012). Psicología de la Salud. Realizaciones y interrogantes tras cuatro décadas de desarrollo. *Psiencia. Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica*. 4(2), 98-104.
- Pereira, O. & Almeida, T. (2005). P. A formação médica segundo uma pedagogia de resistência. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, 9(16), 69-79. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000100006>
- Sheehan T. (2014). What, after all, was Heidegger about? *Continental Philosophy Review*, 47(3-4), 249-274. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11007-014-9302-4>

Shooter, J. (2012). *Images of man in psychological research*. Chagrin Falls: Taos Institute Publications.

Svenaesus, F. (2013). Naturalistic and phenomenological theories of health: distinctions and connections. *Royal Institute of Philosophy Supplement*, 72, 221-238. DOI: <https://doi.org/10.1017/S135824611300012X>

Weikart, R. (2008). *The dehumanizing impact of modern thought: Darwin, Marx, Nietzsche, and their followers*. Recuperado de <http://www.discovery.org/a/6301>.

Recebido em 25/10/2020

Aceito em 20/01/2022

O estágio da preocupação e a elaboração do complexo de Édipo: revisitando Winnicott e o caso Piggle*

The stage of concern and the elaboration of the Oedipus complex: revisiting Winnicott and the Piggle case

La etapa de preocupación y la elaboración del complejo de Edipo: revisando Winnicott y el caso Piggle

Alexandre Patricio Almeida**
Alfredo Naffah Neto***

Resumo

O nosso texto toma como ideia central o referencial winnicottiano, salientando a importância de um bom atravessamento do estágio da preocupação (stage of concern) – etapa que, a nosso ver, é indispensável para constituir os pilares de um psiquismo relativamente saudável, capaz de enfrentar as mazelas oriundas do conflito edípiano. Para tanto, iniciaremos o trabalho com uma breve descrição do estágio da preocupação, seguida das questões relativas à ambivalência característica do Édipo propriamente dito. Por fim, tecemos algumas considerações que objetivam relacionar uma análise do caso Piggle (The Piggle), uma menina de dois anos e meio, cujo tratamento, realizado por D. W. Winnicott, ocorreu em dezesseis encontros, constituindo uma espécie de análise, de acordo com a demanda, tratando, sobretudo, questões ligadas à intensidade de sentimentos ambivalentes não elaborados pela paciente, que anteciparam o seu ingresso no complexo de Édipo antes que ela passasse, fundamentalmente, pelo estágio da preocupação.

Palavras-chave: estágio da preocupação; Winnicott; complexo de Édipo; amadurecimento.

* Agradecemos ao CNPq pelo financiamento prestado à esta pesquisa.

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-6429-8083>. E-mail: alexandrepatriciodealmeida@yahoo.com.br

*** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1918-7878>. E-mail: naffahneto@gmail.com

Abstract

Our text makes as its central idea the Winnicott's approach, emphasizing the importance of a good crossing of the stage of concern - a stage that, in our view, is essential to constitute the pillars of a relatively healthy psyche, capable of coping with ailments arising from the oedipal conflict. Therefore, we will begin our work with a brief description of the stage of concern, followed by questions relating to the characteristic ambivalence of Oedipus himself. Finally, we make some considerations that aim to connect with an analysis of the Piggie case (The Piggie), a two and a half year old girl, whose treatment, carried out by D.W. Winnicott, occurred during sixteen meetings, constituting a kind of analysis according to demand, dealing with, above all, issues related to the intensity of ambivalent feelings not elaborated by the patient, which anticipated her entry into the Oedipus complex before she went, fundamentally, through the stage of concern.

Keywords: stage of concern; Winnicott; Oedipus complex; maturation.

Resumen

Nuestro texto toma como idea central el marco winnicottiano, enfatizando la importancia de un buen cruce de la etapa de la preocupación, etapa que, a nuestro juicio, es fundamental para constituir los pilares de una psique relativamente sana, capaz de hacer frente a las dolencias que surgen del conflicto edípico. Por lo tanto, comenzaremos el trabajo con una breve descripción de la etapa de preocupación, seguida de preguntas relacionadas con la ambivalencia característica del propio Edipo. Finalmente, hacemos algunas consideraciones que pretenden relacionar un análisis del caso Piggie (The Piggie), una niña de dos años y medio, cuyo tratamiento, realizado por DW Winnicott, ocurrió en dieciséis encuentros, constituyendo una especie de análisis según demanda, abordando, sobre todo, cuestiones relacionadas con la intensidad de sentimientos ambivalentes no elaborados por la paciente, que anticipaban su entrada en el complejo de Edipo antes de pasar, fundamentalmente, por la etapa de la preocupación.

Palabras clave: etapa de preocupación; Winnicott; complejo de Edipo; maduración.

O estágio da concernência é uma das etapas cruciais para o desenvolvimento maturacional humano na perspectiva de Winnicott. Antes de iniciarmos a nossa apresentação, é importante destacar que não concordamos com a tradução do termo *concern* por “preocupação”, realizada por alguns tradutores e editores, pois, o verbo “preocupar” implica em sua etimologia o prefixo “pré”, que está relacionado ao significado de “anterior”,

ou seja, ocupar-se com algo, num tempo *anterior* à ocorrência desse algo. Nesse sentido etimológico, alguém pode *pré-ocupar-se* com a sua aprovação, ou não, num exame escolar ou uma vaga de emprego que ocorrerá no futuro – algo presente que antecede o que ainda está por vir. E esse “ocupar-se fora do tempo próprio”, conforme veremos, não tem nada a ver com o que ocorre nesse estágio, descrito por Winnicott. Alguns brasileiros estudiosos de Winnicott, como Elsa Oliveira Dias (2003), optaram pelo neologismo “concernimento” para garantir uma maior fidelidade à ideia do autor. No entanto, a palavra em português que corresponderia mais adequadamente ao vocábulo em inglês seria “*concernência*”. Sendo assim, durante o nosso texto, manteremos o termo “estágio da concernência” – em consonância com a língua portuguesa.

Ao nos debruçarmos sobre os trabalhos de Winnicott, acreditamos que o estágio da concernência seja um período fundamental ao desenvolvimento da capacidade do indivíduo para sustentar os seus sentimentos de ambivalência. Uma conquista preciosa e indispensável à entrada no complexo de Édipo, período no qual esses conflitos ambivalentes serão vividos através da relação triangular. Ademais, Winnicott destaca que é também no estágio da concernência que surgirá a aptidão para perceber e considerar a mãe como um semelhante, e um sentimento de culpa; quando tem a “fantasia” de destruir o corpo dela, já numa fase de sadismo oral, durante as mamadas¹. Nas palavras do autor:

Não devemos procurar o sentimento de culpa nos estágios iniciais do desenvolvimento emocional do indivíduo. O ego não é suficientemente forte e organizado para aceitar as responsabilidades pelos impulsos do id, e a dependência é quase absoluta. Se há um desenvolvimento satisfatório nos estágios iniciais, surge uma integração do ego que torna possível o início da capacidade de sentir-se concernido. Quando se estabelece a capacidade de concernência, o indivíduo começa a se situar na posição de experimentar o complexo de Édipo, e de tolerar a ambivalência que é inerente ao estágio

1 Nessa etapa, a discriminação entre fantasia e realidade ainda é insipiente, muito embora já exista em algum nível, já que num estágio anterior – denominado por Winnicott como fase do uso do objeto (Winnicott, 1968/1994) – a criança já conseguiu distinguir um dentro e um fora; criando um mundo interno e um mundo externo e distinguindo – ainda que, se forma insipiente – fantasia e realidade.

posterior em que a criança, se madura, está envolvida em relacionamentos triangulares entre pessoas humanas plenamente desenvolvidas. (Winnicott, 1958/1983, p. 28)²

Portanto, de acordo com Winnicott, caso o estágio da preocupação não seja devidamente atravessado pela criança, ela enfrentará algumas complicações dessa deficiência durante o período edípico. Lembramos, porém, que o autor britânico não concorda com o pensamento de Melanie Klein³ a respeito de um Édipo precoce/arcaico, que se dá com objetos parciais, quando o ego ainda não está devidamente integrado. Para Winnicott, o Édipo só pode ser vivenciado quando o infante já reconhece a si próprio e os objetos externos como pessoas totais. Só haverá uma relação triangular se a criança foi capaz, anteriormente, de construir um ego precisamente integrado – aqui, o nosso autor se aproxima mais do pensamento de Freud do que da teoria kleiniana.

Além disso, a ambivalência presente no estágio da preocupação está na base para o relacionamento com a alteridade, inaugurando uma espécie de ética do cuidado e da própria empatia. Nessa perspectiva, a ética humana será fruto do surgimento do cuidado para com o outro⁴. Para Winnicott, ela não é o resultado de uma experiência impessoal, mas é uma construção advinda da relação mãe-bebê, independente de imposições e regras externas. Explicamos melhor: ela se constitui em um terreno não-edípico,

2 Os autores realizaram, aqui, uma correção da tradução brasileira, substituindo “se preocupar” por “sentir-se preocupado” e “capacidade de preocupação” por “capacidade de preocupação”. Essas correções serão realizadas ao longo do texto do presente artigo, sempre que necessárias.

3 Ver o texto “Estágios iniciais do conflito edípico”, publicado por Melanie Klein, originalmente, em 1928.

4 Winnicott, na verdade, não usa o termo “ética”, mas fala numa “moral pessoal inata”, alegando que o bebê possui uma disposição moral inata, potencialmente realizável, se tiver sustentação ambiental. Entretanto, pensamos que, como forma de precisarmos e nuançarmos o seu pensamento, seria interessante distinguir, aqui, *ética* e *moral*. Nesse sentido, entenderíamos a ética no sentido etimológico do grego *ethos* – que significa “morada”, “abrigo protetor” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ethos>), – como a constituição do “outro”, do *socius* latino, como *morada humana*, em que o homem é um ser social e o *ser-com* define o *ser-no-mundo* (de acordo com Heidegger). Isso se daria no estágio da preocupação. Já a *moral* designaria o conjunto de valores e regras socioculturais, cuja aquisição pela criança seria posterior a esse estágio.

não estando referida à lei ou à interdição do incesto⁵. Essas fundações éticas não serão definidas por exigências de adequação, mas por circunstâncias de um cuidado oriundo das relações iniciais em permitir, à criança, ser ela mesma, de tal modo que também ela adquira a capacidade de deixar o outro ser ele próprio, em sua potência original e criativa. Trata-se, portanto, de um desenvolvimento psíquico livre de quaisquer intrusões, baseado no respeito ao tempo e ao espaço da criança e, por conseguinte, à sua real essência e singularidade. Neste aspecto, citamos Winnicott na íntegra:

O estudo do sentimento de culpa implica para o analista o estudo do crescimento emocional do indivíduo. Geralmente considera-se o sentimento de culpa como algo que resulta do ensinamento religioso ou moral. Aqui tentarei estudar o sentimento de culpa, *não como algo a ser inculcado, mas como um aspecto do desenvolvimento do indivíduo*. Influências culturais por certo são importantes, vitalmente importantes; mas essas influências podem por si só ser estudadas como a superposição de inúmeros padrões pessoais. Dito de outro modo, a chave para a psicologia social e de grupo é a psicologia do indivíduo. (Winnicott, 1958/1983, p. 19, itálicos nossos)

O pensamento de Winnicott é bem claro. Para o autor, o bebê não tem condições de suportar o peso da culpa e do medo, resultantes do reconhecimento pleno de que as ideias e os impulsos agressivos, contidos no impulso amoroso primitivo, estão dirigidos, na verdade, à mesma pessoa que cuida dele e de quem ele continua a depender agora, mesmo que de modo relativo. Posto isso, a culpa não pode ser forçada no bebê de fora

5 É verdade que essa ética, inicialmente construída – que é, justamente, a capacidade de considerar o outro como um semelhante e de se sentir responsável por ele – será posteriormente, acrescida por *regras morais*, advindas da constituição de um *superego*, a partir da elaboração do complexo de Édipo e da introjeção das figuras parentais. Aí, sim, certas leis da cultura – como a interdição do incesto – e outras tantas mais, características da sociedade e da família em questão, serão introjetadas. Mas, Winnicott pensa que a constituição saudável do superego é aquela tardia, que advém da introjeção das figuras parentais, na elaboração do complexo de Édipo, quando a criança já tem *relações de objeto totais*. Esse tipo de superego é, pois, um *superego pessoal*, ou seja, formado por *pessoas* introjetadas, com as quais, segundo ele, é possível, discutir, argumentar, brigar, desafiar etc. (em sonhos, fantasias etc.) Quando, entretanto, há a formação de um superego *precoce*, formado por inculcações morais externas, numa época em que a criança ainda mantém *relações de objeto parciais*, ele será um *superego impessoal*, formado por forças anônimas, um superego muito mais severo e de difícil enfrentamento (Winnicott, 1960/1994, pp. 356-7).

para dentro, mas sim constitui um processo que se dá de dentro para fora, através da apropriação desses impulsos, sustentada pela “sobrevivência da mãe”. Neste sentido, a capacidade de elaboração do estágio da concernência tem uma longa duração. Além de preparar o indivíduo para os conflitos ambivalentes do período edípico, garante uma atitude necessária para o próprio atravessamento do Édipo, produzindo uma clareza da existência independente de um outro semelhante a ele – a mãe –, capaz de desdobrar-se num terceiro elemento, o pai⁶. Vale lembrar que permitir que a criança seja ela própria durante o estágio da concernência não significa, de modo algum, deixá-la livre sem qualquer referencial educativo. Não é isso que Winnicott quis dizer. O elemento essencial, aqui, é a presença contínua da mãe, a sua sobrevivência, durante o período em que o bebê está integrando a agressividade que faz parte de sua natureza. Esse movimento deve ocorrer de forma natural, respeitando o gesto espontâneo do infante, sem qualquer ação intrusiva. É ser capaz de suportar e esperar e, por conseguinte, amparar esse processo custoso do percurso maturacional do bebê.

O nosso texto toma como ideia central o referencial winnicottiano, salientando a importância de um bom atravessamento do estágio da concernência – etapa indispensável para constituir os pilares de um psiquismo relativamente saudável. Para tanto, iniciaremos o trabalho com uma breve descrição do estágio da concernência, seguida das questões relativas à ambivalência característica do Édipo propriamente dito. Por fim, tecemos algumas considerações sobre o tema, relacionando as ideias apresentadas com um famoso caso clínico de Winnicott: a menina Piggie – um atendimento que ocorreu sob demanda através de 16 encontros esporádicos, envolvendo o período dos dois aos cinco anos de idade da criança.

O ESTÁGIO DA CONCERNÊNCIA

A importância do ambiente na obra de Winnicott é fundamental. Para o autor, o meio facilitador é, a princípio, a “mãe suficientemente boa”.

6 Segundo Winnicott, até a entrada no complexo de Édipo, a criança experimenta o pai como um aspecto da mãe, um aspecto “duro e severo e implacável, intransigente, indestrutível (Winnicott, 1966/1989, p. 104).

A expressão “suficientemente boa” refere-se à mãe capaz de reconhecer e atender à dependência do lactente, devido à sua identificação com ele – fator que lhe permitirá saber qual é a necessidade do bebê e, num dado momento, saber responder a ela. Porém, esta mãe deve acreditar na personalidade e espontaneidade desta criança, ao mesmo tempo em que sustenta sua própria originalidade, no sentido de deixar o processo ocorrer de forma natural; *grosso modo*, a mãe não invade o tempo e o espaço do lactente, pois, ao ser ela mesma, permitirá que o bebê desenvolva o seu potencial criativo sem substituir o seu gesto espontâneo por suas intrusões. A mãe, portanto, apenas facilita um processo que *pertence ao bebê*, pois, para Winnicott, todos nós nascemos com uma tendência à integração e serão os cuidados ambientais que irão promover este processo. “Penso que, quando o bebê está pronto para o nascimento, a mãe – se amparada de forma adequada por seu companheiro, pelo Estado de bem-estar social ou por ambos – está preparada para essa experiência em que ela sabe extremamente bem quais as necessidades do bebê” (Winnicott, 1966/2020, p. 21).

Neste período inicial, a mãe suficientemente boa procede a uma adaptação quase absoluta e, posteriormente, a uma adaptação relativa às necessidades do bebê. Winnicott deixa bem claro que se trata de uma adaptação à necessidade e não aos desejos da criança. Neste âmbito, ele caracteriza claramente a especificidade dos estágios iniciais: o bebê não é ainda um indivíduo que tenha desejos, mas um ser imaturo em estado de dependência absoluta. “*Esses momentos dão ao bebê a oportunidade de ser, e deles surge o próximo passo, que tem a ver com a ação, tanto aquela que é feita como a que é recebida*” (Winnicott, 1966/2020, p. 21, itálicos nossos).

A adaptação da mãe às necessidades do bebê é temporária, mas, enquanto permanece, implica um envolvimento total – o que Winnicott denominou de “preocupação materna primária”. O bebê necessita de uma pessoa total, ou seja, um ser integrado que seja totalmente devotado a ele, nem que isso ocorra por um pequeno período, porém, com a constância de todos os dias. Essa mãe deve ser previsível e ter uma condição emocional minimamente estável. Para isso, não é necessário que a mãe tenha qualquer saber acadêmico, profissional ou especializado. Seu conhecimento é natural e instintivo, aliado às próprias condições do cuidar. O que a orienta,

nessa perspectiva, é a sua capacidade de identificar-se com o bebê. “Tudo isso é muito sutil, mas, ao se repetir de novo e de novo, contribui para o estabelecimento da capacidade do bebê de sentir-se real” (Winnicott, 1966/2020, p. 22).

Alguns críticos⁷ da obra winnicottiana o responsabilizam por exigir muito das mães, propondo uma espécie de compreensão de uma maternidade idealizada e perfeita. Esse pensamento não passa de uma postura leviana e simplista diante da genialidade do analista britânico. Quando menciona a necessidade de haver uma dedicação total da mãe ao bebê, no estágio de dependência absoluta do desenvolvimento maturacional, o autor quer nos dizer, todavia, que para uma criança ser um indivíduo saudável e integrado, ela precisa, minimamente, de um ambiente que a sustente e lhe apresente o mundo externo em pequenas doses. Em nenhum momento, o autor anuncia a ideia de uma mãe perfeita. Ele simplesmente destaca a naturalidade do papel materno como um aspecto primordial à integração do ego infantil.

[...] Pode-se dizer que o apoio do ego por parte da mãe facilita a organização do ego do bebê. Com o passar do tempo, o bebê começa a afirmar a própria individualidade e chega até mesmo a ter um senso de identidade. O processo todo parece muito simples quando caminha bem, e a base para tudo isso está nesse relacionamento inicial quando a mãe e o bebê são um. *Não há nada de místico nisso.* A mãe tem um tipo de identificação com o bebê, um tipo muito sofisticado, que faz com que ela se sinta intensamente identificada com o bebê, embora, claro, não deixe de ser adulta. [...] Em outras palavras, eis o que muita gente chama de identificação primária. *É o início de tudo e dá sentido a palavras muito simples, como ser.* (Winnicott, 1966/2020, p. 26, itálicos nossos)

Possibilitar ao indivíduo a capacidade de integração não exige nada além do que uma boa mãe pode oferecer. Não podemos confundir essa devoção inicial com uma maternidade idealizada, mesmo porque Winnicott se revela como um autor da natureza humana, portanto, o que ele

7 Podemos citar aqui, principalmente, os que se aferrenham às bases kleinianas de uma concepção de destrutividade (instinto de morte) inata e acabam por desprezar fundamentalmente a importância do ambiente para o desenvolvimento psíquico – o que a própria Melanie Klein, diga-se de passagem, não fez.

menos defende é a existência de uma perfeição que será jamais alcançada. Ser devotada é permitir que o bebê possa expressar os seus anseios, a sua agressividade, as suas angústias e o seu potencial criativo – características que residem na originalidade do ser. Após esse processo inicial, o lactente irá, aos poucos, se formando como uma pessoa inteira, capaz de assumir seus instintos e se responsabilizar por eles.

O amadurecimento resultante deste período inicial será imprescindível para que o bebê atinja o estágio da concernência. No texto “A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal”, lido numa conferência, em 1954, e publicado no ano seguinte, Winnicott irá descrever suas formulações pessoais do conceito de posição depressiva de Melanie Klein, enfatizando o seu aparecimento como uma conquista. Porém, logo nas primeiras páginas, o autor já registra as marcas de seu pensamento original: “O termo ‘posição depressiva’ é pouco adequado para designar um processo normal, mas ninguém foi capaz de achar um melhor. A minha sugestão era de que o chamássemos de ‘o estágio da concernência’” (Winnicott, 1955/1988, p. 40). A preocupação do autor era a de que o termo “depressiva” indicasse um adoecimento psicopatológico, o que seria totalmente contraditório às suas ideias e às da própria Melanie Klein. À guisa de maior compreensão, citamos a autora:

O progresso de integração, que, como sugeri em uma seção anterior, depende do predomínio temporário dos impulsos de amor sobre os impulsos destrutivos, conduz a estados transitórios nos quais o ego sintetiza sentimentos de amor e destrutivos em relação a um objeto (em primeiro lugar o seio da mãe). Esse processo de síntese dá início a outros importantes passos no desenvolvimento (que podem ocorrer simultaneamente): surgem as emoções dolorosas da ansiedade depressiva e da culpa; a agressão é mitigada pela libido; em consequência a ansiedade persecutória é diminuída; [...] o ego, portanto, se esforça por fazer reparação e, também, inibe os impulsos agressivos sentidos como perigosos para o objeto amado. Com a crescente integração do ego, as vivências de ansiedade depressiva aumentam em frequência de duração. (Klein, 1952/1996, p. 94)

A primeira coisa que nos chama a atenção nesta passagem de Melanie Klein é que, por mais que para ela a posição depressiva também seja um progresso no desenvolvimento psíquico, as circunstâncias para o indivíduo

chegar a esta configuração necessitam muito mais de fatores internos do que externos. Isso fica bem notável quando ela menciona que a posição depressiva “depende do predomínio temporário dos impulsos de amor sobre os impulsos destrutivos” (Klein, 1952/1996, p. 94). Neste sentido, Winnicott se afasta significativamente do pensamento da autora, pois, para ele, a questão ambiental é primordial ao desenvolvimento maturacional. Caso não tenha havido uma mãe suficientemente boa a princípio que apresente o mundo externo ao bebê, a posição depressiva não pode ser jamais alcançada. Nas suas palavras:

Para que a posição depressiva seja alcançada, é necessário que os estádios anteriores tenham sido ultrapassados com sucesso na vida real ou na análise, ou em ambas. Para que um bebê alcance a posição depressiva é necessário que ele tenha se estabelecido como uma pessoa total e se relacione como uma pessoa total com pessoas totais. (Winnicott, 1955/1988, p. 439)

Trata-se de uma etapa em que o bebê se dá conta de que o objeto sobre o qual ele projetava os seus impulsos destrutivos é o mesmo objeto que cuida e zela por ele⁸. Essa descoberta irá gerar, portanto, níveis de arrependimento e um senso de responsabilidade (por si e, principalmente pelo outro). Nesse âmbito, “para que uma criança possa assumir a responsabilidade para com a sua impulsividade instintual, é preciso, antes, que ela seja um eu, capaz de sentir-se concernido e preocupado com as consequências da instintualidade” (Dias, 2003, p. 102). Caso isso não aconteça, o bebê não alcança a capacidade para sentir culpa, de forma legítima e natural. Consequentemente, o desenvolvimento da alteridade também fica comprometido. Esse processo, no entanto, se dá, para Winnicott, através da resistência do ambiente ao suportar os impulsos destrutivos da criança. O autor nos dirá:

8 Antes disso, devido à sua imaturidade, que não lhe permite a capacidade de temporalizar os acontecimentos, o bebê experimenta o mundo como momentos estanques e não associa as duas entidades mãe às quais tem acesso: a mãe objeto, que equivale ao seio das mamadas, dos períodos excitados, que ele “devora” e “destrói” com a sua instintualidade, à mãe ambiente, aquela que o limpa, acalenta, faz dormir etc., dos períodos relaxados, ou seja, aquela que cuida dele e zela por ele. De forma análoga, também não associa esses dois períodos tão diferentes, os excitados e os relaxados, pela mesma razão. Por esse motivo, Winnicott chama esse bebê de não-integrado e de incompadecido.

Partamos do princípio de que o bebê experimentou uma descarga instintual. A mãe está sustentando a situação, o dia prossegue e o bebê compreende que a mãe “tranquila” tomou parte de toda experiência instintual e sobreviveu. Isto se repete dia após dia e, eventualmente, resulta no despontar, dentro do bebê, do reconhecimento da diferença entre o que é chamado fato e fantasia, ou realidade externa e interna. (Winnicott, 1955/1988, p. 445)⁹

De impulsivo e indiferente aos seus próprios impulsos instintuais, o bebê passa a sentir-se preocupado pelos instintos que o dominam nos momentos de excitação. Aqui, vale outra observação a respeito dessa impulsividade. Winnicott não utiliza nem considera o conceito de instinto de morte, criado por Freud, e amplamente trabalhado por Melanie Klein. Para o autor, esses impulsos instintivos fazem parte da manifestação motora da própria vida, portanto, não significam, necessariamente, que eles tenham a essência puramente destrutiva, mas é fato, sim, que englobam a agressividade e a destrutividade, já que elas são essenciais à vida, conseqüentemente à produção de qualquer objeto cultural¹⁰. Em outras palavras, suportar esses impulsos, significa suportar as manifestações vitais do bebê que se manifestam através do choro, da agitação ou da inquietude. Como comumente ouvimos na esfera popular: “o bebê testa a paciência da mãe”.

Para Winnicott, o bebê que alcança o *status* unitário torna-se consciente de que as duas mães pertencentes a essa dualidade – estados tranquilos e excitados – de experiências dissociadas são, na verdade, uma só. Diferenciando-se de Melanie Klein, que postula uma dissociação necessária, operada pelo bebê entre uma mãe boa e outra má, o autor britânico irá referir-se a essas duas mães como a mãe dos períodos de excitação e a mãe dos períodos de tranquilidade; em 1963, essas duas mães passam a ser denominadas de “mãe-objeto” e de “mãe-ambiente”, respectivamente.

9 Nesta citação, os autores corrigiram a tradução do termo “*instinctual*”, que aparece duas vezes no original inglês e que havia sido traduzido por “pulsional” na tradução brasileira, pelo termo “instintual”. Isso porque o termo *pulsão* é totalmente inexistente no vocabulário winnicottiano, fazendo parte da tradição francesa, a partir da proposta de Lacan de distinguir os dois conceitos usados por Freud: *Trieb* e *Instinct*, traduzindo o primeiro por “pulsão” e o segundo por “instinto”. Mas, Winnicott nunca se guiou pelas duas teorias pulsionais de Freud, nem a primeira, nem a segunda; falava sempre em *instintos*, no plural e sem qualquer qualificação.

10 Como todos sabemos, é impossível pintar um quadro sem destruir os tubos de tinta e uma tela em branco.

Como já dissemos anteriormente, uma das coisas mais importantes que ocorrem no estágio da concernência consiste em que a criança passa a perceber que a mãe é única e uma pessoa inteira, ou seja, que essa mãe, que presta cuidados à criança, acolhendo-a nos seus estados tranquilos, é a mesma que vinha sendo vivamente atacada durante seus estados excitados. Durante este período, em que a criança está juntando numa só pessoa a mãe-ambiente e a mãe-objeto, “a mãe real precisa continuar a desdobrar-se em duas, executando cada qual a sua parte da tarefa de cuidar do bebê” (Dias, 2003, p. 259). Citamos o autor:

A mãe-objeto tem de demonstrar que sobrevive aos episódios dirigidos pelo instinto, que agora adquiriram a potência máxima de sadismo de fantasias de sadismo oral e outros resultados da fusão. Além disso, a mãe-ambiente tem uma função especial, que é a de continuar a ser ela mesma, a ser empática com o lactente, a de estar lá para receber o gesto espontâneo e se alegrar com isso. (Winnicott, 1963a/1983, p. 73)

A tarefa de unificar a instintualidade, com toda a agressividade que lhe é inerente, requer tempo e um ambiente pessoal contínuo; na ausência desses cuidados essenciais, o bebê humano não terá condições de suportar o peso da culpa ou esse sentimento sequer irá aparecer, pois, sem a integração dessa mãe, o bebê também não poderá se responsabilizar pelos impulsos dirigidos a ela. A tendência da criança que começa a perceber que a agressividade faz parte de sua natureza é projetar essa agressividade para fora, para o meio externo que, por sua vez, ficará povoado de ameaças. Neste sentido, o ambiente será percebido como persecutório e altamente perigoso. Será a disponibilidade receptiva e protetora da mãe que irá neutralizar o caráter retaliatório desse medo.

A resolução dessa essencial dificuldade, que consiste em aceitar que a destrutividade é pessoal e convive ao lado do amor e dos impulsos vitais, depende do desenvolvimento, na criança, da capacidade de fazer reparações a esses ataques realizados em fantasia inconsciente. Isso só acontecerá, todavia, se a mãe resistir (sobreviver). Segundo Winnicott:

Quando a confiança neste ciclo benigno e na expectativa da oportunidade se estabelece, o sentimento de culpa relacionado com os impulsos do id

sofre nova modificação; precisamos de um termo mais positivo, tal como “concernência”. O lactente está agora se tornando capaz de ficar preocupado, de assumir responsabilidade por seus próprios impulsos e as funções que dele fazem parte. Isto provê um dos elementos construtivos fundamentais da brincadeira e do trabalho (Winnicott, 1963a/1983, pp. 73-74)

A questão central é que, com efeito, a criança precisa exercer a sua impulsividade, mas, simultâneo a isso, ela se depara com o medo de que os “estragos” realizados em sua mãe sejam irreversíveis. Quando a mãe fornece a oportunidade para que o “ciclo benigno” se repita inúmeras vezes (machucar e reparar), o bebê passa, gradualmente, a acreditar na possibilidade efetiva da reparação, como uma espécie de manifestação construtiva. Ao serem dadas condições de suportar essa culpa, que emerge naturalmente, o bebê se tornará livre para expressar o amor instintual. Esta, para Winnicott, é a única culpa verdadeira.

O SENTIMENTO DE AMBIVALÊNCIA E O CONFLITO EDIPIANO

Ao integrar a mãe-objeto com a mãe-ambiente, o bebê passa a lidar com apenas *uma* mãe (única e total). O estágio da concernência aparece na vida do bebê como uma experiência altamente sofisticada ao realizar a junção dessas “duas mães”. A provisão ambiental continua a ser fundamentalmente importante aqui, embora o bebê esteja começando a ser capaz de apresentar uma estabilidade interna que pode significar o início de sua conquista à independência. No entanto, o que merece ser destacado, a partir dessa conquista do desenvolvimento maturacional, é a capacidade do indivíduo para lidar com a ambivalência.

Antes de vivenciar o estágio da concernência, a existência de “duas mães” possibilitava ao bebê a divisão de seus impulsos destrutivos e amorosos, que eram dirigidos à duas figuras diferentes e apartadas (mãe-objeto e mãe-ambiente). A partir do momento em que a mãe é sentida como uma pessoa inteira, a criança perceberá que os mesmos impulsos de matrizes diferentes (hostis e complacentes) são dirigidos ao mesmo objeto. Por essa ótica, as relações amadurecem concomitantemente à evolução do próprio psiquismo, ou seja, o bebê precisa se responsabilizar por seus

impulsos destrutivos integrando-os aos seus impulsos amorosos. Essa responsabilidade é a base da alteridade e sustenta os alicerces do autocohecimento, pois, à medida que reconheço o outro em sua totalidade, passo a reconhecer, também, os meus sentimentos e a dosar a sua intensidade. Portanto, o estágio da concernência é uma etapa indispensável para o surgimento da empatia e da preocupação com os semelhantes. Do ponto de vista de Winnicott, a formulação dessas ideias, feitas inicialmente por Melanie Klein, possibilitou “à teoria psicanalítica começar a incluir a ideia de um valor no indivíduo” (Winnicott, 1958/1983, p. 27). Neste sentido, Winnicott nos dirá que o estágio da concernência é:

[...] essencial no desenvolvimento da criança e que *não tem nada que ver com a educação moral*, exceto pelo fato de que se esse estágio for bem elaborado, a solução pessoal da própria criança para o problema da destruição do que é amado resulta na necessidade da criança de trabalhar ou adquirir habilidades. É aqui que o propiciar de oportunidades, incluindo o ensino de habilidades, satisfaz as necessidades da criança. Mas a necessidade é que é o fator essencial, e esta se origina do estabelecimento, dentro do *self* da criança, da capacidade de tolerar o sentimento de culpa suscitado por seus impulsos e ideias destrutivas, de tolerar se sentir responsável, de modo geral, por ideias destrutivas, por se ter tornado confiante em seus impulsos de reparação e oportunidades de contribuição. (Winnicott, 1963b/1983, pp. 96-97, *itálicos nossos*)

Em uma passagem do filme “O Senhor dos Anéis”, Gandalf, o mago da sabedoria, descreve a posição psíquica da criatura Gollum, que possui uma personalidade arcaica e bastante primitiva: “*Ele odeia e ama o anel, assim como odeia e ama a si mesmo*”. Podemos notar a dualidade existente nos pensamentos de Gollum com essa frase: o odiar e amar simultâneos; a luta constante por sentimentos ambíguos, indefinidos, sem um real sentido. Sempre em um constante monólogo interior, conversando com uma voz que não é a dele, Gollum se conserva em contato com a energia maléfica do anel, pagando um alto preço por ser dominado por uma força avassaladora interna que o subjuga em relação a si próprio. No entanto, ao integrar os seus sentimentos hostis aos bons, recordando-se de episódios do passado, o personagem encontra uma paz interior que lhe proporciona alívio e atitudes de reparação (mesmo que a curto prazo). A analogia ao

filme nos mostra o estado perturbado que vive um indivíduo que não atingiu o estágio da concernência. Não sentir culpa de maneira legítima e natural pode gerar uma dor profunda acompanhada pela incapacidade de enxergar os dois lados da mesma moeda – o que impossibilita a aparição da alteridade e da empatia.

Por essa via, é importante lembrar que, durante o complexo de Édipo, seremos atingidos novamente por uma enxurrada de sentimentos ambivalentes. Sendo assim, o indivíduo que traz consigo problemas oriundos de um estágio da concernência não vivenciado terá, de acordo com as contribuições winnicottianas, ainda mais dificuldades em lidar com esses conflitos edípicos. Citamos Freud:

No início, a criança não percebe conflito algum, obtém satisfação de todas essas tendências e não é perturbada pelas contradições entre elas. Mas, gradualmente, torna-se difícil demais para a criança conciliar suas tendências ativas em direção a essas mesmas pessoas, seja porque a intensidade dessas tendências aumentou, seja porque se instalou uma necessidade de unificação (síntese) de todas essas utilizações da libido. Torna-se particularmente difícil para a criança do sexo masculino unificar sua atividade em direção à mãe com sua passividade em direção ao pai. Se o menino quiser dar uma justa expressão de sua atividade direcionada à mãe, encontra o pai em seu caminho, pois na realidade é o pai quem possui a mãe, e não ele. Ele quer direcionar sua atividade agressiva ao pai para afastá-lo enquanto obstáculo para chegar à mãe, mas por outro lado também quer se submeter ao pai em todos os aspectos. Não pode possuir a mãe e, ao mesmo tempo, permanecer passivo em relação ao pai. A intenção de eliminar o pai é incompatível com a passividade em direção a ela. [...] a criança se encontra em um conflito, e isso é o complexo de Édipo. (Freud, 1931/2017, pp. 52-53)

Partindo de uma questão libidinal e do posicionamento sexual psíquico – fatores que são os bastiões de sua obra –, Freud irá apresentar a questão da ambivalência edípica como um dos principais conflitos a serem resolvidos pelo psiquismo humano. Paralelo às forças pulsionais, os entraves relacionados às questões emocionais também estão presentes nesse período. O menino que deseja eliminar o pai para ficar com a mãe, também lida com a culpa desse pensamento ao considerar o amor paterno. O mesmo ocorre com a menina perante o amor da mãe; o desejo libidinal direcionado ao pai

será mitigado pelo sentimento de amor maternal. Vivenciar a ambivalência, dentro do arcabouço freudiano, significa desenvolver a capacidade de lidar com os conflitos derivados do período edípiano, elaborando os sentimentos hostis ao mesmo tempo em que se sublimam as pulsões incestuosas. Ser capaz de amar e odiar a mesma pessoa, significa, *grosso modo*, uma conquista no processo de amadurecimento – tanto para Freud, quanto para Winnicott. Citamos, portanto, o mestre de Viena:

Os anseios libidinais pertencentes ao complexo de Édipo serão em parte dessexualizados e sublimados, o que provavelmente ocorre em cada transformação em identificação, e em parte inibidos quanto às metas e transformados em moções de ternura. [...] Com ele se inicia o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança. (Freud, 1924/2019, p. 251)

“A criança, na vicissitude edípica, tem que renunciar às suas pulsões incestuosas e parricidas. Tem que renunciar, portanto, à onipotência do seu desejo e ao princípio do prazer, adequando-se ao princípio de realidade” (Pellegrino, 1983/2017, p. 32). A renúncia, para Freud, é entendida como uma conquista do Eu. Aquisição esta que procede da compreensão do desejo, dos próprios instintos e, principalmente, do equilíbrio da ambivalência. A partir do reconhecimento de tais sentimentos, o indivíduo assume o seu lugar na triangulação edípica, reatualizando a sua responsabilidade por si e pelo outro; renunciando à onipotência infantil predominante no narcisismo primário. Uma condição necessária para se tornar humano e saber conviver em sociedade.

O CASO PIGGLE E AS ANGÚSTIAS DE UM ÉDIPO ANTECIPADO

Gabrielle, uma garotinha de 2 anos e 5 meses de idade, apelidada de *Piggle*, foi analisada por Winnicott não pela via de um trabalho de análise clássica, com direito a 4 ou 5 sessões por semana, mas sim por uma espécie de atendimento psicanalítico de acordo com a demanda, ou seja, os encontros aconteciam quando a própria menina solicitava, dentro, é claro, das possibilidades de Winnicott, uma vez que o tratamento ocorreu quando ele já estava com a sua saúde debilitada e a paciente, por sua vez, residia

em uma cidade distante de Londres – o que dificultava sua frequência ao consultório. Clare Winnicott, no prefácio da edição inglesa do livro, salienta, também, a participação efetiva dos pais de Gabrielle para a evolução de seu caso, tendo em vista que “seus pais eram profissionais que tinham conhecimento do campo da psicoterapêutica. A colaboração deles foi decisiva para o resultado do tratamento” (Winnicott, 1977, p. 10).

O atendimento de Piggie durou quase três anos, caminhando de janeiro de 1964 a outubro de 1966. Foram 16 consultas realizadas ao todo. Como já mencionado, Gabrielle inicia o tratamento com dois anos de idade e finaliza com cinco. O primeiro contato de Winnicott com o histórico e o quadro sintomático da criança se deu por meio de duas cartas escritas pela mãe da menina. Naqueles escritos, a mãe solicitava que Winnicott atendesse à sua filha, pois a menina possuía uma série de preocupações (*worries*) que a mantinham despertada durante à noite. Antes de pontuar outros sintomas, a mãe de Gabrielle salienta que a filha sempre lhe pareceu uma pessoa bem formada (*very much a person*) e com grandes recursos interiores, portanto, numa leitura winnicottiana, tratava-se de uma criança razoavelmente integrada que, supostamente, havia recebido seus devidos cuidados no estágio de dependência absoluta.

Nessas cartas iniciais, a mãe também menciona que a situação começou a ficar difícil após o nascimento da irmãzinha de Gabrielle, quando ela ainda estava com vinte e um meses de idade. Os pais cogitaram esse fato ser “precoce demais para ela”, o que acabou gerando uma ansiedade significativa sobre eles, além de atingir as emoções da própria menina. Segundo as palavras da mãe, a partir desse episódio, Piggie começou a apresentar os seguintes sintomas: passou a irritar-se e deprimir-se com muita facilidade; tornou-se inesperadamente consciente de si mesmo (como pessoa inteira) e de seus relacionamentos, especialmente de sua identidade; desenvolveu uma série de angústias; tinha muito ciúmes da irmã; começou a demonstrar ressentimento por sua mãe e a ficar reservada com o seu pai. Além disso, Gabrielle desenvolveu uma fantasia que frequentemente manifestava-se mais à noite, em que uma “mamãe preta” puxava os seus seios, morava no interior de sua barriga e com quem podia se comunicar pelo telefone. O segundo elemento da fantasia que havia começado mais cedo, referia-se

ao *bebê-car*. Todas as noites, a menina pedia, repetidas vezes: “Me fala do bebê-car, *tudo* sobre o bebê-car” (Winnicott, 1977, p. 22, *itálicos do autor*); uma mamãe preta e um papai preto estão sempre juntos no bebê-car ou algum homem sozinho. Piggie também passara a arranhar violentamente o seu rosto todas as noites. Em outra carta, a mãe expõe o seguinte relato de angústia para Winnicott:

As coisas não melhoraram nada, desde que escrevi para o senhor. Piggie, agora, quase nunca demonstra qualquer concentração em seus brinquedos e dificilmente admite ser ela mesma: ou é o bebê-car ou é, com mais frequência, a mamãe. “A Piga foi embora, foi para o bebê-car. A Piga é preta. As duas Pigas são ruins. Chora, mamãe, por causa do bebê-car!”.

Contei-lhe que tinha escrito para o Dr. Winnicott, “que entende de bebês-cars e mamães-pretas”; desde então ela parou com as suas súplicas noturnas: “Me fala do bebê-car”. Duas vezes me pediu, dir-se-ia que inesperadamente: “- Mamãe, me leva ao Dr. Winnicott”. (Winnicott, 1977, p. 23)

Winnicott descreveu de forma minuciosa as dezesseis consultas feitas com Gabrielle em seu livro sobre o caso – muito embora a tradução brasileira seja deplorável. Não iremos, aqui, transcrever detalhadamente cada sessão, mas sim, abordar, de modo geral, algumas passagens relevantes para a nossa discussão.

O pediatra e psicanalista britânico aponta que os problemas de Piggie tiveram início com a chegada de sua irmãzinha mais nova, fator que também havia despertado uma intensa ansiedade nos pais, já que eles se sentiam incapazes de garantir um contorno afetivo que pudesse sustentar as angústias apresentadas por Gabrielle. Para Winnicott, o nascimento da bebê forçou um desenvolvimento prematuro do ego de Piggie, já que o seu processo de integração ainda estava em desenvolvimento e, portanto, parcialmente conquistado. A gravidez da mãe foi sentida como uma falha ambiental. O próprio Winnicott caminha para uma hipótese de conflito edipiano iniciado antes do tempo do desenvolvimento maturacional de Gabrielle. Logo na primeira consulta, o autor compartilha uma intervenção que dá corpo à nossa hipótese:

[...] Introduzi, então, de forma bastante óbvia, alguma coisa a respeito da mamãe preta: “Você alguma vez fica zangada com a mamãe?” Eu tinha

associado a ideia da mamãe preta à sua rivalidade com a mãe, uma vez que ambas amavam o mesmo homem, o papai. Sua ligação profunda com o pai era bem evidente, por isso eu me sentia bastante seguro ao fazer essa interpretação. Num certo nível, isso deve estar certo. (Winnicott, 1977, p. 27)

Essas e outras passagens demonstram que Gabrielle estava na fase da conquista do estágio da concernência, período em que a ambivalência está em ascensão. Entretanto, havia uma dificuldade de Piggie dirigir o seu ódio para a sua mãe que, por sua vez, estava bastante fragilizada pela gravidez da segunda filha, chegando a relatar que esse período de sua vida a havia remetido à lembrança do nascimento de seu próprio irmão, quando ela possuía a mesma idade de Gabrielle, afirmando não ter ficado bem emocionalmente naquela época. Logo, as angústias de Piggie reativaram as ansiedades adormecidas de sua própria mãe.

Essa condição de vulnerabilidade materna dificultou o processo de amadurecimento de Gabrielle, pois ela necessitava da sobrevivência da mãe para, então, poder expressar seus sentimentos ambivalentes e hostis. O pai também parecia estar bastante inseguro com a condição da filha e da esposa. Em uma carta para Winnicott, ele escreve:

[...] O que houve foi que nos sentimos muito envolvidos e culpados pelo fato de termos arranjado outro filho tão cedo, e a sua súplica noturna na despedida – “Fala-me do bebê-car” – levou-nos a dizer alguma coisa significativa. Jamais lhe falamos sobre a primeira infância de Piggie; ela foi excepcionalmente bem-comportada e segura de si mesma, dando a impressão de alguém que dominasse o seu mundo interior. Empregamos todos os esforços, e nisso parece que tivemos sucesso, para protegê-la contra influências que pudessem tornar o seu mundo por demais complicado. Quando Susan nasceu, Gabrielle pareceu-nos ter sido, de algum modo, afastada de sua natureza e isolada de sua fonte de sustento. Tivemos um pesar enorme ao vê-la tão diminuída e reduzida, e ela pode perfeitamente ter percebido isso. Houve também um período de tensão entre nós [os pais]. (1977, pp. 32-33)

Poder lidar com o amor e o ódio não é uma tarefa fácil para as crianças – como já mencionamos anteriormente –, porém, é uma condição particular para a integração da agressividade pessoal. Os problemas de Gabrielle se iniciaram neste momento, quando ela ainda estava em processo

de integração, entrando no estágio da concernência. A experiência vivida entre ela, os pais e a irmã, estava além de sua capacidade de elaboração psíquica, pois despertou as eventualidades do conflito edipiano antes mesmo que a menina pudesse passar pelos percalços da concernência – trata-se, portanto, de uma realidade objetiva colocada de fora para dentro que ativou os mecanismos de defesa da pequena paciente. Para Winnicott, se uma criança pode expressar sua agressividade, ela também pode aceitar a sua responsabilidade pessoal que resultará no fortalecimento do ego e, por conseguinte, na capacidade de alcançar a reparação e a restituição. Contudo, a mãe e o pai de Gabrielle pareciam ter dificuldades em enfrentar, nesses termos descritos por nós, o ódio manifestado pela filha. Essa falha, mesmo que não intencional, levou Piggie a criar as fantasias que originaram as figuras da mamãe preta e do bebê-car, responsáveis por retaliar, na mesma proporção, a hostilidade dirigida a eles – gerando um enorme sofrimento na criança.

Por fim, Winnicott deduz que a mamãe preta era um “vestígio de uma noção subjetiva, preconcebida, sobre a mãe” (1977, p. 30). Em suas observações teóricas após o primeiro encontro, o autor escreveu que Gabrielle foi forçada a um desenvolvimento prematuro do ego e que ela não estava preparada para a ambivalência simples (1977, p. 30). Na sétima consulta, Winnicott e Piggie estavam brincando com um trenzinho e o analista fez um movimento com o trem que irritou a paciente. Segundo Winnicott, ela quase atirou nele um trator que estava engatado no trem. Winnicott comentou: “ato agressivo, pondo seus impulsos para fora e para dentro de mim” (1977, p. 87). No trecho, é possível observar que Gabrielle lançou o brinquedo impiedosamente. O analista, por sua vez, não interpretou o gesto dela e deu continuidade ao brincar. Winnicott parece ter manejado a situação de tal forma que Gabrielle se sentiu segura para expressar os seus impulsos agressivos. A análise, portanto, transformou-se gradativamente num espaço em que as vivências precoces e intrusivas pudessem, aos poucos, serem elaboradas e, talvez, resolvidas. Tudo isso na companhia de um analista sensível que sabia identificar as necessidades de seus pacientes – um aspecto muito significativo, principalmente, quando a vida nos surpreende com ocasiões que ainda não somos capazes de assimilar psicicamente.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Quando se estabelece a capacidade de concernência, o indivíduo começa a se situar na posição de experimentar o complexo de Édipo, e de tolerar a ambivalência que é inerente ao estágio posterior em que a criança, se madura, está envolvida em relacionamentos triangulares entre pessoas humanas plenamente desenvolvidas. (Winnicott, 1958/1983, p. 28)

Laplanche e Pontalis (2001, p. 17), em seu “Vocabulário da Psicanálise”, definem “ambivalência” nos seguintes termos: “presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente o amor e o ódio”. É de nosso pleno conhecimento o quanto Winnicott se afastou de algumas ideias freudianas, mas, paradoxalmente, se aproximou e difundiu uma série delas. O psicanalista inglês era um autor da *natureza humana* – como ele próprio gostava de se intitular¹¹. Justamente por observar tal natureza, Winnicott presenciou o que descrevia em seus trabalhos. O contato direto com centenas de crianças e familiares permitiu ao nosso autor acompanhar a manifestação dos sentimentos ambivalentes, fundamentados essencialmente pelos opostos amor/ódio. Enquanto impera a dualidade, não há espaço para se criar uma visão abrangente de mundo, na mesma proporção em que o surgimento da alteridade também permanece comprometido. A incapacidade de lidar com a ambivalência pode ser um fator agravante no que tange à entrada no período edípico.

Ao estruturar o estágio da concernência, Winnicott fundamenta a construção de uma ética pessoal, que não é imposta de fora, nem simplesmente aprendida por meio de restrições e inculcações morais. O autor apresenta tal noção como emergindo naturalmente a partir da confiabilidade no ambiente, derivada da aparição do sentimento legítimo de culpa e, por conseguinte, da capacidade de levar o outro em consideração e ser responsável por seus próprios impulsos. Percebemos, portanto, que a ética,

11 Winnicott diferencia-se de Freud no sentido de apresentar uma teoria do desenvolvimento maturacional – inédita no campo da psicanálise, até então, pois Freud e Klein atribuíram maior importância às questões intrapsíquicas e não propuseram, em nenhum momento de sua obra, uma concepção de amadurecimento que compreendesse o indivíduo a partir de uma unidade psique-soma. Para tanto, ver Fulgencio (2018 e 2020).

em Winnicott, se constitui em um *contexto não-edípico*, não sendo um resultado da lei e da interdição, mas um produto do cuidado e da aptidão em permitir que a criança vivencie seus impulsos através de um ciclo benigno (destruição-reparação). Estamos falando de uma conquista que deverá ser integrada à personalidade por via da experiência pessoal.

O estágio da concernência aparece, neste sentido, como uma espécie de preparação ao Édipo. Durante este período, enquanto a criança está tentando lidar com sua agressividade contida na vida instintual, esses mesmos instintos estão sendo integrados às partes de seu corpo (psique e soma), fortalecendo a personalização. Sendo assim, para Winnicott, não é possível alguém ingressar no Édipo, caso não tenha se formado como uma “pessoa total” (integrada no seu espaço e tempo) – como pudemos observar no relato do atendimento de Piggie. É nesta fase em que o sujeito poderá vivenciar, de modo primário, sua ambivalência, assumindo responsabilidades e desenvolvendo seus fundamentos éticos de modo natural. Essas conquistas serão imprescindíveis para a construção do superego como uma instância reguladora de limites e direcionamentos.

O complexo de Édipo aparece como a pedra angular da obra freudiana, sendo responsável pela estruturação do sujeito; produto das identificações, das sublimações e da elaboração dos impulsos incestuosos. De maneira análoga, o estágio da concernência é um período essencial para a edificação da alteridade, da empatia e da socialização; frutos da culpa e da capacidade de reparação – aquisições indispensáveis à entrada edípica. Aqui, a psicanálise apresenta uma de suas maiores virtudes: ela nos ensina a lidar com as ideias de autores que, mesmo divergentes em múltiplos aspectos, oferecem um entendimento efetivo e lançam luz à complexidade da alma humana; desconstruindo incertezas ao despertar possibilidades de olhares e intervenções.

REFERÊNCIAS

- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2019). O declínio do complexo de Édipo. In *Amor, sexualidade, feminilidade. Obras incompletas de Sigmund Freud; 7*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2017). Manuscrito de 1931[sem título]. In Manuscrito inédito de 1931: edição bilíngue. São Paulo: Blucher. (Trabalho original publicado em 1931).
- Fulgencio, L. (2018). *A bruxa metapsicologia e seus destinos*. São Paulo: Blucher.
- Fulgencio, L. (2020). *Psicanálise do ser: a teoria winnicottiana do desenvolvimento emocional como uma psicologia de base fenomenológica*. São Paulo: EDUSP/Fapesp.
- Klein, M. (1996). Algumas conclusões teóricas relativas à vida emocional do bebê. In *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1952).
- Laplanche, J. & Pontalis, J. -B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pellegrino, H. (2017). Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira. In T, Rivera (org.). *Psicanálise*. Rio de Janeiro: FUNARTE. (Trabalho original publicado em 1983).
- Wikipedia. E Enciclopédia Livre. *Ethos*. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ethos>.
- Winnicott, D. W. (1977). *The Piggie: relato do tratamento psicanalítico de uma menina*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1988). A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves. (Trabalho original publicado em 1955).
- Winnicott, D. W. (1988). Preocupação materna primária. In *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves. (Trabalho original publicado em 1956).

- Winnicott, D. W. (1983). Psicanálise do sentimento de culpa. In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (1994). Comentários sobre *On the concept of the Superego*. In Winnicott, C. & Shepherd, R. & Davis, M. (Orgs.). *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1983). O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1963a).
- Winnicott, D. W. (1983). Moral e educação. In *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1963b).
- Winnicott, D. W. (1989). A criança no grupo familiar. In *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1966).
- Winnicott, D. W. (1994). O uso do objeto e o relacionamento através de identificações. In Winnicott, C. & Shepherd, R. & Davis, M. (Orgs.). *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (2020). A mãe dedicada comum. In D. W. Winnicott. *Bebês e suas mães*. São Paulo: Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 1966).

Recebido em 03/01/2021

Aceito em 21/05/2022

Impacto das Teorias da Conspiração em tempos de COVID-19: Uma Revisão da Literatura

*The Impact of Conspiracy Theories in Times of COVID-19:
A Literature Review*

*Impacto de las Teorías de la Conspiración en tiempos
de COVID-19: Una Revisión de la Literatura*

*Alessandro Teixeira Rezende**

*Jailson Santana Carneiro***

*Ana Karla Silva Soares****

*Camilla Vieira de Figueiredo*****

*Hysla Magalhães de Moura******

Resumo

Na conjuntura atual, a COVID-19 representa uma séria ameaça ao bem-estar físico e psicológico da comunidade global. Por se tratar de um vírus com elevado potencial de transmissão, as orientações da Organização Mundial de Saúde para reduzir sua proliferação envolvem medidas sanitárias e ações de isolamento social. Dentre os aspectos de cunho psicológico que podem afetar as decisões de conformidade com as ações de isolamento social, pode-se considerar a crença em teorias da conspiração. Considerando a influência que tais teorias exercem sobre o comportamento das pessoas, o presente artigo teórico

* Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-5381-2155>.
E-mail: als_tx29@hotmail.com

** Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-8182-7322>. E-mail: jailson192@gmail.com

*** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-5306-4073>. E-mail: akssoares@gmail.com

**** Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-9780-9831>.
E-mail: camillafigueir@gmail.com

***** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-5866-5799>. E-mail: hyslamagalhaes@gmail.com

teve como objetivo delinear o panorama vigente sobre o estudo das crenças em teorias da conspiração no contexto da pandemia da COVID-19, bem como discutir o impacto que as mesmas exercem sobre a saúde e a conduta dos indivíduos. Em suma, este trabalho fornece subsídios para a ampliação dessa discussão a nível teórico e para o desenvolvimento de estudos empíricos considerando a realidade brasileira.

Palavras-chave: *Impacto; crenças; teorias da conspiração; pandemia; COVID-19.*

Abstract

In the actual scenario, COVID-19 represents a serious threat to the physical and psychological well-being of the global population. The new coronavirus (SARS-COV-2) is highly contagious and easily transmitted; in this sense, the guidelines provided by the World Health Organization (WHO) to reduce this contamination involve sanitary actions and measures such as social isolation. Amongst the psychological aspects that might affect decisions on whether to follow such measures, we can highlight conspiracy theories beliefs. Considering the influence that such theories have on people's behaviors, the current theoretical paper aims to provide an overview of studies on beliefs in conspiracy theories in the context of the COVID-19 pandemic, as well as to discuss the impact that they have over people's health and behavior. In summary, this paper provides resources to amplify this discussion on a theoretical level and to develop empirical studies considering the Brazilian reality.

Keywords: *Impact; beliefs; conspiracy theories; pandemic; COVID-19.*

Resumen

En la coyuntura actual, la COVID-19 representa una seria amenaza para el bienestar físico y psicológico de la comunidad global. El nuevo coronavirus (SARS-COV-2) tiene un alto potencial de transmisión, en este sentido, los lineamientos de la Organización Mundial de la Salud para reducir su proliferación involucran medidas sanitarias y acciones de aislamiento social. Entre los aspectos psicológicos que pueden afectar las decisiones para cumplir con las acciones de aislamiento social, se puede considerar la creencia en teorías de la conspiración. Considerando la influencia que tales teorías tienen en el comportamiento de las personas, este artículo teórico tuvo como objetivo esbozar el panorama imperante en el estudio de las creencias en las teorías conspirativas en el contexto de la pandemia de COVID-19, así como el impacto que tienen en la salud y la conducta de las personas. En definitiva, el trabajo brinda apoyo para ampliar las discusiones a nivel teórico y para el desarrollo de estudios empíricos considerando la realidad brasileña.

Palabras clave: *Impacto; creencias; teorías de la conspiración; pandemia; COVID-19.*

Na conjuntura atual, o vírus SARS-CoV-2, cuja enfermidade se tornou popularmente conhecida como COVID-19, representa uma séria ameaça ao bem-estar físico e psicológico da comunidade global. Por se tratar de um vírus com elevado potencial de transmissão, as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), para reduzir sua proliferação, envolvem medidas sanitárias (e.g., higienizar as mãos com água ou desinfetantes à base de álcool, cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar com o cotovelo flexionado, utilizar máscaras) e ações de isolamento social, sendo as mais mencionadas o distanciamento social (redução na interação aplicada à população geral), isolamento (separação de pessoas infectadas pela doença), quarentena (isolamento de pessoas que podem ser casos potenciais ou suspeitos) e *lockdown* (medida de confinamento para restrição de interação).

Embora a eficácia dessas medidas e seu impacto no bem-estar da população mundial continuem sendo discutidas (Van Prooijen & Van Vugt, 2018), as evidências disponíveis (e.g., Carey, Chi, Flynn, Nyhan, & Zeitzoff, 2020; Torales, O'Higgins, Castaldelli-Maia, & Ventriglio, 2020), elas indicam que a capacidade individual e a vontade de cumprir ações de isolamento social estão associadas a uma série de fatores de natureza econômica, política e psicológica. A alta carga de informações transmitidas simultaneamente por variados veículos de comunicação e mídia (e.g., redes sociais, internet, TV), os quais nem sempre permitem avaliar sua procedência e pertinência, impacta em diferentes esferas da estrutura social, interferindo, inclusive, em dimensões psicológicas e sociais.

Dentre os aspectos de cunho psicológico, que podem potencialmente afetar as decisões de conformidade com as ações de isolamento social, pode-se considerar a crença em teorias da conspiração, definidas como uma explicação proposta para algum evento histórico que acredita-se ser arquitetado de maneira secreta, por um grupo relativamente pequeno de pessoas conspiradoras (Goreis & Voracek, 2019). No contexto atual, as teorias da conspiração sobre a COVID-19 envolvem alegações de que esse vírus é causado por ondas eletromagnéticas produzidas pelo 5G ou que foi fabricado em laboratório para provocar uma recessão financeira e reduzir a densidade populacional. Geldsetzer (2020), por exemplo, discute que

esses tipos de crenças conspiratórias se espalharam rapidamente durante o período pandêmico, de maneira que cerca de um, de cada cinco entrevistados, nos Estados Unidos, acreditava que tais teorias eram verdadeiras.

A pesquisa tem indicado que o endosso de crenças conspiratórias pode levar as pessoas a modificações comportamentais (Wise, Zbozinek, Michelini, Hagan, & Mobbs, 2020). Podem ser citadas como exemplos situações em que conspiradores colocam suas vidas (ou dos demais) em risco, recorrendo a remédios potencialmente prejudiciais, negligenciando as orientações estabelecidas pela OMS ou se envolvendo deliberadamente em comportamentos de risco que intensificam a propagação do vírus (Pennycook, McPhetres, Zhang, & Rand, 2020). Wise et al. (2020) postulam que indivíduos que acreditam que a COVID-19 não seja causada por um vírus, mas fabricada experimentalmente em laboratório, tomam menos precauções para cumprir o distanciamento social e, conseqüentemente, participam de ações voltadas para eliminação das fontes que são percebidas como ameaça (e.g., incendiar celulares com 5G), colocando em risco não apenas a si, mas também a vida de outras pessoas.

Considerando esses aspectos e a influência que tais teorias exercem no comportamento das pessoas, este trabalho se propõe a delinear o panorama vigente sobre o estudo das crenças em teorias da conspiração no contexto da pandemia da COVID-19. Os estudos sobre crenças conspiratórias são significativamente recentes e, por essa razão, ainda não há um referencial teórico unificado para compreendê-las e explicá-las (Swami & Barron, 2020). Não obstante, a maior parte das pesquisas sobre a temática tem sido desenvolvida nos domínios da psicologia social (Rezende et al., 2019). Assim, a pesquisa atual pretende fornecer contribuições teóricas para esse campo em especial. A seguir, abordaremos, inicialmente, as definições gerais acerca das teorias da conspiração sobre a COVID-19, bem como o impacto negativo que elas exercem sobre a saúde e a conduta dos indivíduos. Posteriormente, procurou-se demonstrar como a psicologia social tem estudado esse fenômeno, descrevendo as principais pesquisas desenvolvidas para avaliar a relação entre teorias da conspiração e COVID-19.

CRENÇAS EM TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: DEFINIÇÕES GERAIS E IMPACTOS NA SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

As teorias da conspiração se associam à criação de explicações “alternativas” ou “fantasiosas” para fatos que normalmente contrariam a versão oficial e politicamente correta de um determinado acontecimento. Em geral, os criadores e adeptos de tais teorias apresentam um olhar cético para explicações fornecidas a eventos controlados por instituições e pessoas poderosas, atribuindo um outro significado interpretativo ao acontecimento (Van Prooijen & Van Vugt, 2018).

Outra conceituação evidenciada na literatura é a de que as teorias conspiratórias referem-se a planos secretos arquitetados por um grupo de pessoas para influenciar certos acontecimentos (Douglas, Sutton, & Cichocka, 2017). Dessa forma, os estudiosos caracterizam as teorias da conspiração como uma tentativa de explicar a causa de um evento que, geralmente, é de natureza política ou social, supostamente planejado a partir de uma aliança secreta entre organizações e indivíduos (Jolley, Douglas, & Sutton, 2017).

Crises sociais e eventos estressantes (e.g., desastres naturais, crises financeiras e pandemias) podem ocasionar o desenvolvimento de crenças nas teorias da conspiração em razão de sentimentos de ansiedade e falta de controle. A partir disso, as crenças conspiratórias jogam uma importante função psicológica, na medida em que se configuram como resultado de mecanismos de criação de sentido, ao proporcionar às pessoas uma sensação de segurança e de significado diante de eventos considerados globalmente ameaçadores (Pennycook et al., 2020).

Em outras palavras, as teorias da conspiração se propagam rapidamente porque fornecem às pessoas um deslocamento de culpa e responsabilidade para entidades como o governo, as indústrias farmacêuticas ou os grandes empresários. Tal aspecto ocorre pelo simples motivo de ser mais fácil atribuir culpa sem evidência a uma entidade desconhecida do que aceitar que algo perigoso ou ameaçador aconteceu sem que a responsabilidade seja de alguém em particular (Jolley, Douglas & Sutton, 2017).

Diante disso, as pesquisas sugerem que a crença em teorias da conspiração é mais forte quando os eventos são especialmente grandes, ou significativos, e deixam as pessoas insatisfeitas com explicações superficiais, ou quando experimentam ansiedade como resultado de eventos que não possuem respostas oficiais claras (Goreis & Voracek, 2019). De tal forma, as teorias da conspiração podem satisfazer necessidades psicológicas, como a proteção de acontecimentos que geram incerteza cognitiva, estando associadas a níveis mais baixos de pensamento analítico e a uma maior tendência a superestimar a probabilidade de eventos que não existem (Landrum & Olshansky, 2019). Portanto, eventos mais ameaçadores e prejudiciais têm um potencial de aumentar os sentimentos de ansiedade e estresse das pessoas, resultando, conseqüentemente, em uma maior tendência de aderir a pensamentos conspiratórios (Van Prooijen & Van Vugt, 2018).

Associada aos aspectos supracitados, a confiança nas informações que as instituições governamentais e de saúde divulgam em relação ao surto do novo Coronavírus pode ser uma importante variável relacionada à falta de controle e à possível adesão a ideias conspiratórias. Especificamente, acreditar que as autoridades – governos, OMS, médicos e cientistas – não estão fazendo o suficiente para combater a pandemia pode ser crucial para o desenvolvimento de sentimentos de ansiedade, medo e falta de controle sobre os eventos que ocorrem no meio social (Landrum & Olshansky, 2019).

Pennycook et al. (2020) ainda pontuam que a confiança nas autoridades e instituições se configura como um forte explicador do cumprimento voluntário das regulamentações estabelecidas pela OMS. Como as teorias conspiratórias levam a uma perda de credibilidade nas instituições governamentais, é plausível que a adesão a tais teorias também reduza o apoio às regulamentações governamentais em contexto de pandemia (e.g., não usar máscara, ter contato social com várias pessoas; Carey et al., 2020).

Diante desse panorama, por serem facilmente disseminadas na sociedade, as teorias em questão ocasionam conseqüências negativas na vida individual e social. Há evidências, por exemplo, de que a exposição a teorias da conspiração leva a uma redução nas atitudes positivas em relação às vacinas e ao engajamento de comportamentos direcionados à saúde. Sobre esse aspecto, já se mostrou que a crença em uma teoria da

conspiração, de que o vírus HPV foi produzido em laboratório para fins de genocídio das minorias, levou pacientes com o vírus a recusarem testes e tratamentos (Chen, Zhang, Young, Wu, & Zhu, 2020). Ainda, que indivíduos que acreditavam em teorias da conspiração sobre a vacinação contra a Influenza eram menos favoráveis à vacina e tinham maior probabilidade de buscar métodos não científicos a fim de obter melhoras (Chen et al., 2020).

Na mesma direção, Bogart e Thorburn (2006) mostraram que a exposição de teorias da conspiração entre os afro-americanos esteve associada a atitudes negativas em relação a comportamentos contraceptivos, ocasionando consequências potencialmente prejudiciais para a prevenção da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis. Assim, a crença generalizada nas teorias da conspiração, em épocas de surtos de doenças e pandemias, pode facilmente causar pânico e aumentar o número de vítimas.

Dentro do campo da psicologia social, um grande conjunto de pesquisas sobre as teorias da conspiração anteriores à pandemia da COVID-19 destaca a ligação entre crenças em teorias da conspiração e uma miríade de atitudes e comportamentos negativos em relação à saúde e à prevenção de doenças (para uma revisão, ver Goreis & Voracek, 2019). Vários estudos nesse campo têm mostrado a relação entre as teorias da conspiração e construtos como ansiedade (Sallam et al., 2020), falta de autocontrole (Šrol, Mikušková, & Cavojova, 2020), conformidade com regras de saúde pública (Allington & Dhavan, 2020) e confiança na ciência (Plohl & Musil, 2020).

Nesse âmbito, tomando como base o aumento da atenção dada às teorias da conspiração, pelos psicólogos sociais, considera-se oportuno investigar como esse construto contribui para entender o comportamento dos indivíduos no contexto da pandemia da COVID-19. Portanto, a seguir, serão apresentados os estudos mais recentes que versam sobre a relação entre as teorias da conspiração e a COVID-19.

CORRELATOS DAS CRENÇAS EM TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO E A COVID-19

Em paralelo com a crescente disseminação do novo Coronavírus, no mundo, pesquisadores começaram a despende esforços para desenvolver uma série de estudos voltados à compreensão das diferenças individuais em torno da tendência de as pessoas endossarem teorias da conspiração ou de se engajarem em pensamentos conspiratórios em contextos de ameaça, de controle social e de pandemia. A esse respeito, Sallam et al. (2020) buscaram investigar, a partir de uma amostra composta por 1.540 estudantes universitários, a relação entre a crença de que a pandemia atual foi resultado de uma conspiração global e os níveis de ansiedade e conhecimento dos mesmos em relação ao vírus. Os resultados mostraram que o menor nível de conhecimento e o maior nível de ansiedade, sobre a COVID-19, foram associados à crença de que a doença faz parte de uma conspiração global. Ademais, a crença conspiratória, sobre a origem da COVID-19, se correlacionou com o apoio a informações equivocadas sobre a disponibilidade da vacina e o uso indiscriminado de antibióticos para o tratamento do vírus.

Em direção similar, Allington e Dhavan (2020), ao utilizarem uma amostra de 949 indivíduos da população geral do Reino Unido, buscaram analisar a relação entre crenças conspiratórias sobre a COVID-19 e a conformidade com orientações de saúde. Os resultados desse estudo indicaram uma relação negativa entre tais crenças e o cumprimento de orientações estabelecidas pela OMS. Os autores sugerem que as crenças conspiratórias podem apresentar um risco substancial à saúde pública, sendo tais resultados coerentes com outros estudos que encontraram uma relação entre teorias da conspiração e a relutância em seguir os conselhos de saúde pública, tanto em relação à vacinação quanto ao sexo seguro (Chen et al., 2020).

Ao mesmo passo, Pummerer e Sassenberg (2020) analisaram, em uma amostra de 909 pessoas da população dinamarquesa, a relação entre duas teorias da conspiração relacionadas à COVID-19 (i.e., responsabilizando o governo e acusando a China por desenvolver o vírus), com a

confiança nas autoridades, o apoio aos regulamentos governamentais, o engajamento social, o distanciamento social e a utilização de medidas de higiene. Os resultados permitiram constatar que o distanciamento social se correlacionou negativamente com ambas as crenças conspiratórias sobre a COVID-19. Tais crenças também estiveram relacionadas com a falta de confiança nas autoridades e o engajamento social, além da não adesão aos regulamentos governamentais, como distanciamento social e cuidados com a higiene. Os autores ainda ressaltaram que os achados do estudo permitem ampliar a pesquisa já existente sobre os efeitos negativos das teorias da conspiração no comportamento social, mostrando que indivíduos que acreditam em teorias da conspiração têm menor probabilidade de confiar nas autoridades, apoiar regulamentação governamental e praticar distanciamento social.

Outra pesquisa importante a respeito da temática foi aquela realizada por Šrol et al. (2020). Considerando uma amostra de 783 pessoas da população geral da Eslováquia, esses autores demonstraram relações positivas e significativas entre ansiedade, em face da COVID-19, sentimentos de falta de controle associados à gestão da pandemia, e percepção de risco sobre o novo Coronavírus com o endosso de crenças conspiratórias sobre a origem, disseminação e cura da COVID-19. Além disso, a partir de um conjunto de análises de mediação, demonstraram que a falta de confiança nas instituições (por exemplo, na OMS) levou a uma maior percepção de descontrole sobre a gestão da pandemia, possibilitando, conseqüentemente, uma maior adesão a crenças conspiratórias.

Šrol et al. (2020) explicam que, no auge pandêmico, as notícias sobre a COVID-19 se espalharam mais rapidamente do que o próprio vírus, provocando sentimentos de ansiedade e impotência generalizados, tendo em vista que os médicos e os cientistas ainda não tinham previsões ou informações seguras sobre o funcionamento do vírus no organismo humano. O perigo explícito provocado pela disseminação do vírus, combinado com a incerteza a respeito de seu funcionamento, produziu, frequentemente, um desejo por segurança (Sher, 2020). O sentimento de falta de controle sobre o que estava por vir pode trazer a necessidade de criar mecanismos para reduzir

a ansiedade e recuperar um senso subjetivo de controle e segurança, provocando uma maior susceptibilidade ao endosso de explicações conspiratórias sobre a COVID-19 (Douglas et al., 2019; Van Prooijen, & Van Vugt, 2018).

Em outro estudo, Plohl e Musil (2020) consideraram uma amostra de 617 estudantes de diferentes países para testar um modelo explicativo a fim de identificar as características individuais que tornam uma pessoa mais susceptível a cumprir as diretrizes de prevenção à COVID-19. Para a composição do modelo explicativo, os autores utilizaram as variáveis de conservadorismo político, mentalidade conspiratória, confiança na ciência, percepção de risco e conformidade com as diretrizes de prevenção da COVID-19. A partir disso, os resultados indicaram que a percepção de risco do coronavírus e a confiança na ciência predisseram significativamente a conformidade com as diretrizes de prevenção da COVID-19. Em contrapartida, a mentalidade conspiratória e a falta de confiança na ciência predisseram o não cumprimento às diretrizes de saúde. Tais achados indicam que indivíduos que percebem a COVID-19 como uma séria ameaça apresentam uma maior confiança na ciência, o que, por sua vez, resulta em uma maior adesão aos protocolos globais de saúde. Por outro lado, indivíduos que apresentam um maior endosso a teorias conspiratórias e uma menor confiança na ciência tendem a ignorar o cumprimento de medidas preventivas (Plohl & Musil, 2020).

Outro estudo pertinente é o de Swami e Barron (2020) que, tomando como base uma amostra de 520 pessoas da população geral do Reino Unido, buscaram testar um modelo de mediação em que a rejeição de teorias da conspiração sobre a COVID-19 mediará a relação entre o pensamento analítico e a conformidade com as medidas de distanciamento social exigidas pela OMS. Os resultados mostraram que os indivíduos que apresentavam um pensamento mais detalhado e acurado das informações tendiam a cumprir em maior medida o distanciamento social e a rejeitar teorias da conspiração sobre a COVID-19. Nesse sentido, os autores sugerem que um pensamento mais analítico está diretamente associado a uma maior atenção aos riscos da COVID-19, bem como aos benefícios provenientes de respeitar as medidas de distanciamento social. Ademais, em consonância com outros estudos,

demonstraram que a rejeição de teorias conspiratórias se relacionou com uma maior conformidade às diretrizes estabelecidas pela OMS e ao endosso a informações fornecidas pela comunidade científica.

Em resumo, os estudos supracitados esclarecem que a adesão às crenças conspiratórias sobre a COVID-19 prejudica a implementação bem-sucedida de regulamentos e medidas de combate à pandemia. Ademais, o endosso a tais crenças traz impactos que estão diretamente ligados a aspectos como: (1) a falta de credibilidade nas informações fornecidas pelas instituições governamentais e intergovernamentais; (2) a rejeição da ciência como instrumento para solução e controle da COVID-19; (3) a adesão a medicamentos naturais (e.g., ervas, chás) ou substâncias não certificadas para o tratamento da COVID-19; (4) a falta de seriedade no cumprimento das diretrizes estabelecidas pela OMS, como isolamento e distanciamento social; (5) e a crença de que a COVID-19 não é motivo de preocupação por se tratar de um vírus produzido em laboratório para diminuir a densidade populacional (Chen et al., 2020; Plohl & Musil, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teórico buscou fornecer um panorama geral sobre o estudo das crenças em teorias da conspiração no contexto da pandemia da COVID-19. Evidencia-se que, apesar de serem identificados estudos sobre a temática em contexto internacional (e.g., Allington & Dhavan, 2020), sobretudo de caráter quantitativo (e.g., Goreis & Voracek, 2019; Swami & Barron, 2020), pouco ainda se sabe a respeito dessa temática em contexto brasileiro. Embora tenham sido identificadas tentativas iniciais de tratar a temática das teorias conspiratórias no campo da psicologia social do Brasil (e.g., Rezende et al., 2019), ainda não existem discussões quanto ao impacto negativo de tais teorias no comportamento dos indivíduos no contexto da pandemia do novo Coronavírus.

O presente estudo visa, portanto, oferecer novas possibilidades de análise sobre a temática, considerando as pesquisas desenvolvidas no contexto internacional. A partir dessa conjuntura, ressalta-se que os autores não pretenderam trazer um referencial teórico unificado acerca das crenças

em teorias da conspiração, tendo em vista que o mesmo ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento no campo da psicologia social (Swami & Barron, 2020), não havendo, portanto, uma teoria totalmente unificada que tenha se mostrado capaz de explicar tais crenças.

Não obstante, mesmo diante da variedade de conceituações a respeito da temática, os estudos acerca das teorias da conspiração mostram que as razões pelas quais os indivíduos aderem a essas teorias estão relacionadas aos sentimentos de impotência e insatisfação com a estrutura social, a necessidade de fornecer explicações para eventos de natureza incerta e atribuir a um inimigo “oculto” ou “perigoso” a culpa por eventos prejudiciais. Destaca-se, ainda, a tendência de as pessoas se sentirem motivadas a perceber seu ambiente como seguro e reconfortante, sendo tais crenças uma estratégia cognitiva através da qual elas logariam o controle sobre o seu ambiente (Šrol et al., 2020).

Adicionalmente aos aspectos supracitados, as crenças em teorias da conspiração compartilham características que prejudicam e impedem a adesão a ações de isolamento social em contextos de pandemia, tais como as ideias de que uma força secreta está por trás de alguns eventos (e.g., os cientistas da China produziram a COVID-19 em laboratórios), da existência de uma luta entre o bem (e.g., aqueles que querem descobrir a verdade sobre a COVID-19) e o mal (e.g., aqueles que disseminam informações errôneas sobre a COVID-19 para seu próprio ganho), e da percepção de que os relatos oficiais e políticos são projetados para enganar ou distrair o público (e.g., a situação não é tão grave quanto a mídia apresenta). Portanto, tais crenças propiciam quadros de interpretação não oficiais ou alternativos sobre os fatos (Geldsetzer, 2020).

É preciso salientar que tal discussão se torna ainda mais relevante dentro do contexto brasileiro, uma vez que este país é o segundo no *ranking* mundial de infecções e mortes por SARS-CoV-2 (Jornal O Globo, 2021), ao passo que importantes figuras políticas (e.g., presidente, ministros, deputados) divergem publicamente em suas posições diante das recomendações da OMS, do Ministério da Saúde e de entidades científicas quanto à importância das medidas de isolamento social e da gravidade da situação de saúde. Assim, é certo que a falta de posicionamentos mais prudentes, por

parte dos líderes e representantes governamentais brasileiros, acaba por favorecer o endosso a teorias conspiratórias sobre a COVID-19 e dificultar a manutenção de medidas de higiene, isolamento e distanciamento social entre a população.

Finalmente, é preciso indicar que o presente artigo não encerra a discussão sobre essa temática. Ao contrário, pretendeu fornecer subsídios para a ampliação dessa discussão em nível teórico e para o desenvolvimento de estudos empíricos que considerem a realidade brasileira. Em relação a esse último aspecto, um passo inicial seria elaborar medidas psicometricamente adequadas que possibilitassem ampliar o entendimento do fenômeno das teorias da conspiração sobre a COVID-19, no Brasil. Por exemplo, poderia ser pertinente partir de instrumentos prévios da literatura sobre as teorias conspiratórias (e.g., *Generic Conspiracist Beliefs Scale*, *Conspiracy Mentality Questionnaire*), para construir tais instrumentos, abarcando, especificamente, itens como “A COVID-19 é provavelmente uma farsa”, “A COVID-19 foi criada em um laboratório”, “A vitamina C pode curar a COVID-19”, “A COVID-19 foi criada para ser uma arma biológica”, “Uma cura para a COVID-19 já foi descoberta, mas é escondida por empresas que desejam que a pandemia continue”, dentre outros.

Em relação a pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos que avaliem a relação entre as crenças em teorias da conspiração e variáveis psicológicas relacionadas ao respeito às normas sociais, saúde mental, atitudes frente a órgãos governamentais, traços de personalidade, incerteza cognitiva e percepção de ameaça (Swami & Barron, 2020). Ainda, na mesma direção adotada por Rezende et al. (2019), seria oportuno analisar qualitativamente o discurso da população a fim de mapear como explicam o endosso das pessoas a crenças conspiratórias para explicar eventos sociais, bem como para conhecer quais teorias específicas sobre a natureza da COVID-19 têm sido utilizadas pelos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- Allington, D., & Dhavan, N. (2020). *The relationship between conspiracy beliefs and compliance with public health guidance with regard to COVID-19*. London: Centre for Countering Digital Hate. Recuperado de [https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/en/publications/the-relationship-between-conspiracy-beliefs-and-compliance-with-public-health-guidance-with-regard-to-covid19\(734ca397-6a4d-4208-bc1a-f3da12f04628\).html](https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/en/publications/the-relationship-between-conspiracy-beliefs-and-compliance-with-public-health-guidance-with-regard-to-covid19(734ca397-6a4d-4208-bc1a-f3da12f04628).html)
- Bogart, L. M., & Thorburn, S. (2006). Relationship of African Americans' sociodemographic characteristics to belief in conspiracies about HIV/AIDS and birth control. *Journal of the National Medical Association, 98*, 1-7.
- Carey, J. M., Chi, V., Flynn, D. J., Nyhan, B., & Zeitzoff, T. (2020). The effects of corrective information about disease epidemics and outbreaks: Evidence from Zika and yellow fever in Brazil. *Science Advances, 6*, 1-10.
- Chen, L., Zhang, Y., Young, R., Wu, X., & Zhu, G. (2020). Effects of Vaccine-related Conspiracy Theories on Chinese Young Adults' Perceptions of the HPV Vaccine: An Experimental Study. *Health Communication, 1*, 1-11.
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2017). The psychology of conspiracy theories. *Current Directions in Psychological Science, 26*, 538-542.
- Douglas, K. M., Uscinski, J. E., Sutton, R. M., Cichocka, A., Nefes, T., Ang, C. S., & Deravi, F. (2019). Understanding Conspiracy Theories. *Political Psychology, 40*(S1), 3-35.
- Geldsetzer, P. (2020). Knowledge and perceptions of coronavirus disease 2019 among the general public in the United States and the United Kingdom: A cross-sectional online survey. *MedRxiv, 1*, 1-27.
- Goreis, A., & Voracek, M. (2019). A systematic review and meta-analysis of psychological research on conspiracy beliefs: Field characteristics, measurement instruments, and associations with personality traits. *Frontiers in psychology, 10*, 1-13.

- Jolley, D., Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2018). Blaming a few bad apples to save a threatened barrel: The system-justifying function of conspiracy theories. *Political Psychology, 39*, 465-478.
- Jornal O Globo [12 de junho de 2020]. *Brasil ultrapassa Reino Unido e se torna o segundo país com mais mortes por Covid-19*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-ultrapassa-reino-unido-se-torna-segundo-pais-com-mais-mortes-por-covid-19-1-24476468>
- Landrum, A. R., & Olshansky, A. (2019). The role of conspiracy mentality in denial of science and susceptibility to viral deception about science. *Politics and the Life Sciences, 38*, 193-209.
- Pennycook, G., McPhetres, J., Zhang, Y., & Rand, D. G. (2020). Fighting COVID-19 misinformation on social media: Experimental evidence for a scalable accuracy nudge intervention. *Psychological Science, 31*, 770-780.
- Plohl, N., & Musil, B. (2020). Modeling compliance with COVID-19 prevention guidelines: The critical role of trust in science. *Psychology, Health & Medicine, 26*, 1-12.
- Pummerer, L., & Sassenberg, K. (2020). Conspiracy theories in times of crisis and their societal effects: Case “corona” [Preprint]. Recuperado de <https://psyarxiv.com/y5grn/>
- Rezende, A. T., Silva, F. M. D. S. M., Ribeiro, M. G. C., Loureto, G. D. L., Silva, N. O. F. D., & Gouveia, V. V. (2019). Teorias da conspiração: significados em contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia (Campinas), 36*, 1-12.
- Sallam, M., Dababseh, D., Yaseen, A., Al-Haidar, A., Ababneh, N. A., Bakri, F. G., & Mahafzah, A. (2020). Conspiracy beliefs are associated with lower knowledge and higher anxiety levels regarding COVID-19 among students at the University of Jordan. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 17*, 4915.
- Sher, L. (2020). The impact of the COVID-19 pandemic on suicide rates. *QJM: Monthly Journal of the Association of Physicians, 113*(10), 707-712.

- Šrol, J., Mikušková, E. B., & Cavojova, V. (2020). When we are worried, what are we thinking? Anxiety, lack of control, and conspiracy beliefs amidst the COVID-19 pandemic [Preprint], 1-24. Recuperado de <https://psyarxiv.com/f9e6p/>
- Swami, V., & Barron, D. (2020). Analytic thinking, rejection of coronavirus (covid-19) conspiracy theories, and compliance with mandated social distancing: direct and indirect relationships in a nationally representative sample of adults in the United Kingdom [Preprint]. 1-32. Recuperado de <https://osf.io/nmx9w>
- Torales, J., O'Higgins, M., Castaldelli-Maia, J. M., & Ventriglio, A. (2020). The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. *International Journal of Social Psychiatry*, 66, 317-320.
- Van Prooijen, J. W., & Van Vugt, M. (2018). Conspiracy theories: Evolved functions and psychological mechanisms. *Perspectives on Psychological Science*, 13, 770-788.
- Wise, T., Zbozinek, T., Michelini, G., Hagan, C. C., & Mobbs, D. (2020). Changes in risk perception and protective behavior during the first week of the COVID-19 pandemic in the United States. *Royal Society Open Science*, 7, 1-13.

Recebido em 14/01/2021

Aceito em 08/07/2022

Representação social sobre a surdez: uma revisão integrativa

Social representation on deafness: an integrative review

*Representación social sobre la sordera:
una revisión integradora*

Valéria Maria Azevedo Guimarães*
Joilson Pereira da Silva**

Resumo

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura referente aos estudos científicos que envolvessem a representação social e a surdez. Para isso, realizou-se uma busca nas bases de dados SciELO.org, PePSIC, LILACS, PsycINFO (APA) e Scopus (Elsevier), por meio da plataforma Periódicos CAPES no mês de setembro do ano 2020. Os descritores foram: representação social, surdez, surdo e deficiente auditivo, na língua portuguesa, inglesa e espanhola. Foram analisados 11 artigos e com resultados acerca das populações surda e ouvinte. Nos artigos com pessoas surdas observam-se temáticas sobre identidade, cultura e direitos enquanto cidadãos para dirimirem e modificarem os estereótipos acerca da surdez. As pesquisas com os ouvintes foram realizadas com os familiares e a sociedade de modo geral, tendo como destaque representações baseadas em estereótipos negativos e aspectos limitantes. Ademais, sugerem-se novas produções científicas que deem continuidade à teoria das representações sociais associadas com outros aspectos que envolvam a surdez e tenham como amostra, a comunidade surda.

Palavras-chaves: representação social; surdo; estereótipos.

Abstract

The present study aimed to carry out an integrative review of the literature regarding scientific studies involving social representation and deafness. For

* Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3782-4973>.
E-mail: guimaraes.psicologa@gmail.com

** Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9149-3020>.
E-mail: joilsonp@hotmail.com

this, a search was carried out in the databases SciELO.org, PePSIC, LILACS, PsycINFO (APA) and Scopus (Elsevier), through the platform Periodicals CAPES, in September 2020. The descriptors were: representation social, deaf, deaf and hearing impaired, in Portuguese, English and Spanish. Eleven articles were analyzed with about the deaf, and hearing populations. In the articles with deaf people, themes about identity, culture and rights as citizens are observed to resolve and modify stereotypes about deafness. Surveys with listeners were carried out with family members and society in general, highlighting representations based on negative stereotypes and limiting aspects. Furthermore, new scientific productions are suggested that give continuity to the theory of social representations associated with other aspects that involve deafness and have the deaf community as a sample.

Keywords: social representation; deafness; deaf; stereotypes.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo realizar una revisión integradora de la literatura sobre estudios científicos que involucran la representación social y la sordera. Para ello, se realizó una búsqueda en las bases de datos SciELO.org, PePSIC, LILACS, PsycINFO (APA) y Scopus (Elsevier), a través de la plataforma de Publicaciones CAPES, en septiembre de 2020. Los descriptores fueron: representación social, sordo, sordo y con discapacidad auditiva, en portugués, inglés y español. Se analizaron once artículos con resultados sobre la población sorda y auditiva. En los artículos con personas sordas se observan temas sobre identidad, cultura y derechos como ciudadanos para resolver y modificar estereotipos sobre la sordera. Se realizaron encuestas con los oyentes a familiares y sociedad en general, destacando representaciones basadas en estereotipos negativos y aspectos limitantes. Además, se sugieren nuevas producciones científicas que dan continuidad a la teoría de las representaciones sociales asociadas a otros aspectos que involucran la sordera y tienen como muestra a la comunidad sorda.

Palabras clave: representación social; sordera; sordo; estereotipos.

A teoria da representação social (RS) foi elaborada na França pelo sociólogo Serge Moscovici na década de 60 e é considerada uma das maneiras de explicar e entender o psiquismo humano envolvendo o dualismo entre sujeito/objeto e indivíduo/sociedade (Farr, 2009; Sá, 2002). O propósito de Moscovici, era redefinir a área da psicologia social e trazer um novo paradigma para as bases conceituais e metodológicas. Por conta disso, esse processo de mudança retornou ao conceito de representação coletiva, oriundo de Durkheim. Moscovici considerava que o conceito

de representação coletiva englobava uma categoria ampla de fenômenos psíquicos e sociais, além de ser estática, não o considerando adequado para os estudos das sociedades contemporâneas. As RS buscam as relações do individual e do social de modo dinâmico, distanciando-se da proposta sociologizante de Durkheim e da interpretação exclusivamente psicológica da época (Alves-Mazzotti, 2008, Castro, 2002).

O surgimento da RS ocorreu em um período histórico em que havia a insatisfação com o modelo científico que considerava apenas o conhecimento empírico (Rocha, 2014). Sendo assim, as representações valorizavam o conhecimento do senso comum para o entendimento dos fenômenos sociais (Barros, 2007). Franco e Varlotta (2004) consideram as representações sociais elementos simbólicos que são expressos pelas pessoas utilizando as palavras, o silêncio e os gestos.

Em relação à natureza social dessa teoria, existem três dimensões internas (atitude, informação e o campo da representação) que tentam explicar o que é uma representação social e são caracterizadas como um conjunto de proposições, reações e avaliações oriundas de distintos grupos, culturas e classe sociais, o que ocasiona diferentes considerações (Alves-Mazzotti, 2008; Castro, 2002). A natureza psicológica pretende explicar os processos que transformam o desconhecido em algo familiar e é classificada em ancoragem e objetivação (Castro, 2002). A primeira refere-se à transformação do desconhecido através do referencial de esquemas simbólicos conhecidos pelo indivíduo. Isto é, a classificação e nomeação em torno do objeto ocorre pela relação do mesmo com valores e práticas sociais. A objetivação é caracterizada por tornar real o conceito/ideia em imagem/esquemas (Castro, 2002; Moscovici, 2011).

A RS é considerada uma das teorias da psicologia social com extensa utilização (Moscovici, 2011). Assim, essa teoria respalda um campo diversificado de pesquisas científicas em áreas distintas sobre sexualidade (Aldana, 2012; Bertoldo & Barbará, 2006; Gomes, Silva, & Oliveira, 2011; Trejó, 2005), gênero (Arruda, 2002), práticas corporais (Camargo, Justo, & Jodelet, 2010; Camargo, Goetz, Bousfield, & Justo, 2011; Camargo, Justo, & Alves, 2011), envelhecimento e rejuvenescimento (Castro, 2015) e drogas (Coutinho, Araújo, & Gontiès, 2004; Medeiros, Maciel, Sousa,

Tenório-Souza, & Dias, 2013). Destarte, Martins, Trindade e Almeida (2003) ressaltam que as representações têm papel ativo no processo de construção da sociedade e de si. Adicionalmente, Alves-Mazzotti (2008) salienta que a teoria da representação social tem a finalidade de perscrutar a formação e o funcionamento das representações que enquadram pessoas e grupos.

Diante do que foi trazido acima, é válido ressaltar que a construção da representação social em relação a surdez pode estar associada a dois modelos que frequentemente caracterizam os estudos na área da surdez: o modelo clínico-terapêutico e o modelo socioantropológico (Skliar, Massone, & Veinberg, 1995). O primeiro tem como ponto de partida o entendimento da surdez como uma deficiência e tende a buscar estratégias e recursos de cunho reparador e corretivo. No modelo socioantropológico, compreende-se o surdo como membro de uma comunidade linguística minoritária que compartilha uma língua de sinais e valores culturais (Skliar, 2006).

Desta forma, a descoberta da surdez pode ser compreendida pelos profissionais e familiares de diferentes formas. Alguns autores (Shorn, 1997; Wood & Turnbull, 2004) pontuam que a descoberta do diagnóstico da surdez pelos familiares e os primeiros anos de vida do infante surdo, são considerados pela família um período apreensivo e, por isso, a surdez é classificada como limitante. Isto pode ocorrer pelo fato de os familiares não compreenderem a surdez como uma diferença cultural e por não terem a referência de outros surdos (Glickman, 1996). Os surdos frequentemente pertencem à família de pais ouvintes e eles geralmente não conhecem e não utilizam a língua de sinais, o que pode acarretar falhas na comunicação (Behares, 1996; Bisol, Bremm, & Valentini, 2010; Stelling, Stelling, Torres, & Castro, 2014). Batista e Reis (2011) sugerem que os familiares aprendam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no intuito de subsidiar a aprendizagem e apoiar a construção da identidade linguística e cultural da prole.

A Língua Brasileira de Sinais, foi reconhecida como forma legal de comunicação da comunidade surda, a partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Esta aprovação possibilitou que as pessoas surdas conquistassem seus direitos e usufríssem da língua no âmbito social e educacional. Segundo, Fellingner et al (2005) um dos aspectos que caracteriza uma cultura é a língua e, ter a língua de sinais utilizada como primeira língua dos

surdos, proporciona a vinculação desles à comunidade surda. Entretanto, os surdos estão inseridos em uma sociedade predominantemente ouvinte e a língua de sinais é conhecida e usada por poucos, o que gera barreiras na comunicação e no acesso às informações (Behares, 1996; Bisol, Bremm, & Valentini, 2010; Stelling, Stelling, Torres, & Castro, 2014).

Neste sentido, o presente artigo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura, com a finalidade de responder à seguinte pergunta norteadora, baseada na estratégia PICO (Santos, Pimenta, & Nobre, 2007): Como a surdez (P) é abordada (I) pela representação social (C) nos achados científicos (O)?

MÉTODO

O levantamento bibliográfico ocorreu no mês de setembro de 2020, em cinco bancos de dados: SciELO.org, PePSIC, LILACS, PsycINFO (APA) e Scopus (*Elsevier*), por meio da plataforma Periódicos CAPES, que viabiliza o 'Acesso CAFe'. Os descritores foram selecionados a partir da Terminologia em Psicologia da Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS – PSI Brasil) e empregado o operador booleano AND entre os termos em três diferentes línguas, com a seguinte estratégia de busca: a) em português: representação social AND surdez; representação social AND surdo; representação social AND deficiente auditivo; b) em Inglês: social representation AND deafness; social representation AND deaf; social representation AND hearing disorders; c) em Espanhol: representación social AND sordera; representación social AND sordo; representación social AND deficiente auricular;

Os artigos científicos foram analisados com base nos seguintes critérios de inclusão: a) versar sobre a surdez com o foco na representação social; b) ter o português, inglês ou o espanhol como idioma e c) sem limitação do ano. Os critérios de exclusão foram: a) ter como principal foco o implante coclear; b) publicações duplicadas; c) publicações em outros formatos que não fossem artigo e d) indisponibilidade do resumo e do texto completo por via *online* e de forma gratuita.

A busca nas bases de dados consultadas resultou em 32 artigos, sendo que 14 (43,75 %) eram do SciELO.org; 12 (37,5 %) da Scopus (*Elsevier*),

5 (15,62 %) da PsycINFO (APA) e 1 (3,13 %) no LILACS. Para a sistematização dos dados obtidos, foram utilizadas as recomendações dos Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises (PRISMA) que se caracteriza como um *checklist* para auxiliar os autores a aprimorarem o relato de revisões sistemáticas e meta-análises (Galvão, Pansini, & Harrad, 2015). O procedimento de busca inicial ocorreu com a leitura do título, das palavras-chave e do resumo dos artigos, o que gerou a exclusão de 5 estudos por se distanciarem dos critérios de inclusão e 16 publicações por se repetirem entre as bases e na própria base. Posteriormente, foi realizada a leitura na íntegra dos artigos selecionados para a realização da análise bibliométrica e metodológica. Após todas as etapas de seleção e a avaliação cega de dois juízes, foram selecionados 11 artigos, conforme demonstrado na Figura 1.

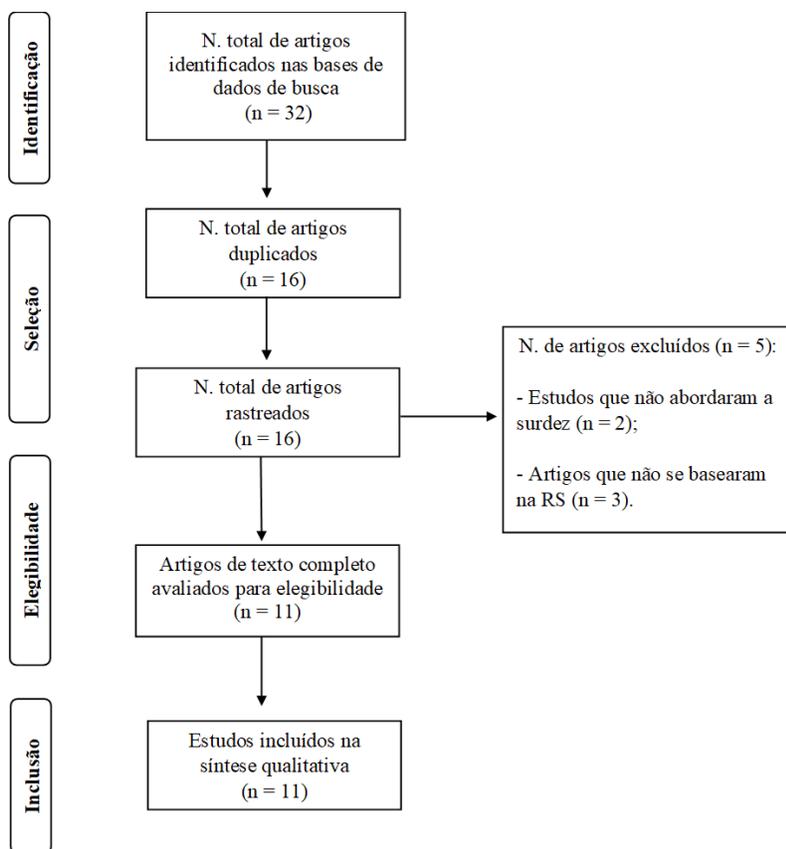


Figura 1. Fluxograma da seleção de artigos baseada no método Prisma.

Para a realização da análise bibliométrica e metodológica, foi elaborada uma ficha para analisar os dados dos artigos com os seguintes itens: 1) Título; 2) Banco de Dados; 3) Autores; 4) Ano da publicação; 5) Periódico; 6) Idioma do Texto; 7) Delineamento da pesquisa; 8) Objetivo; 9) Participantes; 10) Instrumento e/ou técnica de pesquisa e 11) Resultados. A seguir, os artigos foram categorizados de acordo com as amostras (RS da surdez pelos ouvintes; RS da surdez pelos surdos e RS da surdez por ouvintes e surdos). Os estudos selecionados foram apresentados nos resultados por ordem cronológica da publicação e utilizando os números cardinais como na Tabela 1.

RESULTADOS

Tópicos bibliométricos e metodológicos

Os documentos analisados concentraram os periódicos nas seguintes áreas: quatro artigos pertenciam à área médica (E2, E5, E9 e E10); cinco artigos da área da educação (E3, E4, E6, E7 e E8); um artigo da área da psicologia (E11) e um artigo foi publicado em um periódico específico da área da surdez (E1). Quanto ao delineamento da pesquisa observou-se que a maior parte dos achados se enquadrou na pesquisa de campo (E1, E2, E3, E4, E5, E8, E9, E10 e E11) e que os Estudos 6 e 7 analisaram imagens e narrativas referentes a comunidade surda. Referente ao idioma que o artigo foi escrito, sete foram na língua portuguesa (E2, E3, E5, E6, E7, E8 e E11) três na língua inglesa (E1, E9 e E10) e um na língua espanhola (E4). Quanto ao ano de publicação, os anos de 2016 e 2019 se destacaram por terem dois artigos publicados em cada. No que se refere a amostra das pesquisas nota-se que os achados tiveram participantes surdos (E5, E6, E7 e E11) e ouvintes (E1, E2, E8 e E9) sendo que nos Estudos 3 e 4 houve a participação de ambos. No Estudo 10 participaram pessoas que não tinham conhecimento específico sobre a surdez, entretanto, também foram incluídos idosos que apresentavam perda auditiva. Na Tabela 1 é possível encontrar o título do estudo, nomes dos autores, ano e país.

Tabela 1 – Dados dos artigos encontrados

| Nº | Título do artigo | Autor | Ano | País |
|-----|---|--|------|---|
| E1 | A comparative study of personality descriptors attributed to the deaf, the blind, and individuals with no sensory disability | Cambra | 1996 | Espanha |
| E2 | Representações Sociais Da Surdez | Bittencourt e Montagnoli | 2007 | Brasil |
| E3 | Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas | Audrei Gesser | 2008 | Brasil |
| E4 | Las representaciones de los docentes en los procesos de construcción identitarios de las personas sordas dentro de su educación | Morales | 2011 | Chile |
| E5 | Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais | Nóbrega, Andrade, Pontes, Bosi e Machado | 2012 | Brasil |
| E6 | Interações em redes sociais e as representações sobre a liderança da comunidade surda em textos verbo-visuais | Albres, Santiago e Lacerda | 2015 | Brasil |
| E7 | Narrativas autobiográficas de surdos ou de pessoas com deficiência visual: análise de identidades e de representações | Müller e Mianes | 2016 | Brasil |
| E8 | Ser Irmão de uma pessoa surda: Relatos da Infância à fase adulta | Yamashiro e Lacerda | 2016 | Brasil |
| E9 | Social representation of "hearing loss": Cross-cultural exploratory study in India, Iran, Portugal, and the UK | Manchaiah, Danermark, Ahmadi, Tomé, Zhao, Li, Krishna e Germundsson | 2017 | EUA / Suécia / Irã / Portugal / Reino Unido / China / Índia |
| E10 | Patterns in the social representation of "hearing loss" across countries: how do demographic factors influence this representation? | Per Germundsson, Vinaya Manchaiah, Pierre Ratinaud, Aristotle Tympas and Berth Danermark | 2019 | Índia / Irã / Portugal / Reino Unido |
| E11 | Surdez e sexualidade: as representações sociais dos discentes surdos | Guimarães e Silva | 2019 | Brasil |

Fonte: Tabela elaborada pelos pesquisadores, 2020

RS da surdez pelos ouvintes

Nessa categoria, os achados (E1, E2, E8 e E9) descrevem as representações sociais dos familiares de pessoas surdas e da sociedade em geral referente a surdez.

O Estudo 1 (Cambra, 1996) teve como objetivo fornecer respostas para questões relacionadas à imagem social da surdez. Para isso, sua amostra foi constituída por universitários ouvintes que descreveram as pessoas surdas, cegas e sem deficiência sensorial. Percebeu-se que o cego foi considerado mais trabalhador e atento do que o surdo, porém, com maior necessidade de assistência. Os surdos foram tidos como reservados, solitários, além de serem significativamente mais rápidos, nervosos, inseguros, imprudentes e impulsivos do que o cego. Além disso, as pessoas surdas foram consideradas reservadas, solitárias, lentas, entediadas, passivas, dependentes quando comparadas às pessoas sem deficiência sensorial. Os surdos também foram considerados menos comunicativos, amáveis, agradáveis, confiantes e seguros de si, além de terem menor número de amigos do que sujeitos sem deficiência sensorial. Vale resaltar que os participantes que conheciam uma pessoa surda as representaram como confiantes, ativas e divertidas de estar, diferente dos que não conheciam.

No Estudo 2 (Bittencourt & Montagnoli, 2007) o objetivo foi conhecer as representações sociais e o impacto da surdez no cotidiano de familiares de crianças surdas. Participaram desta pesquisa os pais e as mães dos surdos que frequentavam o centro de reabilitação. Os participantes representaram o impacto do diagnóstico da surdez como “um fardo”, “sofrimento”, “transtorno”, “sobrecarga” gerando “sentimento de culpa” e dificuldade de aceitação. Em relação ao processo de reabilitação, as representações estavam voltadas a “socialização”, “respeito” e “aceitação” no meio social. A reabilitação e a instituição de ensino foram evidenciadas como facilitadoras no processo de socialização das pessoas surdas, o que favorece a mudança das RS dos pais, pois estes passam a conhecer o potencial dos filhos. Isso demonstra a importância do diagnóstico e da convivência familiar na percepção das possibilidades que a pessoa surda possui.

A partir das experiências de irmãos de pessoas surdas, o Estudo 8 (Yamashiro & Lacerda, 2016) objetivou analisar estas experiências baseadas na história de vida e das implicações da deficiência nos relacionamentos fraternos. A comunicação foi retratada como a principal causadora das dificuldades enfrentadas nos relacionamentos e vivências compartilhadas por todos os familiares. Os irmãos de pessoas surdas vivenciam sentimento de culpa, frustração e ansiedade, semelhantes aos pais, quando se deparam com o diagnóstico de surdez do irmão. Além disso, foi observado que a maneira como o diagnóstico e as orientações são passadas pelos profissionais para os familiares dos surdos, exerce influências nas tomadas de decisões das famílias na criação dos filhos surdos.

Manchaiah et al. (2017) conduziram o Estudo 9 e buscaram compreender e comparar a representação social da perda auditiva (do público em geral) nos países Índia, Irã, Portugal e Reino Unido. Foi notório que a perda auditiva foi considerada negativa entre os países integrantes do estudo. Entretanto, os participantes da Índia relataram associações significativamente mais positivas e menos negativas quando comparadas aos participantes do Irã, Portugal e Reino Unido. Além disso, foi percebido que “avaliação e manejo”, “causas de perda auditiva”, “dificuldades de comunicação”, “incapacidade”, “capacidade auditiva ou incapacidade”, “aparelhos auditivos”, “estado mental negativo”, “as atitudes dos outros” e “som e acústica do ambiente” foram as categorias mais frequentes do estudo e que a categoria, “deficiência”, estava ligada a outras frequentes – “causas da perda auditiva”, “dificuldades de comunicação”, “estado mental negativo” e “aparelhos auditivos”. Não houve diferença estatística entre respostas neutras relatadas entre esses países e foram encontradas mais diferenças entre eles do que semelhanças.

RS da surdez pelos surdos

Nesta categoria, os achados (E5, E6, E7 e E11) descrevem as representações sociais dos surdos referentes a surdez.

No Estudo 5 (Nóbrega et al., 2012) buscou-se compreender as representações sobre a surdez pelos próprios surdos e os participantes

foram professores surdos de uma instituição pública estadual de ensino para surdos. Com os dados, três categorias foram identificadas: a) Identidade e Cultura Surda – a surdez é percebida pelos surdos como uma diferença cultural e linguística e o acesso ao mundo é feito essencialmente pela experiência visual e pela comunicação através da língua de sinais. A convivência com a comunidade surda gera o sentimento de pertencimento e de semelhança com o outro; b) Discurso do deficiente versus discurso do surdo – há diferentes perspectivas em relação à surdez e ao uso de tecnologias auditivas entre os surdos, familiares, profissionais e gestores, sendo que os primeiros têm uma percepção negativa sobre o aparelho auditivo, do implante coclear e os demais buscam por uma normatização das pessoas surdas; c) Ética do Cuidado e Políticas Públicas: o papel da escolha – a imposição tecnológica na infância é criticada pelos surdos pelo fato do infante não conhecer a cultura surda e não ter autonomia para escolher sobre o uso da tecnologia. Além disso, foi destacado que o governo, antes de impor a tecnologia auditiva, conheça a cultura surda.

Albres, Santiago e Lacerda (2015) compuseram o Estudo 6 para descrever e analisar os textos-imagem que representam os líderes da comunidade surda e que foram postados em um grupo virtual de uma rede social. A primeira figura analisada, representa uma homenagem da comunidade surda para Antônio Campos de Abreu, por lutar pela oficialização da Libras no Brasil. A segunda retrata líderes surdos e ouvintes que surgiram após o reconhecimento da Libras e que buscaram uma educação de qualidade e bilíngue para os surdos. Da terceira a sexta postagem, Patrícia Luiza Ferreira Rezende é destacada por participar de lutas, movimentos representando a comunidade surda e da redação do documento que sustenta a proposta da educação bilíngue para os surdos. A personagem representada ganhou o papel de heroína a partir da quarta imagem. Nas postagens dois, seis e sete o Congresso Nacional aparece por ser um ambiente que simboliza poder e onde acontecem as discussões políticas do Brasil. Por fim, a sétima imagem demonstra que as lutas pelo reconhecimento das especificidades educacionais são constantes e sugere o surgimento de novos líderes defensores dessa causa.

O Estudo 7 (Müller & Mianes, 2016) analisou os processos identitários e as representações de sujeitos surdos ou com deficiência visual, através de problematização dos relatos escolares em narrativas autobiográficas. Foi possível identificar que escolas sem adequações para os alunos surdos e cegos negavam de forma indireta o acesso dessas pessoas. Quando aceitos, havia uma tentativa de normatizá-los e nos casos dos surdos, ocorria a proibição da comunicação através da Libras. Essas tentativas ocasionam a extinção da identidade dos discentes, pois a escola geralmente percebe o que falta no aluno e não observa o seu potencial. Foi evidenciado no estudo que para haver uma verdadeira inclusão não basta ter somente a “inclusão instrumental” – quando a instituição se preocupa com a disponibilização de equipamentos de acessibilidade e capacitação dos docentes – é preciso haver acolhimento e a percepção das possibilidades existentes nos alunos, para que estes se sintam incluídos nas escolas que estudam. Ademais, a sensação de pertencimento pelos discentes surdos e cegos, comumente acontece com a socialização entre os pares por haver partilhas da cultura e pela intensificação das lutas por seus direitos.

O Estudo 11 (Guimarães & Silva, 2019) traz uma perspectiva diferente dos demais por buscar identificar e compreender as RS dos alunos surdos em relação a sexualidade. A pesquisa foi composta por 10 discentes surdos, maiores de 18 anos de idade, com divisão igualitária entre os sexos e usuários da Libras. Os participantes responderam a um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas relacionadas ao conhecimento da sexualidade, das relações afetivas, da autoimagem, das fontes de informações, dos métodos contraceptivos e das infecções sexualmente transmissíveis (IST). Os dados obtidos resultaram em seis classes temáticas: 1) conhecimento dos métodos contraceptivos – abordou modos de evitar a IST, gravidez não programada e aquisição de informações sobre a sexualidade; 2) dificuldades na relação afetiva – aponta para a adversidade entre as relações sociais; 3) redes sociais – o cuidado com a aparência física foi salientada principalmente para os ambientes sociais e para iniciar uma relação amorosa; 4) percepção do cuidado familiar – teve como destaque os cuidados dos familiares com os discentes; 5) dificuldades na relação afetiva íntima – descreve a reconciliação do relacionamento entre o casal e 6) relações entre

ouvintes e surdos – observou-se que a comunicação pode ser uma fator para iniciar uma relação amorosa. Este estudo aponta para a importância do meio social e dos espaços de discussões sobre a educação da saúde sexual para a construção das RS dos surdos.

RS da surdez por surdos e ouvintes

Nesta categoria, os achados (E3, E4 e E10) descrevem as representações sociais dos surdos e ouvintes referentes a surdez.

O Estudo 3 (Gesser, 2008) objetivou fazer uma discussão relacionada a dois paradigmas ideológicos na educação dos surdos: o patológico e o cultural. Para isso, buscou discutir os conceitos-termos como “deficiente-auditivo”, “surdo-mudo” e “mudo” com os participantes que frequentavam ambientes sociais, em específico nas salas de aula constituída por professores surdos e alunos ouvintes. A autora por meio da perspectiva etnográfica realizou a análise de excertos dos participantes na tentativa de desconstruir as conotações negativas que os termos citados anteriormente implicam na RS e na identidade cultural dos surdos. Essa pesquisa contribui para a ampliação do entendimento do processo histórico e do contexto da pessoa surda, ressaltando a importância da re-definição de conceitos na área teórica (modelo clínico e modelo socioantropológico, por exemplo) retratados por meio da perspectiva pós-moderna e pós-colonial.

No Estudo E4 de Morales (2011) foi observada a junção de dois estudos, sendo que no primeiro participaram jovens e adultos surdos. No segundo, houve a participação de professores de diferentes escolas que lecionavam para surdos. Em relação ao primeiro foi observado que os discentes obtiveram uma educação com base no método oralista e por isso, foi mais provável que os valores e as práticas dos docentes fossem fundamentados em representações associadas à exclusão e normatização desses alunos. A vista disso, os discentes relataram o desrespeito às suas particularidades, sobrecarga, frustração, insegurança, incerteza e discriminação provenientes do método supracitado. Identificou-se que os surdos, filhos de pais ouvintes, buscavam pares na comunidade surda para que houvesse o sentimento de

pertencimento e socialização. Entretanto, os surdos filhos de pais surdos afirmaram ter a comunicação ativa e que isso contribuiu em aspectos positivos para a formação da identidade.

No segundo estudo foram definidas cinco categorias: a) representação centrada na exclusão - constituída da percepção da surdez como uma incapacidade centrada na carência e na anormalidade, desconsiderando a influência do ambiente sobre os indivíduos e as diferenças entre a cultura surda e dos ouvintes; b) representação centrada na normatização - baseada na percepção sobre o surdo como um ser capaz de se adaptar a uma sociedade majoritária de ouvintes por meio da oralização; c) representação centrada na escola - coloca o surdo no centro da aprendizagem reconhecendo suas potencialidades e ignorando a identidade social relacionada apenas à sua comunidade; d) representação centrada na pessoa e na comunicação - a comunicação é tida como essencial no processo da aprendizagem e há o reconhecimento e valorização da língua de sinais; e) representação focada na cultura surda e cidadania - o surdo é considerado um ser político, valorização da cultura surda e busca por direitos.

O Estudo 10 (Germundsson, Manchaiah, Ratinaud, Tympas & Danermark, 2019) objetivou compreender as RS da perda auditiva relatados por adultos em diferentes países. A amostra foi composta por 404 integrantes, com divisão igualitária entre os sexos, maiores de 18 anos de idade e não tinham conhecimento específico referente a surdez, porém alguns idosos com perda auditiva também fizeram parte desta pesquisa. Os participantes possuíam nacionalidades diferentes tendo a participação de quatro países: Índia, Portugal, Irã e Reino Unido. Os integrantes responderam a um questionário que solicitava um relato com até cinco palavras ou frases que vêm imediatamente à mente quando pensam em perda auditiva.

Como resultado da pesquisa supracitada, os autores categorizaram as informações em cinco grupos: 1) aspectos individuais – voltado para as características e aspectos individuais; 2) etiologia – retratou a estrutura corporal / aspectos biológicos; 3) a sociedade circundante – envolveu a relação entre pessoas com deficiência auditiva e os demais da sociedade; 4) limitações – neste grupo os aspectos limitantes foram salientados como o estado mental negativo, isolamento e limitações de atividade e 5) exposto

– abordou as situações que as pessoas com perda auditiva estão expostas e dependentes do outro. Com os dados obtidos, compreendeu-se que a representação social referente a perda auditiva varia e está relacionada principalmente ao país de origem.

DISCUSSÃO

Os artigos científicos encontrados referem-se à parte das representações que os surdos, seus familiares e a sociedade possuem em relação a surdez, salientando os estereótipos negativos existentes sobre os surdos, as barreiras na comunicação e a importância da convivência com a comunidade surda para a formação da identidade. Observou-se que quando os familiares e a sociedade em geral percebem as potencialidades presentes nas pessoas surdas, ao invés do aspecto que lhes faltam, possibilita a modificação desses estereótipos.

Os temas discutidos nos achados corroboram os de Lebedeff (2010), ao reiterar que há muito tempo o foco maior das discussões dos estudos relacionados à surdez, volta-se para as diferenças linguísticas e culturais dos surdos. Entretanto, Aldana (2012) analisou as representações sociais de três grupos de adolescentes (surdos usuários da língua de sinais colombiana, ouvintes e surdos usuários do castelhano oral) e salientou a importância da reflexão referente a saúde pública com o foco na saúde sexual e situações de vulnerabilidades das pessoas surdas.

A presença das estigmatizações e atitudes pré-conceituosas ainda presentes na sociedade, são decorrentes das representações sociais negativas em relação aos surdos e estes tipos de representações podem influenciar os comportamentos de exclusão e discriminação das pessoas surdas (Manchaiah et al. 2017). Tais dados se assemelham com o estudo de Witkoski (2009) referente a surdez e preconceito. Diante disso é possível perceber que a teoria da representação social aborda situações adversas da sociedade como a exclusão, problemas de integração das minorias e saúde-doença (Abriç, 1996). Ademais, Gazzinelli, Gazzinelli, Reis e Penna (2005) reiteraram a importância de as representações sociais serem consideradas em pesquisas para que os conhecimentos sejam compartilhados.

Por meio dos dados obtidos, foi observado que o modelo clínico – o que busca a normatização do surdo, e o modelo socioantropológico – a surdez considerada como uma diferença linguística e cultural – exerceram influências sobre o modo da sociedade perceber e lidar com os surdos (Bisol & Sperb, 2010; Skliar, 2016). Assim, as representações sociais necessitam das crenças, imagens e dos valores, praticados por grupos sociais com o intuito de resultar na realidade social (Jodelet, 2001; Santos, 2005). Considerando o impacto desses modelos e crenças sobre a percepção da mídia acerca dos surdos, Foss (2014) aponta que a influência da indústria televisiva pode contribuir com a formação de estereótipos negativos referentes a deficiência auditiva.

No Estudo 4 de Morales (2011) percebeu-se que os surdos filhos de pais ouvintes relataram a barreira na comunicação com seus familiares. Esse dado foi semelhante ao estudo de Gilbert, Clark e Anderson (2012) ao destacarem que os surdos que cresceram em uma família de ouvintes tendem a não ter o acesso total as informações contidas nas conversas entre seus familiares, mesmo que algum membro da família sinalizasse para o surdo e isto pode diminuir o seu conhecimento sobre as informações diárias. Entretanto, os surdos que cresceram em uma família surda tinham acesso total a língua visual desde a infância e isso promovia a fluência na língua de sinais e a imersão na cultura surda.

Hadjikakou e Nikolarazi (2008) acrescentaram que além desta barreira comprometer o acesso às informações, ela pode gerar dificuldades na criação de laços afetivos profundos. Ademais, os achados apontaram que os familiares e a sociedade perceberam as pessoas surdas como dependentes deles, o que se assemelha com os estudos de Atkin, Ahmad e Jones (2002) e Taylor, Greenberg, Seltzer e Floyd (2008) ao destacarem a preocupação dos familiares com o futuro dos filhos surdos.

Além disso, as pesquisas que abordaram as representações sociais da surdez pelos próprios surdos (E5, E6, E7 e E11) enfatizaram o processo de exclusão vivido por pessoas surdas em épocas que não havia leis que os defendesse e a constante busca da comunidade surda pela diminuição das representações negativas, pelo reconhecimento da sociedade e por seus direitos. Outrossim, essas pesquisas referiam-se à comunidade surda e ao

sentimento de pertencimento, como é visto no estudo de Perlin (2016) ao enfatizar a necessidade dos encontros dos surdos com os seus semelhantes para a vivência e formação da identidade surda.

Esta revisão integrativa de literatura identificou que a produção nacional acerca da temática em tela tem sido aprofundada e se percebeu mudanças nas representações sociais da surdez a depender dos modelos (clínico e socioantropológico) e da amostra (familiares, surdos, por exemplo). De modo geral, as pesquisas discorreram sobre os estereótipos negativos, dificuldades na comunicação, benefícios que a comunidade surda exerce sobre os surdos e suas conquistas. Ademais, foram enfatizados nos estudos as mudanças das representações negativas da sociedade para as positivas, após o convívio com as pessoas surdas e o conhecimento da cultura e da língua de sinais. Vale ressaltar a importância dos familiares e da sociedade conhecerem suas representações sobre as pessoas surdas e observarem as suas contradições entre o conhecimento e estereótipo referentes aos surdos, na tentativa de valorizarem e incluírem estes no meio social.

Embora constem poucos artigos, salienta-se a importância desses para o entendimento da construção das representações sociais negativas e como ocorrem as suas mudanças. Sugerem-se novas produções científicas que deem continuidade a teoria das representações sociais associadas com outros aspectos que envolvam a surdez e que sejam conduzidas com a comunidade surda. Espera-se com esta revisão, favorecer a educação pública referente a surdez e subsidiar debates e problematizações nas futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. Prefácio (1996). In Sá, C. P. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Albres, N. A., Santiago, V. A. A., & Lacerda, C. B. F. (2015). Interações em redes sociais e as representações sobre a liderança da comunidade surda em texto verbo-visuais. *Calidoscópico*, 13 (2), 201-209. Recuperado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2015.132.06>

- Alves-Mazzotti, A. J. (2008). Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. *Revista Múltiplas Leituras*, 1 (1), 18-43. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169>
- Aldana, J. C. (2012). Representaciones sociales de la salud sexual de adolescentes sordos y oyentes en la ciudad de Bogotá. *Pensamiento Psicológico*. 10 (2), 35-47. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89612012000200005
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Psicologia*, (117), 127-147. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt
- Atkin, K., Ahmad, W. I. U., & Jones, L. (2002). Young South Asian deaf people and their families: negotiating relationships and identities. *Sociology of Health & Illness*, Malden, 24 (1), 21-45. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-9566.00002>
- Barros, S. M. M. (2007). *Parentalidade “prematura”*: um estudo sob a ótica da teoria das representações sociais. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Batista, T. P. M. & Reis, J. G. (2011). A Família de Estudantes Surdos: E A Importância Da Comunicação em Libras para Processo de Aprendizagem. *VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. 1201-1213. Recuperado de <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/familia/113-2011.pdf>.
- Behares, L. E. (1996). Aquisição da linguagem e interações mãe ouvinte - criança surda. In *Anais do Seminário Repensando a Educação da Pessoa Surda*. Rio de Janeiro: INES.
- Bertoldo, R. B. & Barbará, A. (2006). Representação social do namoro: a intimidade na visão dos jovens. *Psico-USF*, 11 (2), 229-237. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712006000200011&script=sci_abstract&tlng=pt

- Bisol, C. A., Bremm, E. S., & Valentini, C. B. (2010). Blogs de adolescentes surdos: escrita e construção de sentido. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, 14 (2), 291-299. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a11v14n2.pdf>
- Bisol, C. & Sperb, T. M. (2010). Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (1), 7-13. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-37722010000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Bittencourt, Z. Z. L. C. & Montagnoli, A. P. (2007). Representações sociais da surdez. *Medicina (Ribeirão Preto. Online)*, 40 (2), 243-249. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/322>
- Camargo, B. V., Justo, A. M., & Jodelet, D. (2010). Normas, representações sociais e práticas corporais. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44 (3), 449-457. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28420658006>
- Camargo, B. V., Goetz, E. R., Bousfield, A. B. S., & Justo, A. M. (2011). Representações sociais do corpo: estética e saúde. *Temas em Psicologia*, 19 (1), 257-268. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2011000100021&lng=es&nrm=iso
- Camargo, B. V., Justo, A. M., & Alves, C. D. B. (2011). As funções sociais e as representações sociais em relação ao corpo: uma comparação geracional. *Temas em Psicologia*, 19 (1), 269-281. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100022
- Cambra, C. (1996). A Comparative Study of Personality Descriptors Attributed to the Deaf, the Blind, and Individuals with No Sensory Disability. *American Annals of the Deaf*, 141 (1), 24-28. Recuperado de <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8901350/>

- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 37 (164), 949-979. Recuperado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218735660J7vJF3sv2Ck99QR5.pdf>.
- Castro, A. (2015). *Representações sociais do envelhecimento e do rejuvenescimento para mulheres que adotam práticas de rejuvenescimento*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Coutinho, M. P. L., Araújo, L. F., & Gontiès, B. (2004). Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. *Psicologia em Estudo*, 9 (3), 469-477. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-28888>
- Farr, R. M. (2009). Representações sociais: a teoria e sua história. In P. A. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (10^a ed.) (pp. 31-59). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fellinger, J. et al. (2005). Mental distress and quality of life in a deaf population. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 40 (9), 737-742. Recuperado de <https://www.readcube.com/articles/10.1007%2Fs00127-005-0936-8>
- Foss, K. A. (2014). (De)stigmatizing the silent epidemic: representations of hearing loss in intertainment television. *Health Commun*, 29 (9), 888-900. Recuperado de <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24299187/>
- Franco, M. L. P. B. & Varlotta, Y. M. C. L. (2004). As representações sociais de professores do ensino médio. *Estudos em Avaliação Educacional*, 15 (30). Recuperado de <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1013/1013.pdf>
- Gazzinelli, M. F., Gazzinelli, A. Reis, D. C., & Penna, C. M. M. (2005). Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. *Caderno de Saúde Pública*, 21 (1), 200-206. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2005000100022&script=sci_abstract&tlng=pt

- Gilbert, G. L., Clark, M. D., & Anderson, M. L. (2012). Do Deaf Individuals' Dating Scripts Follow the Traditional Sexual Script?. *Sexuality & Culture*, 16, 90–99. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s12119-011-9111-4>
- Glickman, N. S. (1996). The development of culturally deaf identities. In N. S. Glickman, & M. A. Harvey (Orgs.). *Culturally affirmative psychotherapy with deaf persons*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Gomes, A. M. T., Silva, E. M. P., & Oliveira, D. C. (2011). Representações sociais da AIDS para pessoas que vivem com o HIV e suas interfaces cotidianas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 19 (3), 1-8. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692011000300006&script=sci_abstract&tlng=pt
- Hadjikakou, K. & Nikolarazi, M. (2008). The Communication Experiences of Adult Deaf People within their Family during Childhood in Cyprus. *Deafness and Education International*, 10 (2), 60-79. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/146431508790559823>
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Lebedeff, T. B. (2010). Surdez e Sexualidade: Uma Discussão Sobre a Necessidade de Empoderamento Linguístico e Acesso à Informação. *VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPEDSUL*. Recuperado de <https://docplayer.com.br/13124540-Surdez-e-sexualidade-uma-discussao-sobre-a-necessidade-de-empoderamento-linguistico-e-acesso-a-informacao-tatiana-bolivar-lebedeff-ufpel.html>.
- Manchaiah, V., Danermark, B., Ahmadi, T., Tomé, D., Zhao, F., Li, Q., Krishna, R., & Germundsson, P. (2017). Social representation of “hearing loss”: cross-cultural exploratory study in India, Iran, Portugal, and the UK. *Clinical Interventions in Aging*, (10), 1857-1872. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4655910/>
- Martins, P. O., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 555-568. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722003000300014&script=sci_abstract&tlng=pt

- Medeiros, K. T., Marciel, S. C., Sousa, P. F., Tenório-Souza, F. M., & Dias, C. C. V. (2013). Representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários. *Psicologia em Estudo*, 18 (2), 269-279. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722013000200008&script=sci_abstract&tlng=pt
- Morales, P. (2011). Las representaciones de los docentes en los procesos de construcción identitarios de las personas sordas dentro de su educación. *Estudios Pedagógicos*, 37 (2), 161-180. Recuperado de https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So718-07052011000200010
- Moscovici, S. (2011). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nóbrega, J. D., Andrade, A. B. de, Pontes, R. J. S., Bosi, M. L. M., & Machado, M. M. T. (2012). Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuárias de língua de sinais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (3), 671-679. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000300013&script=sci_abstract&tlng=pt
- Perlin, G. T. T. (2016) Identidade surdas. In Skliar, C. (Org.) *A surdez: Um olhar sobre as diferenças*. 8 ed. Porto Alegre: Mediação.
- Quadros, R. M. & Karnopp, L. B. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R. M. (2017). *Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais*. Porto Alegre: Penso.
- Rocha, L. F. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34 (1), 46-65. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt
- Sá, C. P. de (2002). *Núcleo central das representações sociais*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, M. F. S. (2005). Diálogos com a teoria das representações sociais. In M. F. S. Santos & A. M. Almeida (Orgs.), *A teoria das representações sociais* (pp.118-159). Recife: UFPE.
- Shorn, M. E. (1997). *El niño y el adolescente sordo: reflexiones psicoanalíticas*. Buenos Aires: Lugar Editora.

- Skliar, C., Massone, M. I., & Veinberg, S. (1995). El acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. *Infancia y Aprendizaje*, 2(69), 85-100.
- Skliar, C. (2006). *Educação & Exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. 5 ed. Porto Alegre: Mediação.
- Skliar, C. (2016). Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In Skliar, C. (Org.), *Um olhar sobre as diferenças*. 8 ed. (pp. 7-32). Porto Alegre: Mediação.
- Stelling, E. P., Stelling, L. F. P., Torres, E. M. S., & Castro, H. C. (2014). Pais ouvintes e filho surdo: dificuldades de comunicação e necessidade de orientação familiar. *Espaço*, 42. Recuperado de <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/106/94>.
- Taylor, J. L. Greenberg, J. S., Seltzer, M. M., & Floyd, F. J. (2008). Siblings of adults with mild intellectual deficits or mental illness: differential life course outcomes. *Journal of Family Psychology*, 22 (6), 905-914. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2610343/>
- Wood, C. J. & Turnbull, C. W. A. (2004). Impact of deafness on family life: A review of the literature. *TECSE*, 24 (1), 15-24. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/02711214040240010201>
- Witkoski, S. A. (2009). Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. *Revista Brasileira de Educação*, 14 (42). Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000300012&script=sci_abstract&tlng=pt
- Yamashiro, J. A. & Lacerda, C. B. F. de (2016). Ser irmão de uma pessoa surda: Relatos da infância à fase adulta. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 22 (3), 367-380. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000300367

Recebido em 04/02/2021

Aceito em 21/05/2022

Revisão integrativa da literatura feminista sobre família

Integrative review of feminist literature regarding family

Revisión integradora de la literatura familiar feminista

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa*
Rafael De Tilio**

Resumo

A presente revisão integrativa teve por objetivo compreender as características da família, abordadas pela literatura feminista, no período de 2008 a 2017. Foram realizadas buscas nas bases de dados LILACS, SciELO e PePSIC. Ao final do processo, foram recuperados 21 artigos que foram analisados em cinco categorias (família; público/privado; maternidade; trabalho e família; políticas públicas e leis). Os principais resultados evidenciaram a família como uma instituição constituída por meio de um contexto histórico e os feminismos como elementos que permitem reinterpretações desse sistema. Por fim, são importantes novos estudos que abordem a família para além dessas categorias estabelecidas.

Palavras-chave: *Feminismo; Feminista; Características da família; Relações familiares; Família.*

Abstract

This integrative review had as its objective to understand family characteristics addressed by feminist literature between 2008 to 2017. Searches were performed in the following databases: LILACS, SciELO and PePSIC. In the end of this process, 21 articles were retrieved and analyzed in five thematic categories (family; public/private spaces; motherhood; work and family; public

* Universidade Federal do Triângulo Mineiro, MG, Brasil. Laboratório de Pesquisas e Estudos em Sexualidade e Gênero (Hubris/UFTM). <http://orcid.org/0000-0003-4024-5371>. E-mail: lacilaura_lamounier@hotmail.com

** Universidade Federal do Triângulo Mineiro, MG, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-4240-9707>. E-mail: rafaeldetilio.uftm@gmail.com

policies and laws). The main results have evinced family as an institution constituted throughout a historical context and feminisms as elements which enable reinterpretations of this system. Finally, new studies that address the concept of family beyond these established categories are important.

Keywords: *Feminism; Feminist; Family characteristics; Family relationships; Family.*

Resumen

El propósito de esta revisión integradora fue conocer las características de la familia a la que se refiere la literatura feminista, de 2008 a 2017. Se hicieron búsquedas en las bases de datos LILACS, SciELO y PePSIC. Al final del proceso, se recuperaron 21 artículos que fueron analizados en cinco categorías (familia; público/privado; maternidad; trabajo y familia; políticas públicas y leyes). Los principales resultados mostraron la familia como una institución constituida por un contexto histórico y los feminismos como elementos que permiten reinterpretaciones de este sistema. Por último, son importantes nuevos estudios que aborden la familia más allá de estas categorías establecidas.

Palabras clave: *Feminismo; Feminista; Características de la familia; Relaciones familiares; La familia.*

Os movimentos feministas podem ser caracterizados como sendo compostos por diversificados movimentos sociais, que problematizam o lugar da mulher na sociedade, enfatizando sua emancipação e autonomia. Beauvoir (2009) argumentou que, de maneira geral, a tônica dos feminismos é a desnaturalização da categoria universal Mulher. Assim, Sarti (2004) esclareceu que o termo mulheres é mais adequado tendo em vista suas diversidades e complexidades.

Segundo Pinto (2010), mulheres que resistiram e lutaram contra opressão sempre existiram na história. Essa insubordinação e luta por liberdade sofreram retaliações ilustradas inclusive pela perda de suas vidas. Pinto (2010) elucidou que a primeira onda moderna dos feminismos, ocorrida na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX, enfatizou, mas se resumiu à reivindicação do sufrágio das mulheres. No Brasil, o direito das mulheres ao voto (consagrado em 1932) também marcou a primeira onda dos feminismos.

Após isso, novas pautas e demandas das mulheres ganharam destaque na denominada segunda onda dos feminismos. Para Pinto (2010),

os movimentos feministas, na Europa e nos Estados Unidos, na década de 1960, enfatizaram tanto a reivindicação por condições igualitárias, no espaço público (trabalho e educação formais), quanto demandas por maior emancipação e autonomia nas relações com os homens, em destaque a luta pelo direito de uso e de decisão sobre seus próprios corpos. Assim, a dominação estabelecida e exercida entre homens e mulheres foi evidenciada para além da (já conhecida) de classes, destacada pelo marxismo. Para Coelho (2016), a segunda onda dos movimentos feministas, no Brasil, ocorreu na década de 1970, e enfatizou os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, combateu as violências e opressões de gênero e também se contrapôs à ditadura militar ao prezar pela democracia.

Coelho (2016) adverte que a terceira onda dos feminismos, iniciada na década de 1980, e continuada nas seguintes, destacou a artificialidade da categoria universal mulher, que deveria ser substituída por mulheres, devido às suas particularidades e diversidades – atualmente denominada perspectiva das interseccionalidades. Miskolci (2009) comentou que as teorias *queer* – que não têm como objeto exclusivo os feminismos, mas sim a análise das relações de poder estabelecidas pela heteronormatividade compulsória – contribuíram com as demandas femininas e das mulheres. *Grosso modo*, segundo o autor, as teorias *queer* podem ser compreendidas como aliadas aos movimentos feministas por serem formas de resistências às opressões entre os gêneros que prejudicam os sujeitos, tanto homens quanto mulheres. Ainda no escopo da terceira onda dos feminismos, Butler (2012) conceituou gênero como um *efeito* da performatividade, isto é, como resultado de atitudes historicamente constituídas, porém, justificadas e compreendidas *como se* fossem naturais e decorrentes da biologia dos corpos. Portanto, a autora questionou o binarismo de caráter fixo e estável entre mulheres e homens.

Por fim, a terceira onda dos feminismos foi marcada pelo crescente uso da *internet* e das redes sociovirtuais, por parte das militâncias políticas, visando evidenciar as opressões e violências contra as mulheres (Ferreira, 2015). Entretanto, diversas críticas foram direcionadas aos feminismos cibernéticos, dentre as quais está o fato de excluir parcela significativa das

mulheres sem acesso à *internet* e o ativismo “de sofá” de caráter individualista, isto é, com pouco engajamento com políticas públicas e/ou com coletividades.

Fascioli Álvarez (2015) comentou que, para os liberalismos político e econômico – cada vez mais presentes em nosso cotidiano – os espaços públicos e privados devem funcionar segundo regras distintas: enquanto o espaço público é caracterizado como o âmbito da política e do mercado de trabalho, ocupado prioritariamente por homens, o espaço privado é marcado pelo âmbito íntimo e familiar, organizado pelas mulheres e que não devem se imiscuir às atribuições do Estado e suas políticas públicas. Para a autora, essa separação repercute nas discussões sobre o tema família que, ora é concebida como ente privado e natural, que organiza as relações entre os gêneros e que não deve sofrer interferências externas e ora é concebida como passível de mudanças em seus formatos, modelos e dinâmicas. Assim, ainda para a autora, os movimentos feministas questionam as artificiais divisões entre os espaços públicos e privados, corroborando o fato de que as famílias sejam consideradas objetos de estudo, de investigações e intervenções das políticas públicas.

Prata e Santos (2007) argumentaram que os modelos e dinâmicas das famílias podem mudar nas várias sociedades, haja vista que elas são influenciadas pelas mudanças ocorridas ao longo da história. Assim, os modelos, formatos e dinâmicas considerados ideais de família estão relacionados aos interesses de grupos específicos em cada sociedade. No que se refere ao modelo idealizado de família monogâmica e heteronormativa, na nossa sociedade, Gomes e Santos (2016) argumentaram que esse padrão ganhou maior visibilidade e reconhecimento a partir dos esquemas de dominação do sistema de produção capitalista. Todavia, ainda de acordo com as autoras, mudanças e alterações recentes – tais como a ampliação dos direitos sexuais, a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, o reconhecimento das homoafetividades e o declínio da autoridade paterna, dentre outras – neste modelo tradicional de família, resultaram na maior visibilidade de outras concepções e arranjos familiares.

Por fim, pode-se observar que os feminismos são caracterizados como um conjunto de movimentos sociais com diversidade de interesses

e de demandas, cujas diferenças teóricas e de práticas estabelecem estilos diversificados de militâncias e de ativismos. Neste sentido, considerando que os questionamentos dos modelos, formatos e de dinâmicas idealizados de família monogâmica e heteronormativa participam dos interesses dos movimentos feministas, é significativo e importante investigar as relações entre feminismos e famílias. Dessa forma, a presente revisão teve como objetivo compreender quais características da família são abordadas pela literatura feminista.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é uma revisão integrativa de literatura¹ que, segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), ao sintetizar os métodos, objetivos e resultados de publicações com temas correlatos, permitem conclusões gerais sobre uma determinada área de estudo. Esta revisão adotou a seguinte questão norteadora baseada na estratégia PICO (acrônimo para Paciente, Intervenção, Comparação e Outcomes/Desfecho) (Santos, Pimenta & Nobre, 2007) para a recuperação de fontes: “Quais características da família são abordadas pela literatura feminista?”.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DOS DADOS

A recuperação dos artigos ocorreu em maio de 2018, e foi realizada em um único dia, por dois juízes independentes com experiência nesse tipo de método de pesquisa. Caso houvesse discordância entre os juízes, um terceiro juiz seria convidado para rever a revisão – o que, contudo, não foi necessário.

Foram realizadas buscas nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Os critérios de inclusão das fontes foram os seguintes: artigo científico, exclusivamente; ter o(s) feminismo(s) como referenciais teóricos e/ou escopo argumentativo; abordar o tema família; publicado entre 2008 e 2017; publicado nos idiomas inglês, espanhol ou português; estar disponível

integral e gratuitamente na *internet*. Os critérios de exclusão foram: dissertações, teses, capítulos de livros, livros, cartas ou comentários do editor; fontes que não abordassem o tema família; fontes que não utilizassem escopos argumentativos ou referenciais teóricos feministas.

Assim, nas bases de dados LILACS, SciELO e PePSIC, o termo Feminismo OR Feminista foi cruzado com o descritor família². As fontes foram selecionadas e organizadas, segundo o disposto na Figura 1, que apresenta o fluxograma de recuperação das fontes para a composição do *corpus* final de artigos para a revisão: identificação das fontes (107 fontes localizadas); leitura de títulos (56 fontes selecionadas); leitura dos resumos (38 fontes selecionadas; dentre elas, nove repetições foram excluídas); leitura das fontes na íntegra (29 fontes selecionadas; após a leitura, oito fontes foram excluídas por não responderem aos critérios de inclusão); composição do *corpus* final de artigo para a revisão (21 fontes selecionadas para análise).

| |
|--|
| Estudos identificados na pesquisa nos bancos de dados: LILACS: 33; SciELO: 70; PePSIC: 4 (n = 107) |
| Leitura dos títulos: 51 artigos excluídos |
| Artigos selecionados pelos títulos: LILACS:14; SciELO: 40; PePSIC: 2 (n = 56) |
| Leitura dos resumos: 18 artigos excluídos |
| Artigos selecionados pelos resumos: LILACS: 12, SciELO: 25, PePSIC: 1 (n = 38) |
| 9 artigos excluídos (repetidos), sendo: SciELO (2 artigos repetidos na própria base de dados), LILACS (6 artigos repetidos e mantidos na SciELO) e PePSIC (1 artigo repetido e mantido na LILACS) |
| Artigos selecionados para leitura na íntegra: LILACS: 6; SciELO: 23; PePSIC: 0 (n =29) |
| Após a leitura, na íntegra, foram excluídos 8 artigos: 3 por não terem como referencial teórico o feminismo, 1 por não abordar a família, 2 por serem resenhas de livros, 1 por ser tese de doutorado, 1 por não ser do período 2008 a 2017 |
| Escopo final da revisão: LILACS: 3; SciELO: 18; PePSIC: 0 (n =21) |

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos.

As principais características das fontes que compuseram o *corpus* foram descritas em termos quantitativos (ano de publicação, país, periódico, tipo de estudo, gênero do primeiro autor e as características da família abordadas); e em termos qualitativos, por meio de uma análise de conteúdo temática (Braun & Clarke, 2006) em categorias compostas *a posteriori* (definições de família; relações entre espaços públicos e privados; maternidade; trabalho e família; políticas públicas e leis).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 21 artigos que compuseram o *corpus* desta revisão são: Andrade (2015), Borges e Spink (2009), Cardacci e Bringas (2011), Comas d'Argemir (2014), Cordovil (2016), Dios-Valejjo (2014), Giallorenzi (2017), Gomes (2011), Labrin (2012), Lago, Souza, Kaszubowski e Soares (2009), Mariano e Carloto (2009), Medalozzo, Martins e Shiratori (2010), Montesó Curto (2014), Negrão (2012), Saletti-Cuesta, Delgado e Ortiz-Gómez (2014), Severi (2017), Sierra e Alviar (2015), Silva, Nogueira e Neves (2010), Tarducci (2013), Timm, Pereira e Gontijo (2011), e Torralbo (2013).

Descrição Quantitativa

- **Ano de publicação:** No período contemplado nesta revisão (2008 a 2017), foi publicada uma média de 2,3 artigos por ano. De maneira detalhada, foram publicados 2 (dois) artigos, em 2017, (Giallorenzi, 2017; Severi, 2017); 1 (um) em 2016 (Cordovil, 2016); 2 (dois) em 2015 (Andrade, 2015; Sierra & Alviar, 2015); 4 (quatro) em 2014 (Comas d'Argemir, 2014; Dios-Valejjo, 2014; Montesó Curto, 2014; Saletti-Cuesta *et al*, 2014); 2 (dois) em 2013 (Tarducci, 2013; Torralbo, 2013); 2 (dois) em 2012 (Labrin, 2012; Negrão, 2012); 3 (três) em 2011 (Cardacci & Bringas, 2011; Gomes, 2011; Timm *et al*, 2011); 2 (dois) em 2010 (Medalozzo *et al*, 2010; Silva *et al*, 2010) e 3 (três) em 2009 (Borges & Spink, 2009; Lago *et al*, 2009; Mariano & Carloto, 2009). Dessa forma,

pode-se perceber que, o ano de 2014 foi o ano no qual mais artigos que respondiam à questão norteadora da pesquisa foram publicados, contando quase com o dobro do que a média por ano.

- **País:** Em relação aos países nos quais os artigos foram publicados, dez foram publicados no Brasil (Andrade, 2015; Borges & Spink, 2009; Gomes, 2011; Lago *et al*, 2009; Mariano & Carlotto, 2009; Medalozzo *et al*, 2010; Negrão, 2012; Severi, 2017; Silva *et al*, 2015; Timm *et al*, 2011); um na Costa Rica (Giallonrezi, 2017); um na Colômbia (Sierra & Alviar, 2015); um em Portugal (Cordovil, 2016); um na Argentina (Comas d'Argemir, 2011); dois na Espanha (Montesó Curto, 2014; Saletti-Cuesta *et al*, 2014) e cinco no México (Cardacci & Spink, 2009; Dios-Vilejjo, 2014; Labrin, 2012; Tarducci, 2013; Torralbo, 2013). Percebe-se a preponderância de publicações latino-americanas a respeito da temática. Isso pode ser compreendido como um reflexo de um contexto político marcado pelas militâncias feministas que, nesses países, em anos recentes, têm enfrentado grupos tradicionalistas e conservadores, tanto em relação aos aspectos de gênero quanto de modelos, formatos e dinâmicas de famílias.
- **Periódicos:** As fontes recuperadas foram publicadas em uma ampla diversidade de periódicos científicos. O periódico que mais publicou artigos sobre a temática foi o *La Ventana: Revista de Estudios de Género* com 4 (quatro) artigos (Cardacci & Bringas, 2011; Labrin, 2012; Tarducci, 2013; Torralbo, 2013). O periódico brasileiro com mais fontes recuperadas foi a *Revista Estudos Feministas*, com duas publicações (Mariano & Carlotto, 2009; Medalozzo *et al*, 2010). Dos periódicos em questão, três são da área específica da temática (*La ventana: Revista de Estudios de Género; Revista de Estudios feministas; Estudios sobre feminismo y género*), contando com oito publicações, correspondendo a aproximadamente 38% do total. Isso demonstra que estudos na área são mais comumente publicados em periódicos especializados na temática.
- **Tipo de Estudo:** No que se refere ao tipo de pesquisa, 9 (nove) são empíricos (Cardacci & Bringas 2011; Cordovil, 2016; Gomes, 2011; Labrin, 2012; Lago *et al*, 2009; Medalozzo *et al.*, 2010; Saletti-Cuesta, Delgado, & Ortiz-Gómes, 2014; Silva, Nogueira & Neves, 2010; Timm

et al, 2011) e doze são teóricos (Andrade 2015; Borges & Spink, 2009; Comas d'Argemir, 2014; Dios-Valejjo, 2014; Giallorenzi, 2017; Mariano & Carloto, 2009; Montesó Curto, 2014; Negrão, 2012; Severi, 2017; Sierra & Alviar, 2015; Tarducci, 2013; Torralbo, 2013).

- **Gênero do(a) primeiro(a) autor(a):** Todos os artigos recuperados foram produzidos por mulheres. Isso evidencia um protagonismo feminino no que se refere às pautas e demandas das mulheres.
- **Características da família abordadas pelos artigos:** Os principais temas abordados nas fontes recuperadas (considerando que cada uma delas poderia possuir mais de um tema) constam na Tabela 1. A discussão sobre os temas é aprofundada na descrição qualitativa dos dados.

Tabela 1 – Principais temas abordados nas fontes recuperadas

| | |
|--|--|
| Tema 1. Definições de família | Borges & Spink (2009) Cordovil (2016) Tarducci (2013) Torrobaldo (2013) |
| Tema 2. Relações entre espaços públicos e privados | Giallorenzi (2017) Lago et al (2009) Timm et al (2011) |
| Tema 3. Maternidade | Dios-Valejjo (2014) Giallorenzi (2017) |
| Tema 4. Trabalho e família | Andrade (2015) Labrin (2012) Lago et al (2009) Medalozzo et al (2010) Montesó Curto (2014) Saletti-Cuesta et al (2014) Severi (2017) Silva et al (2015) |
| Tema 5. Políticas públicas e leis | Cardacci & Bringas (2011) Comas d'Argemir (2014) Gomes (2011) Mariano & Carloto (2009) Negrão (2012) Sierra & Avilar (2015) Tarducci (2013) |

Descrição qualitativa

A análise qualitativa foi realizada em categorias temáticas constituídas *a posteriori*, que destacaram os principais temas contemplados pelos artigos.

Categoria 1 – Definições de família

Alguns artigos recuperados tinham como tema as conceituações, definições e explanações sobre a composição e a dinâmica familiar (Borges & Spink, 2009; Cordovil, 2016; Tarducci, 2013; Torrobaldo, 2013). Todos eles destacavam a preocupação das teorizações e das práticas feministas com a necessidade de questionar as naturalizações e idealizações dessa instituição que, apesar de seus aspectos positivos, também produz variados tipos de violências dentre seus integrantes.

Todavia, mesmo que Torralbo (2013) argumente que mudanças podem ser observadas nas relações entre os gêneros, muitos dos tradicionalismos e das desigualdades permanecem no seio das famílias. Por isso, uma das principais contribuições dos movimentos feministas é a crítica à idealização da família nuclear, monogâmica e heterossexual, possibilitando desnaturalizar violências, opressões e relações de poder. Posição similar é apresentada por Tarducci (2013), ao destacar os feminismos como relevantes para a compreensão crítica das relações de poder nas famílias e seu envolvimento com temáticas tais como o espaço privado/familiar, a contextualização histórica de valores como amor, maternidade e sexualidade – desvelando relações de poder e violências.

Um dos aspectos relevantes para as conceituações e práticas das famílias na ocidentalidade são as influências dos valores (morais) religiosos. Tendo isso em vista, Cordovil (2016) estudou as relações entre algumas tradições religiosas não europeias – *wicca* e afro-brasileiras – e suas repercussões para as relações de gênero e os papéis atribuídos aos integrantes das famílias. Diferentemente das religiões de tradição europeia, a autora aponta a existência de discursos e de práticas relacionadas aos feminismos e à valorização da mulher em lideranças da *wicca*, e um dos pontos

destacados é que essa tradição aposta nas mudanças na vida privada como forma de transformação social. Já ao que se refere às religiões de tradição afro-brasileiras, a autora também destaca o empoderamento e o protagonismo das mulheres. Assim, ambas tradições religiosas contribuem para a reconfiguração e desconstrução das relações tradicionais entre homens (dominadores) e mulheres (dominadas) nas famílias.

Esses elementos encontram respaldo na literatura da área. Por exemplo, Prata e Santos (2007) argumentaram que os modelos e dinâmicas de famílias mudam mediante as especificidades culturais e contextuais de cada período histórico. Portanto, seria impossível considerar a existência de apenas um modelo de família. Neste sentido, Fonseca (2007) destacou que os modelos de famílias são espaços atravessados por forças externas (mercado de trabalho, condições culturais, regras de parentesco, acesso aos bens culturais etc.), que não se limitam ao espaço doméstico. As transformações sociais, ocorridas nas últimas décadas, e os questionamentos do padrão heteronormativo e nuclear de família, possibilitados pelos feminismos, dão visibilidade às múltiplas possibilidades de dinâmicas e arranjos familiares. Por exemplo, Borges e Spink (2009) apontaram um duplo efeito ao explanarem sobre a lesbianidade em uma novela: por um lado, ocorreu um processo de assimilação do termo lésbica pelo público em geral, proporcionando a “familiarização” com o assunto e permitindo maior circulação de códigos/modelos que possibilitam a legitimação de relações entre pessoas do mesmo sexo – portanto, diferentes da heteronormatividade; por outro lado, essa “novidade” não fez desaparecer automaticamente as normas e os modelos hegemônicos, pautados na ideia do casal monogâmico e heterossexual, cuja referência se inscreve na biologia (macho e fêmea).

De uma forma geral, evidencia-se que a família é uma instituição constituída pelo contexto social, histórico, econômico e que está em constantes mudanças, sendo que os feminismos são elementos fundamentais para essas alterações.

Categoria 2 – Relações entre espaços públicos e privados

Outro conjunto de fontes destaca as problematizações entre os espaços públicos e privados (Giallorenzi, 2017; Lago *et al*, 2009; Timm *et al*, 2011). Para Giallorenzi (2017), as teorias e as práticas feministas, desde os anos 1970, tiveram como pressuposto o mote “o pessoal é político”, isto é, esses movimentos feministas destacaram que as opressões das mulheres, no âmbito privado, sustentam a subordinação e as desigualdades vivenciadas por elas em outros espaços privados/domésticos e públicos.

Em consonância com esse argumento, Timm *et al* (2011) caracterizam o espaço privado como aquele atrelado à esfera da intimidade e como pano de fundo, privilegiado para a ocorrência de diversos tipos de violências. Por meio das teorias e ativismos feministas, a violência doméstica ganhou visibilidade, passando por análises que desvelaram os interesses patriarcais que, para serem adequadamente enfrentados, demandavam por políticas de segurança e de saúde públicas. Nesse sentido, as autoras propõem uma clínica psicológica fundamentada no feminismo. A perspectiva feminista é incluída no debate sobre a violência, ao destacar as repercussões do sistema patriarcal na permanência das mulheres em situações de violências. Ademais, os feminismos auxiliam na compreensão da produção e reprodução da violência (especialmente a doméstica e a familiar) contra as mulheres, como um fenômeno social silenciado e invisibilizado pelos costumes, hábitos e ciências androcêntricas.

No mesmo sentido, Lago *et al* (2009) argumentam que uma das dicotomias que constituíram o pensamento moderno foi a separação entre os espaços públicos e privados que, na realidade, é artificial, mas que respondia aos interesses dos liberalismos político e econômico e à consolidação do capitalismo. As autoras explicam que as mulheres foram relegadas ao espaço doméstico, cumprindo funções menos valorizadas, enquanto que, aos homens, eram possibilitados o acesso e o usufruto dos espaços públicos. Por isso, para as autoras, os feminismos de segunda onda (década de 1960, nos Estados Unidos e Europa, e década de 1970, no Brasil) foram marcados pelas lutas, tanto pela igualdade de direitos quanto pelo reconhecimento das diferenças/particularidades das mulheres.

Com isso, evidencia-se que as teorias e as práticas feministas contribuíram para a politização do espaço privado e das famílias, desvelando uma série de opressões que ainda ocorrem nos âmbitos privados e também perpassam os espaços públicos, mas que, muitas vezes, são consideradas naturais – quando na realidade correspondem aos privilégios dos homens. Novas configurações e dinâmicas de interações e de atitudes de gêneros são possibilitadas a partir dos questionamentos das funções até então consideradas femininas, tal como o cuidado dos descendentes – tema discutido na próxima categoria.

Categoria 3 – Maternidade

Duas fontes recuperadas destacaram como uma das principais contribuições dos movimentos feministas o questionamento de que os cuidados dos descendentes deveriam ser de responsabilidade exclusiva das mulheres (Dios-Valejjo, 2014; Giallorenzi, 2017). Isso ocorreria porque a feminilidade, a maternidade e a maternagem (cuidados para com os descendentes) foram historicamente articulados na tradição europeia cristã.

Dios-Valejjo (2014) explica que a sexualidade feminina foi relacionada à maternidade (reprodução biológica) e direcionada à produção do prazer dos outros (homens), ressaltando ser sua obrigação oferecer prazer sexual para os homens e ser mãe de seus filhos, cuidando e possibilitando o bom desenvolvimento dos outros e da sociedade. Nesse sentido, a autora aponta que a família, a maternidade e a conjugalidade são aspectos atribuídos como centrais na vida feminina, na medida em que esse é um papel apresentado como regra. Além disso, a autora argumenta que inculcar a ideia de ser “mãe” nas mulheres corresponde a subordiná-las aos interesses dos homens.

Por sua vez, Giallorenzi (2017) realizou uma análise crítica quanto à construção histórica da maternidade, destacando as contribuições feministas para a compreensão e o questionamento dos discursos normativos e idealizadores sobre maternidade e família; isso, segundo a autora, permite desnaturalizar as dominações e opressões estabelecidas. A autora, em consonância com os argumentos de Badinter (1991) e Beauvoir (2009),

faz uma retomada histórica da construção da valorização da maternidade, destacando que a noção moderna de maternidade e seu elevado destaque foram estabelecidos no final do século XVIII – portanto, não se trata de um traço natural do caráter ou das disposições das mulheres, mas sim de elementos culturais específicos. Badinter (1991) é uma importante autora que compreende a maternidade a partir da ideia do mito do amor materno, isto é, a suposição de a maternidade estar necessariamente ligada ao afeto e a certas atitudes e funções; possui estreita relação com o desenvolvimento e estabelecimento do capitalismo – em outras palavras: interligação entre as esferas econômicas e os discursos sobre família e da maternidade. De maneira semelhante, Beauvoir (2009) fez uma análise acerca da maternidade, principalmente sobre os discursos que alegavam ser o casamento e a maternidade o suposto destino final e indiscutível das mulheres. Assim, ambas autoras – cada qual a sua maneira – questionam esses papéis rígidos atribuídos às mulheres.

Dessa forma, Giallorenzi (2017) ainda argumenta que a importância dos feminismos também se evidencia no questionamento acerca da distribuição de poder nas sociedades e, assim, contribui para a elaboração de estratégias e políticas públicas mais equitativas, visando reequilibrar as relações de poder entre os gêneros. Pinto (2010) argumenta que a segunda onda dos feminismos destacou como pauta a autonomia das mulheres em relação a suas experiências sexuais e corpos, o que implicou nos questionamentos das normas e expectativas quanto à sexualidade; disso decorreram novas pautas, demandas e novas percepções sobre as mulheres. Pinto (2010) também argumenta que as teorias e práticas feministas questionaram que os aspectos considerados até então naturais das mulheres – e, igualmente, seus silenciamentos – eram o ponto central de sustentação do patriarcado. Desse modo, as perspectivas feministas passaram a questionar os valores atribuídos como sendo naturais às mulheres, especialmente a suposta obrigatoriedade de serem mães.

Portanto, observa-se, por meio das leituras dos artigos recuperados desse tema, que os feminismos têm se preocupado com a forma pela qual a cultura, a sociedade e as normas constituem conceitos e organizam práticas distintas para homens e mulheres. No que se refere à família – e

especificamente à maternidade – evidencia-se o questionamento dos valores e atitudes que sustentam os interesses particulares dos homens em detrimento das mulheres. Ademais, as fontes recuperadas auxiliam a questionar a centralidade da vida familiar e da maternidade em detrimento de outros aspectos da vida das mulheres – como, por exemplo, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, que será explorado no próximo item.

Categoria 4 – Trabalho e família

Outro conjunto de fontes destaca as relações entre trabalho, família e relações entre os gêneros (Andrade, 2015; Labrin, 2012; Lago *et al*, 2009; Medallozzo *et al*, 2010; Montesó Curto, 2014; Saletti-Cuesta *et al*, 2014; Severi, 2017; Silva *et al*, 2015).

O tema da divisão sexual do trabalho foi abordado pelos feminismos e baliza as discussões acerca dos lugares ocupados pelas mulheres na sociedade. Andrade (2015) esclarece que as tarefas domésticas, realizadas principalmente por mulheres, não eram – e ainda não são plenamente – consideradas como trabalho, mas sim como uma atividade normal/natural da feminilidade, implicando em uma não identificação dessas mulheres como trabalhadoras. Segundo a autora, apenas com as militâncias dos movimentos feministas marxistas, nas décadas iniciais do século XX, é que começou a ser mais frequente e incidente o questionamento da divisão sexual do trabalho, que destinava os homens aos trabalhos em espaços públicos e as mulheres aos trabalhos nos espaços privados/domésticos, sustentando as desigualdades entre os gêneros. Dando continuidade a essa argumentação, Severi (2017) reforça que essas desigualdades entre os gêneros são os pináculos do capitalismo, por reforçarem tanto a dependência econômica das mulheres quanto sua exclusão da vida pública e, por isso, tanto a inserção das mulheres em trabalhos em espaços públicos, quanto o reconhecimento das atividades domésticas como trabalhos formais seriam essenciais para a emancipação feminina e a correção das desigualdades sociais.

Contudo, a plena inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, o reconhecimento dos trabalhos domésticos como trabalhos e a reordenação da divisão do trabalho doméstico, entre homens e mulheres, não ocorrem plenamente ainda hoje. Andrade (2015) e Medallo et al (2010) explanam que, apesar de terem ocorrido significativas mudanças (inserção incipiente das mulheres no mercado formal de trabalho e na educação), isso não ocorre de maneira similar em todas as classes sociais, pois ainda há uma delegação do trabalho doméstico para outras mulheres (babás, faxineiras, cozinheiras, cuidadoras), replicando a submissão feminina quanto aos trabalhos precários e subvalorizados, além do acúmulo de tarefas domésticas com as tarefas extradomésticas – denominado de dupla jornada de trabalho feminina, que ocorre em todas as classes sociais (Silva et al, 2015). De maneira similar, Lago et al (2009) apontam que o trabalho doméstico, realizado por homens, é costumeiramente referido como ajuda ou auxílio, isto é, não como uma responsabilidade, reiterando a sobrecarga feminina.

Considerando outros aspectos dessas relações, Saletti-Cuesta et al (2014) destacaram que mesmo mulheres com profissões com elevado reconhecimento social organizam seus compromissos profissionais a partir das rotinas do ambiente familiar. Labrin (2012) também demonstrou o quanto a maternidade impacta (atrasando, quando comparada com seus parceiros) o desenvolvimento da carreira de mulheres acadêmicas. Montesó Curto (2012) argumentou que existem áreas e espaços de atividades laborais que são simbolizadas como femininos ou feminilizados, especialmente os trabalhos relacionados aos cuidados de outrem; segundo a autora, não por acaso posições de autoridade (e não de afetuosidade) são associadas às figuras masculinas.

Com relação às medidas para o enfretamento dessas desigualdades, os autores destacam a necessidade de alterações nas distribuições de recursos e de poder entre os gêneros nos espaços públicos e nos espaços privados/domésticos. Por fim, de maneira geral, o conjunto de fontes recuperadas neste tema evidencia o desafio das mulheres em conciliar trabalho formal e vida familiar, destacando a centralidade dos aspectos privados na vida das

mulheres. Disso decorre a necessidade de redistribuir funções e papéis de maneira equitativa entre os gêneros e os integrantes das famílias, que pode ser obtido a partir de políticas públicas e dispositivos legais.

Categoria 5 – Políticas públicas e leis

Outro conjunto de fontes ressaltou a relevância das políticas públicas e de leis na manutenção ou no enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres e suas relações com a família (Cardacci & Bringas, 2011; Comas d'Argemir, 2014; Gomes, 2011; Mariano & Carloto, 2009; Negrão, 2012; Sierra & Avilar, 2015; Tarducci, 2013).

A mobilização dos movimentos feministas implica em maior visibilidade de novas dinâmicas, formatos e modelos de famílias que devem ser considerados nas agendas e preocupações dos formuladores de políticas públicas. Sierra e Avilar (2015) explicam que as leis legitimam o que se considera família numa sociedade. Neste sentido, Comas d'Argemir (2014) destaca a família como uma construção ideológica, isto é, uma instituição dependente das relações de poder entre os grupos de uma sociedade, mas para a qual, de maneira geral, é atribuída a responsabilidade de cuidar de seus membros. Por isso, para esses autores e para Tarducci (2013), se por um lado as leis que legitimam as famílias e as relações entre seus integrantes estão articuladas aos seus contextos/intencionalidades de formulação e, assim, se mudanças sociais que atingem as dinâmicas/formatos das famílias requerem reformulações legislativas constantes (porém, vagarosas), para organizar o reconhecimento e a distribuição dos direitos, por outro lado, as leis igualmente podem ser formuladas com a intenção de estimular mudanças nas composições familiares e na distribuição dos direitos. Ou, em outras palavras: os tradicionalismos e as desigualdades podem ser criticados e combatidos.

Segundo Tarducci (2013), o sistema legal deveria enfatizar os direitos sexuais dos sujeitos (principalmente das mulheres) e não os direitos reprodutivos, haja vista que estes replicam a dominação masculina e a subordinação feminina. Isso seria importante porque, segundo Faúndes (2013), as leis, no geral, são permeadas por resistências justificadas por valores ou

preceitos religiosos de caráter tradicionalistas, isto é, que atendem principalmente aos interesses dos homens. Daí a importância para Cardacci e Bringas (2011) de os feminismos lutarem por um estado laico quanto às questões de gênero e de sexualidade.

No que se refere ao contexto brasileiro, Negrão (2012) explica que os direitos sexuais e reprodutivos das famílias estão organizados em diversos dispositivos legais e são efetivados, por exemplo, por meio de políticas públicas específicas, referentes ao planejamento familiar que, no caso, tem como base os princípios da não coerção e da escolha informada e responsável por parte do casal e, principalmente, por parte das mulheres. Neste sentido, elas podem ser consideradas inclusivas e defensoras dos interesses das mulheres.

Outra política pública que pretende defender os interesses das mulheres e que foi amplamente incentivada pelos movimentos feministas foi o Programa Bolsa Família – renomeado como Auxílio Brasil, em 2021. Gomes (2011) e Mariano e Carloto (2009), ao analisarem o perfil das famílias beneficiárias desse programa, destacaram que um terço delas é chefiada por mulheres negras e/ou pardas, e que aproximadamente um quinto delas é de famílias monoparentais femininas (mães solteiras). Para Gomes (2011), justamente por isso as famílias beneficiadas pelo programa são identificadas e cadastradas a partir da figura da mulher e não pela do homem, possibilitando melhorias nas vidas delas e nas dos seus dependentes (aumento da independência financeira; maior influência no planejamento dos gastos; incremento do sentimento de respeito e dignidade ao aumentar sua influência no âmbito familiar e na comunidade). Para Mariano e Carloto (2009), esse programa social beneficia um dos estratos populacionais em maior situação de vulnerabilidade e risco psicossocial (mulheres negras e pobres), ao incluir a categoria gênero nas análises sociológicas e nas estratégias das políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais que repercutem nos espaços familiares.

Por fim, considerando o conjunto de fontes recuperadas nesta categoria, evidencia-se que os feminismos pretendem tanto questionar os tradicionalismos que (re)produzem desigualdades entre homens e mulheres, nas famílias, quanto produzir alterações nessas relações e instituições que

podem ser exemplificadas pelas discussões sobre direitos sexuais (e não somente sobre os direitos reprodutivos das mulheres), sobre políticas relacionadas à parentalidade e sobre programas de transferência de renda, tendo como referência as mulheres chefes de famílias. Contudo, ainda há resistências estruturais de uma sociedade patriarcal que dificultam a efetiva emancipação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma instituição que responde às necessidades das culturas e dos contextos históricos específicos, sendo objeto de estudo e questionamento por parte dos movimentos feministas e dos feminismos que recusam seu caráter fixo, estável e imutável. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo compreender quais características da família são abordadas pela literatura feminista.

Os principais resultados destacaram que: a maioria das fontes recuperadas foi publicada no ano de 2014; possuíam origem latino-americana; tinham autoria de mulheres exclusivamente; eram na maioria pesquisas teóricas; foram publicadas em revistas científicas especializadas na área dos estudos de gênero. Além disso, elas abordavam os seguintes temas de interesse dos feminismos: definições sobre família, destacando seu caráter histórico e contextual, permitindo, assim, mudanças; suas relações com os aspectos e espaços públicos e privados, ou seja, a importância de considerar as relações e as mútuas influências entre esses espaços, ao destacar as opressões e violências ocorridas nas intimidades das famílias, além da existência de outras composições e dinâmicas familiares que não as monogâmicas e heteronormativas; a maternidade, especialmente quanto ao questionamento dos valores tradicionalistas que centralizam a vida das mulheres nos espaços domésticos e em relação aos cuidados dos dependentes e neste sentido uma redistribuição dos papéis e funções entre os integrantes das famílias se faz necessária; as relações entre trabalho e família que, de maneira geral, sobrecarregam as mulheres devido tanto à dupla jornada de trabalho, quanto ao não reconhecimento de suas atividades domésticas como trabalhos não remunerados; e, por fim, o papel

das políticas públicas e das leis de proteção social e/ou de transferência de renda que pretendem enfrentar as desigualdades entre os integrantes das famílias, dando centralidade às mulheres.

Essa pesquisa possui algumas limitações como, por exemplo, o fato de os feminismos não serem uníssomos (nem teórico nem politicamente), sendo necessário explorar suas diversidades e especificidades. Além disso, essa revisão, em sua estratégia de recuperação de fontes, contemplou apenas artigos científicos publicados na íntegra e com acesso gratuito, excluindo produções informais, livros, capítulos de livros, teses e dissertações e outras publicações que, certamente, podem contribuir para a compreensão do tema. Daí a necessidade de outras pesquisas sobre esse relevante tema.

REFERÊNCIAS

- Andrade, J. E. (2015). O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 265-300. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151810>
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2009). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Borges, L. S., & Spink, M. J. P. (2009). Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 442-452. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300018>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Cardacci, D., & Bringas, S. A. (2011). La fertilización asistida en la agenda de los grupos feministas mexicanos. La ventana – Revista de *estudios de género*, 4(33), 242-276. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362011000100010

- Coelho, M. P. (2016). Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, 11(1), 214-224. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017
- Comas d'Argemir, D. (2014). Los cuidados y sus máscaras: retos para la antropología feminista. *Mora (Buenos Aires)*, 20(1), 167-182. Recuperado de: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/2339>
- Cordovil, D. (2016). Espiritualidades feministas: relações de gênero e padrões de família entre adeptos da wicca e do candomblé no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra)*, (110), 117-140. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.6410>
- Dios-Valejjo, D. S. (2014). Equidad de género y embarazo. *Perinatología y Reproducción humana*, 28(2), 71-78. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&id=So187-53372014000200002
- Fascioli Álvarez, A. C. (2017). ¿Es la vida familiar relevante para la justicia social? *Ideas y Valores*, 66(163), 81-103. <http://dx.doi.org/10.15446/ideasyvalores.v66n163.49543>
- Faúndes, J. M. M. (2007). Feminismo, Iglesia Católica y derechos sexuales y reproductivos en el Chile post-dictatorial. *Revista Estudios Feministas*, 21(2), 485-508. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200004>
- Ferreira, C. B. C. (2015). Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, 44, 199-228. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>
- Fonseca, C. (2007). Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, 29, 9-35. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200002>
- Giallorenzi, M. L. (2017). Crítica feminista sobre la noción de la buena madre. *Revista Reflexiones*, 96(1), 87-95. <https://doi.org/10.15517/rr.v96i1.30634>

- Gomes, I. C., & Santos, C. V. M. (2016). The L Word: discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 101-115. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000092014>
- Gomes, S. S. R. (2011). Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Textos e Contextos*, 10(1), 69-81. Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8560>
- Labrin, M. (2012). Ser o no ser: tensión entre familia, subjetividad femenina y trabajo académico en Chile: un análisis de desde la psicología feminista. *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(35), 133-163. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362012000100006&lng=es&nrm=iso
- Lago, M. C. S., Souza, C. D., Kaszubowski, E., & Soares, M. S. (2009). Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. *Paidéia*, 19(44), 357-366. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300010>
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 901-908. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300018>
- Medalozzo, R., Martins, R., & Shiratori, L. (2010). Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 547-566. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>
- Mendes, K. D., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: métodos de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-64. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11(21), 150-182. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>
- Montesó Curto, P. (2014). Dificultades para el avance de las mujeres: diferentes teorías sociológicas. *Enfermaria Global*, 13(36), 265-274. Recuperado de: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412014000400014

- Negrão, T. (2012). Uma ação sinérgica por direitos reprodutivos: uma história sem fim. *Saúde e Sociedade*, 21(1), 164-176. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000500014>
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Prata, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>
- Saletti-Cuesta, L., Delgado, A., & Ortiz-Gómez, T. (2014). Género y trayectorias profesionales de las médicas de familia en Andalucía, España, a comienzos del siglo XXI. *Salud Colectiva*, 10(3), 313-323. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5391829>
- Santos, C. M. C., Pimenta, C. A. M., & Nobre, M. R. C. (2007). The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508-511. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>
- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 35-50. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>
- Severi, F. C. (2017). Legislação familiar soviética e utopias feministas. *Direito e Práxis*, 8(3), 2295-2313. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/30067>
- Sierra, I. C. J., & Alviar, H. (2015). “Family” as a legal concept. *Estudios sobre feminismo y género*, (15), 91-109. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n15/n15a05.pdf>
- Silva, E. G., Nogueira, M. C., & Neves, A. S. A. (2010). (Re) Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família. *Psico*, 41(4), 455-461. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8312/5950>

- Tarducci, M. (2013). Adopción y parentesco desde la antropología feminista. *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(37), 106-145. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362013000100006
- Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso
- Torralbo, H. G. (2013). La producción científica sobre la familia en Chile: Miradas desde la antropología feminista. *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(38), 88-119. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362013000200005&lng=es&nrm=iso

Recebido em 02/04/2020

Aceito em 02/09/2022

Análise de uma intervenção por meio de jogos em crianças com história de insucesso escolar

*Analysis of an intervention conducted through games
with children with school failure history*

*Análisis de una intervención a través de juegos en niños
con antecedentes de fracaso escolar*

*Silvia Nara Siqueira Pinheiro**
*Lourdes Maria Bragagnolo Frison***
*Marlene da Rocha Migueis****

Resumo

O insucesso escolar no ensino fundamental brasileiro tem sido objeto de pesquisas e é motivo de preocupação de todos os profissionais que trabalham na área. Neste sentido, o artigo apresenta resultados da pesquisa que teve como objetivo investigar se as intervenções mediadas no jogo com regras explícitas são capazes de desenvolver as funções psicológicas superiores (FPS) e se melhoram o desempenho escolar das crianças com histórico de insucesso escolar. A pesquisa teve como base a Psicologia histórico-cultural, principalmente nas ideias de Vygotsky, Elkonin e Leontiev. O método adotado foi o qualitativo, consistiu em uma intervenção, realizada em quatro crianças, entre 7 e 10 anos de idade, estruturada em três etapas: avaliação inicial, intervenção mediada por jogos e avaliação final. Nas avaliações foram utilizados dois instrumentos: o Teste de Desempenho Escolar (TDE), aplicado no grupo de crianças e com a família e professores foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Os encontros foram gravados e transcritos e as observações

* Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6781-7280>.
E-mail: silvianarapi@gmail.com

** Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-6671-5808>.
E-mail: frisonlourdes@gmail.com

*** Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. <https://orcid.org/0000-0003-1394-9955>.
E-mail: mmigueis@ua.pt

anotadas em diário de campo. A técnica de análise dos dados foi de conteúdo do tipo temática e microgenética. Os resultados evidenciaram que o jogo desenvolve as FPS e modifica o desempenho escolar. Conclui-se que o jogo com regras explícitas é um bom mediador entre aprendizagem e desenvolvimento em crianças que apresentam trajetórias de insucesso escolar.

Palavras-chave: jogo; insucesso escolar; funções psicológicas superiores; psicologia histórico-cultural.

Abstract

School failure in Brazilian elementary education has been the subject of several studies and it is a matter of concern for all professionals working in this field. This study presents the results of a research that aimed to investigate whether mediated interventions in playing games with explicit rules develop higher psychological functions (HPF) and if they improve school performance of children with school failure history. The research was based on cultural-historical psychology, mainly on the ideas of Vygotsky, Elkonin and Leontiev. The chosen method was qualitative and consisted of an intervention, applied on four children between 7 and 10 years old, structured in three stages: initial assessment, intervention mediated by games and final assessment. In the assessments, the School Achievement Test was applied on the children and semi-structured interviews were conducted with families and teachers. The meetings were recorded and transcribed and the observations were recorded in a field diary. The data analysis methods used were the thematic and microgenetic techniques. The results showed that games develop HPF and modify school performance. It is concluded that games with explicit rules are good mediators between learning and development in children who present school failure trajectories.

Keywords: game; school failure; higher psychological functions; cultural-historical psychology.

Resumen

El fracaso escolar en la educación primaria brasileña ha sido objeto de investigación y es motivo de preocupación para todos los profesionales que trabajan en esta área. El artículo presenta resultados de una investigación que tuvo como objetivo investigar si el juego con reglas explícitas en intervenciones mediadas desarrolla funciones psicológicas superiores (FPS) y se mejora el desempeño escolar de los niños con antecedentes de fracaso escolar. La investigación se basa en la psicología histórico-cultural, principalmente en las ideas de Vygotsky, Elkonin y Leontiev. El método es cualitativo, consiste en una intervención, realizada con cuatro niños entre 7 y 10 años, estructurada en tres etapas: evaluación inicial, intervención mediada por el juego y evaluación final. En las evaluaciones se utilizaron dos instrumentos: con los niños, el Test de Desempeño Escolar (TDE) y entrevistas semiestructuradas con la familia y

los maestros. Las reuniones fueron grabadas y transcritas y las observaciones fueron registradas en un diario de campo. La técnica de análisis de datos fue de contenido, temática y microgenética. Los resultados mostraron que el juego desarrolla FPS y modifica el rendimiento escolar. Se concluye que el juego con reglas explícitas es un buen mediador entre el aprendizaje y el desarrollo en niños que presentan trayectorias de fracaso escolar.

Palabras clave: *juego; fracaso escolar; psicología histórico-cultural.*

O insucesso escolar no ensino fundamental brasileiro tem sido objeto de pesquisas e é motivo de preocupação de todos os profissionais que trabalham na área, por apresentar índices elevados nos grupos de nível socioeconômico baixo, como mostram os dados decorrentes da última prova de Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016 (INEP, 2017). Os resultados mostraram que 55% dos alunos do 3º ano têm conhecimento insuficiente nas áreas de matemática (como, por exemplo: na contagem de objetos), de leitura (como, por exemplo: ler palavras com mais de uma sílaba) e de escrita (como, por exemplo: escrever textos ilegíveis).

Em 2018, o Brasil tinha 1,22 milhão de jovens de 7 a 14 anos de idade que não sabiam ler ou escrever, dos quais 1,15 milhão (93,8%) estavam matriculados em escolas localizadas em diferentes regiões do país (Bôas, 2019).

Somados aos dados anteriores, têm-se os resultados do Índice de desenvolvimento da Educação básica (Ideb), de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020) relativos aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Os resultados indicam uma melhora no desempenho de 5,8, em 2017, para 5,9, em 2019. Na segunda etapa do ensino fundamental (6º a 9º ano), de 4,7, em 2017, para 4,9, em 2019. Ambos avançaram, mas continuam muito aquém do que seria adequado para um ensino de qualidade e indicam que é preciso continuar investindo no ensino fundamental brasileiro.

Na compreensão dos fatores que causam o insucesso ainda predomina a ideia de que a culpa é dos alunos, da família e dos professores. Na maioria das vezes, não é problematizado como uma construção social, histórica, multifacetada, e passível de ser modificada. O insucesso escolar não permite que as crianças se apropriem dos conhecimentos historicamente

construídos pela sociedade, como também não desenvolvam suas funções psicológicas superiores (FPS), o que acarreta a exclusão social (Meira, 2007; Pinheiro, Couto, Carvalho & Pinheiro, 2020).

Intenciona-se com este artigo apresentar resultados de uma pesquisa qualitativa do tipo intervenção com jogos de regras explícitas, realizada com quatro crianças, entre 7 e 10 anos de idade, que apresentam histórico de insucesso escolar que frequentam o 2º e 3º ano do ensino fundamental brasileiro.

A pesquisa fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural, principalmente nas ideias de Vygotsky, Elkonin e Leontiev, e teve como objetivo investigar se o jogo com regras explícitas, com intervenções mediadas, é capaz de desenvolver as FPS e se melhora o desempenho escolar das crianças¹.

A psicologia histórico-cultural compreende que as relações que se estabelecem entre os indivíduos, no mundo, não são diretas, são mediadas por instrumentos materiais e psicológicos (signos) que o próprio homem cria. Dentre os signos, a linguagem possui papel fundamental na aprendizagem e no desenvolvimento humano: é um instrumento psicológico que permite pensar e refletir a realidade, desempenha o papel de mediador entre estímulos e respostas, promove a autorregulação da própria conduta, o planejamento da ação e o desenvolvimento das FPS (Vygotsky, 2009).

As funções psicológicas se organizam no coletivo (intersíquicas), nas relações com os outros, no social, passando, posteriormente, a serem funções psíquicas da personalidade (intrapsíquicas). Resultam da interação dos fatores biológicos com os fatores culturais, são estruturadas não em localizações anatômicas fixas no cérebro, mas em sistemas funcionais, dinâmicos, conscientes e historicamente mutáveis (Luria, 1992; Vygotsky, 1995).

Vygotsky (1995) e colaboradores realizaram vários experimentos para estudar o desenvolvimento das funções, procurando identificar como elas, de um processo de aquisição entendido (por muitos) como natural, transforma-se em cultural, utilizando o método de dupla estimulação. Um

1 Trabalho de pós-doutorado de Pinheiro.

dos experimentos focava a atenção mediada, que consistia em solicitar a tarefa de memorizar várias palavras (estímulo inicial) relacionadas a nomes de objetos. Em seguida, os sujeitos deveriam reproduzi-las.

O mencionado autor, posteriormente, oferecia uma série de cartões (estímulos auxiliares), contendo desenhos dos objetos representando as palavras, sem explicar como estes poderiam auxiliá-la na tarefa de memorização. Em outro momento, fornecia uma explicação (mediação) para que os sujeitos relacionassem as palavras com os cartões correspondentes. Os resultados indicaram que as crianças em idade pré-escolar, com ou sem mediação de estímulos externos, continuavam agindo com base no ensaio/erro.

Nas crianças em idade escolar, constatou-se menor número de erros, quando o processo era mediado pelo adulto, utilizando estímulos auxiliares externos. A explicação reside no fato de ocorrer uma reestruturação dos processos internos: as operações externas se convertem em internas. A mediação aumenta a capacidade de atenção e memória, permite o controle voluntário sobre seu comportamento e modifica a estrutura das funções, tornando-as conscientes e autorreguláveis (Luria,1992; Vygotsky,1995).

O estudo realizado por Nakayama, Boscolo e Gervai (2016) reproduziu a investigação de Vygotsky, intitulada jogo das “Perguntas e Respostas”, em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Os autores verificaram que as crianças possuíam a função psíquica da atenção preservada e que o apoio individualizado contribuiu para o desenvolvimento da atenção e para a aprendizagem em geral, corroborando as ideias dos autores citados, nos quais o experimento se baseou.

Na idade escolar, Leontiev (1988) expõe que a atividade principal, ou seja, aquela que desenvolve as funções psicológicas e realiza a reestruturação dos processos psíquicos é a aprendizagem dirigida, conceituada como um processo ativo, específico que orienta e estimula os processos internos de desenvolvimento.

Nesta etapa, a criança, principalmente por meio da mediação do professor, começa a realizar de maneira concreta e factual a aquisição dos conhecimentos sistematizados pela sociedade (Vygotsky, 2009, 2012).

Para que isso ocorra, segundo os autores, a mediação deverá ser realizada na zona de desenvolvimento proximal (ZDP) ou iminente (ZDI)² e não no nível de desenvolvimento real (NDR).

A ZDI consiste em uma zona onde as FPS não estão totalmente desenvolvidas e necessitam do apoio de outra pessoa mais adiantada para atingir um nível de desenvolvimento pleno, no qual as funções mentais atingem maior maturidade e a criança consegue resolver problemas com autonomia.

O que, em um determinado momento, está na ZDI, em outro, estará no nível de desenvolvimento atual, ou seja, o que a criança faz em colaboração hoje, amanhã poderá fazer sozinha. A ajuda do mediador pode ser efetivada por meio de perguntas, exemplos, demonstrações.

A aprendizagem mediante demonstrações pressupõe imitação. Se a imitação se faz presente, existe a possibilidade de aprendizagem; ela não é uma simples transferência mecânica de condutas ou uma mera formação de hábitos, nela está implícito certo entendimento da situação, o que pressupõe a compreensão do significado da ação do outro para poder imitá-la (Vygotsky, 1995, 2009).

Segundo esse autor, a aprendizagem efetiva é aquela que se adianta e norteia o desenvolvimento, iniciando pelo que não está maduro e desencadeando o amadurecimento das funções psicológicas que estão na ZDI.

Na idade escolar, as crianças brincam de jogos competitivos e atléticos. A palavra *igra*, em russo, utilizada por Vygotsky, quer dizer tanto jogo como brincadeira (Vygotsky, 2008; Elkonin, 2009; Leontiev, 1988).

O jogo, em termos gerais, é entendido como uma atividade composta de diferentes ações em que se reconstruem as relações sociais. O objetivo, nas crianças na idade pré-escolar, está no próprio processo de realização de tal atividade, enquanto na idade escolar o objetivo é o produto (Vygotsky, 2008; Elkonin, 2009; Leontiev, 1988). Para os autores, todos os jogos possuem regras que podem ser implícitas (Exemplo: jogo de papéis) ou explícitas (Exemplo: jogos de tabuleiros).

2 Neste estudo, utilizaremos ZDI – Zona de Desenvolvimento Iminente (de acordo com as traduções dadas por Zoia Prestes (2010) do termo russo originalmente utilizado por Vygotski).

Os jogos competitivos e atléticos envolvem relações e subordinação do comportamento a certas regras. As crianças abdicam dos seus impulsos imediatos, postergando o prazer e atingindo o autocontrole, ou seja, a conduta arbitrada.

Esses jogos também têm importância no desenvolvimento da personalidade da criança, quando possibilitam a ela se avaliar, consciente e independentemente, quanto às suas habilidades, comparando-se com os outros e na introdução de noções morais, uma vez que a criança gostaria de fazer determinadas ações, mas está limitada pelas regras estabelecidas.

A revisão de estudos na idade escolar, envolvendo o jogo, foi realizada entre os anos de 2007 e 2018, nas áreas de psicologia e de educação, inclui a pesquisa de artigos e de dissertações e teses que estavam disponíveis, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVSPsi – <https://www.bvs-psi.org.br/>); Portal de Periódicos da CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação – <https://www.periodicos.capes.gov.br/>) e Scientific Electronic Library Online (SciELO – <https://www.scielo.org/>). As palavras-chave buscadas foram “jogo”, “psicologia histórico-cultural” e “Vygotsky” e/ou “Elkonin” e/ou “Leontiev”.

Verificou-se a existência de apenas cinco (05) estudos (03 artigos e 02 teses), que abordavam intervenções referentes ao jogo, com regras explícitas como recurso para a aprendizagem e o desenvolvimento das FPS em crianças que frequentam o ensino fundamental com histórias de dificuldades na aprendizagem e/ou de insucesso escolar.

Os estudos encontrados foram: “Mediação da atenção em grupo de apoio educacional” de Nakayama, Boscolo e Gervai (2016), citados anteriormente neste artigo: “Jogar para ensinar – jogar para aprender: o jogo como recurso pedagógico na construção de conceitos escolares e desenvolvimento de habilidades cognitivas, no ensino fundamental” de Fittipaldi (2007); “Jogo e mediação social: um estudo sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos do ensino fundamental” de Fittipaldi (2009); “O jogo com regras explícitas pode ser um instrumento para o sucesso de

estudantes com história de fracasso escolar?” de Pinheiro (2014) e “O Jogo com Regras Explícitas Influencia o Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores?” de Pinheiro, Damiani e Silva (2016).

As pesquisas demonstraram que intervenções mediadas em jogos de regras explícitas, propostos para crianças com dificuldades de aprendizagem, promovem o desenvolvimento das FPS, melhoram o desempenho escolar dos estudantes e indicam que o jogo mediado pode ser utilizado por professores em suas salas de aulas, acompanhado por ações planejadas e incidentais.

Constatou-se, também, nestas intervenções, conforme defendem Vygotsky (2008); Elkonin (2009) e Leontiev (1988), que o jogo também atua no desenvolvimento da personalidade, uma vez que ocorreram mudanças nos relacionamentos interpessoais e nos cuidados de si mesmo. A existência de um número bastante reduzido de pesquisas sobre o jogo de regras explícitas em intervenções junto a crianças com dificuldades no processo de ensino aprendizagem demonstra a importância da realização deste estudo e sua publicação.

MÉTODO

O método desta pesquisa foi qualitativo do tipo intervenção, estruturado em três etapas: avaliação inicial, intervenção por meio de jogos e avaliação ao final. Esse método foi utilizado por Pinheiro (2014), em seu doutorado e neste estudo de pós-doutorado.

A intervenção por meio de jogos teve como base o princípio da dupla estimulação (Vygotsky, 1995). Relacionando tal princípio com esta pesquisa, considera-se que o jogo – cuja utilização foi mediada pelos alunos mediadores (AM) – alunos do 6º semestre do curso de Psicologia, e pela linguagem – se constituiu no estímulo externo, usado para desenvolver as FPS que poderiam, em consequência, auxiliar nas aprendizagens escolares dos sujeitos.

Os jogos utilizados na intervenção foram os “jogos de memória” (04 encontros), “cara a cara” (03 encontros) e “damas” (03 encontros). Em média, realizaram-se, individualmente com as crianças, 10 sessões, com

duração de 50 minutos. Os encontros foram gravados e transcritos e as observações dos alunos e da pesquisadora foram anotadas em diário de campo (Freitas, Pereira, 2018). Os dados foram colhidos com a ajuda de AM, sob a supervisão semanal da pesquisadora responsável, entre os anos de 2015 e 2017.

As crianças da intervenção foram quatro que estavam cursando o 2º e o 3º anos do Ensino Fundamental, em quatro escolas públicas do interior do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhadas para um Núcleo de Neurodesenvolvimento e, posteriormente, para o setor de Psicologia.

As crianças foram selecionadas por apresentarem insucesso escolar, informação obtida junto aos prontuários médicos do Núcleo de Neurodesenvolvimento. Todas do sexo masculino: Mateus, Jorge e Ka com 10 anos, Alex com 7 anos, pertencentes à classe social de baixa renda. Os nomes foram alterados com a finalidade de preservar suas identidades e garantir as questões de ética da pesquisa.

O instrumento utilizado na avaliação inicial (04 encontros) e final (04 encontros), com as crianças, foi o Teste de Desempenho Escolar (TDE) - instrumento psicométrico que possui como objetivo a avaliação das capacidades fundamentais para o desempenho escolar (Stein, 1994), e é composto por três subtestes — escrita (34 itens), leitura (70 palavras) e aritmética (35 itens). A aplicação e a avaliação do instrumento não seguiram as instruções indicadas no seu manual, foram customizadas, uma vez que tinham como finalidade não só identificar o NDR, mas também a ZDI, conforme investigações realizadas por Vygotsky (2009).

O apoio nas questões de leitura foi realizado da seguinte maneira: pedia-se a cada criança que identificasse as letras, as sílabas que formavam as palavras e, por último, que lesse sozinha. Na escrita, a ajuda consistiu em dizer que a palavra não estava escrita de forma correta, lia-se novamente e solicitava-se que a criança lesse novamente, atentando para cada uma das sílabas, para depois reescrevê-la. O apoio na aritmética foi possibilitado mostrando o erro, armando a conta no papel, auxiliando na construção da tabuada solicitada na questão e fornecendo material concreto (Exemplo: fósforos, pauzinhos etc.) para efetivá-las.

As avaliações do desempenho no TDE consistiram apenas em contagem de acertos e erros com e sem mediação. A interrupção do teste ocorria após 7 erros consecutivos, conforme o momento em que as AMs não obtinham respostas corretas das crianças indicando estar acima de suas ZDIs.

Com os familiares e professores foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Yin, 2010), uma, no início, com o objetivo de conhecer o contexto, o desenvolvimento e o desempenho escolar das crianças da intervenção e, outra, ao final, para identificar, nas crianças, mudanças geradas ou não, na aprendizagem e no desenvolvimento, pela intervenção por meio de jogos.

Os métodos de análise dos resultados foram o microgenético (Góes, 2000) e o de análise de conteúdo do tipo temática (Minayo, 2015). A análise microgenética da intervenção gerou a categoria “Efeitos das intervenções sobre desenvolvimento das FPS das crianças”. Outra categoria, denominada “Efeitos das intervenções sobre o desempenho escolar das crianças”, organizada por meio da análise temática, proveniente das entrevistas e dos resultados do TDE. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética do MEC – Plataforma Brasil - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE 04017512.7.0000.5323.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os achados dos três alunos serão apresentados em conjunto e estruturados da seguinte maneira: intervenção, efeitos da intervenção sobre o desenvolvimento das FPS e sobre o desempenho escolar. Para exemplificar os efeitos da intervenção sobre as FPS dos sujeitos, na descrição dos dados, optou-se por transcrever alguns excertos dos alunos mediadores (AM), das crianças, dos familiares e das professoras, sem correções da língua portuguesa. Manter-se-á o mais fiel possível a fala dos sujeitos que fizeram parte deste estudo.

Com a finalidade de facilitar a percepção dos efeitos das intervenções no desempenho escolar das crianças, será realizado um breve relato da situação destes, antes da intervenção. Os dados foram obtidos nas entrevistas com professores, familiares e nos prontuários clínicos.

Matheus frequentava o 3º ano do ensino fundamental, apresentava dificuldades na aprendizagem, não sabia ler e tinha comportamento hiperativo. Hipótese diagnóstica de TDAH, realizada por neurologista.

Jorge cursava o 3º ano do ensino fundamental, demonstrava dificuldades de aprendizagem, pouco interesse nas atividades escolares e duas repetências consecutivas.

Ka estava no 3º ano do ensino fundamental, tinha dificuldades na leitura, escrita e cálculo. Manifestava indicativos de sério comprometimento emocional com falta de atenção, insegurança e baixa autoestima.

Alex frequentava o 2º ano do ensino fundamental, não sabia ler nem escrever. Tinha comportamento hiperativo, falta de atenção e concentração na escola.

Intervenção

A intervenção foi realizada por meio dos “jogos de memória”, “cara a cara” e “damas” com base nas idéias de Vygotsky (1995), Leontiev (1988) e Elkonin (2009). As FPS, percepção, atenção, memória, raciocínio e tomada de consciência das ações, tiveram ênfase na intervenção e foram trabalhadas ao mesmo tempo em cada encontro e em todos os jogos utilizados, por serem interdependentes e fazerem parte de um sistema funcional (Luria,1992; Vygotsky,1995).

O primeiro encontro de cada jogo teve como objetivo identificar o NDR dos alunos para poder verificar se, ao final da intervenção, este nível evoluiu. Eram explicadas as regras dos jogos e os alunos iniciavam a primeira partida sem o apoio.

Nos dois primeiros encontros, do jogo da memória, constatou-se que as crianças não respeitavam as regras do jogo, por exemplo: viravam mais de uma peça na sua vez de jogar e não permitiam que as AMs olhassem a peça virada. Além disso, não demonstravam organização das peças sobre a mesa,

deixando-as espalhadas, colocando uma por cima das outras; conversavam sobre outros assuntos, não prestavam atenção no jogo e não percebiam as diferenças existentes nas figuras.

As crianças demonstravam insegurança ao jogar (ka: “Acho que hoje eu vou perder”) e reclamavam da dificuldade do jogo (Jorge: “Esse jogo é muito difícil”). Como decorrência do exposto, não encontravam os pares dos cartões com facilidade, fazendo com que uma partida tomasse o tempo de uma sessão inteira.

No jogo “cara a cara”, percebeu-se, nas primeiras jogadas, que as crianças tiveram dificuldades na compreensão das regras do jogo, não sabiam qual figura deveriam baixar (Jorge: “É homem? Sim. Tenho que baixar os homens ou as mulheres?”); realizavam descartes inadequados, não chegando ao final da partida com a carta correta (Mateus: “Tua carta é Alessandra? Não é um homem”).

Demonstravam, portanto, possíveis dificuldades para realizar o entendimento do jogo e o raciocínio por exclusão. Eles não olhavam o tabuleiro para identificar as características comuns das figuras para formularem uma boa pergunta, ou seja, aquela que possibilita o maior número de descartes; realizavam a pergunta, mais de uma vez durante a mesma partida (Alex: “Tem óculos? Já fizestes esta pergunta”), enfim, não prestavam atenção no jogo. Novamente falavam que o jogo era muito difícil e que queriam mudar.

Em relação ao jogo de “damas”, verificou-se que as crianças também apresentaram dificuldades em entender o jogo. Ao mexer suas peças andavam com elas para frente, para trás, para o lado, não dominavam o conceito de diagonal (AM: “Não, prá frente não. Lembra que é só na diagonal. Só nas vermelhinhas pode andar”); no jogo, não olhavam o tabuleiro para ver as possibilidades de jogadas e não pensavam nas jogadas que poderiam ser realizadas.

A forma como as crianças jogavam indicou as dificuldades de atenção, memória, compreensão, de desenvolver estratégias e realizar raciocínios, entre outras FPS envolvidas nas ações do jogar, pois, como já foi referido anteriormente, as FPS funcionam de maneira entrelaçada e indissociável (Luria,1992; Vygotsky,1995).

Nas partidas seguintes, em todos os jogos, os AMs ofereceram o apoio com o objetivo de provocar o desenvolvimento das FPS que estavam na ZDI, pois o que está em determinado momento, na ZDI, em outro momento, poderá estar no NDR, se houver aprendizagem mediada (Vygotsky, 2009).

Realizar a mediação no jogo não é criar um nível de exigência que a criança não possa atingir no momento – mesmo que lhe seja possibilitado o apoio – ou trabalhar com um jogo no qual ela não tenha nenhuma dificuldade, mas sim saber criar a dificuldade adequada para que ela, com apoio, possa resolvê-la. É saber retirar o apoio e novamente possibilitá-lo em outras jogadas, para ir promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

A mediação implica realizar a ação em conjunto com a criança, apoiá-la nas ações de jogar que ela ainda não consegue realizar de maneira satisfatória, sozinha. O apoio no jogo também teve como suporte as pesquisas de Vygotsky (1995) que, ao investigar a gênese das FPS, percebeu que as crianças em idade escolar cometiam menor número de erros no cumprimento de uma tarefa, se essa atividade fosse mediada por adulto.

Nos processos de mediação realizados durante a intervenção, o objetivo era que as crianças tomassem consciência de suas jogadas e desenvolvessem estratégias que lhes permitissem ter sucesso nos jogos, para isso apresentou-se modelos referenciais a serem imitados de análise, reflexão, planejamento, raciocínio, estratégias para controlar a atenção, a memória, como mostra o relato que segue.

O apoio no “jogo de memória” consistiu, por exemplo, em auxiliar na organização das peças sobre a mesa (AM: “Ka se a gente organizar tudo em fileiras, assim”); chamar a atenção para os detalhes das figuras do jogo (AM: “Um triste e outro feliz”); relacionar as figuras do jogo com o filme que ele representa, identificar o nome das figuras, impedir as jogadas repetitivas; ajudar na localização das figuras e ensinar estratégias de jogo (AM: “É sempre melhor tu virar primeiro uma peça que tu ainda não virou, e depois uma peça que tu já tenha virado”).

No jogo “cara-a-cara”, por exemplo, ajudou-se na elaboração de boas perguntas, auxiliou-se no descarte das peças (AM: “... uma coisa que ajuda a gente é ir olhando um por um? ...por fileira”); solicitou-se que a criança

fizesse uma boa pergunta para o AM (“Tu és meu professor hoje”; qual a pergunta que tu achas que é boa?”) e, por fim, auxiliou-se na leitura dos nomes das figuras do jogo.

No jogo de “damas”, alguns dos apoios fornecidos foram o de impedir jogadas que não obtivessem êxito e simular outras; retomar regras e realizar o raciocínio em voz alta, ou seja, analisar as jogadas, porque seriam realizadas ou não (AM: “Vir pra cá. Pula pra cá, e de novo pula pra cá, e aí tu comeu duas”).

A mediação consistiu em: repetir as falas das crianças, fornecer modelos de raciocínio, incentivar as crianças a imitar as jogadas dos AM, ajudar e apoiar na realização de jogadas, dando dicas, corrigindo, solicitando explicações sobre elas, refletindo com a criança sobre suas estratégias, mostrando outras possibilidades de jogadas, elogiando as boas jogadas realizadas. Os mediadores questionavam suas jogadas, procurando fazer com que as crianças tomassem consciência sobre seu modo de jogar e, assim, autorregulassem seu comportamento. Foram criadas ações planejadas inspiradas nos procedimentos utilizados por Vygotsky (2009).

Efeitos das intervenções sobre o desenvolvimento das FPS

Após alguns encontros de jogo mediado, observaram-se mudanças na maneira de jogar das crianças. As mudanças percebidas indicaram que as mediações realizadas tinham sido interiorizadas, demonstrando que houve avanços, o que estava na ZDI tinha se transformado em NDR (Vygotsky, 1995).

As crianças tomaram consciência das jogadas equivocadas (Jorge: “Ah! Repeti as mesmas [jogadas] eu baixei os bonecos errados”), reforçando a afirmação de Vygotsky (2008), Elkonin (2009) e Leontiev (1988), de que por meio do jogo a criança se avalia, conscientemente, em relação às suas habilidades e dificuldades.

As crianças passaram a imitar as jogadas das AM, tanto no “jogo de memória,” como nos de “cara a cara” e de “damas”, por exemplo, na organização das peças sobre a mesa, na percepção de características (Ka: “O cabeludo. AM: Muito bem, o Ka lembra viu?”), na localização das peças; no

descarte das peças por fileira, nas perguntas (Alex: “Bããiii agora, nãñãñã, vou falar a mesma pergunta dele, acerta todas...”) e no raciocínio, Mateus começou a falar em voz alta o que iria realizar, qual seria a melhor jogada e a debater com a AM novas possibilidades (“Não... não dá pra vir pra cá... não dá”). Jorge analisava suas jogadas, ensinava para AM sua estratégia e dizia “Hoje tu vais perder”.

Para Vygotsky (1995), é necessário lembrar, a imitação é uma das vias principais de aprendizagem e de desenvolvimento das FPS. Se ela ocorre, significa que existe certo entendimento, compreensão da situação pelo sujeito e tomada de consciência da ação do outro.

Além do exposto, percebeu-se que as crianças prestavam atenção no jogo, analisavam detalhes das figuras para formularem boas perguntas, realizavam o raciocínio de exclusão com êxito, elaboravam estratégias de jogo e apontavam correções nas jogadas dos AM (Ka: “é, tá por aí! AM: Tá me dando dicas? Vou seguir as dicas”).

Comparando essas ações com a maneira que as crianças jogavam antes da intervenção, pode-se inferir que ocorreu aprendizagem e desenvolvimento das FPS percepção, atenção, memória, raciocínio e tomada de consciência das ações. Esses resultados também foram constatados no estudo de Pinheiro, Damiani e Silva (2016).

As crianças começaram a ler o nome das figuras do jogo “cara a cara”, textos escolares e identificar erros na escrita de seus nomes. Na aritmética, uma das crianças levou para a sessão um caderno para mostrar como tinha realizado cálculos na escola (Jorge: “Olha aqui fui eu que fiz os tracinhos que tu me ensinou”).

Sintetizando, no início da intervenção, as crianças apresentavam dificuldades na atenção, percepção, compreensão e raciocínio. Matheus, Jorge e Alex não dominavam a leitura, a escrita e o cálculo, enquanto Ka apresentava dificuldades nessas áreas. Durante a intervenção por meio de jogos mediados, principalmente, por meio da linguagem, as crianças começaram a imitar os AM, tomaram consciência de suas dificuldades, criaram alternativas de jogadas indicando o desenvolvimento das FPS.

Além das mudanças na maneira de jogar, perceberam-se modificações no comportamento de todas as crianças. Matheus, no início da

intervenção, não falava quase nada, sendo apenas monossílabo ou fazendo uso de frases curtas. Balançava a cabeça de forma negativa ou afirmativa quando questionado (“Nem eu”).

Ao final da intervenção, passou a elaborar frases mais estruturadas (“A minha prima de dezoito anos tem esse jogo”). As crianças demonstravam estar mais seguras, motivadas, participativas e menos inibidas. As mudanças também foram constatadas nos trabalhos de Fittipaldi (2007, 2009) e de Pinheiro, Damiani e Silva (2016), indicando que o jogo modifica a autoestima e como decorrência o comportamento.

Efeitos da intervenção sobre o desempenho escolar

Para discutir esses efeitos, serão apresentados dados iniciais e os relativos às modificações observadas no desempenho escolar (escrita, aritmética e leitura) das crianças das intervenções. Esses dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas junto às mães e às professoras e das questões do TDE das crianças.

Os resultados da avaliação inicial do TDE estão descritos na Tabela 1, na qual podemos observar o total de questões iniciais realizadas (TQI) do TDE, e os resultados de Mateus (M), Jorge (J), Alex (A) e Ka (K) antes da intervenção, pontuando seus acertos sem apoio (NDR) e com apoio (ZDI), e, ao final, o total de acertos (TA) que corresponde à soma de NDR mais ZDI.

Tabela 1 – Resultados das questões do TDE antes da intervenção por meio de jogos

| Áreas | TQI | Antes da intervenção | | | | | | | | | | | |
|------------|-----|----------------------|-----|----|-----|-----|----|-----|-----|----|-----|-----|----|
| | | M | | | J | | | A | | | K | | |
| | | NDR | ZDI | TA | NDR | ZDI | TA | NDR | ZDI | TA | NDR | ZDI | TA |
| Escrita | 35 | 5 | 13 | 18 | 1 | 5 | 6 | 0 | 1 | 1 | 3 | 12 | 15 |
| Aritmética | 38 | 6 | 10 | 16 | 4 | 5 | 9 | 1 | 10 | 11 | 5 | 2 | 7 |
| leitura | 70 | 3 | 8 | 11 | 0 | 6 | 6 | 0 | 5 | 5 | 12 | 16 | 28 |

Fonte: TDE Mateus (M), Jorge (J), Alex (A) e Ka (K), entre 2014 e 2017.

Por meio da análise dos dados, percebeu-se que Matheus, Jorge, Alex e Ka apresentavam muitas dificuldades na escrita, na aritmética e na leitura (Tabela 1). Os resultados obtidos na escrita, antes da intervenção, indicaram que a maioria dos acertos foi com apoio, num total de 35 questões, sendo que o número máximo de acertos foi 18, com uma média de 10 acertos. Durante a realização da escrita, observou-se que as crianças não realizavam a correspondência fonema/grafema, escreviam apenas as vogais das palavras.

Na aritmética, a maioria dos acertos, assim como na escrita, também foi com apoio, com exceção de Ka que obteve melhores resultados sem apoio, sendo que num total de 38 questões o número máximo de acertos foi de 16, com média de 10,75. As maiores dificuldades percebidas foram: conhecer os números, armar as contas e identificar os sinais.

A atividade foi realizada em dois encontros, no 2º encontro, observou-se que os apoios fornecidos no 1º (uso de pauzinhos, leitura dos números em voz alta) foram imitados por Mateus e Jorge, evidenciando que o que estava na ZDI no 1º encontro transformou-se em NDR no 2º.

Por fim, na leitura, analisando a Tabela 1, pode-se constatar que num total de 70 palavras, o número máximo de acertos foi de 28, com média de 12,5. Durante a aplicação, observou-se que Mateus, Jorge e Alex não dominavam o mecanismo de leitura, pois somente conseguiram ler algumas palavras com muito apoio, enquanto Ka conseguiu ler algumas palavras sem apoio.

Observou-se, na avaliação inicial, que os alunos demonstravam ansiedade (mexiam as mãos e os pés em demasia), falta de atenção (falavam sobre assuntos aleatórios, contavam histórias), negação para a realização da atividade (reclamavam de sono, da escola, de dores no pé, pediam para parar, pois estavam cansados), demonstravam baixa autoestima pela desmotivação para se arriscar (“Não sei”) e insegurança, pois, mesmo quando estavam acertando faziam sinal negativo com a cabeça e recomeçavam.

Ao final da intervenção, foi realizada a segunda avaliação por meio do TDE (Tabela 2). Foram refeitas as questões que os alunos não haviam acertado na avaliação inicial da escrita, cálculo e leitura, e aquelas nas quais

os AMs tinham apoiado. Percebeu-se que o total de questões aplicadas nas áreas (TQI) foi diferente para cada uma das crianças, pois diminuíram os acertos sem apoio (NDR) comparados com a primeira avaliação (TQI-NDR).

Tabela 2 – Resultados das questões do TDE depois da intervenção por meio de jogos

| Áreas | Após intervenção | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------|------------------|-----|-----|----|---------|-----|-----|----|---------|-----|-----|----|---------|-----|-----|----|
| | M | | | | J | | | | A | | | | K | | | |
| | TQI-NDR | NDR | ZDI | TA | TQI-NDR | NDR | ZDI | TA | TQI-NDR | NDR | ZDI | TA | TQI-NDR | NDR | ZDI | TA |
| Escrita | 30 | 10 | 20 | 30 | 34 | 12 | 8 | 20 | 35 | 0 | 16 | 16 | 32 | 12 | 6 | 18 |
| Aritmética | 32 | 11 | 5 | 16 | 34 | 9 | 4 | 13 | 37 | 1 | 13 | 14 | 33 | 4 | 5 | 9 |
| Leitura | 67 | 45 | 22 | 67 | 70 | 27 | 13 | 40 | 70 | 2 | 11 | 13 | 58 | 21 | 8 | 29 |

Fonte: TDE Mateus (M), Jorge (J), Alex (A) e Ka (K), entre 2014 e 2017

Constatou-se avanços positivos na escrita, na aritmética e na leitura (Tabela 2). Na escrita, a média de questões aplicadas foi de 32,75 e o número máximo de acertos foi de 30, com média de 21 acertos (Tabela 2). Nessa avaliação, observou-se que Mateus, Jorge e Ka aumentaram o número de acertos sem apoio, ou seja, seu nível de desenvolvimento real (NDR) e demonstraram avanços em suas ZDI. Quanto a Alex não houve alteração no NDR, mas sim em sua ZDI.

Observou-se que Mateus, Jorge e Ka apresentaram maior iniciativa na escrita das palavras e conseguiram escrever palavras com consoante depois de vogal.

Na aritmética, a média de questões aplicadas foi de 34, o máximo de acertos foi de 16, com média de 13 acertos (Tabela 2). Percebeu-se, durante a avaliação, que Mateus, Jorge e Ka apresentaram mudanças no seu NDR, continuaram a realizar as imitações dos apoios fornecidos na avaliação inicial e realizaram outras. Alex manteve seu NDR e continuou com algumas dificuldades para contar. No que tange à ZDI, todos avançaram.

Na leitura, a média de questões aplicadas foi de 66,25, o máximo de acertos foi de 67, com média de 37,25 acertos (Tabela 2). Constatou-se o maior avanço dos alunos no NDR relativamente à de ZDI.

Após a intervenção, as crianças estavam lendo e procuravam lembrar os exemplos de sala de aula (Alex perguntava se “ma” é o mesmo de “macaco”). Comparando os resultados da avaliação da escrita, aritmética e leitura, antes e depois da intervenção, verificou-se que as crianças se desenvolveram significativamente (Tabela 3).

Tabela 3 – Comparação dos resultados do TDE antes e após da intervenção

| Áreas | Antes da intervenção/Depois intervenção | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------|---|------|-------|-------|---------------------|------|------|------|---------------------|-----|-------|-------|---------------------|-------|------|-------|
| | M | | | | J | | | | A | | | | K | | | |
| | TQI/ TQI- NDR | NDR | ZDI | TA | TQI/ TQI- NDR | NDR | ZDI | TA | TQI/ TQI- NDR | NDR | ZDI | TA | TQI/ TQI- NDR | NDR | ZDI | TA |
| Escrita | 35/30 | 5/10 | 13/20 | 18/30 | 35/34 | 1/12 | 5/8 | 6/20 | 35/35 | 0/0 | 1/16 | 1/16 | 35/32 | 3/12 | 12/6 | 15/18 |
| Aritmética | 38/32 | 6/11 | 10/5 | 16/16 | 38/34 | 4/9 | 5/4 | 9/13 | 38/37 | 1/1 | 10/13 | 11/14 | 38/33 | 5/4 | 2/5 | 7/9 |
| leitura | 70/67 | 3/45 | 8/22 | 11/67 | 70/70 | 0/27 | 6/13 | 6/40 | 70/70 | 0/2 | 5/11 | 5/13 | 70/58 | 12/21 | 16/8 | 28/29 |

Fonte: TDE Mateus (M), Jorge (J), Alex (A) e Ka (K), entre 2014 e 2017

Para melhor entendimento da comparação das avaliações iniciais e finais, mapeou-se o número de acertos obtidos no NDR, na ZDI e no total de acertos (TA) (Tabela 3). Em síntese, pode-se inferir que ocorreu aprendizagem e desenvolvimento das FPS. Sendo assim, esta pesquisa corrobora a premissa de Vygotsky, (1995): o que a criança faz em colaboração hoje, amanhã poderá fazer sozinha.

Ressalta-se que essa divisão entre NDR e ZDI foi realizada com intuito didático, para se obter melhor entendimento dos avanços das FPS dos alunos, pois se entende que o desenvolvimento dos processos mentais jamais pode ser determinado somente pelo NDR ou pela ZDI, mas sim pelos dois, conforme proposto por Vygotsky (2009).

Nas entrevistas finais, a mãe de Matheus referiu que o filho tem mais facilidade na compreensão da leitura, começou a ler tudo inclusive placas da rua, quanto ao cálculo ele está estudando a tabuada. Percebe que está motivado para estudar, pois pede para ir na papelaria comprar materiais para escola.

A mãe de Jorge e a de Alex relataram ter percebido que seus filhos tinham avançado na leitura, escrita, cálculo e estavam mais atentos e

motivados. Os professores referiram que os alunos Mateus, Jorge e Alex demonstraram avanços na escrita, no cálculo e na leitura e estavam começando a ler. A professora de Alex ressalta que ele amadureceu, evoluiu na aprendizagem, na motivação e na atenção, como se pode observar no excerto:

[agora] ele faz rapidinho suas atividades, se ele não consegue vêm, me pergunta, fica tentando fazer e ele já consegue se emocionar com os acertos. Acredito que o Alex começará o 3º ano com todo esse entusiasmo, porque ele tem evoluído bastante.

De acordo com a professora de Ka, não foram percebidos grandes avanços em sala de aula no que diz respeito ao conteúdo, porém ela percebeu melhora na concentração do aluno. A mudança na atenção é uma conquista verificada nos estudos de Nakayama et al. (2016), indicando que a função está preservada e que se desenvolve do inter para o intra, conforme defendido por Vygotsky (1995).

Triangulando os dados, infere-se que os alunos obtiveram avanços na escrita, cálculo e leitura, indo ao encontro dos estudos de Fittipaldi (2009, 2007) e de Pinheiro, Damiani e Silva (2016), reafirmando os experimentos realizados por Vygotsky e colaboradores (1995) no que tange ao desenvolvimento das FPS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa fortaleceram e ratificaram os dados encontrados no estudo de Pinheiro (2014). O jogo com regras explícitas mediado pode auxiliar as crianças com dificuldades na escrita, no cálculo e na leitura, ou seja, com história de insucesso escolar.

O jogo com regras explícitas foi um mediador eficiente entre a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, portanto, pode-se afirmar que é uma atividade que desenvolve as FPS, na idade escolar em crianças com insucesso escolar.

Os achados da intervenção ratificaram os pressupostos teóricos de Vygotsky (2009), de que a aprendizagem pode gerar desenvolvimento, e que

o ensino só é fecundo se ocorrer na ZDI do aluno. Observou-se nas crianças que participaram da pesquisa que, ao aprender a jogar, desenvolveram as FPS o que repercutiu no desempenho escolar.

Além dos avanços na aprendizagem e no desenvolvimento, foram constatadas mudanças na subjetividade das crianças, melhoraram sua autoestima, tornaram-se mais seguras e confiantes em relação a seus desempenhos. Sugere-se que o jogo com regras explícitas mediado, pelo potencial que apresentou neste estudo, possa fazer parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, retoma-se a ideia de que o insucesso escolar não pode ser visto de maneira fracionada, deve-se considerar a história de sua produção. Caso não realizemos essa leitura há o risco de naturalizá-lo, transformando questões sociais e culturais em individuais.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas junto a crianças com dificuldades, envolvendo professores na intervenção, o que possibilitará a verificação dos ganhos, aperfeiçoará a atuação e o empoderamento do docente.

REFERÊNCIAS

- Bôas, B. V. (2019). Brasil tem 1,15 milhão de alunos até 14 anos que não sabem ler e escrever. *Valor econômico*, 20(4776), Brasil, A2. Recuperado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562247/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>
- Elkonin, D. B. (2009). *Psicologia do jogo Daniil B. Elkonin* (2a. ed., A. Cabral Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1978).
- Fittipaldi, C. B. (2007). *Jogar para ensinar – jogar para aprender: o jogo como recurso pedagógico na construção de conceitos escolares e desenvolvimento de habilidades cognitivas, no ensino fundamental*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/16298>

- Fittipaldi, C. B. (2009). Jogo e mediação social: um estudo sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos do ensino fundamental. *Estudos em Avaliação Educacional*, 20(42), 125-150. Recuperado de <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1471/1471.pdf>
- Freitas, M., & Pereira, E. R. (2018). O diário de campo e suas possibilidades. *Quaderns de Psicologia*, 20(3), 235-244. Recuperado de <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1461>
- Góes, M. C. R. (2000) A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Caderno Cedes*, 50, 9-25.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2017). *Prova de avaliação nacional da alfabetização (ANA)*. Recuperado de http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-da-ana-2016-por-estados-e-municipios-estao-disponiveis-no-painel-educacional-do-inep/21206
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2020). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Recuperado de <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=170347>
- Leontiev, A. N. (1988). Os princípios psicológicos da brincadeira escolar. In Vigotskii, L. S., Luria, A. R. & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (pp. 119-142). (3a. ed., M. P. Villalobos Trad.). São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo. (Obra original publicada em 1944).
- Luria, A. (1992). *A construção da mente*. (M. B. Cipolla Trad.). São Paulo: Ícone. (Obra original publicada em 1975).
- Meira, M. E. M. (2007). Psicologia histórico-cultural: fundamentos, pressupostos e articulações com a psicologia da educação. In Meira, M. E. M., Facci, M. G. D. (Org.) *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação* (pp. 27-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. de S. (2015). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. (14a. ed.) São Paulo: Hucitec.

- Nakayama, A. M., Boscolo, D., Gervai, Solange & Navarro, L. (2016). Mediação da atenção em grupo de apoio educacional. *Journal of Research in Special Educational Needs (JORSEN)*. 16(1). 708-712. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12205>
- Pinheiro, S. N. S. (2014) *O jogo com regras explícitas pode ser um instrumento de para o sucesso de estudantes com história de fracasso escolar?*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3368>
- Pinheiro, S. N. S.; Damiani, M. F. & Silva, B. S. da. (2016) O Jogo com Regras Explícitas Influencia o Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores?. *Psicologia Escolar e Educacional*. 20 (2), 255-263. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-353920150202960>
- Pinheiro, S. N., Couto, M. L. de O., Carvalho, H. C. W. de, & Pinheiro, H. S. (2020). Fracasso Escolar: naturalização ou construção histórico-cultural?. *Fractal: Revista De Psicologia*, 32(1), 82-90. Recuperado de <https://doi.org/10.22409/https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5698>
- Prestes, Z. R. (2010) *Quando quase não é a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovich Vigotski – Repercussões no campo educacional*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/80/o/ZOIA_PRESTES_-_TESE.pdf?1462533012
- Stein, L. M. (1994). *TED: Teste de desempenho escolar: manual para aplicação e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vigotski, L. S. 1896-1934 (2009). *A construção do pensamento e da linguagem/ Lev Semenovich Vigotsky* (2a. ed., P. Bezerra, Trad., Biblioteca pedagógica). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1934).
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III – Problemas del desarrollo de la psique* (L. Kuper, Trad.). Madrid: Visor. (Obra original publicada em 1983).

- Vygotsky, L. S. (2008). A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança (Z. Prestes, Trad.) *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, 8(1) 23-36. (Trabalho original publicado em 2004) Recuperado de <http://xa.yimg.com/kq/groups/32960205/729519164/name/artigo+zoia+prestes>
- Vygotski, L. S. (2012). *Obras escogidas IV – Paidologia del adolescente problemas de la psicología infantil*. L. Kuper (Trad.) Madrid: Machado Grupo de Distribución. (Obra original publicada em 1984)
- Yin, R. (2010) *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. A. Thorell (Trad.) Porto Alegre: Bookman.

Recebido em 30/10/2020

Aceito em 17/08/2022

Estratégias de coping e motivação de praticantes de corrida de rua

Coping strategies and motivation of street runners

Estrategias de afrontamiento y motivación d e los corredores callejeros

*Daniel Vicentini de Oliveira**

*Gabriel Lucas Morais Freire***

*David Leonardo Oliveira Souza****

*Paulo Vitor Suto Aizava*****

*Lenamar Fiorese******

*José Roberto Andrade Nascimento Júnior******

Resumo

O objetivo do estudo foi analisar as estratégias de coping e a motivação de praticantes de corrida de rua do município de Maringá – PR. Trata-se de um estudo transversal, cuja mostra foi composta por 55 praticantes de corrida de rua, de ambos os sexos, com idade mínima de 20 anos de idade. Como instrumentos foram utilizados uma ficha de identificação, o Exercise Motivation Inventory (EMI-2) e o Inventário de Estratégias de Coping (IEC). A análise dos dados foi feita através de estatística descritiva e inferencial ($p < 0,05$). Os resultados evidenciaram que os homens apresentaram um perfil mais competidor em relação às mulheres ($p = 0,019$), além de utilizarem as estratégias rendimento máximo sob pressão ($p = 0,017$), concentração ($p = 0,030$) e confiança e motivação ($p = 0,021$). Os indivíduos com maior tempo de prática utilizam mais da

* Centro Universitário de Maringá, PR, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-0272-9773>. E-mail: d.vicentini@hotmail.com

** Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE, Brasil. E-mail: bi88el@gmail.com

*** Centro Universitário Metropolitano de Maringá, PR, Brasil. E-mail: david_souza_4@hotmail.com

**** Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil. E-mail: paulovitorsa@live.com

***** Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil. E-mail: lenamarfiorese@gmail.com

***** Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE, Brasil. E-mail: jroberto.jrs01@gmail.com

estratégia concentração ($p=0,020$). Os que treinavam até três vezes na semana se motivavam mais pela reabilitação da saúde. A estratégia de formulação de objetivos foi o domínio que mais obteve correlações com a motivação ($p<0,05$). Conclui-se que existem inúmeros motivos para a prática dos corredores de rua, assim como as estratégias de enfrentamento utilizadas.

Palavras-chave: Corrida; Exercício Físico; Motivação.

Abstract

The purpose of the study was to analyze coping strategies and motivation of street runners in the city of Maringá – PR. This is a cross-sectional study, in which the sample consisted of 55 street runners, from both sexes, with a minimum age of 20 years old. As instruments, an identification form, the Exercise Motivation Inventory (EMI-2) and the Coping Strategies Inventory (CSI) were used. Data analysis was performed using descriptive and inferential statistics ($p<0.05$). The results have evinced that men had a more competitive profile than women ($p=0.019$), also using the following strategies: maximum performance under pressure ($p=0.017$), concentration ($p=0.030$) and confidence and motivation ($p=0.021$). Individuals with longer practice time use the concentration strategy more often ($p=0.020$). Individuals who used to train up to three times a week were more motivated by health rehabilitation. The strategy of formulating objectives was the domain that most correlated with motivation ($p<0.05$). It is concluded that there are numerous reasons for the practice of street runners, as well as the coping strategies they use.

Keywords: Running; Physical Exercise; Motivation.

Resumen

El propósito del estudio fue analizar las estrategias de afrontamiento y la motivación de los corredores callejeros en la ciudad de Maringá - PR. Se trata de un estudio transversal, en el que la muestra estuvo compuesta por 55 corredores callejeros, de ambos los sexos, con una edad mínima de 20 años. Como instrumentos se utilizó un formulario de identificación, el Inventario de Motivación para el Ejercicio (EMI-2) y el Inventario de Estrategias de Afrontamiento (IEC). El análisis de los datos se realizó mediante estadística descriptiva e inferencial ($p < 0,05$). Los resultados mostraron que los hombres tenían un perfil más competitivo que las mujeres ($p = 0,019$), además de utilizar las estrategias rendimiento máximo bajo presión ($p = 0,017$), concentración ($p = 0,030$) y confianza y motivación ($p = 0,021$). Las personas con mayor tiempo de práctica utilizan más la estrategia de concentración ($p = 0.020$). Los que entrenaron hasta tres veces por semana estaban más motivados por la rehabilitación de la salud. La estrategia de formulación de objetivos fue el

dominio que más se correlacionó con la motivación ($p < 0,05$). Se concluye que existen numerosas razones para la práctica de los corredores callejeros, así como las estrategias de afrontamiento empleadas.

Palabras clave: Carrera; Ejercicio físico; Motivación.

INTRODUÇÃO

A corrida de rua vem se destacando pelo aumento de adeptos desde a década de 1970. Esse crescimento se dá pelo leque de benefícios que a modalidade pode oferecer nos aspectos físicos, sociais e psicológicos. Balbinotti, Gonçalves, Klering, Wiethaeuper e Balbinotti (2005) afirmam que são diversos os interesses pela corrida, seja para condicionamento físico ou para competir, para relaxar ou por lazer, pela conversa ou pela contemplação.

Desta forma, manter essa população de corredores de rua motivada é uma tarefa árdua para os praticantes, treinadores e pessoas envolvidas na prática (Silva, Solera, Almeida, Anversa, & Manoel 2019). Uma das principais bases teóricas que explica a motivação humana é a Teoria da Autodeterminação - TAD (Decy, & Ryan, 2012), que parte do princípio de que o comportamento autodeterminado é regulado pela satisfação de três necessidades psicológicas básicas: autonomia, competência e relacionamento. Essas necessidades são essenciais para facilitar o ótimo funcionamento das tendências naturais para o crescimento e a integração, bem como para o desenvolvimento social e bem-estar pessoal (Decy, & Ryan, 2012). A TAD explica que a autodeterminação pode gerar maior interesse, excitação e confiança que, por sua vez, se manifesta tanto como desempenho aprimorado, persistência e criatividade, como maior vitalidade, autoestima e bem-estar (Decy, & Ryan, 2012).

Mizoguchi, Garcia, Nazario e Lara (2014) observaram o nível de motivação em corredores de rua. Os autores verificaram que os corredores, de modo geral, que apresentaram maiores níveis de motivações intrínsecas, mas quando comparados com outros fatores de influência na prática, observou-se que atletas mais jovens expressam níveis de motivação mais extrinsecamente. Sendo assim, a corrida de rua, em particular, tem algumas características específicas que podem aumentar ou diminuir o

nível de motivação dos seus praticantes. Uma forma de enfrentar os fatores inerentes aos estresses oriundos do dia a dia, que podem causar desmotivação, são as estratégias de *coping* (Pires, Bara Filho, Debien, Coimbra, & Ugrinowitsch, 2016).

O *coping* é um recurso utilizado mediante pensamento e ação como forma de lidar com situações estressantes (Lazarus, 1993). Folkman e Lazarus (1980) propuseram duas modalidades de *coping*: centrada no problema, que envolve o enfrentamento do problema causador de estresse e centrada na emoção, que objetiva aliviar as emoções negativas associadas ao problema.

Nicholls, Taylor, Carroll e Perry (2016) observaram em sua meta-análise que as estratégias de *coping*, centradas no problema, tiveram uma relação positiva com a melhora do rendimento no meio esportivo. Já a estratégia é a centrada na emoção, que são formas de avaliar/evitar o agente estressor (Lazarus, 1993). Essas estratégias incluem esquiva, escape, distanciamento e extração de aspectos positivos de acontecimentos negativos. São utilizadas quando o sujeito percebe que o estressor não pode ser modificado e que é preciso continuar com a interação (Tamayo, & Tróccoli, 2002).

Desta forma, vale ressaltar que existe uma lacuna na literatura em relação ao comportamento de praticantes de corrida de rua diante desses fatores estressores, sendo esta o objeto deste estudo. Diante disso, o objetivo do presente estudo foi analisar as estratégias de *coping* e a motivação de praticantes de corrida de rua do município de Maringá, Paraná.

MÉTOD

Participantes

Participaram deste estudo quantitativo e transversal 55 praticantes de corrida de rua do município de Maringá, Paraná (34 homens e 21 mulheres) com média de idade de $42 \pm 2,3$ anos. Os participantes foram selecionados de forma não probabilística e por conveniência. Os critérios de inclusão foram os seguintes: 1) serem praticantes de corrida de rua no município; e 2) estarem presentes no dia da coleta dos dados.

Esses corredores faziam parte de quatro grupos de corrida de rua do município (cada indivíduo fazia parte de apenas um dos grupos). Os grupos possuem um profissional de educação física responsável, como treinador/professor. As corridas, geralmente, ocorrem ao redor de parques e/ou em algumas ruas do município.

Instrumentos

Foi aplicado um questionário com questões referentes à idade, à faixa etária, ao sexo, ao tempo de prática de corrida de rua, além da frequência semanal da mesma.

Para a avaliação da motivação, foi aplicado o Exercise Motivation Inventory (EMI-2), validado para a população brasileira (Guedes, Guedes, & Leganani, 2012). Esse instrumento apresenta 51 itens, agrupados em 14 fatores de motivação, representando amplo espectro de motivos para a prática de exercício físico: afiliação, aparência física, desafio pessoal, competição, diversão, reabilitação da saúde, prevenção de doenças, agilidade/flexibilidade, promoção de saúde, bem-estar, reconhecimento social, força/resistência muscular, controle de estresse e controle de peso corporal. Em seu delineamento, o indivíduo se posiciona frente aos 51 itens que compõem o inventário, mediante uma escala Lickert de 6 pontos (0 = “nada verdadeiro” a 5 = “totalmente verdadeiro”), encabeçado pelo enunciado “Pessoalmente, eu pratico (ou poderia vir a praticar) exercício físico”. O EMI-2 permite identificar, dimensionar e ordenar fatores de motivação intrínseca e extrínseca para a prática de exercício físico (Guedes, Guedes, & Leganani, 2012).

Para a avaliação do *coping*, foi utilizado o Inventário de estratégias de *coping* de Folkman e Lazarus, validado para a população brasileira. Este é um questionário que contém 66 itens que englobam pensamentos e ações que as pessoas utilizam para lidar com demandas internas ou externas de um evento estressante específico. Consiste em oito diferentes fatores, sugeridos pela análise fatorial dos itens utilizados. Fator 1 – confronto; Fator 2 – afastamento; Fator 3 – autocontrole; Fator 4 - suporte social; Fator 5 - aceitação de responsabilidade; Fator 6 - fuga-esquiva; Fator 7

- resolução de problemas; Fator 8 - reavaliação positiva. Cada fator avalia a extensão com que um sujeito utiliza determinada estratégia de *coping* (Savóia, Santana, & Mejias, 1996).

Procedimentos e Coleta de Dados

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedeceram aos critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo está integrado ao projeto institucional aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Metropolitano de Maringá (Parecer nº 1.648.086).

Inicialmente, foi realizado contato com os professores/treinadores responsáveis pelos grupos de corrida para a solicitação da autorização para a realização das coletas de dados com participantes. As coletas foram realizadas nos locais, dias e horários de treinamento da atividade esportiva.

A aplicação dos questionários foi realizada de forma coletiva, em espaço privativo, com aproximadamente oito praticantes de cada vez, com a ausência dos treinadores. Durante o preenchimento dos questionários, os avaliadores ficaram presentes no espaço e tiraram as possíveis dúvidas dos participantes a respeito dos itens dos questionários e não foi permitida a conversa entre os participantes durante o preenchimento. O preenchimento dos questionários teve duração de aproximadamente 15 minutos.

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio do Software SPSS 22.0, mediante uma abordagem de estatística descritiva e inferencial. Foram utilizadas a frequência e percentual como medidas descritivas para as variáveis categóricas. Para as variáveis numéricas, inicialmente foi verificada a normalidade dos dados por meio do teste Kolmogorov-Smirnov. Como os dados não apresentaram distribuição normal, foram utilizadas a Mediana (Md) e Quartis (Q1; Q3) para a caracterização dos resultados. A comparação dos fatores de motivação para a prática da corrida de rua e das estratégias de *coping*, de acordo com o sexo, faixa etária, tempo de prática, frequência

semanal e prática de outra modalidade foi efetuada por meio dos testes de Kruskal-Wallis e “U” de Mann-Whitney. A correlação entre as estratégias de *coping* e a motivação para a prática da corrida de rua foram verificadas por meio do coeficiente de Spearman. Foi adotada a significância de $p < 0,05$.

RESULTADOS

Dos 55 praticantes de corrida avaliados, notou-se a prevalência de praticantes do sexo masculino (61,8%), com idade de até 26,6 anos (50,9%), tempo de prática de até três anos (40%), que treinavam numa frequência semanal de mais três vezes por semana (60%), que já competiram (92,7%) e que praticam outras modalidades de exercício (65,5%).

Já em relação ao nível de motivação e estratégias de *coping* utilizadas pelos praticantes de corrida de rua (Tabela 1), verificou-se que os principais motivos para a prática foram prevenção de doenças (Md = 4,70), diversão (Md = 4,50) e controle do estresse (Md = 4,00). As principais estratégias de *coping* utilizadas pelos praticantes de corrida são treinabilidade (Md = 10,00), confiança e motivação (Md = 8,00), formulação de objetivos (Md = 8,00), confronto com a adversidade (Md = 8,00) e ausência de preocupações (Md = 8,00).

Tabela 1 – *Nível de motivação e estratégias de coping utilizadas pelos praticantes de corrida de rua da cidade de Maringá-PR.*

| Variáveis | Md | (Q1; Q3) |
|-----------------------------|-------|-------------|
| Fatores de Motivação | | |
| Prevenção de doenças | 4,70 | 3,80; 5,00 |
| Condição física | 3,80 | 3,25; 4,80 |
| Controle de peso | 3,50 | 2,30; 4,50 |
| Aparência | 3,00 | 2,30; 4,50 |
| Controle de estresse | 4,00 | 3,00; 4,50 |
| Diversão | 4,50 | 3,70; 4,80 |
| Afiliação | 3,80 | 3,00; 4,80 |
| Reabilitação da saúde | 1,70 | 0,40; 3,00 |
| Competição | 3,60 | 2,60; 4,40 |
| Reconhecimento social | 1,30 | 0,00; 2,50 |
| Escore Global | 33,80 | 26,75;38,60 |

| Variáveis | Md | (Q1; Q3) |
|----------------|-------|-------------|
| Coping | | |
| Rendimento | 7,00 | 4,00; 9,00 |
| Ausência | 8,00 | 6,00;10,00 |
| Confronto | 8,00 | 6,00; 9,00 |
| Concentração | 7,00 | 6,00; 9,00 |
| Formulação | 8,00 | 6,00; 9,00 |
| Confiança | 8,00 | 7,00; 9,00 |
| Treinabilidade | 10,00 | 9,00;12,00 |
| Escore Global | 57,00 | 50,00;62,00 |

Ao comparar os fatores de motivação dos praticantes de corrida em função do sexo (Tabela 2), houve diferença significativa entre os grupos apenas no fator de motivação de competição ($p=0,019$), demonstrando que os homens apresentam um perfil mais competitivo em relação às mulheres. Nas dimensões de *coping* (Tabela 2), foi possível observar diferença significativa entre os grupos nas dimensões de rendimento máximo sob pressão ($p=0,017$), concentração ($p=0,030$) e confiança e motivação ($p=0,021$), indicando que os homens utilizam mais tais estratégias quando comparados às mulheres.

Tabela 2 – Comparação dos fatores de motivação e das estratégias de coping dos praticantes de corrida de rua da cidade de Maringá-PR em função do sexo.

| VARIÁVEIS | Sexo | | P |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| | Homem (n=34) | Mulher (n=21) | |
| | Md (Q1-Q3) | Md (Q1-Q3) | |
| Fatores de Motivação | | | |
| Prevenção de doenças | 4,70 (4,20; 5,00) | 4,30 (3,70; 5,00) | 0,453 |
| Condição física | 3,80 (3,30; 4,80) | 3,80 (3,25; 4,80) | 0,759 |
| Controle de peso | 3,65 (1,80; 4,50) | 3,50 (2,80; 4,80) | 0,848 |
| Aparência | 3,00 (2,30; 3,80) | 2,50 (2,00; 3,80) | 0,573 |
| Controle de estresse | 3,90 (3,00; 4,50) | 4,00 (3,25; 4,80) | 0,787 |
| Diversão | 4,40 (3,70; 4,80) | 4,50 (3,80; 5,00) | 0,290 |
| Afiliação | 3,80 (3,00; 4,50) | 4,00 (3,00; 5,00) | 0,701 |
| Reabilitação da saúde | 1,35 (0,00; 2,70) | 1,70 (1,00; 3,00) | 0,194 |
| Competição | 3,70 (3,00; 4,40) | 3,00 (1,40; 3,80) | 0,019* |
| Reconhecimento social | 1,62 (0,50; 2,80) | 0,80 (0,00; 2,00) | 0,107 |

| VARIÁVEIS | Sexo | | P |
|----------------|--------------------|---------------------|---------------|
| | Homem (n=34) | Mulher (n=21) | |
| | Md (Q1-Q3) | Md (Q1-Q3) | |
| Coping | | | |
| Rendimento | 7,50 (5,00; 9,00) | 6,00 (3,00; 8,00) | 0,017* |
| Ausência | 7,50 (6,00; 10,00) | 9,00 (7,00; 10,00) | 0,379 |
| Confronto | 8,00 (7,00; 10,00) | 8,00 (6,00; 9,00) | 0,688 |
| Concentração | 8,00 (6,00; 10,00) | 6,00 (5,00; 8,00) | 0,030* |
| Formulação | 8,00 (6,00; 9,00) | 8,00 (6,00; 9,00) | 0,612 |
| Confiança | 8,00 (6,00; 9,00) | 8,00 (6,00; 10,00) | 0,021* |
| Treinabilidade | 9,50 (9,00; 12,00) | 10,00 (9,00; 12,00) | 0,520 |

*Diferença significativa ($p < 0,05$) – Teste "U" de Mann-Whitney.

Não houve diferença significativa nos fatores de motivação dos praticantes de corrida de rua em função da faixa etária, evidenciando que a faixa etária parece não interferir na motivação para a prática da corrida. Em contrapartida, houve diferença significativa nas estratégias de *coping* utilizadas pelos praticantes de corrida nas dimensões confronto com a adversidade ($p=0,005$) e confiança e motivação ($p=0,014$), demonstrando que os praticantes mais velhos (mais de 26,5 anos) utilizam mais essas estratégias de *coping*.

Ao comparar os fatores de motivação e as estratégias de *coping* dos praticantes de corrida em função do tempo de prática (Tabela 3), observou-se diferença significativa entre os grupos apenas nas estratégias de *coping* de concentração ($p = 0,020$). Esse resultado parece indicar que os sujeitos que praticam corrida de rua entre 3,1-5 anos ($Md = 8,50$) se concentram mais que os indivíduos que praticam corrida até 3 anos ($Md = 6,00$). Não houve diferença significativa para as dimensões de motivação.

Tabela 3 - Comparação dos fatores de motivação e de coping dos praticantes de corrida de rua da cidade de Maringá-PR em função do tempo de prática.

| VARIÁVEIS | Tempo de Prática | | | P |
|------------------------------|---------------------|---------------------------------|-----------------------|---------------|
| | Até 3 anos (n=22) | 3,1-5 anos (n=14) | Mais de 5 anos (n=19) | |
| | Md (Q1-Q3) | Md (Q1-Q3) | Md (Q1-Q3) | |
| Fatores de Motivação | | | | |
| Prevenção de doenças | 4,35 (3,66; 5,00) | 4,60 (4,30; 5,00) | 4,70 (4,15; 5,00) | 0,697 |
| Condição física | 3,80 (2,50; 4,80) | 3,75 (2,50; 4,80) | 3,80 (3,55; 4,90) | 0,487 |
| Controle de peso | 3,80 (2,50; 4,80) | 3,75 (3,50; 3,80) | 3,80 (3,55; 4,90) | 0,736 |
| Aparência | 3,25 (2,80; 4,30) | 4,00 (3,00; 4,50) | 3,50 (1,40; 4,75) | 0,680 |
| Cont. estresse | 2,65 (2,00; 3,80) | 3,30 (2,00; 3,80) | 3,00 (2,30; 4,00) | 0,937 |
| Diversão | 4,00 (2,80; 4,80) | 3,90 (3,50; 4,30) | 3,80 (3,12; 4,50) | 0,733 |
| Afiliação | 4,50 (3,40; 5,00) | 4,25 (3,70; 4,70) | 4,50 (4,15; 4,80) | 0,769 |
| Reab. Saúde | 1,55 (0,00; 2,30) | 2,35 (1,30; 3,00) | 1,30 (0,30; 2,65) | 0,275 |
| Competição | 3,70 (1,60; 4,40) | 3,80 (3,00; 4,50) | 4,25 (3,00; 4,65) | 0,735 |
| Rec. social | 0,90 (0,50; 2,30) | 1,90 (0,50; 2,50) | 1,50 (0,00; 2,25) | 0,615 |
| Estratégias de coping | | | | |
| Rendimento | 6,00 (4,00; 8,00) | 8,00 (7,00; 9,00) | 7,00 (4,00; 9,00) | 0,407 |
| Ausência | 7,50 (3,00; 9,00) | 8,00 (7,00; 9,00) | 9,00 (7,00; 9,50) | 0,189 |
| Confronto | 7,00 (6,00; 9,00) | 9,00 (7,00; 9,00) | 8,00 (6,00; 9,50) | 0,234 |
| Concentração | 6,00 (5,00; 8,00) | 8,50 (7,00; 10,00) ^a | 8,00 (6,00; 9,50) | 0,020* |
| Formulação | 8,00 (6,00; 10,00) | 9,00 (8,00; 9,00) | 8,00 (6,50; 9,00) | 0,787 |
| Confiança | 7,00 (6,00; 8,00) | 9,00 (8,00; 9,00) | 8,00 (7,00; 10,00) | 0,136 |
| Treinabilidade | 10,50 (9,00; 12,00) | 9,00 (8,00; 11,00) | 10,00 (9,00; 11,50) | 0,471 |

*Diferença significativa ($p < 0,05$) - *Diferença significativa - $p < 0,05$: Teste de *Kruskal-Wallis* seguido do Teste "U" de *Mann-Whitney*: a) diferença entre até 3 anos e 3,1-5 anos.

Na análise da comparação dos fatores de motivação e das estratégias de *coping* utilizadas pelos praticantes de corrida de rua em função da frequência de treino (Tabela 4), foi possível observar diferença significativa entre os grupos apenas no fator de motivação de reabilitação da saúde ($p=0,033$), evidenciando que quem treina até três vezes por semana apresenta maiores escores nessa variável. Não houve diferença significativa para as dimensões de *coping*.

Tabela 4- Comparação dos fatores de motivação e de coping dos praticantes de corrida de rua da cidade de Maringá-PR em função da frequência semanal de prática.

| VARIÁVEIS | Frequência semanal de prática | | P |
|------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------|
| | Até 3x (n=22) | Mais 3x (n=33) | |
| | Md (Q1-Q3) | Md (Q1-Q3) | |
| Fatores de Motivação | | | |
| Prevenção de doenças | 4,75 (4,20; 5,00) | 4,50 (3,70; 5,00) | 0,270 |
| Condição física | 3,80 (3,70; 5,00) | 3,80 (3,00; 4,30) | 0,137 |
| Controle de peso | 3,80 (2,80; 4,50) | 3,25 (2,30; 4,50) | 0,500 |
| Aparência | 3,40 (2,30; 3,80) | 2,80 (1,80; 3,80) | 0,371 |
| Controle de estresse | 4,00 (3,50; 4,50) | 3,80 (2,80; 4,80) | 0,660 |
| Diversão | 4,50 (4,20; 5,00) | 4,30 (3,70; 4,80) | 0,249 |
| Afiliação | 4,30 (3,00; 4,80) | 3,50 (3,00; 5,00) | 0,391 |
| Reabilitação da saúde | 2,15 (1,40; 3,00) | 1,30 (0,30; 2,30) | 0,033* |
| Competição | 3,70 (3,20; 4,40) | 3,40 (2,40; 4,40) | 0,235 |
| Reconhecimento social | 1,50 (0,50; 3,00) | 0,80 (0,00; 2,30) | 0,252 |
| Estratégias de coping | | | |
| Rendimento | 7,00 (4,00; 9,00) | 8,00 (4,00; 9,00) | 0,717 |
| Ausência | 8,50 (6,00; 11,00) | 8,00 (6,00; 10,00) | 0,710 |
| Confronto | 7,00 (5,00; 9,00) | 8,00 (7,00; 9,00) | 0,163 |
| Concentração | 7,50 (6,00; 9,00) | 7,00 (6,00; 9,00) | 0,815 |
| Formulação | 8,00 (6,00; 9,00) | 8,00 (6,00; 10,00) | 0,735 |
| Confiança | 8,00 (7,00; 9,00) | 8,00 (7,00; 9,00) | 0,596 |
| Treinabilidade | 9,50 (9,00; 12,00) | 10,00 (9,00; 12,00) | 0,980 |

*Diferença significativa ($p < 0,05$) – Teste “U” de *Mann-Whitney*.

Não houve diferença significativa nos fatores de motivação e nas estratégias de *coping* utilizadas pelos praticantes de corrida de rua em função da prática de outra modalidade, evidenciando que essa variável parece não interferir na motivação para a prática da corrida e nas estratégias de *coping* utilizadas pelos corredores.

Foram encontradas as seguintes correlações significativas ($p < 0,05$) entre os fatores de motivação e as estratégias de *coping* utilizadas pelos praticantes de corrida de rua (Tabela 5): formulação de objetivos com prevenção de doenças ($r = 0,44$), condição física ($r = 0,51$), aparência ($r = 0,32$), controle de estresse ($r = 0,42$), diversão ($r = 0,44$), afiliação ($r = 0,42$)

e competição ($r = 0,40$); treinabilidade com diversão ($r = 0,32$) e afiliação ($r = 0,26$); competição com rendimento máximo sob pressão ($r = 0,38$), concentração ($r = 0,28$), formulação de objetivos ($r = 0,40$) e confiança e motivação ($r = 0,35$); reconhecimento social com rendimento máximo sob pressão ($r = 0,30$) e ausência de preocupação ($r = -0,38$).

Tabela 5- Correlação entre as estratégias de coping e os fatores de motivação para a prática de corrida de rua.

| VARIÁVEIS | Fatores de motivação | | | | | | | | | Estratégias de coping | | | | | | | |
|--------------------------|----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------------------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 1. Prev. Doenças | | 0,73** | 0,76** | 0,64** | 0,68** | 0,80** | 0,66** | 0,26 | 0,53** | 0,15 | 0,07 | -0,01 | 0,17 | 0,20 | 0,44** | 0,20 | 0,24 |
| 2. Condição Física | | | 0,53** | 0,70** | 0,65** | 0,76** | 0,66** | 0,19 | 0,59** | 0,19 | 0,12 | -0,27 | 0,16 | 0,20 | 0,51** | 0,25 | 0,08 |
| 3. Controle do Peso | | | | 0,72** | 0,66** | 0,61** | 0,53** | 0,39** | 0,39** | 0,34* | 0,07 | -0,19 | -0,04 | 0,01 | 0,22 | -0,08 | 0,18 |
| 4. Aparência | | | | | 0,70** | 0,55** | 0,73** | 0,50** | 0,47** | 0,56** | 0,19 | -0,21 | 0,08 | 0,13 | 0,32* | 0,09 | 0,01 |
| 5. Cont. Estresse | | | | | | 0,71** | 0,74** | 0,31* | 0,38** | 0,29* | 0,19 | -0,19 | 0,20 | 0,18 | 0,42** | 0,10 | 0,24 |
| 6. Diversão | | | | | | | 0,66** | 0,11 | 0,46** | 0,10 | 0,14 | 0,03 | 0,13 | 0,22 | 0,44** | 0,14 | 0,32* |
| 7. Afiliação | | | | | | | | 0,38** | 0,45** | 0,34** | 0,04 | -0,04 | 0,06 | 0,14 | 0,42** | 0,08 | 0,26** |
| 8. Reabilitação da Saúde | | | | | | | | | 0,21 | 0,46** | 0,05 | -0,08 | 0,12 | 0,01 | 0,23 | 0,01 | -0,02 |
| 9. Competição | | | | | | | | | | 0,51** | 0,38** | -0,21 | 0,07 | 0,28* | 0,40** | 0,35** | 0,22 |
| 10. Rec. Social | | | | | | | | | | | 0,30* | -0,38** | -0,13 | 0,03 | 0,07 | 0,05 | -0,15 |
| 11. Rendimento | | | | | | | | | | | | -0,28* | 0,38** | 0,55** | 0,43** | 0,54** | 0,10 |
| 12. Ausência | | | | | | | | | | | | | 0,08 | -0,15 | -0,10 | 0,03 | 0,14 |
| 13. Confronto | | | | | | | | | | | | | | 0,53** | 0,56** | 0,53** | 0,32* |
| 14. Concentração | | | | | | | | | | | | | | | 0,51** | 0,54** | 0,19 |
| 15. Formulação | | | | | | | | | | | | | | | | 0,51** | 0,34** |
| 16. Confiança | | | | | | | | | | | | | | | | | 0,14 |
| 17. Treinabilidade | | | | | | | | | | | | | | | | | |

*Correlação Significativa ($P < 0,05$) – Correlação de Spearman.

DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias de coping e a motivação de praticantes de corrida de rua do município de Maringá, Paraná. Observamos que, na amostra pesquisada, houve uma prevalência da frequência de treino semanal de três dias por semana. Uma boa periodização e planejamento são elementos essenciais para o desempenho esportivo. Esses elementos devem estar associados a uma boa preparação psicológica e nutricional, para que o atleta alcance os objetivos desejados (Bompa & Haff, 2013; Cárdenas, Freire, & Pumariaga, 2017).

A tabela 1 demonstrou que os principais motivos para a prática da corrida foram prevenção de doença, diversão e controle do estresse. Isso demonstra que, para esses praticantes, é muito importante buscarem se prevenir contra futuros problemas de saúde e que, ao mesmo tempo, buscam ter prazer em sua prática, controlando os sintomas de estresse do dia a dia (Guedes & Mota, 2016).

Neste sentido, Rojo, Starepravo e Silva (2019) afirmaram que os perfis motivacionais dos corredores de rua são distintos: entre os que buscam a corrida de rua por uma simples prática esportiva e de adesão à prática e aqueles que a enxergam como uma forma de esporte competitivo. Ademais, além da competitividade, fatores como a sociabilidade, controle do estresse e saúde, a estética e o prazer têm se mostrado presente nesse tipo de prática (Balbinotti, Gonçalves, Klering, Wiethaeuper, & Balbinotti, 2015; Gratão & Rocha, 2016).

Quanto às estratégias de *coping*, observamos que a treinabilidade apresentou a maior mediana, seguida pelas estratégias de ausência de preocupações, confronto com adversidades, formulação de objetivos, confiança e motivação para realização da corrida (Tabela 1). Isso demonstra que, ainda que se utilizem de várias estratégias, é a partir dos seus treinos que estes corredores buscam se concentrar em momentos de maior dificuldade (Serpa & Palmeira, 1997).

Nos estudos de Alschuler et al. (2020), pode-se observar resultados semelhantes. Os autores investigaram corredores de ultramaratona e como eles lidam com a dor ao longo das provas. Ao final da pesquisa, pode-se observar que os treinamentos realizados eram extremamente importantes para superar os momentos difíceis que a ultramaratona exige, principalmente os momentos de dores extremas ao longo da corrida. Assim, os atletas buscam se focarem nas estratégias traçadas durante os treinamentos para enfrentarem tal situação.

Na comparação da motivação entre homens e mulheres, foi possível observar que os homens são mais competitivos do que as mulheres (Tabela 2). De acordo com Portela-Pino, López-Castedo, Martínez-Patiño, Valverde-Esteve, & Domínguez-Alonso (2019), a competição, o desafio e o reconhecimento social são bons fatores motivacionais para o exercício.

Os níveis de motivação e os motivos que levam as pessoas a aderirem ou não à determinada prática variam muito de pessoa para pessoa. Normalmente, a motivação das pessoas para o exercício é coerente e consistente, formada por inúmeros fatores motivadores. Os perfis de motivação autônoma são mais duradouros ao longo do tempo, indicando ser esse um fator que levará o envolvimento do indivíduo em períodos de médio a longo prazo (Emm-Collison, Sebire, Salway, Thompson, & Jago, 2020), o que pode explicar o fato de não ter se observado diferenças dos níveis de motivação em relação à faixa etária.

Quando comparadas as estratégias de *coping*, notou-se que os homens utilizam mais as estratégias de rendimento máximo sob pressão, concentração, confiança e motivação para a realização da prática esportiva do que as mulheres. Da mesma forma, os praticantes mais velhos demonstraram enfrentar melhor as situações do que os atletas mais novos (Tabela 2). Tais resultados se assemelham ao estudo com atletas brasileiros de vôlei de praia, de Vieira, Carruzo, Aizava e Rigoni (2013), ao observarem que os homens se utilizam mais dessas estratégias do que as mulheres, assim como os atletas mais velhos possuem melhores estratégias de enfrentamento do que os mais novos. Pode-se observar, então, que os atletas do sexo masculino, e com idade ou tempo de prática mais avançados, tendem a se utilizar das estratégias de enfrentamento mais do que as mulheres ou os atletas mais jovens (Anshel, Sutarso, & Jubenville, 2009).

Resultados semelhantes foram observados quanto às estratégias de *coping* na comparação com o tempo de prática (Tabela 3), em que a concentração foi a estratégia mais utilizada pelos praticantes com maior tempo de prática. Novamente esses achados se assemelham aos estudos de Vieira, Carruzo, Aizava e Rigoni (2013), em que observaram que as estratégias de rendimento máximo sob pressão, confronto com adversidade, índice de confronto no esporte e, também, a concentração, foram as estratégias mais utilizadas em atletas com maior tempo de prática.

Isso demonstra a importância do processo de formação e desenvolvimento esportivo dos atletas e que o suporte psicológico desde o início é primordial. A prática esportiva permite que tais habilidades psicológicas

possam ser desenvolvidas ao longo de suas carreiras esportivas, e que com o passar do tempo os atletas aprendam a lidar e controlar melhor suas emoções (Stefanello, 2007; Weinberg, & Gould, 2017).

Foi possível observar que as pessoas com frequência de treino de até 3 vezes na semana possuem uma preocupação melhor com a reabilitação da saúde, quando comparadas com as que treinam mais de 3 vezes por semana (tabela 4). Resultados semelhantes foram encontrados em estudos com corredores de rua que, através de entrevistas, constatou-se que uma das grandes motivações para a prática é a preocupação com a saúde e qualidade de vida (Rojo, Starepravo, & Silva, 2019).

Neste sentido, Bompa e Haff (2013) buscaram ressaltar a importância dos treinamentos e da divisão dos treinos nos sistemas de macro, meso e microciclo. O microciclo envolve os treinos semanais, ou seja, quantas sessões de treino o atleta deve praticar semanalmente, em função de seus objetivos. Acredita-se que os praticantes, que buscam alguma reabilitação de saúde, tenham essa frequência menor de treinos semanais, ao contrário dos atletas que treinam mais vezes durante a semana, que certamente buscam um melhor rendimento esportivo.

Por fim, ao correlacionar a motivação com as estratégias de *coping*, as análises possibilitaram observar que a estratégia de formulação de objetivos foi a escala que mais obteve correlações com a motivação: prevenção e doenças, condição física, aparência, controle do estresse, diversão, afiação e competição, totalizando 7 correlações positivas e significativas (tabela 5). Isso demonstra que essas variáveis são extremamente importantes na formulação de objetivos dos praticantes.

Para a amostra estudada, os objetivos formulados para a prática da corrida estão pautados e diretamente correlacionados a prevenção de doenças, melhorar a condição física e a aparência, controlar o estresse, divertir-se, estar aderido a um grupo e também a busca pela competição. Esses resultados assemelham-se a dados anteriormente apontados pela literatura, em que se pode observar que os fatores motivacionais são inúmeros nesta população, além de serem praticantes que podem buscar

tanto a competição, quanto o prazer em sua prática (Balbinotti, Gonçalves, Klering, Wiethaeuper, & Balbinotti, 2015; Grato & Rocha, 2016; Rojo, Starepravo, & Silva, 2019).

Além disso, pode-se observar também correlações da estratégia treinabilidade com os motivos diversão e afiliação, demonstrando que o ambiente de treino tende a ser prazeroso e importante para a adesão à prática da corrida; e a correlação da estratégia competição e motivação para a realização com o motivo confiança, demonstrando que os atletas tendem a ser mais confiantes para as competições, se estiverem adequadamente motivados para competir (tabela 5).

Podemos observar uma boa quantidade de correlações entre a motivação e as estratégias de *coping*, com predominância e correlações moderadas, positivas e significativas. Tais evidências vão ao encontro do modelo estatístico apresentado por Vissoci, Nascimento Junior, Oliveira, Vieira e Vieira (2013), ao observarem que a motivação possui um papel mediador com as estratégias de enfrentamento de estresse em atletas de futebol de campo. Os autores destacaram ainda que a motivação intrínseca pode prever de forma mais eficaz as estratégias de enfrentamento, demonstrando de uma forma geral as boas correlações entre essas variáveis.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se que somente uma modalidade foi investigada e não possibilita a generalização dos resultados para praticantes de outras modalidades de exercício, embora traga implicações a respeito da associação entre as variáveis para corredores de rua. Outra limitação se refere ao caráter transversal deste estudo, o que não permite fazer inferências de causalidade. Talvez um estudo longitudinal fosse capaz de apontar a natureza causal das associações entre as variáveis.

Dessa forma, sugere-se que estudos futuros investiguem tais associações por meio de um desenho de pesquisa longitudinal ou prospectivo. Além disso, sugere-se a avaliação de outras modalidades esportivas, atletas de diferentes níveis competitivos e o uso de análises multigrupos, multi-nível e diferenças das médias latentes, de modo que possa se entender as complexas relações entre essas variáveis em diferentes grupos.

A maneira com que cada um se motiva para o exercício e como enfrenta determinadas situações são fatores extremamente importantes

para um bom desempenho. Não obstante, destaca-se a importância dessas variáveis no contexto da prática sistematizada do exercício físico e que ambas são fatores intervenientes no contexto da corrida de rua.

CONCLUSÃO

Foi possível observar que existe uma variedade de motivos adotados pelos praticantes da corrida de rua, assim como algumas estratégias de enfrentamento utilizadas durante a prática.

Os homens demonstraram ser mais competitivos do que as mulheres, além de utilizarem mais estratégias de enfrentamento. Quanto maior o tempo de prática, maior a capacidade que os praticantes possuem de se concentrarem na corrida. Notou-se, ainda, que os praticantes que possuem uma menor frequência de treino semanal têm maior preocupação com a reabilitação da saúde. Por fim, observou-se que as estratégias de *coping* e a motivação para o exercício possuem uma boa relação entre si.

REFERÊNCIAS

- Alschuler, K. N., Krabak, B. J., Kratz, A. L., Jensen, M. P., Pomeranz, D., Burns, P., Bautz, J., Nordeen, C., Irwin, C., & Lipman, G. S. (2020). Pain Is Inevitable But Suffering Is Optional: Relationship of Pain Coping Strategies to Performance in Multistage Ultramarathon Runners. *Wilderness & Environmental Medicine*, 31(1), 23-30.
- Anshel, M. H., Sutarso, T., Jubenville, C. (2009). Racial and gender differences on sources off acute stress and coping style among competitive athletes. *Journal of Society Psychology*, 149, 159-77.
- Balbinotti, M. A., Gonçalves, G. H., Klering, R. T., Wiethaeuper, D., & Balbinotti, C. A. (2015). Perfis motivacionais de corredores de rua com diferentes tempos de prática. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 37(1), 65-73.
- Bompa, T., & Haff, G. G. (2013). *Periodização: teoria e metodologia do treinamento* (5a. ed.) São Paulo, SP: Phorte Editora.

- Cárdenas, R. N, Freire, I. A, & Pumariega, Y. N. (2017). *Preparação psicológica no esporte*. Curitiba: Appris.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2012). Motivation, personality, and development within embedded social contexts: an overview of self-determination theory In Ryan, R. (Ed.) *The Oxford handbook of human motivation*. Oxford: Oxford University Press, (pp. 85-107).
- Emm-Collison, L. G., Sebire, S. J., Salway, R., Thompson, J. L., Jago, R. (2020). Multidimensional motivation for exercise: A latent profile and transition analysis. *Psychology of Sport & Exercise, 47*.
- Folkman, S., & Lazarus, R. (1980). An Analysis of Coping in a Middl Aged Community Sample. *Journal of Health and Social Behaviour, 21*(3), 219-239.
- Guedes, D. P., Legnani, R. F.S., & Leganani, E. (2012). Propriedades psicométricas da versão brasileira do Exercise Motivations Inventory (EMI-2). *Motriz, 18*(4), 667-677.
- Guedes, D. T, & Mota, J. S. (2016). *Motivação: educação física, exercício físico e esporte*. Londrina: UNOPAR.
- Gratão, A. O., Rocha, C. M. (2016). Dimensões da motivação para correr e para participar de eventos de corrida. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento, 24*, 90-10.
- Lazarus, R. (1993). From Psychological Stress to the Emotions: A History of Changing Outlooks. *Annual Review of Psychology, 44*, 1-21.
- Lima, A. P., Vieira, D. F. S., & Silva, F. S. (2018). Incidência de Lesões Musculoesqueléticas em Praticantes de Corrida de Rua de Teresina, PI. *Saúde em Foco, 4*, 15-39.
- Mizoguchi, M. V., Garcia, W. F., Nazario, P. F., & Lara, B. M. (2014). Análise dos níveis motivacionais dos corredores de rua de Bragança Paulista. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, 7*(1), 2-12.
- Nicholls, A., Taylor, N., Carroll, S., & Perry, J. (2016). The Development of a New Sport-Specific Classification of Coping and a Meta-Analysis of the Relationship between Different Coping Strategies and Moderators on Sporting Outcomes. *Frontiers in Psychology, 7*, 1-14.

- Pires, D., Bara Filho, M., Debien, P., Coimbra, D., & Ugrinowitsch, H. (2016). Burnout e Coping em Atletas de Voleibol: uma análise longitudinal. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 22(4), 277-281.
- Portela-Pino, I., López-Castedo, A., Martínez-Patiño, M. J., Valverde-Esteve, T., & Domínguez-Alonso, J. (2019). Gender Differences in Motivation and Barriers for The Practice of Physical Exercise in Adolescence. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(1), 168.
- Rojo, J. R., Starepravo, F. A., Silva, M. M. E. (2019). O discurso da saúde entre corredores: um estudo com participantes experientes da Prova Tiradentes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 41(1), 66-72.
- Savoia, M. G., Santana, P. R., & Mejias, N. P. (1996). Adaptação do Inventário de Estratégias de Coping de Folkman e Lazarus para o português. *Psicologia USP*, 7(1-2), 183-202.
- Serpa S., & Palmeira A. L. (1997). *ACSI 28: estudo das experiências desportivas*. Lisboa: Laboratório de Psicologia do desporto/Faculdade de Motricidade Humana/Universidade Técnica de Lisboa.
- Silva, P. N., Solera, B., Almeida, T. L., Anversa, A. L. B., & Manoel, F. A. (2019). Francisco de Assis Manoel. Motivação para a prática da corrida de rua: diferença entre atletas de performance e atletas amadores. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 17(2), 1-7.
- Stefanello, J. M. F. (2007). *Treinamento de competências psicológicas: em busca da excelência esportiva*. Barueri: Minha Editora: Manole.
- Vieira, L. F., Carruzo, N. M., Aizava, P. V. S., & Rigoni, P. A. G. (2013). Análise da síndrome de “burnout” e das estratégias de “coping” em atletas brasileiros de vôlei de praia. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 27(2), 269-76.
- Vissoçi, J. R. N., Nascimento Junior, J. R. A., Oliveira, L. P., Vieira, J. L. L., & Vieira, L. F. (2013). Suporte parental percebido, motivação autodeterminada e habilidades de enfrentamento: validação de um modelo de equações estruturais. *Revista da Educação Física / UEM*, 24(3), 345-358.
- Weinberg, R., Gould, D. (2017). *Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício*. (6a. ed.) Porto Alegre: Artmed.

Recebido em 07/04/2020

Aceito em 20/01/2022

Relação entre adesão a crenças meritocráticas e a renda familiar

Relationship between adherence to meritocratic beliefs and family income

Relación entre adherencia a las creencias meritocráticas y al ingreso familiar

Amanda Borba Ramos Silva*
João Fernando Rech Wachelke**

Resumo

A meritocracia pode ser considerada uma ideologia que coopera na justificção das desigualdades entre as classes existentes no sistema econômico. Isso se dá com a valorização de características como a competitividade, a habilidade e o esforço individual, desconsiderando fatores históricos, culturais e socioeconômicos. O objetivo da pesquisa foi caracterizar a adesão a crenças meritocráticas, vinculando as respostas obtidas à condição social do participante. Uma amostra de 1.233 adultos respondeu uma entrevista estruturada, indicando o grau de concordância com três sentenças a respeito do papel do esforço individual para o sucesso, a relação entre habilidade e remuneração e a desigualdade social. Os resultados indicaram que a renda dos indivíduos está associada à percepção da lógica meritocrática, posto que sujeitos com maiores rendas tenderam a questionar as generalizações, mas não deixam de aderir a sua lógica com veemência, valorizando esforço e manutenção das diferenças salariais pautadas no valor social agregado a determinadas habilidades. Já sujeitos com menor acesso a recursos demonstraram crer na meritocracia com menores questionamentos, emergindo assim as características ideológicas da meritocracia e as concepções dominantes de classes sociais mais abastadas.

Palavras-chave: meritocracia; ideologia; estratificação social.

* Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8716-7705>.
E-mail: borba.manda@gmail.com

** Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4364-8598>.
E-mail: wachelke@yahoo.com

Abstract

Meritocracy can be considered an ideology that cooperates to justify the inequalities between the classes existing in the economic system. This is done by valuing characteristics such as competitiveness, ability and individual effort, disregarding historical, cultural and socioeconomic factors. The aim of the research was to characterize adherence to meritocratic beliefs, linking the responses obtained to the social conditions of participants. A sample of 1.233 adults completed a structured interview, indicating the degree of agreement with three sentences regarding the role of individual effort for success, the relationship between ability and remuneration, and social inequality. The results indicated that the income of the individuals is associated with the perception of the meritocratic logic, since subjects with higher incomes tended to question the generalizations, but they did not stop adhering to their logic with vehemence, valuing effort and maintenance of wage differences based on social value added to certain skills. In contrast, subjects with less access to resources have shown to believe in meritocracy with less questioning, thus emerging the ideological characteristics of meritocracy and the dominant conceptions of more affluent social classes.

Keywords: meritocracy; ideology; stratification.

Resumen

La meritocracia puede considerarse una ideología que coopera para justificar las desigualdades entre clases en el sistema económico. Esto ocurre con la valoración de características como la competitividad, la habilidad y el esfuerzo individual, sin tener en cuenta los factores históricos, culturales y socioeconómicos. El objetivo de la investigación fue caracterizar la adhesión a las creencias meritocráticas, vinculando las respuestas obtenidas con la condición social del participante. Una muestra de 1.233 adultos respondió a una entrevista estructurada, indicando el grado de acuerdo con tres oraciones con respecto al papel del esfuerzo individual para el éxito, la relación entre la habilidad y la remuneración y la desigualdad social. Los resultados indicaron que el ingreso de los individuos está asociado con la percepción de la lógica meritocrática, ya que los sujetos con mayores ingresos tienden a cuestionar las generalizaciones, pero se adhieren fuertemente a su lógica, valoran el esfuerzo y mantienen las diferencias salariales basadas en el valor social agregado a ciertas habilidades. Ya los sujetos con menos acceso a los recursos mostraron creer en la meritocracia con preguntas menores, surgiendo así las características ideológicas de la meritocracia y las concepciones dominantes de las clases sociales más ricas.

Palabras clave: meritocracia; ideología; estratificación social.

O mundo moderno que emerge a partir do século XVII, como nos coloca Giddens (1991, p.8) refere-se a formas de organização social que surgem na Europa e que “ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Essa nova forma de organização social traz consigo diferentes valores e crenças que passaram a ser mais valorizadas em detrimento de outras (como o antigo nepotismo presente nas sociedades aristocráticas) e permeiam aspectos socioeconômicos e culturais constituídos em cada tempo. Dentre esses, pode-se observar a valorização do mérito individual. Para elucidar tais aspectos, Kreimer (2000) localiza que a partir da revolução francesa no século XVIII, novos valores aparecem para sustentar as bandeiras revolucionárias que foram então erguidas, da forma que segue:

juntamente com os conceitos de liberdade, igualdade, soberania popular e consentimento, o mérito é erguido durante o século XVIII como uma das principais bandeiras de luta da burguesia. Diante das prerrogativas aristocráticas por direito de nascimento, desde a Revolução Industrial a carreira aberta aos talentos é o principal objetivo da reforma social. A burguesia precisa que os talentos sejam avaliados em detrimento da ancestralidade. O nepotismo, o suborno e os direitos hereditários devem desaparecer para que cada indivíduo ocupe na sociedade o lugar que lhe dá seu próprio mérito, um valor de legitimidade estritamente relacionado ao universo do trabalho e do conhecimento que compreende esforço, habilidade, qualificação e experiência. (Kreimer, 2000, p.13, tradução livre dos autores).

De modo complementar, no clássico “Teoria dos Sentimentos Morais” Adam Smith (1999, p.82) estabelece a ação meritória como aquela que aparece enquanto benevolente perante os outros indivíduos, objeto próprio da gratidão e digna de recompensa, em suas palavras “a nós, parecerá, pois, merecedora de recompensa a ação que se ofereça como objeto próprio e aprovado de gratidão [...]. Recompensar é remunerar, devolver o bem pelo bem que se recebeu”.

Atualmente, o capitalismo se estrutura enquanto norteador da produtividade humana, sendo o modelo socioeconômico vigente. Neste, percebe-se a manutenção da valorização do mérito individual, que produz bens materiais e intelectuais para a sociedade, sendo observado enquanto

um dos critérios para qualificar o valor dos indivíduos perante a comunidade em seu entorno, assim como para definir qual será a sua recompensa, sendo a remuneração financeira uma de suas formas.

Com a popularização do termo “meritocracia” desde sua criação por Michael Young em 1958 na distopia *“The Rise of Meritocracy”*, e, por conseguinte, suas diversas facetas e desdobramentos observáveis no cotidiano, é possível ouvir em discursos do senso comum falas norteadas pela crença de que “quem se esforça, consegue alcançar suas metas”, expressão que contém preceitos ideológicos da meritocracia que podem permear, explícita ou implicitamente, as ações das pessoas. Neste sentido Celarent (2009) traz que o termo “meritocracia” foi absorvido de modo eufemizado pela sociedade, utilizado para dar uma conotação positiva ao mérito individual a partir de uma suposta compreensão de igualitarismo preconizada por sociólogos do século XX.

McNamee e Miller Jr. (2014) nos dão uma breve fórmula para o mérito individual, nesta naturaliza-se a ideia de que é através do somatório entre habilidades inatas do sujeito, trabalho duro, ter as disposições certas e ter integridade moral que seria possível alcançar uma melhor qualidade de vida apenas com seus próprios recursos, considerados, a princípio, como individuais, e não sociais.

A meritocracia pode ser considerada como uma ideologia. Conforme Eagleton (1997), a ideologia é compreendida como parte do processo de produção de significados, signos e valores na vida social, compondo o corpo de ideias que caracterizam grupos ou classes sociais, como a classe dominante brasileira. Adotamos neste trabalho a definição de ideologia de Thompson (2010), que se adapta perfeitamente a esse fenômeno, ao tratar da ideologia como sentidos que estabelecem e sustentam relações de dominação. A partir desse viés, a ideologia meritocrática se constrói ao trazer de modo sutil valores da classe dominante enquanto base a ser seguida por outras classes que compõem a estrutura da sociedade atual. Em outras palavras, coopera na legitimação do poder político e econômico através de um conjunto de crenças e, assim, faz com que a massa de indivíduos compreenda isto enquanto um processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade naturalmente desigual.

Sobre a naturalização do desigual, Chauí (1987/2008, p.79) colabora para a compreensão da meritocracia enquanto mecanismo ideológico, pois esta faz com que “os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem”. Com sua natureza desigual, a ideia de que através da vida social, a qual permite a todos o direito de trabalhar, fornece assim iguais chances de melhorar, oculta que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e condições do trabalho. Tais formas de enxergar as diferenças sociais e individuais ainda possui um respaldo no fato de que os homens são iguais perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento de dominação.

Estamos, então, sobre a égide da ideologia da meritocracia? Barbosa (2003, p.31) esclarece a diferença entre a “meritocracia enquanto ordem social” de “ideologia meritocrática”, da forma que segue:

Meritocracia enquanto critério de ordenação social é diferente de meritocracia enquanto ideologia. No primeiro caso, o mérito — a capacidade de cada um realizar determinada coisa ou se posicionar em uma determinada hierarquia, baseado nos seus talentos ou esforço pessoal — é invocado como critério de ordenação dos membros de uma sociedade apenas em determinadas circunstâncias. No segundo, ele é o valor globalizante, o critério fundamental e considerado moralmente correto para toda e qualquer ordenação social, principalmente no que diz respeito à posição socioeconômica das pessoas. Ou seja, num universo social fundado em uma ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores. (Barbosa 2003, p.31)

Assim, “a meritocracia presente nas formas de produção da vida e das relações aparece diluída nas discussões sobre desempenho e sua avaliação, justiça social, reforma administrativa e do Estado, neoliberalismo, competência, produtividade etc., e nunca de forma clara e explícita” (Barbosa, 2003, p.21). Tais discussões divergem em vocabulários, objetivos e *loci* os quais se adaptam aos moldes da realidade social de cada classe, entretanto, convergem ao construir a perspectiva de que basta haver inteligência,

dedicação, além de certa habilidade, para que qualquer indivíduo consiga obter seu sucesso pessoal e alcançar o espaço que deseja social e economicamente. Com isso, instaura a competitividade entre os indivíduos na busca por aquisições de ferramentas que se pautam na superação do seu igual para poder ocupar e adquirir recursos socioeconômicos melhores. Sobre tal aspecto, Wachelke (2017) pontua que as chances de que uma pessoa tenha boa remuneração no mercado de trabalho desigual brasileiro residem na obtenção de empregos valorizados ou riquezas. Sem algum tipo de capital é impossível obter bens valiosos, e para ter um bom emprego é necessário ter certificações de escolaridade, o que é dificultado no cenário educacional brasileiro.

McNamee e Miller Jr (2014) argumentam que existe um vácuo entre como as pessoas compreendem que a meritocracia funciona e como ela realmente acontece. Sustentam que um mito da meritocracia tem suas bases em uma falsa distribuição igualitária de recursos econômicos, como a remuneração salarial, a partir do mérito individual, e que, por mais que este efetivamente afete a distribuição de riquezas, existem outros fatores não ligados ao mérito que suprimem, neutralizam ou mesmo negam seus eventuais efeitos e criam barreiras para a mobilidade social dos indivíduos (exemplos disso são o nepotismo, hereditarismo, jeitinho brasileiro e afins). Compreende-se que o argumento não trata de desqualificar a existência da meritocracia, mas sim em explicitar como a generalização dessa ideologia não corresponde à disponibilidade de recursos nas diferentes classes sociais.

Wachelke (2017) possibilita uma correlação entre a ideologia da meritocracia e a renda atribuída às diferentes profissões ao pontuar que o sucesso no trabalho e vida profissional se prestam particularmente bem a discursos ideológicos, demonstrando de que forma a ideologia do mérito coopta trabalhadores através da falsa generalização do discurso do sucesso. Assim, a não promoção da redistribuição de recursos econômico para população que não possui acesso, a qual melhoraria as potencialidades de renda, bem como de acesso à educação e oportunidades de inserção profissional (logo, melhores remunerações), dão margem para que seja possível

promover a crença de que “quem se dedica com afinco ao trabalho obterá o sucesso profissional”, e assim afirma o esforço como habilidade necessária para transpor quaisquer barreiras para obter um bom emprego.

Desta forma, percebe-se que há um paradoxo na meritocracia enquanto ideologia, o qual coopera para sua sustentação: esta justifica os privilégios e acesso a recursos das classes dominantes, entretanto, só é possível adquirir as habilidades a partir do acesso prévio a tais recursos, para que, então, haja mobilidade social através da remuneração salarial ou renda. Logo, como adquirir tais “pré-requisitos” sem ter condições factuais de acessá-los? A ideologia do mérito, como já mencionado por McNamee e Miller Jr. (2014), coloca o esforço e habilidades inatas individuais como o caminho a ser percorrido para se alcançar outros patamares sociais, dando foco ao indivíduo e desconsiderando fatores não meritocráticos, também supracitados.

A lógica liberal democrática contemporânea se estabelece nesse cenário. Afirma-se a perspectiva de que o desempenho de cada sujeito está diretamente associado ao seu mérito pessoal, posto que o mundo capitalista dispõe do aparato e ferramentas para que cada indivíduo seja capaz de desenvolver-se. Baseando-se em Barbosa (2003, p.26) o indivíduo meritocrático inserido nesta sociedade deve ser “autônomo, competitivo, empreendedor, criativo e esforçado, tendo o trabalho como valor central de sua existência”. Por essa lógica, o progresso e o fracasso das pessoas são suas respectivas responsabilidades.

Em suma, a meritocracia, quando configurada enquanto uma ideologia aplicada para a generalização de um sistema, se estabelece enquanto uma ferramenta que estratifica e avalia o sujeito através de um recorte contextual, posto que coloca o “não sucesso” como culpa do indivíduo, desconsiderando fatores sócio históricos, culturais e econômicos que influenciam diretamente nas possibilidades de mobilidade social e desenvolvimento.

Utilizando-se de Zizek (1996), torna-se válido ressaltar que uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona

com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. Desta forma, a ideia transmitida pela ideologia meritocrática não remete a um discurso falso, pelo contrário, corresponde a possibilidades e crenças que são passíveis de ser concretizadas no real. Entretanto, o que faz desta perspectiva ideológica é a forma como as crenças impregnadas no discurso meritocrático são transmitidas para a população e transparecem em atitudes práticas através de formas que subjetivam tais crenças.

Estudos internacionais apontam para grande aceitação de princípios meritocráticos. Flanagan et al. (2003) obtiveram resultados que indicam concordância elevada com a ideia de que a sociedade é meritocrática, numa amostra que incluiu mais de 4 mil estudantes da Austrália, Estados Unidos, Hungria, República Checa, Bulgária e Rússia. Por sua vez, Fiske e Cuddy (2005) observou relações entre a percepção de competência de grupos e sua avaliação, isto é, coerência com um princípio meritocrático de que quanto mais competentes os grupos, mais bem avaliados são. Esse estudo teve mais de 1.500 participantes de diversos países. Mais recentemente, no contexto de dados nacionais estadunidenses, Reynolds e Xian (2014) identificaram concordância com elementos de crenças meritocráticas para o sucesso.

Em pesquisa de Wachelke (2017), caracterizou-se a adesão a aspectos da ideologia meritocrática junto a secundaristas de duas escolas públicas e uma particular do município de Uberlândia. De acordo com os resultados, observou-se um alinhamento entre a crença meritocrática do esforço pessoal, a recompensa, associada ao sucesso no trabalho, e sua via de abertura como alcançável por todos. Entretanto, as variações das respostas dos participantes demonstram que não há um consenso, o qual perpassa por níveis maiores de renda e a posição social dos adolescentes, avaliados a partir de dados da renda e escolaridade materna.

Nesta pesquisa, os resultados de Wachelke (2017), relacionam o efeito conjunto das variáveis de renda e escolaridade da mãe:

De modo geral, as duas (renda e escolaridade) parecem amplificar os efeitos uma da outra; um participante com alta renda e com mãe com alto nível de escolaridade tende a alinhar-se de modo mais forte com os padrões de resposta observados para as duas posições, enquanto que os estudantes de estrato econômico desfavorável e com mães com poucos anos de estudo

localizam-se no outro extremo. Já a escolaridade intermediária apresenta resultados mais complexos, de interpretação mais difícil ora mostrando proporções próximas às de participantes com mãe com alta ou baixa escolaridade. (Wachelke, 2017, p.664).

Na pesquisa explicitada neste artigo o intuito fora verificar o grau de adesão de adultos uberlandenses à ideologia meritocrática a partir da sua inserção social avaliada pela renda, com intenção de explorar os aspectos socioeconômicos e culturais que permeiam o fenômeno. Desse modo, considerando-se a meritocracia enquanto parte dos valores e modos de vida preconizados por uma classe hegemônica e difundidos enquanto uma ideologia dominante, procurou-se observar o grau de adesão dos participantes da pesquisa, identificando consensos e divergências e antecipando consequências sociais e influências em práticas.

A avaliação da renda é justificada pela necessidade de considerar a diversidade de inserções das pessoas na sociedade, responsável por relações diferentes, muitas vezes conflituosas, com os problemas e temáticas que se lhe apresentam. Uma das coordenadas sociais mais importantes diz respeito à noção de classe social, que “sintetizam experiências e condições de vida semelhantes de grupos de pessoas em termos de acesso a recursos de vida, e são determinantes para os desfechos obtidos por essas pessoas” (Wachelke, 2018, p.68). Há abordagens divergentes na operacionalização de classe social: há autores que priorizam a avaliação de relações de trabalho, por entender que é essa relação produtiva que define a classe; outros medem o nível de escolaridade, que explica como as pessoas atingem sua posição social; e também a avaliação por renda, correspondente aos recursos econômicos (Hout, 2008).

Neste trabalho, a aproximação de classe se dá pela faixa de renda em salários-mínimos. Conforme tratado acima, a vivência em classes diferentes implica probabilidades diferentes de obter sucesso de acordo com critérios meritocráticos: classes com posições mais elevadas dispõem de recursos culturais, sociais e econômicos que dão mais acesso às habilidades e conhecimentos valorizados pelos sistemas meritocráticos. Portanto, é pertinente avaliar essas diferenças na adesão a opiniões sobre a meritocracia.

MÉTODO

Delineamento

O estudo consiste na análise de dados da edição de 2015 da Pesquisa de Percepções Sociais e Opiniões (PEPSO-2015), que teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), realizada em Uberlândia, Minas Gerais, em que se utilizou um questionário construído com afirmações que visaram compreender as crenças dos cidadãos sobre temáticas como identidade brasileira, igualdade, individualismo e meritocracia e autoritarismo. Tratou-se de um estudo quantitativo de levantamento (*survey*) (Freitas, Oliveira, Saccol & Moscarola, 2000) com um corte transversal para coleta de dados, dada a descrição da distribuição das características ou de fenômenos que ocorrem naturalmente a partir de amostras da população.

Participantes

A amostra foi não probabilística de conveniência, composta por 1.233 adultos. Dos participantes, 676 eram do sexo feminino (54,8%) e 553 do sexo masculino (44,9%) – 4 sujeitos não responderam à questão. Quanto à faixa etária, 44,5% dos sujeitos possuía de 25 a 34 anos, 25,7% de 35 a 44 anos e 29,8% encontravam-se entre 45 a 55 anos. Dos dados referentes a faixa de renda, observou-se que 14% recebiam renda familiar de até 2 salários-mínimos (SM), 18% recebiam de 2 a 3 SM, 27% de 3 a 5 SM, 29% de 5 a 10 SM e 11,9% tinha renda de mais de 10 SM.

Instrumento

O instrumento foi um questionário que serviu como roteiro para entrevista estruturada, acerca de opiniões sobre diversos temas sociais. Para o presente estudo, foram pertinentes três indicadores, sentenças cuja concordância ou discordância permitia avaliar a adesão a opiniões meritocráticas: s1. “Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem

o que querem”; s2. “As pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando o seu trabalho”; e s3. “É inevitável que tenhamos pessoas pobres e ricas na sociedade”.

Na construção das afirmações, buscou-se integrar as percepções do senso comum que podem ser associadas a meritocracia, como o esforço, a diferença salarial e a desigualdade social. A primeira afirmação visa averiguar de que forma a amostra da pesquisa percebe a concepção de esforço individual enquanto capaz de influenciar no alcance de melhores condições de vida, posto que envolve explicitamente a generalização da ideologia meritocrática.

A segunda afirmação busca observar o valor socialmente construído e atribuído às diferenças salariais postas a cada profissão. Sua escolha se comunica com a concepção de meritocracia devido ao fato de que as profissões que requerem maiores esforços intelectuais tendem a ser melhor remuneradas. Já a terceira afirmativa remete às desigualdades sociais que são observáveis na constituição do atual sistema econômico, tendo, em seu plano de fundo, justificativas que afirmam a lógica meritocrática e sustentam a manutenção de tais desigualdades.

Posto isto, as sentenças 1 e 3 foram estruturadas de forma a afirmar a ideologia da meritocracia, enquanto que a sentença 2 se posiciona de modo a preconizar pela igualdade, o que não conflui com a lógica de agregar um valor diferenciado ao sujeito dada sua profissão. Para cada uma das afirmações, havia cinco opções de respostas possíveis: discordo; discordo, mas não muito; concordo, mas não muito; concordo; e não sei.

Além das afirmações de interesse direto do estudo, houve questões de caracterização sociodemográfica. As informações registradas foram sexo, renda familiar, escolaridade, bairro de residência, idade, religião e posicionamento político.

Procedimento

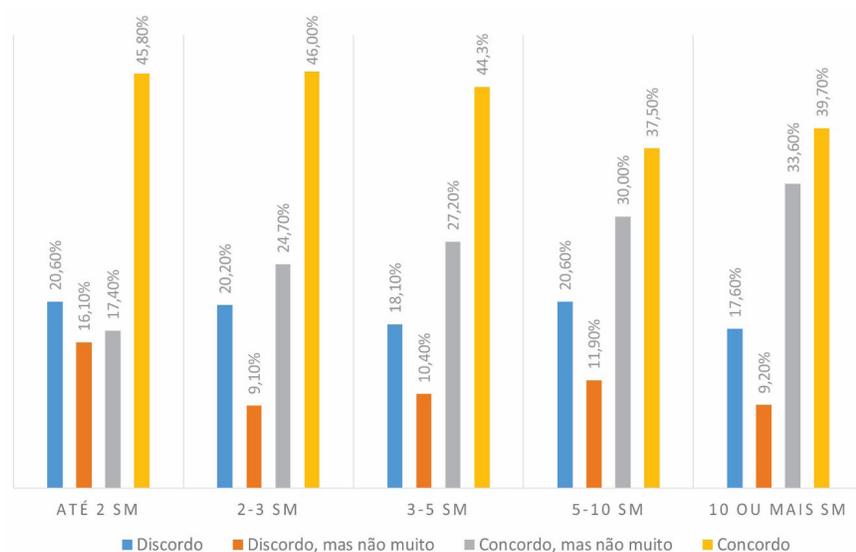
A aplicação dos questionários foi feita em parceria com discentes do curso de psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) nos bairros de Uberlândia, abordando pessoas que transitavam por locais

públicos ou em suas residências. Conforme Resolução N. 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, pesquisas de opinião públicas anônimas não são analisadas pelo sistema CONEP. Após treinamento, cerca de quarenta discentes realizaram as aplicações em diversos bairros da cidade. Cada aplicador realizou cerca de 30 entrevistas.

Após o período de coleta de dados, estes foram tratados por meio de estatísticas descritivas. Foram efetuados cruzamentos entre os dados de renda familiar e as sentenças de interesse, separadamente. Cada questão sentença foi considerada como variável categorial. Dentre os dados coletados houve quatro respostas “não sei” para a sentença 1, nove referentes à sentença 2 e 26 referentes à sentença 3 que foram desconsideradas perante sua baixa representatividade dentro do conjunto total de respostas.

RESULTADOS

Na Figura 1 constam as repostas dos participantes para a sentença 1, “Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem o que querem”. O gráfico apresenta que a maior proporção é de concordância com a afirmação, independente da renda declarada. Para além, os dados também demonstram que quanto menor foi a renda, maior foi o percentual de sujeitos que concordam, o qual decresce conforme a renda aumenta. Nota-se ainda que conforme há um aumento da renda, a proporção de sujeitos que concordam parcialmente tende a aumentar, aproximando-se dos que concordam.



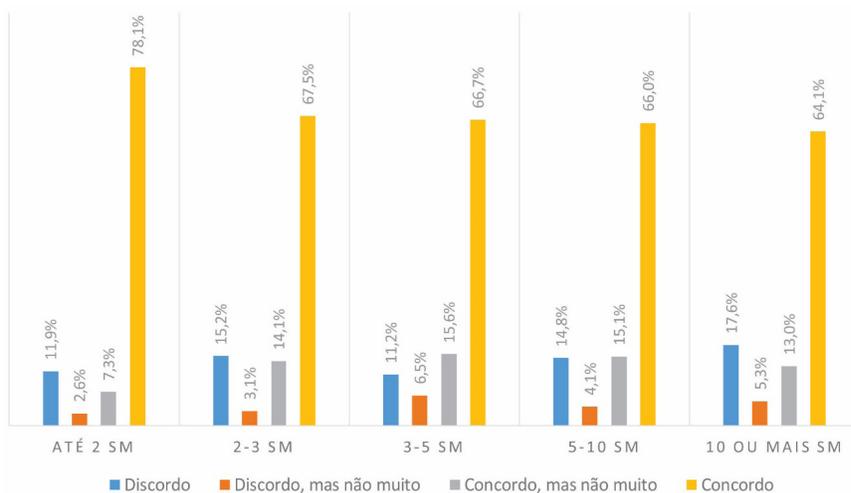
Fonte: autoria própria.

Figura 1. Distribuição percentual de respostas à sentença "Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem o que querem" em relação a renda.

No que concerne a representatividade das pessoas que discordam, esta também se mantém semelhante independente da renda, ainda que com proporções menores em relação aos que concordam. Inclusive, é válido ressaltar que os sujeitos que recebem até 2 SM tendem a discordar mais em comparação aos que possuem uma renda intermediária e os que recebem 10 ou mais SM.

A Figura 2 apresenta a distribuição de respostas por renda ligada à sentença "As pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando seu trabalho". No gráfico, as maiores porcentagens referem-se às respostas que discordam da afirmação, exceto a categoria que representa sujeitos os quais recebem até 2 SM. Neste caso, estes tendem a concordar mais do que discordar com a afirmação. Não obstante, as taxas referentes aos sujeitos que "discordam, mas não muito" e aos que "concordam, mas não muito" mostraram porcentagens baixas e semelhantes, ainda que os que tendem a concordar tenham apresentado níveis superiores aos que

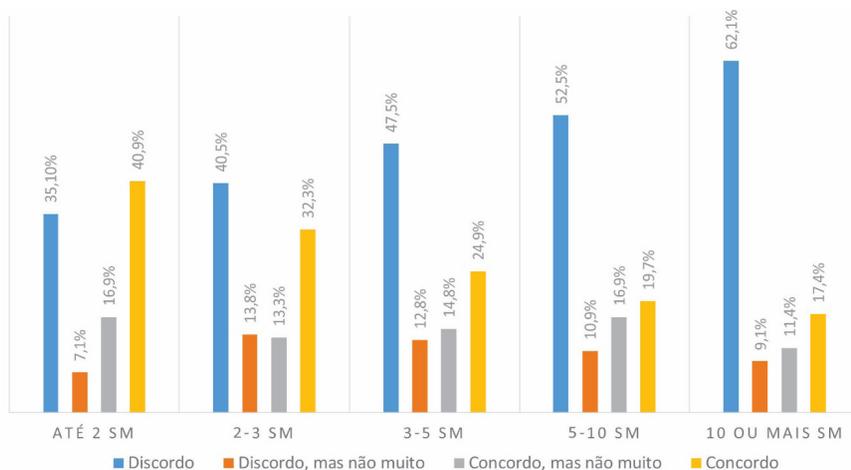
discordam. De uma forma geral, grande parte da população concorda com as diferenças salariais postas a partir de um valor atribuído à profissão exercida, sendo observável uma maior preponderância à taxa de adesão por parte dos sujeitos que possuem maiores rendas.



Fonte: autoria própria.

Figura 2. Distribuição percentual de respostas à afirmação "As pessoas deveriam ter remunerações semelhantes, não importando seu trabalho" em relação a renda.

A última sentença a ser analisada é "É inevitável que tenhamos pessoas pobres e ricas na sociedade"; sua correlação com os níveis de renda está representada na Figura 3. Os dados apontam que independente da faixa de renda, majoritariamente a população uberlandense tende a concordar com a afirmação, além de que quanto menor for a renda, maior é a taxa de concordância. Nestes dados também é possível observar que sujeitos com renda acima de 10 SM possuem a maior taxa de discordância do gráfico.



Fonte: autoria própria.

Figura 3. Distribuição percentual de respostas à afirmação "É inevitável que tenhamos pessoas pobres e ricas na sociedade" em relação a renda.

DISCUSSÃO

Em concepções gerais, dentre os dados coletados na pesquisa, é possível correlacionar a renda à aderência à crença meritocrática por parte da população. Uma parcela representativa dos sujeitos da amostra, de uma forma ou de outra, acredita que o esforço, compreendido enquanto "trabalho duro", é um fator relevante para o alcance de posições socioeconômicas de "sucesso", contudo, é interessante observar que tal crença tende a não ser tão fortemente afirmada pelos sujeitos que têm uma renda elevada e obtiveram acesso a diferentes recursos. Para além, uma parcela considerável da amostra concordou com a afirmação de que deve ser dada uma remuneração diferenciada de acordo com a função profissional de cada indivíduo, ou seja, se atribui um valor meritório singular para o espaço que cada profissão representa na sociedade.

Entretanto, desigualdades sociais e econômicas são consequências factuais das diferenças salariais concebidas a partir de tal valor meritório, sendo utilizadas de modo a justificar a posição hegemônica do estrato social

que possui maiores recursos e privilégios. Assim, é relevante observar que, na pesquisa, os sujeitos com maior concentração de renda aderiram a tal afirmação com maior veemência. Coerentemente, a desigualdade social aparece de forma naturalizada, posto que a amostra demonstrou acreditar ser inevitável a existência de pessoas pobres e ricas na sociedade.

A sentença 1 (“Se as pessoas trabalham duro, quase sempre conseguem o que querem”) remete a um dos valores que faz parte da fórmula básica da meritocracia, o esforço. Implicitamente tal raciocínio aparenta remeter também à igualdade, afinal, parte-se do princípio de que todos os indivíduos possuem oportunidades de desenvolvimento que não estão associadas ao seu gênero, religião, classe econômica, e etc. Logo, desconsidera-se a visão de um panorama amplo, o qual englobaria questões históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, no qual sujeito encontra-se inserido, para dar foco apenas à figura do indivíduo.

Em relação ao esforço, e, confluindo com as respostas observadas nos resultados, De Borba (2017) aborda a importância de que os indivíduos tenham a crença de que seu bem-estar esteja vinculado a seus próprios esforços e decisões, para que sejam coerentes com a ordem de mercado. Ressalta ainda que tal crença no esforço infundirá mais vigor e eficiência a um indivíduo ao fazê-lo crer que a consecução das metas fixados por este depende sobretudo de si. Para a manutenção do capitalismo é necessário que tal crença seja frequentemente encorajada através da educação e opinião dominante, posto que acarreta progressos materiais e morais relevantes. Assim, para que o progresso material e econômico seja um direcionamento dos esforços individuais, a ideologia torna-se uma ferramenta necessária, como aponta Chauí (1987/2008):

esta consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias). (Chauí, 1987/2008, p.36).

Diferentes classes possuem formas singulares de se apropriar e se beneficiar dos princípios meritocráticos, mas o apoio à ideologia meritocrática foi majoritário e generalizado entre todas as posições, ainda que parte

da amostra tenha discordado das opiniões pertinentes. Demonstra-se assim que há dominação de uma classe sobre a outra, pois os ideais meritocráticos hegemônicos ainda aparecem nos resultados enquanto valores adotados nas diferentes classes; ou seja, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante. Outros estudos em psicologia social apresentam resultados compatíveis com concepções individualistas, como a norma de difusão geral de que as pessoas são responsáveis individuais pelo próprio comportamento, a norma de internalidade (Beauvois, & Dubois, 1988), e a tendência de as pessoas de julgarem os outros a partir de atribuições pessoais, e ao mesmo tempo avaliarem a si mesmas por causas ambientais, o erro fundamental de atribuição (Ross, 1977).

Voltando-se para os contrastes indicados, foi possível observar que as pessoas que possuem níveis mais baixos de escolaridade concordaram em maior proporção com os pensamentos ideológicos quando comparadas a indivíduos que tiveram acesso a um nível de escolaridade mais elevado. Ademais, entende-se que o acesso à educação e a outros recursos materiais e culturais de fato possibilitam uma nova forma de inserção social e material no sistema econômico vigente e na sociedade de um modo geral para uma parcela de indivíduos, mas, ao considerar a discrepante desigualdade social no Brasil, parte expressiva da população ainda não alcançou acesso a tais recursos.

Posto isto, percebe-se que a ideologia atua de forma a alterar a percepção da realidade dos fatos a partir da generalização de ideias meritocráticas e foco nas capacidades individuais, de modo a propiciar uma alienação da população em relação aos espólios de seu trabalho e os precedentes necessários para o mesmo, determinante para o caráter velado da meritocracia. Tal relação corrobora os dados obtidos na pesquisa, pois demonstram a existência de uma posição hegemônica por parte dos sujeitos que tem poucas variações de acordo com a renda, que direciona para respostas semelhantes, mas também apresenta porcentagens menores dos estratos que não concordam com a opinião da maioria, o que pode ser compreendido enquanto uma brecha na ideologia, ou seja, os indivíduos

questionam-se e não concordam com a realidade posta, entretanto, pela lógica dominante ter criado mecanismos para se reproduzir, esta continua presente.

A terceira sentença afirma ser inevitável a existência de pessoas pobres e ricas na sociedade, sendo que houve uma maior aderência por parte dos participantes que tem níveis mais baixos de renda e escolaridade. Tal aderência demonstra como a ideologia está presente e se propaga de forma diferente entre os estratos sociais. Percebe-se que quanto maior o nível de instrução que o indivíduo adquire mais ferramentas estes passam a ter para refletir criticamente sobre as formas de produção que estão postas.

O viés contraditório da ideologia transparece, posto que as pessoas com menor nível de escolaridade tendem a reproduzir com maior veemência a lógica social imposta, ainda que seja possível também observar que tais indivíduos compreendem que o sistema não é justo, que estão “obrigadas” a ficar na classe social que nasceram por falta de oportunidades, mas não possuem recursos que possibilitem uma maior mobilidade socioeconômica, pois estes são acessíveis, em sua maioria, apenas para a classe dominante. Essa interpretação é compatível com a de Wachelke (2017) em pesquisa com estudantes, o qual concluiu que a prevalência do pensamento meritocrático poderia sustentar-se seja pelo consolo de que uma situação de privação seria justificada por um princípio meritocrático legítimo, seja pela resignação de que o mundo funciona de acordo com essas regras e que o melhor a fazer é tentar agir conforme o que se exige para ter acesso a condições melhores. Identifica-se, portanto, o caráter funcional – e paradoxal – do pensamento meritocrático até para as classes sociais desfavorecidas.

A desigualdade social é um aspecto necessário ao capitalismo, como coloca Figueiredo (2013) que, ao considerar a necessidade de exploração dos homens sobre os homens para que haja o acúmulo e reprodução do capital, a desigualdade social torna-se ineliminável, posto que esta reprodução é pautada na exploração da força de trabalho. Com a necessidade de exploração, é inerente que haja então dominação de uma classe sobre a outra e que, por sua vez, a meritocracia não seja uma ideologia que permitirá a mobilidade social de todo e qualquer indivíduo, mas, necessita que, através da concorrência, um indivíduo seja julgado mais meritório que o outro.

Indo ao encontro da teoria, na pesquisa fora possível perceber a expressão prática da meritocracia, posto que esta é diretamente refletida pela renda do indivíduo, afinal, determinadas profissões são social e financeiramente mais valorizadas do que outras e isto supostamente está vinculado ao nível de esforço que o sujeito dispôs para alcançar tais conhecimentos.

Então, quando parte da população de Uberlândia que possui altos níveis de renda e escolaridade discorda veementemente de que as pessoas com profissões diferentes deveriam receber remunerações semelhantes, isso transparece enquanto uma expressão prática, uma ferramenta vinculada à ideologia da classe dominante para se manter na sua posição hegemônica. Sobre tal aspecto, é interessante ressaltar a existência de um discurso que pode estar voltado para o “politicamente correto” por parte da população que possui maior acesso a recursos socioeconômicos, pois enquanto a afirmação que remete ao esforço pode ser interpretada de forma ampla e subjetiva, as outras duas questões remetem a afirmações que poderiam provocar mudanças objetivas, caso houvesse uma maior igualdade entre rendas, sendo que esta possibilidade não foi amparada pelos dados obtidos.

Na terceira sentença também é possível perceber que a ideologia está presente, principalmente a partir do estrato social que possui rendas intermediárias, ao considerar que o gráfico indicou porcentagens que são crescentes. Ou seja, há uma maior aderência à lógica da meritocracia conforme os indivíduos passam a ter acesso a algum recurso. Contudo, ainda se percebe a discrepância em relação aos estratos sociais que possuem um nível de renda maior, ainda que tais indivíduos cooperem para uma maior afirmação dos valores preconizados pela classe hegemônica, reproduzindo assim a ideologia da meritocracia.

Logo, uma parcela consideravelmente menor dos dados obtidos a partir das afirmações indica a possibilidade de que existam discordâncias com o discurso hegemônico, posto que a população que não teve acesso a recursos econômicos e educacionais das perspectivas apontadas, ou seja, acreditam que o esforço nem sempre leva ao sucesso e que a desigualdade social poderia ser amenizada, caso, por exemplo, as remunerações para cada profissão fossem menos distantes.

Além disso, o fato de os resultados apontarem para a meritocracia como norma majoritária implica seu poder coercitivo para conformidade, como demonstram os estudos sobre influência social. Na ausência de eventos de ruptura, o fenômeno majoritário – aqui, as crenças ideológicas a respeito da meritocracia – tende a sustentar e ampliar sua vigência, podendo ser impedido somente por resistências minoritárias bem localizadas e consistentes, como sugere a teoria do impacto social dinâmico de Latané (1981). Cabe se questionar até que ponto estamos num momento de consolidação do discurso meritocrático ou de ruptura a partir de contradições essenciais, o que deverá ser complementado por esforços futuros de pesquisa.

Nota-se ainda que a ideologia da meritocracia é parte de um panorama mais amplo, quando abordada como uma ferramenta do sistema hegemônico, de modo que uma limitação constatada da pesquisa concerne ao fato desta caracterizar-se enquanto um recorte da população de Uberlândia, não englobando percepções de como esta ocorre em outros contextos socioculturais. Por fim, a incipiente pesquisa deixa claro a necessidade de maiores reflexões que vissem averiguar de que forma os fatores que não são diretamente associados à ideologia da meritocracia estão implicitamente cooperando para sua manutenção, como por exemplo, o quesito acaso, herança ou mesmo sistema educacional vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, L. (2003). *Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas* (4^a ed). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Beauvois, J-L. & DUBOIS, N. (1988). The norm of internality in the explanation of psychological events. *European Journal of Social Psychology*, 18(1), 299-316. doi: 10.1002/ejsp.2420180402
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução n.510*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.
- Celarent, B. (2009). The Rise of the Meritocracy: 1870–2033 by Michael Young. *American Journal of Sociology*, 115(1), 322-326. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/605763?origin=JSTOR-pdf>.

- Chauí, M. (1987/2008). *O que é ideologia* (13^aed). São Paulo: Brasiliense.
- De Borba, E. (2017). *Sobre a Meritocracia: uma investigação* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis). Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178103>
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo.
- Figueiredo, J.G. (2013). Desigualdade social e capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. In: *Jornada internacional de políticas públicas* (1-9). São Luís, Maranhão/Brasil. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadessociaisepoliticaspublishicas/desigualdadessocialecapitalismo-oslimitesdaigualdadesobaordemburguesa.pdf>. Acessado em: 02 jul. 2019.
- Fiske, S.T. & Cuddy, A.J.C. (2005). Stereotype content across cultures as a function of group status. In: GUIMOND, Serge (Org.). *Social comparison and social psychology: Understanding cognition, intergroup relations and culture* (pp. 249-263). Cambridge: Cambridge University Press.
- Flanagan, C.A., Campbell, B., Botcheva, L., Bowes, J., Csapo, B., Macek, P., & Sheblanova, E. (2003). Social class and adolescents' beliefs about justice in different social orders. *Journal of Social Issues*, 59(4), 711-732. doi: 10.1017/CBO9780511584329.013
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A.Z. & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa Survey. *Revista de Administração*, 35(3), 105-112. Recuperado de: http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2000/2000_092_RAUSP.PDF
- Giddens, A. (1999). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Hout, M. (2008). How class works: objective and subjective aspects of class since the 1970s. In: Lareau, A. & Conley, D. (Orgs.). *Social class: how does it work?* (pp.25-64). New York: Russell Sage.
- Kreimer, R. (2000). *Historia del mérito*. Disponível em: <http://www.oocities.org/filosofialiteratura/>

- Latané, B. (1981). The psychology of social impact. *American Psychologist*, 36(4), 343-356. Recuperado de: <https://psycnet.apa.org/record/1982-01296-001>
- McNamee, S.J. & Miller JR, R.K. (2014). *The Meritocracy Mith*. (3^aed). Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Reynolds, J. & Xian, H. (2014). Perceptions of meritocracy in the land of opportunity. *Research in Social Stratification and Mobility*, 36(1), 121-137. doi: 10.1016/j.rssm.2014.03.001
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcoming: distortions in the attribution process. *Advances in Experimental Social Psychology*, 10(1), 173-22. doi: 10.1016/S0065-2601(08)60357-3
- Smith, A. (1999). *Teoria dos Sentimentos Morais (1723-1790)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Thompson, J.B. (2011). O conceito de ideologia. In: Thompson, J.B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (pp.71-99). (9.ed). Petrópolis: Vozes.
- Wachelke, J. (2017). Ideologia nas Opiniões de Estudantes de Ensino Médio sobre Sucesso no Trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 652-668. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004062016>
- Wachelke, J. (2018). Posição social de adolescentes e a crença no mundo justo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 65-80. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672018000200006&script=sci_abstract&tlng=es&fbclid=IwAR1_msbwdjzn2gU3cJ5M9WaqV4BfvfsoPw2soTxLLduZdo67TGgv_3gDkE
- Young, M. (1958). *The Rise of Meritocracy 1870-2033: an essay on education and equality*. United Kingdom: Penguin Books.
- Zizek, S. (1996). Introdução: o espectro da ideologia. In: Zizek, S (Org.). *Um mapa da ideologia* (pp. 7-38). Rio de Janeiro: Contraponto.

Recebido em 19/02/2020

Aceito em 30/07/2022

Relacionamentos amorosos na contemporaneidade: um estudo exploratório sobre expectativas e experiências das mulheres

*Loving relationships: an exploratory research
on the expectations and life experiences of women*

*Relaciones amorosas contemporáneas:
un estudio exploratorio sobre las expectativas
y experiencias de las mujeres*

*Marília Pereira Bueno Millan**

*Reginandréa Gomes Vicente***

*Julia Kubo Saito****

*Raymundo Soares de Azevedo Neto*****

*Monique Fernandes Silva Santos******

*Fernanda Falótico Taborda******

*Barbara da Silva Queiroz******

*Gleyce Kelly Teodoro Ronque******

*Angela Maciel Guerreiro******

* Grupo de Pesquisa CNPq “Relacionamentos Interpessoais e Familiares na Contemporaneidade”.

E-mail: mariliamillan@uol.com.br

** Universidade Paulista, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-5739-3763>. E-mail: reginao412@gmail.com

*** Universidade Paulista, SP, Brasil. E-mail: jkubosaito@gmail.com

**** Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: razevedo@usp.br

***** Universidade Paulista, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-2862-8567>. E-mail: mfefflor@gmail.com

***** Grupo de Pesquisa CNPq “Relacionamentos Interpessoais e Familiares na Contemporaneidade”. E-mail: fetaborda@yahoo.com.br

***** Grupo de Pesquisa CNPq “Relacionamentos Interpessoais e Familiares na Contemporaneidade”. E-mail: barbara.queiroz894@gmail.com

***** Grupo de Pesquisa CNPq “Relacionamentos Interpessoais e Familiares na Contemporaneidade”. E-mail: gleycepsicologia16@gmail.com

***** Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: angellaguerreiro@hotmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa realizada com 2778 mulheres, intitulada “Relacionamentos amorosos na contemporaneidade: quais as expectativas das mulheres?” (Millan et al., 2019), que visou à compreensão das relações afetivo-sexuais na contemporaneidade a partir da visão das mulheres e o conhecimento da dinâmica das relações com seus pares, com vistas ao manejo de conflitos nos relacionamentos afetivos e familiares, em intervenções clínicas e sociais. Teve-se como objetivo destacar aspectos relativos às diferenças entre expectativas e experiências vividas nos relacionamentos, no que diz respeito aos papéis de gênero (desempenho das tarefas domésticas e cuidados com filhos), à vida profissional, à independência financeira, aos sonhos e projetos de vida. A metodologia utilizada foi de característica quantitativa e qualitativa, com as respostas ao questionário tratadas como variáveis qualitativas ordinais e analisadas pelos testes estatísticos não paramétricos de Kruskal-Wallis ou de Mann-Whitney (1952), de acordo com o agrupamento das participantes, quanto à faixa etária, escolaridade e estado civil. As variáveis categóricas foram analisadas pelo Teste de Qui-quadrado ou pelo Teste Exato de Fisher, conforme a indicação. Na análise qualitativa, adotaram-se os referenciais psicanalítico e sistêmico. Os resultados obtidos mostram que as expectativas das mulheres nos relacionamentos amorosos são moduladas pela experiência vivida e passíveis de ajustes e reajustes durante o ciclo vital pessoal e familiar. As variáveis independentes (escolaridade, estado civil, faixa etária) influenciaram significativamente e de maneiras distintas as respostas analisadas neste artigo. Conclui-se que os relacionamentos amorosos expressam elementos próprios da contemporaneidade, na qual convivem tendências variadas de valores, condutas e pontos de vista dissonantes, em constante transformação.

Palavras-chave: expectativa; mulheres; relacionamentos amorosos; contemporaneidade; gênero.

Abstract

This article reports partial results of the research “Loving relationships in contemporary times: what are women’s expectations?” (Millan et al., 2019) carried out with 2,778 women, that aimed to comprehend affective-sexual relationships in the contemporary era, from women’s point of view and knowledge of the dynamics in their relationships with their peers, in order to develop clinical tools to manage conflicts in affective and familiar relationships, via clinical and social interventions. Its objective is to highlight aspects concerning differences between expectations and experiences in relationships, regarding gender roles (in the performance of household tasks and childcare), professional life, financial independence, life dreams and projects. Quantitative and qualitative data were obtained, while answers to the questionnaire were labeled as qualitative ordinal variables and analyzed through Kruskal-Wallis

or Mann-Whitney (1952) nonparametric statistical tests, according to the grouping of participants, by age, education and marital status. Categorical variables were analyzed through a Chi-squared Test or Fisher's exact test, as appropriate. In the qualitative analysis, psychoanalytic and systemic references were adopted. The obtained results show that women's expectations towards loving relationships are influenced by life experiences and prone to change throughout personal and familiar life cycles. The independent variables (education, age, marital status) have significantly influenced the results in different ways. It is concluded that loving relationships express elements characteristic of contemporaneity, which presents several tendencies, diverse in values, conducts and dissonant points of view, in constant transformation.

Keywords: Expectation; women; loving relationships; contemporaneity; gender.

Resumen

Este artículo presenta los resultados parciales de una investigación realizada con una muestra de 2.778 mujeres, denominada "Relaciones amorosas en la actualidad: ¿cuáles son las expectativas de las mujeres?" (Millan et al., 2019), que tuvo como objetivo comprender las relaciones afectivo-sexuales en la contemporaneidad desde la perspectiva de las mujeres y el conocimiento de la dinámica de las relaciones con sus pares, con miras a gestionar los conflictos en las relaciones afectivas y familiares en intervenciones clínicas y sociales. El objetivo fue resaltar aspectos relacionados con las diferencias entre expectativas y experiencias vividas en las relaciones, en cuanto a roles de género (desempeño de las tareas del hogar y cuidado de los niños), vida profesional, independencia económica, sueños y proyectos de vida. La metodología utilizada fue cuantitativa y cualitativa, con las respuestas a las entrevistas tratadas como variables cualitativas ordinales y analizadas mediante las pruebas estadísticas no paramétricas de Kruskal-Wallis o Mann-Whitney (1952), agrupando las participantes en función del grupo etario, nivel de educación y estado civil. Las variables categóricas se analizaron mediante la prueba de Chi-cuadrado o la prueba exacta de Fisher, según se indica en cada caso. En el análisis cualitativo se adoptaron referencias psicoanalíticas y sistémicas. Los resultados obtenidos muestran que las expectativas de las mujeres en las relaciones amorosas están moduladas por la experiencia vivida y están sujetas a ajustes y reajustes durante el ciclo de vida personal y familiar. Las variables independientes (nivel de educación, estado civil, grupo etario) influyeron significativamente de diferentes formas en las respuestas analizadas en este artículo. Se concluye que las relaciones amorosas expresan elementos de contemporaneidad en los que conviven diferentes tendencias de valores, comportamientos y puntos de vista disonantes en constante transformación.

Palabras clave: expectativa; mujeres; relaciones amorosas; contemporaneidad; género.

O século XXI traz em seu bojo a oportunidade de avaliar a envergadura das transformações nas relações de gênero nos âmbitos afetivo-sexuais, familiares, educacionais, profissionais e sociais.

Estudos que adotam a categoria de gênero como análise (Scott, 1995; Bourdieu, 2002) a descrevem como um conjunto de representações que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social, estabelecendo distribuições de poder. Saffioti (2004), sob influência do marxismo e feminismo, entende que as relações de gênero são balizadas pela estrutura patriarcal na qual a distribuição de poder assimétrica entre homens e mulheres favorece que a mulher, apesar de autônoma, seja vitimada pelo controle social masculino que detém o poder político, ideológico e econômico.

A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, houve uma grande transformação nos papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos, que determinavam os homens como provedores financeiros da família e as mulheres como responsáveis pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. As mulheres, no Brasil, influenciadas pelo movimento feminista dos EUA e da Europa, passaram a questionar esse modelo tradicional de casamento, a reivindicar espaço no mercado de trabalho e o direito de escolher como se relacionar com o próprio corpo. Tal transformação influenciou fortemente as relações amorosas entre homens e mulheres.

O presente artigo pretende apresentar os resultados parciais de pesquisa realizada com 2778 mulheres, intitulada “Relacionamentos amorosos na contemporaneidade: quais as expectativas das mulheres?” (Millan et al., 2019), que visou à compreensão das relações afetivo-sexuais na contemporaneidade a partir da visão das mulheres e o conhecimento da dinâmica das relações com seus pares, com vistas ao manejo de conflitos nos relacionamentos afetivos e familiares, em intervenções clínicas e sociais.

Tem-se como objetivo destacar aspectos relativos às diferenças entre expectativas e experiências vividas nos relacionamentos, no que diz respeito aos papéis de gênero (desempenho das tarefas domésticas e cuidados com filhos), à vida profissional, à independência financeira, aos sonhos e projetos de vida.

Vários autores já se debruçaram sobre esses temas, tal como apresentado a seguir.

Rocha-Coutinho (2004) realizou uma pesquisa com 25 estudantes universitárias, de 18 a 25 anos, e constatou o aspecto mutável, dinâmico e historicamente construído da identidade feminina. A autora afirma que, ao mesmo tempo em que a mulher inclui o trabalho em sua vida, a família parece ainda ocupar um lugar prioritário, o que acaba perpetuando o discurso machista e tradicional. Os resultados dessa pesquisa apontam para a dificuldade de a mulher conciliar dois campos igualmente valorizados por ela, a maternidade e a vida familiar, e o trabalho e o desenvolvimento de uma carreira. A mulher contemporânea vive tal conflito como individual e a solução para o impasse como escolha, ou seja, admite a possibilidade de escolher entre ser mãe ou dedicar-se ao trabalho e à carreira. A pesquisadora concluiu que a mulher contemporânea multiplicou funções e ainda não aprendeu a dividir responsabilidades com seu companheiro.

Na mesma linha, Matias, Fontaine, Simão, Oliveira e Mendonça (2010) enfatizam que, apesar da mudança estrutural das famílias em função do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda assumem muito mais os afazeres domésticos do que os seus companheiros e são consideradas as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos.

Borges (2013) realizou uma pesquisa com duas gerações de mulheres e chegou a resultados um pouco distintos. Concluiu que as jovens ampliaram as possibilidades de vida, não se atendo mais aos papéis de mãe, esposa e dona de casa de suas mães e avós. O trabalho, a independência financeira e a liberdade de escolha passaram a ter grande importância para essas mulheres, que já não colocam o casamento como central em suas vidas.

Almeida e Soares (2012) realizaram pesquisa de natureza qualitativa com docentes do ensino superior em educação, com idades entre 55 e 68 anos, com o objetivo de conhecer como as transformações derivadas do movimento feminista, do período da ditadura, dos anos setenta influenciaram suas vidas pessoal e profissional. Concluíram que certamente houve mudanças nas próprias mulheres e na vida social, mas não na abrangência esperada em termos da equidade entre os gêneros e na abertura das mentalidades. Mantém-se a assimetria entre os salários de homens e mulheres; a

emancipação feminina convive com a violência e o preconceito; as tarefas domésticas e a criação dos filhos ainda dependem de negociações conflituosas no âmbito familiar, permeadas por estereótipos e relações de poder.

Berlato e Corrêa (2017) buscaram construir um modelo teórico dos casais *dual career*, cuja principal característica é o interesse simultâneo no desenvolvimento contínuo de suas vidas pessoais e profissionais. Destacam a importância do “tempo” e do “trabalho em equipe” para a gestão da vida familiar, profissional e pessoal desses casais, além da dimensão sociocultural no estudo do tema, pelos aspectos históricos e simbólicos das relações de poder entre os gêneros, legitimados pela sociedade.

Zordan, Falcke e Wagner (2009) realizaram um estudo, cujo objetivo foi o de identificar os motivos e expectativas sobre o casamento entre jovens adultos. Foram 197 participantes solteiros, entre 20 e 31 anos, sendo 120 mulheres e 77 homens, 57,9% com ensino médio completo e 42,1% com ensino superior completo, todos residentes no Rio Grande do Sul. Os resultados mostraram que 60,8% dos participantes apontaram a realização profissional como projeto principal de vida, seguido da realização pessoal com 44,3%. O casamento ficou em décimo nono lugar, com 9,3%. Concluíram que as cinco primeiras posições estão relacionadas aos aspectos profissionais e materiais, valores tidos como contemporâneos, os quais enfatizam a individualidade, a realização e o sucesso profissional.

Quando indagados se desejavam se casar algum dia, 92,9% responderam afirmativamente. As autoras concluíram que o casamento não é mais tão valorizado socialmente como projeto de vida, mas é almejado, ou seja, não é mais uma obrigação, mas uma condição pretendida. Aspectos como amor, companheirismo, afinidade e fuga da solidão foram elencados como motivação para o casamento. No que se refere aos motivos socioeconômicos para o casamento, as mulheres apresentaram maior concordância que os homens, no item “Casar é assumir um compromisso perante a sociedade”. Deduziram que elas se sentem mais cobradas socialmente pelo seu comportamento, estado civil e relacionamentos.

Quanto à maternidade, várias pesquisas (Fidelis & Mosmann, 2013; Maluf & Kahhale, 2012; Patias & Buaes, 2012) identificaram que um número crescente de mulheres têm adiado ou têm optado pela não maternidade,

elegendo outras prioridades no projeto de vida, tais como as profissionais. No entanto, tais estudos também referem que a despeito desses novos comportamentos, ainda persiste uma pressão social para a naturalização da maternidade e, por outro lado, o entendimento da não maternidade como um desvio que, por sua vez, frequentemente desperta nessas mulheres ambivalência de sentimentos. As pesquisas concluem que as mulheres lançam um novo olhar sobre si e sobre o mundo, buscando relações mais igualitárias para as instâncias profissionais e pessoais.

Dos Santos (2015), em pesquisa realizada sobre a solteirice feminina, com 210 mulheres casadas ou em relacionamento estável, com filhos, com ensino médio concluído e profissionalmente ativas, concluiu que ainda há predominância dos valores tradicionais e ideais românticos nas expectativas das participantes. Consideram a mulher solteira como alguém que ainda não encontrou um parceiro, ou seja, menos que uma escolha, é uma situação transitória em busca da verdadeira realização pessoal.

De acordo com Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt e Sharlin (2004), há casamentos estáveis, mas não satisfatórios, assim como relacionamentos de longo prazo, cuja satisfação varia ao longo do tempo. Destacam que os casais (satisfeitos e insatisfeitos) alegaram ser o amor o principal motivo da permanência na relação. No entanto, as autoras questionam se o amor, apesar de ser um aspecto importante nos relacionamentos, não é apenas um ideal arraigado, atuando mais como crença do que como sentimento. Os casais satisfeitos identificaram ainda, como motivo para continuar juntos, a convicção de que o casamento é uma parceria para a vida toda, a ideia de que um complementa o outro e ambos são sinceros, pacientes e compreensivos. Já os casais insatisfeitos apontam em ordem de preferência o amor, o sentimento de responsabilidade pelos filhos e pelo cônjuge, a convicção de que crises são inevitáveis e que promovem o crescimento pessoal. Afirmam que tais convicções são coerentes com as religiões que professam. Concluem que casais satisfeitos são funcionais, mantêm fortes laços emocionais, são capazes de mudar a estrutura de poder, papéis e regras de seu relacionamento ao longo do tempo e estabelecem padrões de comunicação adequados. Aparece o desejo de serem amados, respeitados, sentirem-se seguros, compartilhar desejos e

sonhos, satisfazerem necessidades físicas, emocionais e espirituais, bem como terem a possibilidade de dividir tudo isso com alguém especial ao longo da vida. O estudo demonstrou que o casamento satisfatório é menos uma questão de escolha certa e mais de trabalho em equipe. Enquanto o trabalho pode ser aprimorado, a escolha só pode dar origem a outras, talvez tão pouco satisfatórias quanto a anterior. Variáveis interpessoais podem ser aperfeiçoadas ou adquiridas, melhorando a qualidade de vida individual e conjugal; consenso, resolução de conflitos, comunicação, flexibilidade. Nos casamentos satisfatórios, os cônjuges investem na relação, continuam se desenvolvendo, buscam o equilíbrio entre a conjugalidade e as individualidades, compartilham interesses e buscam evitar a rotina no relacionamento afetivo-sexual.

Buscando compreender a origem e a dinâmica do processo de escolha amorosa, Anton (2012) aponta as motivações inconscientes, as quais limitam a liberdade de escolha imaginada e desejada. Freud (1973) já havia desenvolvido essa ideia em “Introdução ao Narcisismo” (publicado em 1916), quando afirma serem as escolhas amorosas fundamentalmente determinadas pelas experiências vividas com as figuras parentais em fases precoces do desenvolvimento. Anton (2012) retoma essa ideia e agrega que a escolha do cônjuge também é determinada pela necessidade básica do ser humano de formar vínculos, ser amparado e obter proteção. Provavelmente, as expectativas das mulheres estão imbricadas em uma ampla gama de aspectos inconscientes e conscientes, determinadas pela história de suas relações pregressas, pelas circunstâncias sociais e por características de personalidade.

MÉTODO

Foi realizada pesquisa de campo, após aprovação do Comitê de Ética da UNIP, CAAE 68059717.8.0000.5512. Aplicou-se questionário *on-line* e impresso, de característica quantitativa, abrangendo informações gerais e questões associadas à expectativa das mulheres em relação a seus parceiros afetivo-sexuais.

Foram entrevistadas 2778 mulheres, residentes no Brasil, com idade a partir de 18 anos, sem restrição ao estado civil, ao nível socioeconômico e ao nível educacional. Destas, 1639 responderam ao questionário até o final. A base de dados considerada foi a de 2778 participantes, foram invalidadas respostas não compatíveis com a escala Likert. Os dados a seguir referem-se à totalidade de participantes em cada uma das questões apresentadas, considerando que, no tocante à participação, houve variação entre elas.

As participantes estão na faixa etária entre 18 e 35 anos (60,36%); são predominantemente solteiras (51,22%); possuem ensino médio completo (31,21%) ou superior completo (46,18%); não são as principais provedoras do lar (62,24%).

A amostragem foi por conveniência e o procedimento adotado foi o denominado “bola de neve”, em que amigos, colegas ou os próprios participantes foram solicitados a indicar outras pessoas.

Do questionário, composto por 77 questões, foram selecionadas para este artigo 6 questões sobre papéis de gênero no âmbito doméstico, considerando as expectativas e a experiência vivida. As questões foram baseadas no modelo Likert, tipo de escala de resposta psicométrica (escala bidimensional e com um ponto neutro no meio da escala), na qual os participantes especificam seu nível de concordância com uma afirmação: concordo, discordo, não concordo nem discordo (Dalmoro & Vieira, 2013).

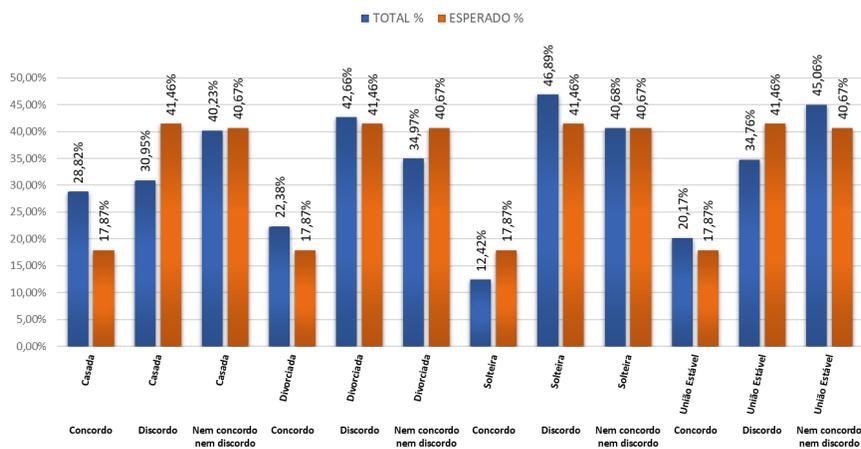
As respostas ao questionário foram tratadas como variáveis qualitativas ordinais e analisadas pelos testes estatísticos não paramétricos de Kruskal-Wallis ou de Mann-Whitney (1952), de acordo com o agrupamento dos participantes (faixa etária, escolaridade e estado civil). As variáveis categóricas foram analisadas pelo Teste de Qui-quadrado ou pelo Teste Exato de Fisher, conforme a indicação. O nível de significância adotado foi de 5% ($\alpha = 0,05$). Foram utilizados os *softwares* estatísticos Minitab, versão 16.0, e SPSS, versão 20.0, sendo que todas as questões selecionadas para este artigo apresentaram valor de p significativo. Os dados obtidos também foram analisados qualitativamente, de acordo com os referenciais psicanalítico e sistêmico, dos quais alguns serão mencionados para ressaltar os dados quantitativos.

RESULTADOS

Do ponto de vista estatístico, os instrumentos utilizados, tal como citado no item método, estabelecem um parâmetro esperado de respostas para cada questão em relação a cada variável independente (faixa etária, escolaridade e estado civil). Os dados obtidos na pesquisa foram analisados a partir da comparação com os parâmetros estatísticos. Dessa comparação, obteve-se o valor de p que, quando menor do que 0,05 aponta para uma diferença significativa entre o parâmetro esperado e o dado obtido na pesquisa.

Considerando as variáveis que se sobressaíram em cada questão, apresentam-se os resultados a seguir, ilustrando-os parcialmente com gráficos de uma das variáveis independentes com p significativo. As demais serão comentadas no corpo do texto.

Gráfico 1 – Quando eu tiver filhos, espero que meu companheiro cuide do sustento da família



Conforme o gráfico referente ao estado civil, na assertiva “Quando tiver filhos, espero que meu companheiro cuide do sustento da família”, observa-se a seguinte configuração de respostas conforme a amostra ($N=2149$) ($p<0,001$):

- Mulheres casadas ($N=24,06\%$), em união estável ($N=10,84\%$) e divorciadas ($N=6,65\%$) tendem a esperar mais apoio de seus parceiros no

sustento da casa do que a média esperada de respostas. Das mulheres casadas foram 149 (28,82%) concordâncias para 92,38 (17,87%) esperadas; as em união estável 47 (20,17%) concordâncias para 41,63 (17,86%) esperadas e as divorciadas 32 (22,38%) para 25,55 (17,87%) esperadas.

Nas discordâncias, as mulheres casadas discordam menos que a tendência, assim como as de união estável, sendo 160 (30,95%) para 214,35 (41,46%), e 81 (34,76%) para 96,60 (41,46%), respectivamente.

As mulheres solteiras esperam menos apoio de seus parceiros, por concordarem menos que a tendência e discordarem acima do esperado. Foram 156 (12,42%) concordâncias para 224,43 (17,87%) e 589 (46,89%) discordâncias para 520,75 (41,46%) esperadas.

No que tange à faixa etária ($p < 0,001$), a concordância ficou abaixo do esperado para as mulheres de 18 a 25 anos ($N=832 / 38,71\%$), 86 (10,34%) respostas para expectativa de 148,7 (17,87%) e a discordância foi acima do esperado, 402 (48,32%) para expectativa de 345 (41,47%). O mesmo ocorre com as mulheres da faixa dos 26 aos 35 anos ($N=672 / 31,27\%$). Foram 108 (16,07%) concordâncias para uma expectativa de 120,1 (17,87%), e 287 (42,71%) discordam diante de uma expectativa de 278,62 (41,46%).

Já nas demais faixas etárias, quanto maior a idade, mais se mostrou uma expectativa de apoio em relação ao parceiro. Mulheres de 36 anos a 46 anos ($N=369/17,70\%$) concordaram acima do esperado 103 (27,91%) para uma expectativa de 65,94 (17,87%) e discordaram abaixo do esperado 123 (33,33%) para expectativa de 152,99 (34,14%).

Mulheres de 47 a 57 anos ($N=180 / 8,37\%$) concordaram acima da expectativa 62 (34,44%) para expectativa de 32,16 (17,87%) e discordaram abaixo da expectativa 49 (27,22%) para 74,63 (41,46%). E por fim, as mulheres acima dos 58 anos ($N=96/4,47\%$) concordaram acima da tendência e discordaram abaixo do esperado. Foram 25 (26,04%) concordâncias para 17,2 (17,92%) esperadas e 30 (31,25%) discordâncias para 39,8 (41,46%).

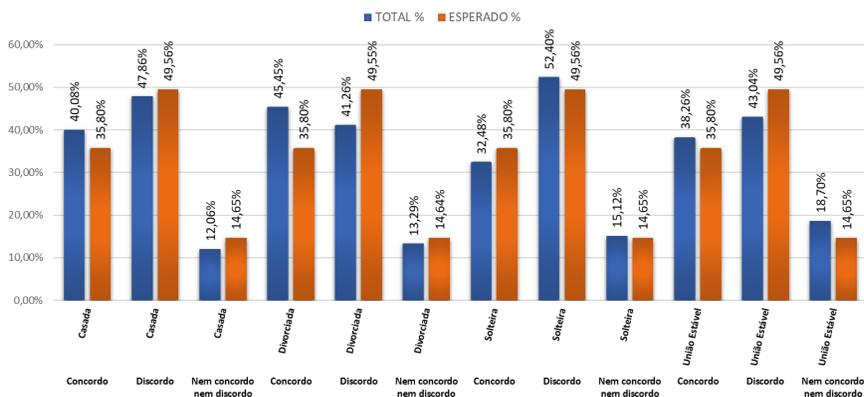
Referente à escolaridade ($p < 0,001$), mulheres com até Fundamental II incompleto ($N=29 / 1,35\%$) concordaram acima do esperado e

discordaram abaixo do esperado, foram 16 (55,17%) respostas para 5,18 (17,86%) esperadas, e 9 (31,03%) respostas para 12,02 (41,45%) esperadas, respectivamente.

Nas mulheres com Fundamental Completo/Médio incompleto (n=116 / 5,40%) foram 25 (21,55%) concordâncias para 20,73 (17,87%) esperadas. Quanto à discordância obteve-se 43 (37,07%) respostas para 48,09 (41,45%) esperadas.

Em relação às mulheres com mais escolaridade a tendência se modifica. Mulheres com Médio completo/Superior incompleto e Superior completo concordam abaixo do esperado e discordam acima do esperado. Os dados foram os seguintes: para as mulheres com Médio completo/Superior incompleto, 130 (16,54%) concordaram para 140,45 (17,87%) da contagem esperada. Discordaram 368 (46,82%) mulheres para 325,88 (41,46%) esperadas. Por fim, 213 (17,49%) das mulheres com ensino Superior completo concordaram com a afirmação diante de uma expectativa de resposta de 217,64 (17,87%). E a discordância foi de 471 (38,67%) para 505 (41,46%) esperadas.

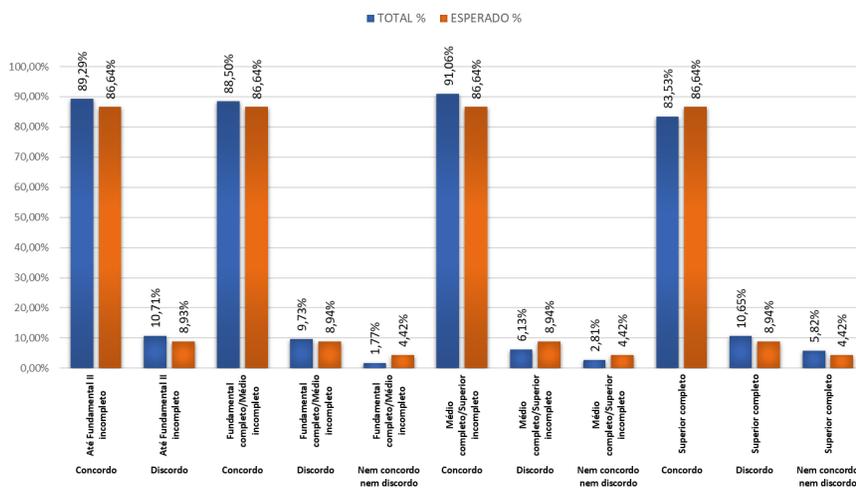
Gráfico 2 – Penso que os homens não cumprem bem as tarefas domésticas. Sempre precisamos refazer ou orientar



Conforme o gráfico referente ao estado civil, na questão “Penso que os homens não cumprem bem as tarefas domésticas. Sempre precisamos refazer ou orientar”, observa-se a seguinte configuração de respostas conforme a amostra (N=2137) ($p < 0,001$):

Houve uma tendência das mulheres casadas (N=514 / 24,05%), divorciadas (N=143 / 6,69%) e as em união estável (N=230 / 10,76%) concordarem acima da contagem esperada e discordarem abaixo do esperado. Por exemplo, foram 206 (40,08%) concordâncias das mulheres casadas para uma contagem esperada de 184 (35,80%), e 246 (47,86%) para uma contagem esperada de 254,72 (49,57%) discordâncias. Já as mulheres solteiras apresentaram 406 (32,48%) concordâncias para 447,47 (35,80%) esperadas. Foram 655 (52,40%) discordâncias para uma contagem esperada de 619,44 (49,55%) respostas.

Gráfico 3 – Em minha opinião, tanto o homem quanto a mulher possuem habilidades iguais para cuidar da casa e dos filhos

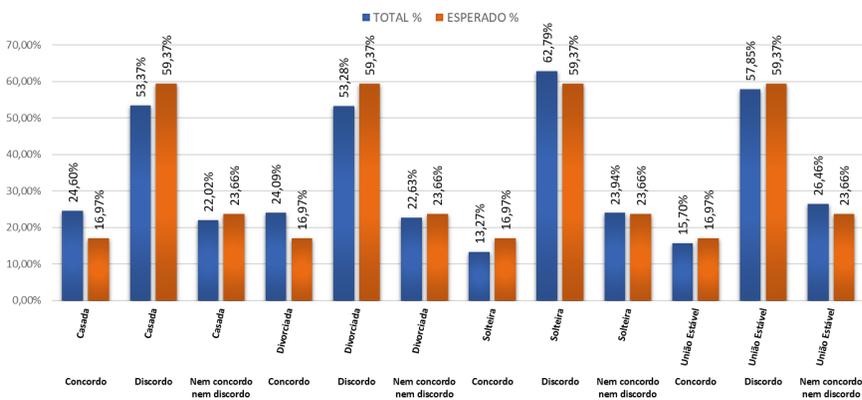


Referente à escolaridade ($p < 0,001$) (N=2126), na questão “Em minha opinião, tanto o homem quanto a mulher possuem habilidades iguais para cuidar da casa e dos filhos”, obteve-se a seguinte configuração: as mulheres com até Fundamental II incompleto (N=28 / 1,32%) apresentaram concordância e discordância próximas da contagem esperada. Foram 25 (89,28%) concordâncias para 24,26 (86,64%) esperadas, e 3 (10,71%) discordâncias para 2,50 (8,93%) esperadas. As mulheres com Fundamental completo/

Médio incompleto também apresentaram respostas próximas da contagem esperada, sendo 100 (88,49%) concordâncias para 97,90 (86,63%) esperadas. E 11 (9,73%) discordâncias para 10,10 (8,93%) de contagem esperada.

Houve variação nas mulheres com Médio completo/superior incompleto e Superior completo. Em relação às concordâncias foram 713 (91,06%) para uma contagem esperada de 678,40 (86,64%), e 48 (6,13%) discordâncias para 69,98 (8,94%) esperadas. Por fim, as mulheres com ensino Superior completo apresentaram 1004 (83,53%) respostas concordando com a assertiva para 1041,43 (86,64%) respostas esperadas. E discordaram 128 (10,64%) para 107,42 (8,94%) de contagem esperada.

Gráfico 4 – Quando o filho está com febre, acho melhor a mãe faltar ao trabalho para cuidar dele

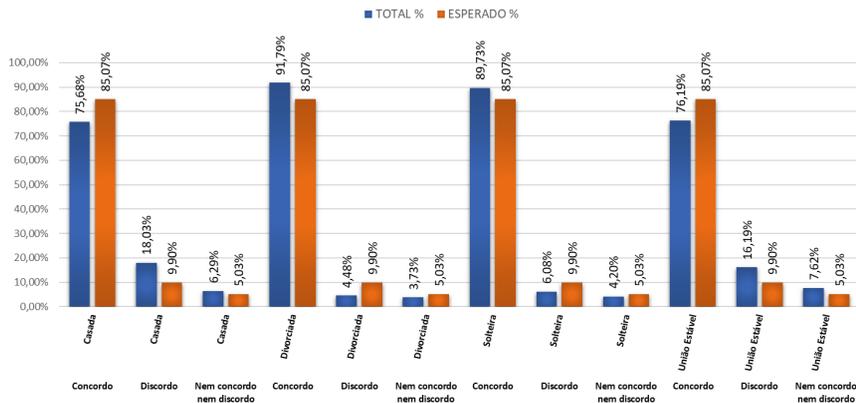


Na assertiva “Quando o filho está com febre, acho melhor a mãe faltar ao trabalho para cuidar dele” ($<0,001$) ($N=2092$), as mulheres casadas ($N=504 / 24,09\%$) concordaram acima da contagem esperada e discordaram menos do que o esperado. Foram 124 (24,60%) concordâncias para 85,53 (16,97%), e 269 (53,37%) discordâncias para uma contagem esperada de 299,22 (59,37%). As mulheres divorciadas ($N=137 / 6,55\%$) apresentam a mesma tendência das mulheres casadas, com 33 (24,09%) concordâncias para 23,25 (16,97%) esperadas, e 73 (53,28%) discordâncias para 81,34 (59,37%). As mulheres em união estável ($N=223 / 10,66\%$) apresentaram respostas perto da contagem esperada, sendo 35 (15,69%) concordâncias

para 37,84 (16,97%), e 129 (57,85%) respostas discordando da assertiva para 132,39 (59,37%). As mulheres solteiras (N=1228 / 58,70%) apresentaram concordância abaixo da contagem esperada e discordância acima. Foram 163 (13,27%) de respostas concordando para 208,38 (16,97%) esperadas. E 771 (62,78%) discordando para 729,05 (59,27%) de contagem esperada.

Outros exemplos foram as mulheres na faixa etária dos 18 aos 35 anos (N=1465 / 70,03%) concordaram menos que o esperado e discordaram mais que o esperado. As mulheres acima dos 36 anos (N=627 / 29,97%) acabaram concordando acima da tendência estatística e discordando abaixo da mesma. As mulheres com menos escolaridade (N=139 / 6,64%) tendem a concordar mais do que o esperado, diferente das mulheres com mais escolaridade (N=1953 / 93,36), principalmente com ensino superior completo (N=1183 / 56,55%), que tendem a concordar menos do que o esperado e a discordar acima do esperado.

Gráfico 5 – *Trabalhar fora é fundamental para mim*



Considerando a afirmativa “Trabalhar fora é fundamental para mim” (N=1989) ($p < 0,001$), analisando o estado civil, obteve-se 477 (23,98) respostas das mulheres casadas. Foram 361 (75,68%) respostas concordando com a assertiva diante de 405,77 (85,07%) esperadas. Discordam 86 (19,03%) diante uma expectativa de 47,24 (9,90%). As mulheres em união estável seguem na mesma direção das mulheres casadas. Foram 210

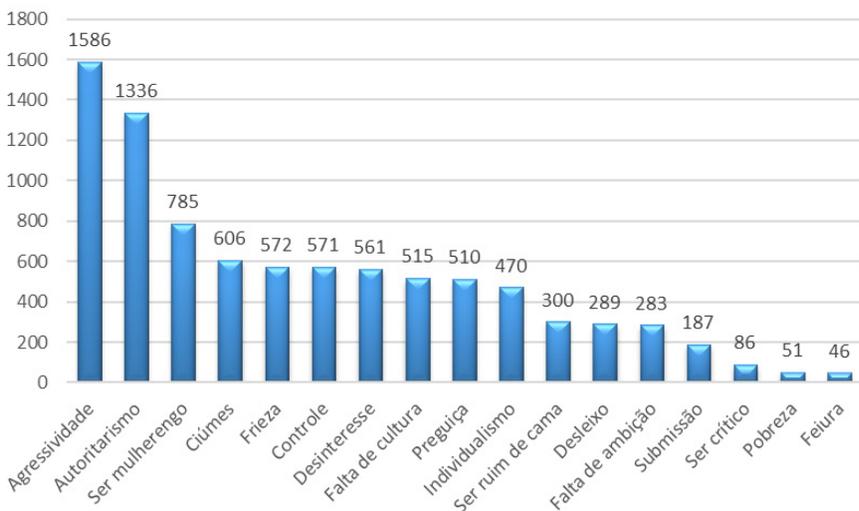
(10,56%) respostas das mulheres em união estável, sendo que 160 (76,19%) concordam com a assertiva diante de uma expectativa de 178,64 (85,07%), discordam 34 (16,19%) para 20,80 (9,90%) esperadas.

Já as mulheres solteiras e divorciadas apresentam dados numa direção oposta. Foram 134 (6,74%) respostas das mulheres divorciadas, sendo que 123 (91,79%) concordam com a assertiva para uma expectativa de 113,99 (85,07%). As discordâncias foram 6 (4,48%) para 13,27 (9,90%) esperadas.

Obteve-se 1168 (58,72%) respostas das mulheres solteiras, das quais 1048 (89,73%) concordam com a assertiva diante de uma expectativa de 993,59 (85,07%). Foram 71 (6,08%) discordâncias para 115,68 (9,90%) esperadas.

O gráfico abaixo, apesar de não ter sido tratado estatisticamente, será utilizado como destaque adicional aos resultados quantitativos, na medida em que vem corroborar os dados obtidos. A maioria das participantes aponta a agressividade e o autoritarismo como características inadmissíveis em um homem. A interpretação dos dados qualitativos feita a partir dos comentários deixados por escrito no corpo da pesquisa pelas participantes confirma tal tendência.

Gráfico 6 – O que você não suporta em um homem?
Selecione as 5 principais alternativas



DISCUSSÃO

Em relação à expectativa de que o parceiro assumira a provisão financeira da família, após o nascimento dos filhos, constatou-se que mulheres casadas, divorciadas e em união estável, mais velhas (acima de 47 anos, principalmente) e com escolaridade até o fundamental II têm a tendência a esperar mais apoio dos parceiros. Por outro lado, as mulheres jovens, principalmente até os 35 anos e solteiras, esperam menos apoio financeiro do companheiro após a chegada dos filhos.

Nas questões que investigaram a habilidade de homens e mulheres no cuidado dos filhos e da casa, as mulheres casadas, em união estável e divorciadas concordam abaixo do esperado que homens e mulheres têm as mesmas habilidades para realizar os cuidados domésticos e concordam que elas têm de refazer ou orientar os parceiros neste aspecto, enquanto as mulheres solteiras concordam abaixo do esperado. As mulheres com a escolaridade de médio completo a superior completo concordaram acima do esperado.

Em relação à questão que averiguou se é a mulher quem deve faltar ao trabalho se o filho estiver com febre, mulheres casadas, divorciadas, com mais de 36 anos e com menos escolaridade concordam acima do esperado. As mulheres com escolaridade acima de superior completo concordam menos do que o esperado.

Os dados da pesquisa mostraram, portanto, que as mulheres casadas, divorciadas e em união estável e com mais de 36 anos tendem a manter uma visão tradicional dos papéis de gênero e esperam que os companheiros sejam os provedores financeiros, enquanto atribuem a si a responsabilidade do cuidado com a casa e os filhos. Movimento semelhante foi constatado entre as mulheres com escolaridade até Fundamental II. Por outro lado, as mulheres solteiras e mais jovens, até 35 anos, mostraram ter expectativas mais alinhadas com uma visão contemporânea, na qual homens e mulheres compartilham os mesmos papéis e tarefas no cuidado da casa e dos filhos e na vida profissional.

Se uma das bandeiras feministas foi a equiparação dos papéis de gênero, a convivência cotidiana entre homens e mulheres nos cuidados com

a casa e com os filhos parece, em parte, ratificar as diferenças estabelecidas histórica e socialmente (Badinter, 2005). Os resultados da pesquisa parecem comprovar o que foi constatado por Matias, Simão, Oliveira e Mendonça (2010) e Almeida e Soares (2012) na revisão bibliográfica, de que apesar da influência do movimento feminista e da entrada da mulher no mercado de trabalho ter trazido mudanças nos papéis de gênero, estes ainda não acontecem na abrangência esperada.

A tão almejada equidade de gênero merece ser revista em seu significado intrínseco, isto é, mais do que iguais, homens e mulheres podem ser diferentes na cooperação flexível das tarefas cotidianas. Como citado na revisão da literatura, Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt e Sharlin (2004) colocam que os casamentos satisfatórios são mais o resultado de um trabalho de equipe, no qual as variáveis interpessoais como o consenso, a redução dos conflitos, a comunicação e a flexibilidade podem ser aperfeiçoadas ou adquiridas. O acolhimento e a empatia pelas diferenças de gênero podem ser o caminho para criar bases cooperativas entre o casal. Se a preocupação for apenas pela divisão igualitária das atividades domésticas, por exemplo, os conflitos podem se acirrar invariavelmente.

Na análise comparativa entre as questões, cujo tema eram as habilidades e competências do homem na execução de tarefas domésticas e cuidados com os filhos, foi encontrado um dado interessante na amostra de mulheres casadas. Elas reconhecem que não existe diferença entre os gêneros quanto à habilidade para desempenhar tais tarefas, no entanto, quase a metade dessas mulheres (40,08%) acredita que os homens não as desempenham bem. Aqui se percebe um hiato entre um conjunto de crenças e as experiências cotidianas, a partir do qual se pode evidenciar o processo gradual de mudança de subjetividade em que, recorrentemente, forma-se um amálgama entre os conceitos, crenças e valores antigos com os atuais e, conseqüentemente, há um descompasso entre o que se pensa e o que se é.

Cumprе salientar que as mulheres solteiras e mais jovens (18 a 25 anos) concordam que tanto homens quanto mulheres possuem habilidades iguais para cuidar da casa e dos filhos, reforçando, portanto, o ideal de um relacionamento conjugal no qual não haja diferenças de papéis de gênero.

Os resultados da pesquisa mostram a tendência integradora das conquistas femininas ao longo das últimas décadas com práticas tradicionalmente estabelecidas. Assim como desejar o parceiro provedor na época da procriação, tal como afirmaram as mulheres casadas dessa amostra, pode ser encarado como a manutenção de uma postura tradicional, o respeito às diferenças e a cooperação flexível (cada um faz o que lhe cabe no momento, em movimentos complementares), pode ser percebido como o estabelecimento de uma postura contemporânea. Sem dúvida, esse processo é atravessado por conflitos entre os pares, na medida em que há a necessidade de rever expectativas, posturas e atitudes outrora compreendidas como papéis de gênero estanques e definidos com base nos pressupostos do patriarcado (Saffioti, 2004).

Por outro lado, apesar de haver um movimento integrativo e dinâmico dos papéis tradicionais de gênero em novas configurações mais realistas, nas quais cada casal pode encontrar formas alternativas de lidar com os desafios do cotidiano, as mulheres acabam, na prática, assumindo, muitas vezes, o protagonismo, em um movimento de repetição de hábitos e crenças pré-estabelecidos (Matias et al., 2010; Almeida e Soares, 2012).

Outra temática a se destacar foi referente à vida profissional.

Mulheres casadas e em união estável discordam acima do esperado que trabalhar é fundamental para elas. Tendência oposta à das mulheres solteiras e divorciadas, que concordam acima do esperado. É factível pensar que a união, a convivência e a chegada dos filhos podem afastar a mulher de seu interesse pela área profissional em benefício dos cuidados com a família, revelando a manutenção de papéis de gênero tradicionais.

Quando solicitadas a selecionar em ordem de prioridade os objetivos de vida, houve preponderância da estabilidade financeira, da realização e do reconhecimento profissionais, e das viagens. Como já mencionado acima, em Método, a amostra é predominantemente formada por mulheres jovens (18 a 35 anos), solteiras e com nível superior completo. Portanto, esses dados são congruentes com as expectativas das mulheres deste grupo em relação aos seus projetos de vida. Valores contemporâneos como qualidade de vida e hedonismo estão presentes nas expectativas das mulheres mais jovens, revelando a busca pelo bem-estar e pela satisfação, assim como pela

exigência de respeito à dignidade feminina. Diante das reivindicações dos movimentos em defesa da mulher, os homens são convocados a renunciar a condutas machistas e a demonstrar autocontrole nos ambientes de casa e do trabalho (Lipovetsky, 2005).

Considerando as várias questões que abordam o tema trabalho e/ou os respectivos rendimentos e suas implicações sobre os relacionamentos afetivos, constatou-se, tal como indica a revisão da literatura (Berlato & Corrêa, 2017; Borges, 2013; Matias et al., 2010; Rocha-Coutinho, 2004; Zordan, Falcke & Wagner, 2009), que o trabalho aparece para as mulheres como uma atribuição esperada, e para algumas, como fonte de realização pessoal e independência financeira. De acordo com a amostra de mulheres solteiras e com até 35 anos, evidenciou-se menor expectativa pelo homem provedor. O estudo realizado sobre a expectativa dos homens (Millan et al., 2016) apresentou a mesma conclusão, ou seja, neste terreno, homens e mulheres estão de acordo: o trabalho e a independência financeira feminina são vistos como algo posto, esperado nos relacionamentos afetivos. Percebeu-se também que as colaboradoras mais jovens deram respostas em que a importância, priorização e/ou adesão ao trabalho tornaram-se evidentes. Por outro lado, as respostas das mulheres, a partir dos 36 anos, vêm de encontro àquelas das mais jovens, ou seja, quanto mais avançada a idade, mais se evidenciou a expectativa de apoio financeiro do parceiro e menor centralização do trabalho como projeto de vida, o que condiz com a fase de procriação e de criação dos filhos.

Nas questões que abordaram especificamente o trabalho das mulheres e dos homens relacionados ao desempenho da maternidade/paternidade, a amostra de mulheres acima de 36 anos reafirmou o discurso tradicional em que a maternidade é priorizada em relação à profissão e a mãe é vista como a principal responsável pelo cuidado dos filhos. Todavia, entre as mais jovens, observou-se um discurso inverso, rechaçando essa ideia, o que agrega novos dados à pesquisa anteriormente realizada por Rocha-Coutinho (2004), que constatou a dificuldade das mulheres jovens em conciliar a vida familiar e profissional, pelo acúmulo de funções e da dificuldade em dividir tarefas com o companheiro. É perceptível na presente pesquisa uma clara mudança em direção a modelos mais contemporâneos,

nos quais o trabalho profissional e a divisão de tarefas domésticas são priorizados. Os últimos dezessete anos parecem ter promovido uma maior relevância de valores relativos à equidade de gênero, ainda que as bases do patriarcado permaneçam interferindo nos relacionamentos amorosos,. Tal como constatado por Borges (2013), cujos dados de pesquisa apontavam para essa tendência de mudança.

Os movimentos em prol da equidade de gênero vêm ganhando força nos últimos anos, inclusive com o incremento das discussões nas redes sociais, pela participação de homens e mulheres. Ainda há muito a ser conquistado, mas já são perceptíveis avanços importantes.

A escolaridade também interferiu nas respostas, para as mulheres menos escolarizadas, o trabalho talvez não tenha o *status* e o prestígio da profissionalização, sendo menos importante que o exercício da maternidade, ao contrário do que ocorre entre as mulheres do Ensino Médio completo para cima. Esses dados confirmam a literatura (Braga, De Assis Miranda & Veríssimo, 2018; Fidelis & Mosmann, 2013; Maluf & Kahhale, 2012; Patias & Buaes, 2012), ao indicar que as mulheres têm hierarquizado outras prioridades como projeto de vida em detrimento da maternidade.

Em todas as questões selecionadas foram percebidos aspectos interessantes sobre a relação entre expectativa e experiência. Viver a experiência influencia substancialmente as expectativas prévias sobre determinados temas, tal como sinalizaram Norgren *et al.* (2004). Pode-se falar em expectativa baseada em experiência, *versus* expectativa baseada em idealização.

O conceito de experiência abarca significados como tentativa, prova, vivência, e, em última instância, a aproximação com a realidade tangível, ou seja, sair em busca de algo que confira consistência ao que foi pensado *a priori*.

Outrossim, o presente estudo sugere que as expectativas vão sendo moldadas pelas experiências, isto é, são construídas nas relações, passíveis de ajustes e reajustes durante o ciclo vital pessoal e familiar. Tal ideia enseja o conceito de amor puro ou confluyente (Giddens, 1993), o qual prevê a existência do compromisso entre os envolvidos, o investimento de ambos na convivência positiva e significativa, o reconhecimento da alteridade e

a percepção das necessidades e características do outro. Na prática, essa construção é desafiadora diante de tantas atribuições a serem não só aprendidas como constantemente reformuladas.

Na questão sobre o que não suportam em um homem, as participantes foram categóricas ao recusar a agressividade, o autoritarismo e o “ser mulherengo”, características icônicas do patriarcado. Vale agregar aqui dados da análise qualitativa, realizada a partir da escrita das participantes nos espaços em branco oferecidos ao longo da pesquisa, os quais endossam os resultados quantitativos. Percebe-se que a figura do macho alfa, o “ogro” não faz mais parte do imaginário feminino como o homem desejado, pelo contrário, ele é rechaçado. Não valorizam o exibicionismo masculino sobre as próprias conquistas afetivo-sexuais, preferem que admitam sua vulnerabilidade e reneguem atitudes machistas. Foi possível identificar a necessidade das mulheres em desconstruir a identidade colonizada, principalmente pela demanda de novas posturas e ações do “colonizador”, tornando assim, a ação e o discurso mais adequados às narrativas contemporâneas (Rocha-Coutinho, 2004). Para elas, os comportamentos masculinos a serem ensinados desde a infância devem enfatizar a não violência, ou seja, o homem não deve desrespeitar, agredir, controlar, submeter, enganar, oprimir, maltratar, abusar, intimidar, insultar, matar, estuprar, mandar e/ou assediar as mulheres (todos esses termos foram repetidamente citados). Dessa forma, repelem atitudes que expressem superioridade de gênero, ao legitimar a ação do homem sobre a mulher, “*achar que são donos de alguém*”. O controle do homem sobre a mulher manifestado sob a forma de violência, machismo e ciúme apareceu de maneira recorrente no discurso das colaboradoras, como sendo inadmissíveis nos relacionamentos.

Há a reafirmação dos objetivos primordiais da revolução feminista, isto é, a luta contra a violência de gênero, a qual, apesar das conquistas obtidas nas últimas décadas nos âmbitos público e jurídico, ainda faz parte do cotidiano de muitas famílias brasileiras (Pinto, 2010, Sarti, 2001).

Neste estudo, o número de respostas “nem concordo nem discordo” superou as expectativas. É um tipo de resposta neutra, que pode indicar depende, não sei, não quero opinar. O “depende” está atrelado a outras informações, ou seja, pressupõe uma análise contextual, não partindo de

respostas *a priori*, certezas típicas do mundo estável, tradicional. Já as incertezas fazem parte do mundo contemporâneo. O “não sei” provavelmente indica a dúvida diante de um mundo incerto, tal como referendado por Vasconcellos (2005). Convivem inúmeras tendências embasadas na percepção de que os fenômenos são complexos, instáveis, imprevisíveis. Tal cenário pressupõe liberdade, busca pela realização pessoal e, portanto, a responsabilidade de cada indivíduo em decidir como encaminhar sua vida, o que pode dificultar o posicionamento pessoal diante das assertivas propostas.

CONCLUSÃO

Em relação aos temas que este artigo se propôs a analisar o papel do homem como principal provedor financeiro, habilidades nas atividades domésticas, responsabilidade no cuidado com os filhos em casais de dupla carreira, o trabalho feminino e projetos de vida prioritários das mulheres, chegou-se à conclusão de que as expectativas das mulheres em relação aos parceiros estão intrinsecamente relacionadas à experiência vivida.

Mulheres casadas, em união estável e divorciadas, assim como as de mais de 36 anos, esperam a participação dos homens na provisão familiar após a maternidade, consideram que os homens não têm as mesmas habilidades que as mulheres para as tarefas domésticas, assim como avaliam que, em casais de dupla carreira, o cuidado com o filho doente deve ser da mulher. A experiência parece influenciar as mulheres a construir expectativas mais tradicionais.

Por outro lado, as mulheres solteiras, jovens (até 35 anos), apresentaram expectativas mais contemporâneas, de que as relações de par devem ser mais igualitárias, que homens e mulheres têm a mesma habilidade para as tarefas domésticas e para o cuidado com os filhos. Esse grupo de mulheres também valorizou o trabalho e a independência financeira.

Um dado relevante foi o posicionamento das mulheres divorciadas, que ora responderam em concordância com as casadas e em união estável

e mais velhas, ora compartilharam as mesmas expectativas das solteiras e mais jovens, quanto à valorização do trabalho e da independência financeira. Tal dado reafirma a experiência como moduladora das expectativas.

As colaboradoras desta pesquisa expressaram em suas respostas os pressupostos da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade. Tais elementos são próprios da contemporaneidade, na qual convivem tendências variadas de valores, condutas e pontos de vista dissonantes, em constante transformação, permeada pelos avanços tecnológicos e pela aceleração dos processos humanos (Millan, 2010). Portanto, observou-se uma sobreposição de diferentes expectativas em relação às relações afetivo-sexuais das mulheres, em um gradiente, das mais tradicionais às mais contemporâneas, convivendo lado a lado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. S. D., & Soares, M. (2012). Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do Ensino Superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 17(2), 557-580.
- Anton, I. L. C. (2012). *A Escolha do Cônjuge--Revista e ampliada: Um Entendimento Sistêmico e Psicodinâmico*. (2a. ed. rev. e ampl.). Porto Alegre, RS: Artmed Editora.
- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record.
- Berlato, H., & Corrêa, K. F. (2017). Uma reformulação do Modelo Conceitual sobre Dual Career para Análise no Âmbito Organizacional: Revelando Novas Vertentes. *BBR Brazilian Business Review*, 14(2), 225-246. doi: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2017.14.2.5>
- Bourdieu, P. (2002) *A dominação masculina*. Maria Kiihener (Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Borges, C. D. C. (2013). Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 71-81. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722013000100008>.

- Braga, R. C., Assis Miranda, L. H., & Veríssimo, J. D. P. C. (2018). Para além da maternidade: as configurações do desejo na mulher contemporânea. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(6), 523-540.
- Dalmoro, M., & Vieira, K. M. (2013). Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, 6(3), 161-174.
- Dos Santos, I. C. L. (2015). “Mulher Solteira Procura”: Um estudo em torno da solteirice na representação social feminina. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: *Polêm!Ca*, 14(1). Recuperado de <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/14263>
- Fidelis, D. Q., & Mosmann, C. P. (2013). A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia*, (42), 122- 135. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011&lng=pt&nrm=iso
- Freud, S (1973). Introdução ao Narcisismo, 1914. In *Obras Completas*, Tomo II. Madri: Biblioteca Nueva.
- Giddens, A. A (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Magda Lopes (Trad.). São Paulo, SP: Universidade Estadual Paulista.
- Kruskal, W. H., & Wallis, W. A. (1 de dezembro de 1952). Use of Ranks in One-Criterion Variance Analysis. *Journal of the American Statistical Association*, 47 (260) 583-621. doi:10.1080/01621459.1952.10483441
- Lipovetsky, G. (2005) *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Armando Braio Ara (Trad.). Barueri, SP: Manole.
- Maluf, V. M. D., & Kahhale, E. M. S. P. (2012). Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea. *Polêm!ca*. Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/2803>
- Matias, M., Fontaine, A. M., Simão, C., Oliveira, J., & Mendonça, M. (2010). A conciliação trabalho-família em casais de duplo-emprego. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*.

- Millan, M. P. B. (2010). *Tempo e Subjetividade no Mundo Contemporâneo: ressonâncias na clínica psicanalítica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Millan, M. P. B., Vicente, R. G., Santos, M. F. S., Saito, J. K., Taborda, F., Queiroz, B., Santos, A. G., de Azevedo Neto, R. S., & Ronque, G. K. (2019). *Relacionamentos amorosos na contemporaneidade: quais as expectativas das mulheres?* (Relatório final de pesquisa, Universidade Paulista, UNIP, São Paulo).
- Millan, M. P. B., Vicente, R. G., Santos, M. F. S., Saito, J. K., Taborda, F., Queiroz, B., dos Santos, A. G., de Azevedo Neto, R. S., & Ronque, G. K. (2016). *Relacionamentos afetivo-sexuais: o que os homens esperam das mulheres no cenário contemporâneo*.
- Norgren, M. D. B. P., Souza, R. M. D., Kaslow, F., Hammerschmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 575-584. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300020&lng=en&nrm=iso
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). Tem que ser uma escolha da mulher?! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306. doi <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200007>.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, História e Poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 18, (36) 15-23. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia (online)*, 12(1), 02-17.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sarti, C. A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu* 16, 31-48. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03>.

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Vasconcellos, M. J. E. (2005). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus.
- Zordan, E. P., Falcke, D., & Wagner, A. (2009). Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista*, 15(2), 56-76. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-

Recebido em 05/01/2021

Aceito em 21/05/2022

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

A Religiosidade/Espiritualidade na atuação da Psicologia Social e Comunitária: relato de experiência

*Religiosity/Spirituality in the performance of
Social and Community Psychology: experience report*

*Religiosidad/Espiritualidad en el desempeño de la
Psicología Social y Comunitaria: relato de experiencia*

*Ana Carolina da Silva Oliveira**

*Ronan da Silva Parreira Gaia***

*Fabio Scorsolini-Comin****

Resumo

A partir da necessidade de explorar mais profundamente o modo como a religiosidade/espiritualidade (R/E) tem atravessado a formação em Psicologia, o presente estudo apresenta uma reflexão crítica acerca da literatura científica produzida sobre a R/E, tomando por base um relato de experiência profissional que narra a inserção de uma profissional da Psicologia em uma comunidade periférica durante o trabalho com famílias em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Este relato tem por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E no contexto familiar e comunitário tendo como norte a Psicologia Social e Comunitária. O profissional que atua com a comunidade tem o compromisso com a promoção de direitos (humanos e sociais), com o protagonismo dos sujeitos e com a qualidade de vida para todos. Esse profissional deve acolher as diversas denominações e compreender os sentidos e significados que são atribuídos a elas pelas coletividades com as quais atua.

* Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-2127-6746>. E-mail: anacarolinaoliveira@usp.br

** Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-2342-0019>. E-mail: ronangaia@yahoo.com.br

*** Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-6281-3371>. E-mail: fabio.scorsolini@usp.br

A laicidade da prática psicológica não pode ser confundida com a negligência em torno dessa dimensão, mas sim de seu acolhimento ético, crítico e perene-mente humanizador das populações atendidas.

Palavras-chave: Religiosidade; Espiritualidade; Família, Psicologia Social Comunitária.

Abstract

Given the need to explore more deeply the way in which religiosity/spirituality (R/S) has arisen in the studies of Psychology, this study presents a critical reflection regarding the scientific literature produced on R/S, based on a professional experience report that narrates the insertion of a psychology professional in a peripheral community while working with families in a medium-sized city in the state of São Paulo. This report aims to reflect on how the dimension of R/S emerges in this context with Social and Community Psychology as its guide. The professional who works with the community is committed to the promotion of (human and social) rights, to subjects' protagonism and to quality of life for everyone. This professional must accept different denominations and understand senses and meanings attributed to them by the communities he works with. The secularity of psychological practice cannot be confused with the neglect surrounding this dimension, but rather with its ethical, critical, and permanently humanizing acceptance of the assisted populations.

Keywords: Religiosity; Spirituality; Family, Community Social Psychology.

Resumen

Basado en la necesidad de explorar más a fondo la forma en que la religio-sidad/espiritualidad (R/E) ha recibido capacitación en psicología, este estudio presenta una reflexión crítica sobre la literatura científica producida en R/E basada en un informe de Experiencia profesional que narra la inserción de un profesional de psicología en una comunidad periférica mientras trabaja con familias en una ciudad mediana en el estado de São Paulo. Este informe tiene como objetivo reflexionar sobre cómo emerge la dimensión de R/E en este contexto, teniendo como guía la psicología social y comunitaria. El profesio-nal que trabaja con la comunidad está comprometido con la promoción de los derechos (humanos y sociales), con el protagonismo de los sujetos y con la calidad de vida para todos, teniendo el deber de defender el secularismo para que todos puedan ejercer su R / Y sin sufrir ninguna represión por eso. Este profesional debe aceptar las diferentes denominaciones y comprender los sentidos y los significados que les atribuyen las comunidades con las que trabaja. La secularidad de la práctica psicológica no puede confundirse con el abandono que rodea esta dimensión, sino más bien con su aceptación ética, crítica y humanizadora permanente de las poblaciones atendidas.

Palabras clave: Religiosidad; Espiritualidad; Familia, Psicología Social Comunitaria.

O debate acerca das religiosidades e das espiritualidades tem recebido cada vez mais destaque no cenário nacional e internacional, disparando a necessidade de reflexões, não apenas sobre como esses elementos podem ser evocados no cuidado em saúde, por exemplo, mas, anteriormente, no processo formativo desses profissionais de saúde. Em que pesem as diferenças epistemológicas acerca dos termos religião, religiosidade e espiritualidade, neste estudo, optamos pelo uso combinado dos termos, ou seja, religiosidade/espiritualidade (R/E), em consonância com a literatura no campo da saúde (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a).

Certamente, muitos profissionais da Psicologia não tiveram contato com pesquisas referentes à R/E durante suas graduações, o que atravessa, de modo uníssono, a maioria dos cursos universitários em nosso país. Isso pode se dar pela marginalização dessas dimensões que nem sempre foram vistas como importantes para a atuação do/a psicólogo/a e/ou dos profissionais da saúde de modo geral. Todavia, o cenário tem sido alterado a partir de pesquisas, sobretudo no campo da saúde, que reconhecem a importância das mesmas, principalmente no fazer psicológico (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019b).

Tomando como norte a necessidade de explorar mais profundamente o modo como a R/E tem atravessado ou não a formação em Psicologia, o presente estudo apresenta uma reflexão crítica acerca da literatura científica produzida sobre a R/E, tomando por base um relato de experiência profissional que narra a inserção de uma profissional da Psicologia em uma comunidade periférica durante o trabalho com famílias em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Este relato tem por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E nesse contexto, tendo como norte a Psicologia Social e Comunitária.

RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE: PERSPECTIVAS SOBRE A DIMENSÃO ESPIRITUAL

No ano de 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, não remetendo a um tipo específico de religião, mas sim à busca de sentido da vida de cada

um, às emoções e suposições de que há mais no viver do que se pode ser compreendido (Oliveira & Jungues, 2012). Nos últimos anos, a Psicologia tem realizado estudos sobre a R/E e sua relação com o bem-estar e a saúde mental, destacando a importância de olhar – e cuidar – do ser humano de forma integral (Freitas, 2017; Holanda & Pereira, 2020). Na Psicologia, essa integralidade também está relacionada a uma atuação que ultrapasse, por exemplo, os limites de uma chamada clínica tradicional e de um fazer, por vezes, elitista, abrindo-se para a necessidade de cotejar diversos contextos e diferentes demandas sociais, políticas e culturais (Gaia & Candido, 2020; Scorsolini-Comin, 2015).

A dimensão espiritual pode surgir como demanda em diferentes contextos de atuação, cabendo ao profissional promover a capacidade de escuta e acolhimento dessa dimensão, uma vez que é necessário acolher o sujeito integralmente. Em que pese o quase lugar-comum que, muitas vezes, a integralidade ocupa, parte-se do pressuposto, no presente estudo, de que acolher a dimensão da R/E é permitir a fruição de um sentido amplo e profundo acerca do cuidado integral, haja vista que essa dimensão vem sendo reconhecida e legitimada pela literatura no campo da saúde, promovendo um avanço no modo como essa dimensão era concebida. Assim, a R/E é alçada à condição de vértice do cuidado integral (Cunha, Pillon, Zafar, Wagstaff, & Scorsolini-Comin, 2020).

Cabe aqui recuperar uma breve explicação sobre conceitos e definições de religiosidade e espiritualidade, uma vez que esses termos tendem a se relacionar e, muitas vezes, se fundir. A religiosidade pode ser entendida como a forma que a pessoa acredita e pratica a sua religião, a valorização da sua prática religiosa, com orações e leituras, e podendo ou não participar de templos religiosos (Raddatz, Motta, & Alminhana, 2019). A religião é definida como uma atividade desenvolvida em coletivo, com um sistema determinado de dogmas, crenças e práticas em comum. Já a espiritualidade é entendida como algo que vai abranger a vida pessoal e sua relação com o sagrado e transcendente, a busca pela conexão com algo maior, podendo estar ou não vinculado a uma religião ou várias (Raddatz et al., 2019).

Diante do exposto, observa-se que, inevitavelmente, haverá uma sobreposição entre religiosidade e espiritualidade, pois ambas se referem

a experiências muito próximas, podem ser desenvolvidas em grupos ou individualmente e envolvem a fé e busca pelo sagrado. Entretanto, é possível que uma pessoa se diga espiritualizada mesmo sem estar filiada a uma religião, mas seguir práticas espirituais e valores próprios, podendo apresentar traços de uma religiosidade embutidos nessas práticas ou não (Marques, 2010). Aqui, o que deve ser levado em consideração é o sentido e significado que cada pessoa dá para sua espiritualidade, ou menos na religiosidade, os afetos implicados por cada um na sua ligação com o divino e a sua fé. A experiência religiosa é algo individual mesmo quando inserida em coletivos. Os cinco níveis de títulos são mostrados abaixo.

A experiência religiosa é única, diferente das vivências do dia a dia, afeta as percepções centrais sobre si próprio e sobre a vida, pode mudar as noções sobre quem você é e o sentido ou significado da sua vida. A experiência religiosa é complexa do ponto de vista psicológico, envolvendo emoções, crenças, atitudes, valores, comportamentos, e ambiente social. Ela transcende estas categorias psicológicas e dá ao indivíduo um sentido de integridade. Não há uma característica comum na experiência religiosa, nem mesmo o crer em Deus, pois algumas religiões não possuem este conceito. A tradição religiosa, a igreja organizada, também não é o princípio organizador; pois, principalmente hoje, muitas pessoas são religiosas sem possuírem esta identificação (Lotufo Neto, Lotufo Jr., & Martins, 2009, p. 13).

A R/E pode influenciar a saúde mental de formas diversas, como a promoção de recursos de enfrentamento de situações estressoras, diminuindo a probabilidade de depressão e transtornos de ansiedade, bem como o aumento das emoções positivas, também se nota que pessoas que possuem uma R/E estão menos vulneráveis ao uso de drogas e envolvimento com crimes, pois a R/E se relaciona com sentimentos de propósitos na vida, generosidade e gratidão (Baker, Stroppe, & Walker, 2018; Cunha & Scorsolini-Comin, 2020). Contudo, não podemos generalizar os indícios positivos que envolvem a R/E: também são relatados efeitos negativos para algumas pessoas, como, por exemplo, a recusa e negligência de tratamentos de saúde, entender a R/E como única forma de tratamento e desconsiderar outros conhecimentos (Weber & Pargament, 2014).

A partir desse panorama, que assevera a importância de olharmos para a dimensão da R/E no campo das práticas psicológicas, é mister pensar nas diversas formas que ela pode surgir como demanda para os profissionais da Psicologia nas diferentes áreas de atuação, uma vez que, de certa forma, a R/E faz parte da vida de todos os sujeitos e grupos. Neste presente relato, a atenção está voltada à presença da R/E no contexto familiar e comunitário.

A PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA (PSC) COMO CAMPO DE ATUAÇÃO E REFLEXÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

Para pensar a Psicologia Social Comunitária (PSC), acreditamos que seja fundamental resgatar os seus aspectos históricos. Por volta da década de 1970, a Psicologia Social se revigora como disciplina, elaborando propostas para a Psicologia como um todo, ao menos no contexto brasileiro, comprometendo-se com a transformação social, rompendo com a identificação tradicional da profissão como um serviço voltado primordialmente aos interesses das elites e se dirigindo aos interesses das maiorias populares, entendidas aqui como a maior parte da população que tem acesso restrito aos equipamentos sociais e renda insuficiente para subsidiar uma existência digna (Gonçalves & Portugal, 2016).

É válido mencionar que essas questões se articularam no histórico da Psicologia Social, com pontos importantes de desdobramentos, como a defesa do paradigma latino-americano e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO na década de 1980. O que atualmente consideramos como Psicologia Social Comunitária surgiu de práticas realizadas em núcleos de favelas e comunidades. É importante frisar que essa aproximação da Psicologia com as comunidades se concretizou com o processo de redemocratização do país, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consolidação de um conjunto de políticas sociais, como a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, e pela abertura de campo de trabalho em instituições públicas de saúde que atendiam às populações menos favorecidas economicamente (Gonçalves & Portugal, 2012).

Assim, o trabalho da Psicologia, nesse campo, deve ser pautado na demanda da comunidade. Para tal, é necessário ter em vista o que é uma comunidade (Gonçalves & Portugal, 2012). Para que se constitua uma comunidade é necessário que um grupo de pessoas vivam em uma área geográfica comum constituída por uma trama de relações onde se compartilha dos mesmos interesses, é onde se tem vizinhança, intimidade, proximidade e identificação. Assim, a comunidade se caracteriza pela participação, convivência e vinculação dos moradores, além do mesmo nível socioeconômico, mesmas necessidades e um sistema de representações sociais próprio.

Frequentemente, a comunidade é definida como lugar de vulnerabilidade, em que vínculos familiares são rompidos, representando um lugar de risco psicossocial onde tudo falta. Nessa perspectiva, o que não se tem é enfatizado. Em contrapartida, outro sentido atribuído à comunidade é o de lugar com forte potencial de luta e solidariedade, com valores comunitários que podem ser transformadores. Essa perspectiva valoriza os sujeitos que ali estão inseridos, enfatiza as possibilidades já existentes no grupo e incentiva a participação e o engajamento na mudança social (Anhas & Castro-Silva, 2018; Gonçalves & Portugal, 2012; Souza & Scorsolini-Comin, 2020).

Tendo em vista a concepção de PSC e as possíveis definições para comunidade, voltemos agora à inserção do profissional nesse contexto. A PSC visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores enquanto sujeitos históricos, privilegia o trabalho com grupos e enfatiza a prática que resgate os direitos humanos fundamentais, buscando qualidade de vida, mas acolhe também o sujeito singular e a vulnerabilidade no contexto em que está inserido. Foca na prevenção de situações de risco, no fortalecimento de vínculos e na qualidade da vida familiar na comunidade (Silva & Corgozinho, 2011).

A perspectiva técnica e científica do/a psicólogo/a tem o papel de promover reflexões acerca da subjetividade dos sujeitos, garantindo os direitos destes e os trazendo para uma posição de protagonistas. Outro ponto sobre a atuação da PSC é o da demanda por interdisciplinaridade, os debates devem dialogar com a Assistência e o Serviço Social, uma vez que ambas podem colaborar em conjunto com os problemas sociais e sociológicos da população (Gaia & Candido, 2020).

Uma maior aproximação do profissional no cotidiano da vida dos moradores da comunidade é fundamental para a promoção de proteção social. Assim, destaca-se a necessidade da atuação com famílias dentro do seu contexto comunitário, considerando que essa dinâmica territorial deve estar pautada na ética de incluir os ditos “invisíveis”, aqueles que foram vistos como casos individuais, quando na realidade são parte de uma situação social coletiva (Gaia & Candido, 2020). A atuação do/a psicólogo/a é voltada para os processos interacionais na vida comunitária, agindo como mediadora na construção de saberes e práticas, partindo da premissa de que as comunidades possuem uma gama de redes interativas e uma complexa construção de pessoas e grupos. Isso pode servir de base para que a práxis psicológica seja construída de modo oposto a vieses psicologizantes e permitindo uma compreensão subjetiva daquela realidade, uma vez que esta é profundamente humana e simbólica, sendo um erro pensá-la apenas em termos sociológicos e econômicos (Anhas & Castro-Silva, 2018; Maciel & Alves, 2015; Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

Tendo em vista essas considerações, o presente estudo apresenta uma reflexão crítica acerca da literatura científica, produzida sobre a R/E, tomando por base um relato de experiência profissional que narra a inserção de uma profissional da Psicologia em uma comunidade periférica, durante o trabalho com famílias, em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Este relato tem por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E no contexto familiar e comunitário, tendo como norte a PSC. O relato será apresentado a seguir, iniciando-se pela descrição da psicóloga/pesquisadora, do contexto de atuação e, posteriormente, refletindo sobre como a dimensão da R/E emerge nesse cenário, balizando considerações sobre como abordá-la e acolhê-la. Discussões sobre as limitações e as potencialidades da experiência narrada serão cotejadas posteriormente.

A HISTÓRIA DE MARIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA DE VIDA

Antes de relatar a experiência em tela, é necessário fazer dois apontamentos: (a) as análises aqui expostas foram construídas a partir

da observação empírica e da experiência de uma psicóloga negra e em campo, que assume assim seu triplo papel social: ser mulher, ser negra e ser psicóloga; (b) o relato que segue se dá a partir do “olhar de dentro”, ou da observação de uma pesquisadora *insider*. O termo *insider* tem sido empregado na Antropologia para descrever a experiência do pesquisador como um narrador posicionado dentro das relações que busca investigar. Nessa perspectiva, o seu campo não se reduz a um objeto de análise ou que pode ser observado com isenção e neutralidade, mas deve ser compreendido como um contexto vivencial (Araújo, 2018). Discutem-se, assim, as possibilidades epistêmicas que podem ser construídas a partir desse olhar, considerando a perspectiva *insider* como produtora de reflexões que, de outro modo, dar-se-iam de modo apartado das considerações, dos atravessamentos e das afetações da pesquisadora – no caso, psicóloga – em campo.

Aqui a pesquisadora é, além de Psicóloga, mulher e negra, assim como grande parte do público com quem ela trabalha dentro dessas comunidades; formada há pouco mais de um ano, no momento desse relato, e desde a graduação sempre se dedicou a pesquisar sobre o trabalho social e comunitário, entendendo a importância de pensar a Psicologia para além dos seus moldes tradicionais para poder trabalhar com um público que reflete as suas origens. Trabalha com famílias em situação de vulnerabilidade social, mais especificamente com crianças na primeira infância e suas mães, junto de um programa de Assistência Social em Proteção Social Básica, trabalho esse focado no desenvolvimento infantil e familiar. A pesquisadora não possui uma R/E definida, mas por ter sido criada com uma base religiosa e observar em sua própria comunidade o número de igrejas e religiões distintas, assim como as crianças aqui deste relato, entende, em sua vivência, que a R/E assume um papel importante na criação e formação dos sujeitos, caracterizando sua perspectiva como *insider*.

Realizando um trabalho de visitas domiciliares dentro do contexto da Assistência Social em Proteção Social Básica (PSB), para famílias em uma comunidade na região sudoeste de uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo, pudemos conhecer a quem aqui chamaremos de Maria (nome fictício), uma mulher cisgênero, negra, jovem, evangélica, casada e mãe de três filhos. A princípio, os filhos de Maria estavam com a avó materna

enquanto ela fazia faxina na casa de outrem. Assim que Maria chegou, foi receptiva à nossa presença - uma psicóloga e uma assistente social – e compartilhou conosco parte da sua história de vida, passando pela sua adolescência, em que teve de abandonar a escola devido à sua gestação e casamento, até a violência obstétrica que relata ter sofrido no nascimento do segundo filho e o sonho de voltar a estudar para ser cuidadora de idosos.

Destacamos aqui um momento do relato que acreditamos ser relevante para o presente estudo, que é a importância que Maria atribui à sua R/E, inclusive na criação de seus filhos. Ela relatou não frequentar nenhuma igreja ou templo religioso, atualmente, mas que tanto ela como seu marido sempre tiveram muita fé e que ela realmente se preocupa em dar esse exemplo, sobretudo moral, aos seus filhos. Relata, ainda, que tenta passar para eles – os filhos - os ensinamentos da igreja que frequentava anteriormente, e principalmente o exemplo no seu comportamento para que eles cresçam e não entrem no tráfico ou sejam usuários de drogas, haja vista que esse é um hábito comum na sua vizinhança, e também mencionou a fé como algo importante na manutenção do seu casamento. Percebe-se, nessa acepção, que Maria recupera uma noção de R/E bastante moralizante e alinhada aos ensinamentos aprendidos durante sua frequência a uma dada religião, o que compõe um primeiro sentido sobre a importância da R/E para Maria e sua família: uma instância moral necessária para a transmissão de valores e para proteção contra eventos de risco que podem se dar em um contexto de vulnerabilidade, como a maior exposição ao tráfico de drogas. A R/E, para Maria, seria uma dimensão capaz de afastar os filhos dessa exposição.

Maria também falou sobre a violência do lugar onde vive, dando destaque à violência policial que, ao entrar na comunidade, tende a cometer abusos de poder, por isso ela diz ter medo de deixar as crianças expostas a esse risco, então eles ficam sempre dentro de casa e brincam apenas em um corredor estreito. Assim, ela relata não ter encontrado vagas em creche e pré-escolas públicas do entorno e explica ter de contar sempre com a ajuda de sua mãe e irmã que são suas vizinhas para olhar as crianças enquanto

ela trabalha com faxina e ao marido compõem sua rede de apoio. Menciona dificuldade de encontrar emprego formal e que ela e o marido estão em trabalhos informais.

Um primeiro sentido que emerge a partir desse relato diz respeito ao modo como a R/E é referida como uma possibilidade de proteção, capaz de orientar, de guiar, mas também de punir, de modo a também proteger os filhos em um cenário de vulnerabilidade social. O espaço social ocupado pela igreja não diz respeito apenas a uma instituição que a família frequenta com regularidade e apreço às normas, mas como um lugar de ordem, de respeito e de manutenção de determinadas regras sociais que a mãe julga necessárias para a educação e socialização dos filhos, ou seja, como uma dimensão moralizante. Assim, a R/E parece, em um primeiro momento, ser evocada como essa dimensão essencialmente disciplinadora capaz de contribuir com a expressão da parentalidade que Maria identifica como sendo a mais adequada. A R/E, desse modo, emerge como uma dimensão de cuidado com a qual Maria e o esposo podem compartilhar a educação dos filhos. A R/E é alçada, portanto, como uma rede de proteção em um ambiente de fragilização de referenciais e de vínculos.

Ainda, vale destacar que Maria diz ter fé e que é através de sua fé que busca forças para resistir em um local de tamanha desigualdade e invisibilidade social como o que vive. Acredita que um dia conseguirá sair do lugar de onde mora e proporcionar uma condição de vida melhor para seus filhos. Vale salientar que Maria tem a fé como base de enfrentamento de dias difíceis, e também tem fé que vai voltar a estudar, assim que possível, e ser cuidadora de idosos porque sempre quis fazer o bem ao próximo. O segundo sentido de R/E, que emerge em sua narrativa, portanto, aborda uma dimensão redentora, como se a experiência religiosa-espiritual fosse capaz de promover alento, resiliência e uma maior capacidade de fazer frente aos diversos desafios impostos nesse processo de socialização, com privação de recursos, com a ausência de equipamentos formais de proteção e mesmo de estruturas governamentais capazes de cuidar da infância e da juventude do lugar.

Portanto, fica evidente a importância da R/E na vida pessoal e familiar de Maria. A R/E possui, nesse contexto, uma dupla função: como

recurso interno de enfrentamento às adversidades e como dimensão moralizante capaz de disciplinar e também de protegê-los. A R/Etambém é uma dimensão partilhada, transmitida, reforçando os vínculos existentes entre os membros do núcleo familiar (Lisboa, Féres-Carneiro, & Jablonski, 2007).

Um ponto essencial na história de Maria é o momento em que ela relata que sempre quis ter três filhos e sempre sonhou em se casar. Toda essa narrativa pode ser comumente interpretada externamente como um erro ou um descuido, sobretudo em decorrência da sua condição socioeconômica, uma mulher negra, jovem, periférica e com três filhos pode ser lida pelo senso comum – e essencialmente elitista e racista – como alguém que não soube evitar ou planejar a constituição da sua família. Mas essa leitura desconsidera a autonomia do seu corpo, por isso o que se destaca aqui é o desejo dela de ser mãe e construir uma família, o sentido que ela atribuiu a isso e as escolhas que ela fez, seja por uma influência religiosa ou não, contudo essas escolhas devem ser respeitadas, principalmente durante a escuta profissional.

Independentemente de sua religiosidade, cultura e meio social, que podem sim ter incentivado Maria a fazer essa escolha de constituir família dessa forma e nesse momento da sua vida, haja vista que esse itinerário é validado e reconhecido por sua religião, socialmente Maria sofre prejuízos, uma vez que passa a ter dificuldades para estudar e trabalhar, dificuldades essas permeadas por questões como o racismo estrutural que não permite que mulheres como ela sejam realmente donas de seus próprios corpos e destinos, que as limitam a um determinado tipo de vida sem possibilidades de transformações, as culpando pela falta de mobilidade social. A maternidade já é uma realidade presente e deveria isso ser um motivo de condenação e limitação das possibilidades na vida dela? Se os direitos ao acesso à escola, à creche, à saúde, à segurança e ao lazer estivessem preservados, ela poderia concluir seus estudos, buscar condições de trabalhos melhores, realizar seus sonhos, mas não foi isso o que encontramos na realidade aqui observada (Duarte, 2012; Leone, Maia, & Baltar, 2010).

Em face do exposto, convém refletir sobre a divisão de papéis na administração doméstica. Considerando a forma como foi instituída socialmente a divisão sexual do trabalho, remetendo às ideologias de gênero,

adotando essa perspectiva e situando os sujeitos historicamente, podemos considerar que o papel de administração familiar não pode ser visto como algo intrínseco à mulher (Testoni & Tonelli, 2006). Não obstante, a presença notável de mulheres negras entre as pessoas mais pobres é reflexo do processo histórico de produção e reprodução de desigualdades sociais, que tem como eixo marcadores sociais como gênero, raça e etnia, como base das desigualdades sociais (Mariano & Carloto, 2009). Assim, acreditamos que o papel desempenhado por Maria foi historicamente atribuído às mulheres mais pobres, é o cuidado com os filhos, maridos e tarefas domésticas, sempre em espaços privados, mulheres que ainda são responsabilizadas pelas funções de maternagem, controle e retração social de seu marido e filhos, ou seja, além de tudo, ainda ficam encarregadas de mantê-los no lar aconchegante para afastá-los das impurezas e perigos das ruas (Santos, Heckert, & Carvalho, 2017).

O significado que Maria atribuiu à R/E em sua família é fundamental, é um fator de proteção e educação para os filhos. Para ela, é a base do seu casamento, e a fé aparece como uma fonte de força e inspiração para continuar a sonhar. Não cabe aqui nenhum tipo de romantização das condições de vida apresentadas, tampouco do estereótipo de “mulher preta guerreira”, pelo contrário, é imensurável a sobrecarga dessa mulher que tem o papel de carregar todas essas preocupações do núcleo familiar, mas podemos destacar a R/E associada a afetos positivos nessa narrativa. Foi possível observar que a religiosidade está vinculada aos indicadores de bem-estar psicológico, como direção e orientação espiritual, saúde física e mental, capacidade de enfrentar sofrimentos (Oliveira & Jungues, 2012). Sendo assim, é válido destacar que possivelmente a dimensão espiritual tem sido um dos principais pilares dentro desse grupo familiar, capaz de recuperar referências que possibilitem uma leitura de mundo mais fluida e, portanto, mais porosa à mudança.

O profissional da Psicologia Social e Comunitária, bem como todos os profissionais inseridos na Assistência Social, seja ela Básica e/ou Especial (em média e alta complexidade), devem estar atentos à função que a R/E desempenha no contexto familiar e comunitário. A história da religiosidade do grupo importa, independentemente de qual denominação religiosa seja

referida. A abordagem social pode e deve tornar-se mais sensível à narrativa da R/E nas histórias de vida desses sujeitos, não naturalizando essas expressões como condições de um lugar ou de um ethos, mas trazendo-as para a linha de frente da promoção do cuidado.

Assim, a R/E pode ser apreendida de modo mais amplo, não apenas como uma tradicional estratégia de enfrentamento em situações adversas, como as vivenciadas por Maria – como predomina na literatura no campo da saúde (Cunha et al., 2020; Weber & Pargament, 2014) – mas como mecanismo que atravessa a construção desse ser mulher. A R/E, ressignificando esse pertencimento, coloca Maria como uma mulher em condições para avaliar com clareza e criticidade a sua condição, podendo, a partir disso, refletir sobre aspectos como a parentalidade, a educação dos filhos e sua capacidade de resistir em um cenário, muitas vezes, considerado adverso e com pouco acesso à proteção.

Ultrapassando a dimensão da R/E como um elemento associado individualmente a Maria, a seguir exploraremos como essa dimensão pode ser cotejada no meio familiar, em um primeiro momento e, posteriormente, com referência ao meio comunitário, tendo como norte as reflexões da PSC e cotejando especificamente a atuação do profissional de Psicologia.

A R/E E A FAMÍLIA

O conceito de família tem passado por diversas transformações ao longo do tempo. Essas mudanças dizem respeito não apenas às suas funções – que envolvem a proteção, a socialização e o afeto, mas às suas diversas possibilidades de configuração. As composições são múltiplas, encontram-se casais heterossexuais ou compostos por pessoas gays e lésbicas, criando filhos juntos, pessoas criando seus filhos sozinhas, ou seja, monoparentalidade, uniões consensuais, casais sem filhos, casais com filhos adotivos, avós que criam netos, grupo de pessoas não consanguíneas, entre diversas outras possibilidades (Guimarães & Almeida, 2018; Leone et al., 2010; Pontes, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2017).

O núcleo familiar é, geralmente, onde se tem o primeiro contato com a R/E, haja vista que a religiosidade tende a ser mais associada ao contexto

social, mas tanto a religiosidade quanto a espiritualidade não surgem de forma isolada, podem ser um fenômeno coletivo comum ao grupo familiar, a ideia de separação não é real, a R/E se desenvolve tanto nas esferas coletivas como individuais. O desenvolvimento de crenças se forma a partir do convívio e do que é aprendido desde a infância, ainda que, para muitas pessoas, a R/E faz mais sentido se desenvolvida individualmente (Marques, 2010).

As transformações no conceito de família influenciam vários campos do social, entre eles a religião, a mudança contrária também acontece com as diferentes formas que a religião projeta reflexos na família e sociedade. A família é o primeiro contato com a socialização e, por isso, é uma das grandes responsáveis pela reprodução e manutenção de religião, também pelo aspecto regulador moral do comportamento do indivíduo e do coletivo que a religião proporciona, como as características de normatizar sexualidade e reprodução, por exemplo, sendo essas uma das principais sustentações da família (Couto, 2001). Cada família tem seu estilo de estar junta, sua vida cotidiana, onde se expressa a cultura familiar, mesmo que a família esteja sempre num contexto sociocultural mais amplo.

Os rituais familiares garantem expressões de afetos e lembranças através de gerações, constituídas por práticas sociais e rituais carregados de simbolismo, que apontam uma defesa contra a angústia e, em alguns casos, uma ligação com o divino que reafirma o sentimento de pertencimento. A cultura familiar pode responder ou representar às demandas do mundo contemporâneo, estabelecendo uma fronteira entre mundo interno e externo do grupo, principalmente quando temas como religião aparecem (Lisboa et al., 2007).

Apesar disso, o fenômeno observado atualmente é o do trânsito individual de religiosidade, em que a religião proferida não é mais aquela na qual se ‘nasce’, muitas pessoas tendem a experimentar diferentes religiões até se converter a alguma delas, ou não. Neste sentido, segundo Couto (2001), a mudança de religião pode, muitas vezes, não ser mais vista como um drama familiar ou pessoal. É preciso considerar os recursos para a produção de significados e sentidos relacionados às práticas religiosas, que constroem uma ligação entre o sujeito na família e na comunidade,

bem como é necessário compreender possíveis releituras que os sujeitos fazem, construindo trajetórias individuais no que dizem respeito à sua R/E (Mota, Trad, & Villas Boas, 2012). Considerando os grupos sociais dos quais fazemos parte, a seguir, a dimensão da R/E será refletida dentro do contexto comunitário.

A R/E E A COMUNIDADE

Nos estudos realizados com psicoterapeutas, temos observado que, muitas vezes, esses profissionais se mostram reticentes em relação à inclusão da R/E no *setting* terapêutico, justamente por compreenderem que essa é uma discussão que não caberia ao/a psicólogo/a (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a, 2019b, 2020). Assim, a R/E, para alguns desses profissionais, só é evocada quando emerge como uma demanda do paciente/cliente. O receio desses psicoterapeutas assenta-se na necessidade de garantir que a atuação em Psicologia não seja enviesada por qualquer perspectiva religiosa. E como essas reflexões podem ser endereçadas na perspectiva de uma atuação para além dos tradicionais consultórios?

Abordando a R/E dentro da comunidade e a atuação do/a Psicólogo/a Social Comunitário, traremos à baila, nessa reflexão, a questão da laicidade das práticas psicológicas. Para isso, buscamos como referência o documento *Psicologia, Laicidade e relações com a religião e espiritualidade*, produzido pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, no ano de 2016.

... não deve existir hegemonia de um saber religioso em detrimento de outros. A não junção do Estado com qualquer segmento religioso amplia as diversas manifestações de crença e fé. Destacamos a Declaração Universal da Laicidade do século XXI, apresentada no Senado francês no ano de 2005, para fundamentar tal afirmação. Em sua análise, ela enfatiza a crescente pluralidade de crenças e não crenças encontradas nos Estados modernos, assim como a necessidade de acolher toda essa gama de convicções religiosas, ateias, agnósticas de forma pacífica e respeitosa. Dentre os seus princípios fundamentais encontramos orientações que apontam para o respeito à liberdade de consciência e suas práticas individual e coletiva; a autonomia da política e da sociedade civil com relação às normas religiosas e filosóficas particulares; a nenhuma discriminação direta ou indireta contra os seres

humanos. A laicidade constituiria, portanto, um elemento-chave do espírito democrático. Ela não surgiu para abolir, impedir, coibir ou anular a religião, as religiosidades, mas sim para assegurar a manifestação da liberdade de decisão em tudo o que se trata do universo das crenças, religiosas ou não (Viana, 2016, p. 35-36).

Esse documento orienta os profissionais de Psicologia no sentido de que trazer à baila, em suas atuações, a dimensão da R/E, é também uma forma de cuidado, de respeito e de consideração em direção a um cuidado integral. Assim, rompe-se com uma tradição fortemente positivista e biomédica que orientava a esses profissionais não adentrarem no território da R/E para não infringirem normativas éticas (Scorsolini-Comin, 2015). O que esse documento possibilita é justamente reafirmar que uma prática laica e, portanto, não alinhada a quaisquer religiões ou denominações, não deve ser compreendida como aquela que exclui a R/E como uma dimensão do sujeito (Freitas, 2017).

Decorrente dessa discussão, destacamos, aqui, a pertinência da laicidade também na garantia de direito de todas as denominações religiosas e manifestações da R/E para que nenhuma se sobressaia à outra, garantindo a todos os sujeitos a possibilidade de escolher onde querem frequentar e se querem ou não fazer parte de alguma religião, a fim de que todos possam escolher a melhor forma de expressarem ou não a sua espiritualidade. Falar sobre laicidade é o oposto de omissão e silenciamento frente à intolerância religiosa, é a promoção do respeito mútuo e compromisso com a superação da discriminação do sujeito por sua orientação religiosa ou agnóstica. Não podemos deixar de mencionar que as religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e a Umbanda, no contexto brasileiro, por exemplo, são possivelmente as que mais sofrem com a intolerância e com o racismo religioso, por serem perseguidas e historicamente marginalizadas. Por esse motivo, a luta pela valorização das religiões de matrizes africanas é consequentemente uma valorização cultural e histórica (Gaia, Vitória, & Roque, 2020, Pereira & Miranda, 2017).

Dentro de uma comunidade, sobretudo periférica, é comum encontrar diversos templos religiosos e uma pluralidade de religiões que convivem nesse espaço, de modo que a R/E faz parte do cotidiano dessas pessoas,

ou seja, atravessa a própria sociabilidade nesses espaços. Existe também uma facilidade de os membros da comunidade transitarem entre diferentes cultos, combinando crenças diversas para aliviar o sofrimento espiritual ou físico, do indivíduo ou de sua família. A diversidade de cultos, presente nesse espaço, favorece esse comportamento de busca e experimentação que compõem a R/E do indivíduo (Mota et al., 2012).

Na comunidade em tela, identificamos igrejas cristãs, principalmente neopentecostais, sendo que a igreja católica mais próxima ficava mais distante das outras. Não observamos a presença de nenhum centro de umbanda ou terreiro de candomblé no entorno – o terreiro mais próximo identificado ficava em uma outra comunidade e em um local distante do território observado para a construção do presente relato.

Destarte, observamos na dinâmica dessa comunidade fatores que merecem ser apontados no presente estudo: mesmo as famílias se identificando como cristãs, as mesmas relataram (nos meses de setembro e outubro) participar de algumas festas de “Cosme e Damião” em centros de umbandas e festas de “Erês” em terreiros de candomblé, por exemplo, e relatam que realizam tais participações desconsiderando a dimensão religiosa do centro ou terreiro, mas reconhecendo a dimensão comunitária, haja vista que tradicionalmente os membros da comunidade participam de tais eventos por causa dos doces e alimentação fornecida (sic.).

Igualmente, membros de centros de umbanda da comunidade observada relataram que incentivam os filhos a participarem dos encontros das escolas bíblicas dominicais das igrejas evangélicas, durante o período das férias, para que os mesmos não fiquem expostos à violência das ruas, encontram nas igrejas um espaço físico de cuidado e proteção de seus filhos e também por conta do lanche fornecido nesses encontros (sic.)

Assim, a R/E ganha destaque na comunidade observada, a partir da frequência daqueles que professam uma R/E específica, e mesmo aqueles que relatam não possuir nenhuma. Observamos também, na comunidade em tela, a presença de igrejas, centros espíritas, centros de umbanda e terreiros de candomblé que, segundo a participante (sic.), possibilitam um

oportuno diálogo inter-religioso, o que permite aos membros da comunidade conhecer diversas R/E e, de certo modo, auxiliar no combate ao cenário de intolerância e racismo religioso (Pfeffer, 2009).

Um dos objetivos da PSC é a eliminação das condições sociais de opressão para a promoção de bem-estar e de condições de vida saudáveis para comunidades e seus moradores (Silva & Sarriera, 2015). Sendo assim, são imprescindíveis a defesa da liberdade religiosa e o compromisso com o combate à intolerância, o que pode ser corporificado também no acolhimento da dimensão da R/E na comunidade. Cabem aos/às psicólogos/as que atuam nesse contexto reconhecer a função social que a R/E tem na vida desses indivíduos, o que significa desenvolver uma atuação disposta a promover uma escuta da R/E. Abordar a R/E na escuta e no cuidado a essas comunidades é reafirmar o compromisso com uma atuação integral e humanizadora.

Ao final desse percurso, deve-se salientar que a atenção à laicidade na prática psicológica não nos habilita para a exclusão ou a extirpação da dimensão da R/E da vida do sujeito. A laicidade pressupõe o respeito pelas diferentes R/E, inclusive pela não-R/E, caso seja a expressão do sujeito, mas isso não significa facultar ao mesmo a decisão de falar ou não sobre a R/E. A R/E pode e deve ser questionada pelo profissional de Psicologia nesse contexto de atuação, por exemplo, sem que isso incorra em uma falta ética. A abordagem da R/E pode abrir portas para que o sujeito se manifeste, traga a sua história, se revele pertencente à comunidade e possa estar aberto à fruição de diversos sentidos que se comprometam com o seu bem-estar e o seu engajamento social.

Quando o profissional de Psicologia se mostra poroso a essa abordagem, a discussão migra do terreno persecutório, tradicionalmente associado àquele que aborda essa dimensão, e passa a funcionar como um manejo adequado justamente para promover no sujeito a retomada de algumas reflexões potentes para a sua mudança. O foco na fé, na resiliência, na retomada de sua história, no respeito pelo outro, no combate à intolerância religiosa, por exemplo, podem ser elementos que se costuram a um fazer social, promovendo avanços. Trabalhar nesse sentido parece ser uma recomendação potente disparada a partir do presente relato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relato teve por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E no contexto familiar e comunitário, tendo como norte a atuação do profissional de Psicologia no contexto da PSC. O profissional que atua com a comunidade tem o compromisso com a promoção de direitos (humanos e sociais), com o protagonismo dos sujeitos e com a qualidade de vida para todos. Tem, ainda, o dever de defender a laicidade para que todos possam exercer sua espiritualidade sem sofrer quaisquer repressões por isso, acolhendo as diversas denominações e compreendendo os sentidos e significados que são atribuídos a elas.

Durante a realização deste estudo, chamou-nos a atenção a escassez de estudos sobre a dimensão da R/E na atenção social e comunitária, reafirmando o campo das ciências da saúde como o que mais tem incorporado ou se aberto a essa discussão. Assim, a R/E parece ser reafirmada como dimensão relacionada mais diretamente aos processos de saúde e de doença que podem se expressar em equipamentos formais de cuidado, reduzindo a sua presença aos estudos no campo social e comunitário. Assim, o presente relato pode ser uma contribuição não apenas para a realização de pesquisas, mas também para que novas reflexões profissionais possam emergir, fazendo coro à construção de conhecimentos na interface com a atuação nesse contexto desenvolvimental importante.

Por fim, pode-se recuperar a imagem sagrada de Maria que, na religiosidade cristã católica, é representada como a mãe de Jesus Cristo, filho de Deus, a mulher que foi mãe mesmo sendo virgem. Essa é uma representação possivelmente conhecida por todos os brasileiros, independentemente da sua R/E, e aparentemente ainda permeia o nosso imaginário que exige de mulheres uma postura quase sobrenatural na criação de seus filhos, traçando paralelos com a história de Maria aqui narrada e de tantas outras mulheres periféricas. A diferença entre as nossas Marias é que uma foi santificada e a outra marginalizada. A mulher negra, à margem da sociedade, que cria seus filhos em situação de risco não é uma história nova no país, mas para isso temos políticas públicas que deveriam ser bem executadas para que mudanças sociais pudessem ocorrer. Há em toda a rede pública de Saúde,

Educação e Assistência Social, profissionais que precisam constantemente serem capacitados para trabalhar com o acolhimento e atendimento dessas demandas e na promoção de direitos.

REFERÊNCIAS

- Anhas, D. M., & Castro-Silva, C. R. (2018). Potência de ação da juventude em uma comunidade periférica: enfrentamentos e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2927-2936.
- Araújo, P. C. (2018). Desafios da antropologia contemporânea: elementos para se pensar o antropólogo insider no campo da antropologia das populações afro-brasileiras. In C. C. Clemente, & J. C. G. Silva (Org.), *Culturas negras e ciências sociais no século XXI: perspectivas afrocentradas* (pp. 11-68). Uberlândia, MG: EDUFU.
- Baker, J. O., Stroppe, S., & Walker, M. H. (2018). Secularity, religiosity, and health: Physical and mental health differences between atheists, agnostics, and nonaffiliated theists compared to religiously affiliated individuals. *Social Science Research*, 75, 44-57.
- Couto, M. T. (2001). Religiosidade, reprodução e saúde em famílias urbanas pobres. *Interface (Botucatu)*, 5(8), 27-44.
- Cunha, V. F., Pillon, S. C., Zafar, S., Wagstaff, C., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Brazilian nurses' concept of religion, religiosity, and spirituality: a qualitative descriptive study. *Nursing and Health Sciences*, 22(4), 1161-1168.
- Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2019a). A dimensão religiosidade/espiritualidade na prática clínica: revisão integrativa da literatura científica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e5419.
- Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2019b). Best professional practices when approaching religiosity/spirituality in psychotherapy in Brazil. *Counselling and Psychotherapy Research*, capr. 12241.
- Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Brazilian psychotherapists and the dimension of religiosity/spirituality. *Counselling and Psychotherapy Research*, 20(4), 1-9.

- Duarte, N. S. (2012). *Política social: um estudo sobre educação e pobreza*. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília.
- Freitas, M. H. (2017). Psicologia religiosa, psicologia da religião/ espiritualidade, ou psicologia e religião/espiritualidade? *Revista Pistis & Praxis – Teologia e Pastoral*, 9(1), 89-107.
- Gaia, R. S. P., & Candido, T. P. (2020). Contribuições da Psicologia Social para o atendimento à população em situação de rua no Serviço Especializado em Abordagem Social. *Psicologia & Saberes*, 9(14), 4-15.
- Gaia, R. S. P., Vitória, A. S., & Roque, A. T. (2020). *Candomblé no Brasil: resistência negra na diáspora africana*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2012). Apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. spe), 138-153.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 562-571.
- Guimarães, R. F., & Almeida, S. C. G. (2018). Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In Q. R. Acosta, & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 149-157). São Paulo. Cortez.
- Holanda, A. F., & Pereira, K. C. L. (2020). Religião e espiritualidade no campo da saúde: questões para a educação superior. *Paralellus*, 11, 619-640.
- Leone, E. T., Maia, A. G., & Baltar, P. E. (2010). Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, 19(1), 59-77.
- Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 51-59.
- Lotufo Neto, F., Lotufo Jr., Z., & Martins, J. C. (2009). *Influências da religião sobre a saúde mental*. Santo André, SP: ESETEC.

- Maciel, T. M. F. B., & Alves, M. B. (2015). A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 272-282.
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista de Estudos Feministas*, 17(3), 901-908.
- Marques, L. F. (2010). O conceito de espiritualidade e sua interface com a religiosidade e a Psicologia Positiva. *Psicodebate*, 10, 135-152.
- Mota, C. S., Trad, L. A. B., & Villas Boas, M. J. B. (2012). O papel da experiência religiosa no enfrentamento de aflições e problemas de saúde. *Interface (Botucatu)*, 16(42), 665-675.
- Oliveira, M. R., & Jungues, J. R. (2012). Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 469-476.
- Pereira, J. S., & Miranda, S. R. (2017). Laicização e intolerância religiosa: desafios para a História ensinada. *Educação & Realidade*, 42(1), 99-120.
- Pfeffer, R. S. (2009). Diálogo interreligioso e construção da cidadania em um mundo globalizado: a contribuição do sincretismo religioso brasileiro. *Mosaico*, 1(2), 25-38.
- Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, 28(2), 276-286.
- Raddatz, J. S., Motta, R. F., & Alminhana, L. O. (2019). Religiosidade/espiritualidade na prática clínica: círculo vicioso entre demanda e ausência de treinamento. *Psico-USF*, 24(4), 699-709.
- Santos, K. L., Heckert, A. L. C., & Carvalho, S. V. (2017). Família e mulher como instrumentos de governo na assistência social. *Psicologia e Sociedade*, 29, e158080.
- Scorsolini-Comin, F. (2015). Um toco e um divã: reflexões sobre a espiritualidade na clínica etnopsicológica. *Contextos Clínicos*, 8(2), 114-127.

- Silva, C. L., & Sarriera, J. C. (2016). Promover a Justiça Social: compromisso ético para relações comunitárias. *Psicologia e Sociedade*, 28(2), 380-386.
- Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia e Sociedade*, 23(n. spe), 12-21.
- Souza, L. V., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Sentidos sobre o/a psicóloga/o no CRAS na literatura científica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 53-72.
- Testoni, R. J. F., & Tonelli, M. J. F. (2006). Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 40-48.
- Vianna, J. H. L. (2016). Religiosidade, Espiritualidade e Laicidade em a Insustentável Leveza do ser Psicólogo(a). In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, *Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas* (pp. 27-37). São Paulo: CRP-SP.
- Weber, S. R., & Pargament, K. I. (2014). The role of religion and spirituality in mental health. *Current Opinion in Psychiatry*, 27(5), 358-363.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.

Recebido em 04/03/2020

Aceito em 18/11/2021

Prática psicológica mediada por tecnologia: relato de experiência de grupos reflexivos com pretendentes à adoção de crianças e adolescentes

*Práctica psicológica mediada por tecnología:
informe de experiencia de grupos reflexivos con
solicitantes de la adopción de niños y adolescentes*

*Psychological practice mediated by technology:
experience report of reflective groups with applicants
for adoption of children and adolescents*

*Juliana Gomes Fiorott**

*Helena Cristina Almeida Pasin Pasin***

*Bruna Hensel Puente Hensel****

*Andréia Isabel Giacomozzi*****

*Andréa Barbará da Silva Bousfield******

Resumo

Os grupos reflexivos voltados à temática da adoção surgem como forma de proporcionar espaços grupais comprometidos com a elaboração das motivações e angústias que permeiam o processo adotivo. Com a chegada da

* Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6064-1593>. E-mail: juliana.gomesfiorott@gmail.com

** Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9976-3758>. E-mail: hepasin@hotmail.com

*** Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9564-5340>. E-mail: brunapuenteh@gmail.com

**** Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3172-5800>. E-mail: agiacomozzi@hotmail.com

***** Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4333-4719>. E-mail: andreabs@gmail.com

pandemia da COVID-19, muitas atividades foram adaptadas para o contexto on-line e fizeram uso de tecnologias da informação, incluindo os grupos no âmbito da adoção. Assim, o presente relato de experiência se propõe a refletir sobre a potência e especificidades das intervenções grupais, considerando os desafios e possibilidades da atuação on-line, bem como delinear estratégias de condução e modos de coordenação de grupos on-line no contexto da parentalidade adotiva. Observou-se que a vivência de grupos online com pretendentes à adoção pode ser uma forma de intervenção profícua e possibilita reflexões grupais com participantes de diferentes etapas da pré-adoção, bem como integrantes de diferentes localidades. Além disso, observou-se que a modalidade on-line facilitou a participação, otimizando o tempo. Como desafios, foi relatada a dificuldade na conexão de internet e a falta de contato físico e conversa frente a frente. A partir de algumas temáticas, buscou-se proporcionar a reflexão sobre todo o projeto adotivo, desde as motivações para a adoção ao momento pós-adoção.

Palavras-chave: *Adoção, grupos; psicologia on-line; prática psicológica; tecnologia da informação.*

Abstract

Reflective groups, focused on the theme of adoption, appear as a way to provide group spaces committed to developing the motivations and anxieties that permeate the adoption process. With the arrival of the COVID-19 pandemic, many activities were adapted to the online context and made use of information technologies, including groups within the scope of adoption. Thus, this experience report aims to reflect on the power and specificities of group interventions, considering the challenges and possibilities of online action, as well as outlining strategies for conducting and mediating online groups in the context of adoptive parenting. It was observed that the experience of online groups with applicants for adoption can be a fruitful form of intervention and enables group reflections with participants from different stages of pre-adoption, as well as members from different locations. Furthermore, it was observed that the online modality facilitated participation, optimizing time. As challenges, difficulties with internet connection and lack of physical contact and face-to-face conversation were reported. From some themes, we sought to provide reflection on the entire adoptive project, from the motivations for adoption to the post-adoption moment.

Keywords: *Adoption; groups; psychology online; psychological practice; information technology.*

Resumen

Los grupos reflexivos enfocados en el tema de la adopción surgen como una forma de proveer espacios grupales comprometidos con la elaboración de

motivaciones y ansiedades que pertenecen al proceso de adopción. Con la llegada de la pandemia COVID-19, muchas actividades fueron adaptadas al contexto on-line e hicieron uso de tecnologías de la información, incluyendo grupos acerca de la adopción. Así, el presente informe de experiencia se propone reflexionar sobre la potencia y especificidades de intervenciones grupales, considerando los desafíos y posibilidades de actuar en línea, así como delinear estrategias para conducir y coordinar grupos on-line en el contexto de la parentalidad adoptiva. Se observó que la experiencia de grupos on-line con solicitantes de adopción puede ser una forma de intervención fructífera y permite reflexiones grupales con participantes de diferentes etapas de adopción previa, así como miembros de diferentes localidades. Además, se observó que la modalidad on-line facilitó la participación, optimizando el tiempo. Como desafíos se reportaron dificultades en la conexión a internet y falta de contacto físico y conversación cara a cara. A partir de algunos temas, se buscó proporcionar una reflexión sobre todo el proyecto adoptivo, desde las motivaciones para la adopción hasta el momento posterior a la adopción.

Palabras clave: *Adopción; grupos; psicología on-line; prácticas psicológicas; tecnologías de la información.*

A adoção de crianças e adolescentes é uma prática antiga que, ao longo da história, passou por inúmeras modificações no que diz respeito à legislação que a regulamenta, bem como a sua compreensão e significado social (Maux & Dutra, 2010). Na atualidade, a adoção representa uma forma de constituição familiar que atende ao direito e às necessidades da criança/adolescente de ser criada em um ambiente familiar e às necessidades ou desejo de mães e pais que se dispõem a exercer a função parental pela via não biológica (Levinzon, 2019).

Para a habilitação na adoção, a legislação atual prevê aos candidatos à adoção a obrigatoriedade de avaliação psicológica e social, além de participação em grupo preparatório para adoção, ofertado pela comarca em que ocorre o processo de habilitação para adoção (Brasil, 2017). Além dessas etapas, bem como da comprovação de documentação solicitada pelo Poder Judiciário, se faz necessário que os requerentes preencham um formulário contendo as características que desejam que a criança/adolescente tenha, tais como: sexo, idade, raça, questões de saúde, entre outras (Pelisoli & Oliveira Júnior, 2016).

Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), atualmente, 32.143 crianças e adolescentes estão em instituições de acolhimento

no Brasil e, dentre elas, 5.233 estão disponíveis para adoção, enquanto outras 3.195 já estão em processo de adoção, em diferentes etapas. Em contraste, o número de pretendentes habilitados aguardando o(a) filho(a) é de 37.036. Além da disparidade entre o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e o número de pretendentes habilitados, a diferença entre a idade dos(as) filhos(as) esperados(as) e a idade das crianças/adolescentes disponíveis também é grande (Conselho Nacional de Justiça, 2020).

Além do fator idade, existem outras características que geralmente não estão em consonância com o perfil mais desejado pelos pretendentes à adoção. Estudo de revisão integrativa, de Borges e Scorsolin-Comin (2020), sobre as chamadas adoções necessárias, que incluem crianças com mais de dois anos de idade, adoção inter-racial, adoção de grupos de irmãos, crianças com deficiência, doença crônica, identificaram que grande parte dos estudos associa as adoções necessárias à adoção tardia. Contudo, ponderam que as adoções necessárias vão além da faixa etária das crianças disponíveis para adoção, sendo importante um olhar para as diferentes possibilidades de adoções que, em geral, não ocorrem.

Entende-se que a adoção ainda está muito vinculada a um padrão biológico, em que os pretendentes pautam suas definições de perfil por lógicas normatizantes, ficando de fora crianças e adolescentes que não se encaixam nessas normas e acabam por aguardar muito tempo por uma família, o que nem sempre ocorre (Fiorott, Palma, & Ecker, 2019). De acordo com Holden (2010), o conceito de parentalidade e o papel parental no desenvolvimento socioemocional infantil são construções sócio-culturais e sofrem alterações em sua concepção ao longo da história. Isso ocorre por conta da complexidade e multideterminação da parentalidade (Holden, 2010, Barroso & Machado, 2015). Essas diferentes formas de compreender as práticas parentais, que dependem de sua cultura e sociedade, podem influenciar as expectativas parentais dos pretendentes que se pautam nas lógicas normalizantes apresentadas.

Por vezes, se passa um longo tempo entre a habilitação à adoção e a chegada da criança/adolescente (Huber & Siqueira, 2010, Levy, Diuana & Pinho, 2009) e nesse ínterim se apresentam os grupos de apoio à adoção (GAAs), os grupos ofertados pelo Poder Judiciário (para além do

preparatório-obrigatório) e os espaços ofertados por meio de universidades, como forma de proporcionar espaços grupais comprometidos com a elaboração das motivações e angústias que permeiam o processo adotivo (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018, Miranda, Fiorott, Bousfield, & Giacomozzi, no prelo; Santos, Bohm, Santoucy, Campos, & Jesus, 2017).

A preparação dos pretendentes à adoção envolve discussões e reflexões sobre questões psicossociais e culturais, além de preconceitos e discriminações já existentes no imaginário desses pretendentes. Como as autoras Sequeira e Stella (2014) afirmam, o objetivo principal do grupo é refletir e sensibilizar os futuros pais para as diversas questões, conflitos e dificuldades que podem surgir a partir da nova constituição familiar. Assim, a experiência de grupo proporciona a discussão sobre questões, como: motivação e decisão para adoção, perfil do adotado, medo da revelação, produção de vínculo, angústia pelo tempo de espera, entre outras questões (Fiorott et al., 2019, Miranda et al., 2020, Sequeira & Stella, 2014).

A partir da discussão, os pretendentes podem desmistificar conteúdos e ressignificar suas emoções, conflitos e concepções. O grupo tem papel importante de suporte e local de escuta para acolher e auxiliar as dificuldades, dúvidas, fantasias e sentimentos, ou seja, também tem efeito terapêutico (Sequeira & Stella, 2014). Além de permitir uma troca mútua entre os participantes, trocando vivências e aprendizados, um auxiliando o outro, ampliando suas visões e criando um ambiente de aprendizagem (Levy et al., 2009).

Um projeto de extensão ofertado em uma instituição de Ensino Superior Pública da região sul do Brasil promoveu, durante o ano de 2019, encontros grupais gratuitos à comunidade com a temática da adoção. Com uma proposta de grupos reflexivos na modalidade operativa, evidenciou-se a potência desse espaço grupal para romper e superar os desafios presentes no momento pós-adoção, bem como intervir diante das ansiedades e expectativas na espera prolongada pela chegada da criança/adolescente (Miranda et al., 2020).

Em março de 2020, ocorreu o início do isolamento social no Brasil, tendo em vista a pandemia global causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) que causa a doença chamada COVID-19 (Who, 2020). Diante da

necessidade de isolamento como prevenção à transmissão do vírus, todas as atividades presenciais realizadas no contexto da adoção foram suspensas, bem como atividades presenciais no Poder Judiciário e universidades. Considerando a resolução que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação, e a resolução que dispõe sobre a regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação, durante a pandemia da COVID-19, ambas do Conselho Federal de Psicologia, as autoras do presente estudo optaram por dar continuidade ao projeto de extensão e as intervenções grupais de forma virtual.

Ainda é incipiente a literatura nacional sobre as intervenções grupais mediadas por tecnologias (Donnamaria & Terzis, 2011). Os estudos brasileiros que abordam a prática de grupos on-line são focados no âmbito da pesquisa, em que a realização de grupos ocorre como forma de coleta de dados (Bordini & Sperb, 2013). A literatura internacional aborda essa prática de forma mais difundida e, em síntese, os achados apresentam uma ampliação de possibilidades mediante a realização de grupos por videoconferência, pois o espaço on-line facilita conexões independentemente de uma região de moradia, situação de saúde, possibilidade de deslocamento, necessidade de isolamento, entre outros fatores (Leavitt, Riley, De Jager, & Bloom, 2019, Gentry, Lapid, Clark, & Rummans, 2019, Khatri, Marziali, Tchernikov, & Shepherd, 2014).

Diante de uma situação pandêmica que impõe o isolamento social como forma de prevenção à doença, entende-se que práticas grupais mediadas por tecnologia são emergentes em diferentes contextos, incluindo o âmbito da adoção. Nesse cenário, pretende-se abordar a experiência de grupos reflexivos com pretendentes à adoção de forma on-line. O presente artigo é um relato de experiência e se propõe a refletir sobre a potência e especificidades das intervenções grupais, considerando os desafios e possibilidades da atuação on-line, bem como delinear estratégias de condução e modos de coordenação de grupos on-line no contexto da parentalidade adotiva. Este relato se torna importante na medida em que pode estimular a

realização de outras iniciativas, com a adequação da proposta e até mesmo a ampliação de espaços grupais voltados para a preparação de pretendentes à adoção de crianças e adolescentes, considerando o cenário on-line.

MÉTODO

O presente relato de experiência é fruto da realização de um projeto de extensão em uma Instituição de Ensino Superior Pública na região sul do Brasil, em que se ofereceu, gratuitamente, à comunidade, no ano de 2020, encontros grupais na modalidade on-line para pretendentes à adoção.

O recrutamento dos participantes aconteceu por meio de divulgação on-line, via Instagram, e-mail, WhatsApp e indicações de profissionais atuantes na área da adoção e que conheciam o projeto. Ocorreram 24 inscrições para o Grupo Reflexivo para Pretendentes à Adoção na modalidade on-line, com a participação de 25 pessoas no primeiro encontro, isso ocorreu por conta de alguns participantes dividirem a Webcam com seus parceiros, participando em conjunto da vídeochamada. A maior parte dos participantes (22) reside no estado de Santa Catarina, uma pessoa reside em Pernambuco e outra no Espírito Santo.

No total, foram realizados 4 encontros quinzenais, com duração aproximada de 1h45 minutos cada encontro. Os grupos foram realizados por meio de plataforma on-line para videoconferências e foram gravados com a utilização do recurso da mesma plataforma. Além das gravações, também foram feitos registros em diário de campo da equipe de coordenação dos grupos. Tanto a gravação, quanto as anotações foram autorizadas pelos participantes.

Como forma de avaliação dessa experiência, foi enviado um questionário autoaplicado on-line aos participantes. O instrumento foi enviado após o último encontro grupal e era composto por 5 questões voltadas para a compreensão dos efeitos dos encontros grupais on-line no processo de adoção dos participantes; e 2 questões sobre o espaço virtual para avaliar os aspectos positivos e os desafios percebidos pelos participantes.

As atividades desenvolvidas foram supervisionadas por duas professoras universitárias com experiência no âmbito da adoção e coordenadas

por uma psicóloga, como mediadora e observadora participante, bem como duas extensionistas do curso de Graduação em Psicologia, que recebiam supervisões semanais e atuaram como observadoras participantes e auxiliares na organização dos planejamentos dos encontros, além de realizarem registros sobre os encontros, contando com observações e auto-observações da equipe, como sugerido por Turato (2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo de participantes foi composto por 9 mulheres e 8 homens, com idade variando entre 30 e 59 anos. Destes, 11 se identificaram como brancos, quatro como negros, um como pardo e um preferiu não se identificar com nenhuma etnia. Em relação ao status de relacionamento atual, 14 participantes se encontravam em um casamento, um morando com seu/sua companheiro(a) e dois solteiros, sendo que 12 se identificam como heterossexuais, três homossexuais, um bissexual e um afirmou que não se encaixava em nenhuma das opções. No que diz respeito à escolaridade dos participantes, em sua maioria possuem pós-graduação (9), 4 possuem curso superior completo, 2 ensino médio completo, 1 superior incompleto e 1 possui curso técnico.

Em relação ao processo de adoção, a maioria (14) realizou o processo de habilitação com o/a companheiro/a, enquanto três realizaram sozinho, sendo que dois participantes já possuíam um filho anteriormente ao processo de adoção. Sobre o período em que se encontravam no projeto adotivo, os pretendentes à adoção participantes estavam em diferentes momentos do processo adotivo inicial, cinco já estavam habilitados e aguardavam a chegada do/a filho/a, nove estavam em fase de habilitação, três manifestaram o desejo de adotar, mas ainda não iniciaram o processo de habilitação.

No presente trabalho grupal, foram trabalhados quatro temas com o objetivo de abarcar as questões grupais voltadas aos pretendentes à adoção, que foram: significados e motivações para a parentalidade; perfil da criança para adoção; situações e possíveis desafios presentes no momento pós-adoção; emoções pós-adoção. A escolha pelas temáticas foi baseada

na literatura (Cecílio, Hueb & Farinelli, 2018, Mello, Luz & Esteves, 2016, Sequeira e Stella, 2014) e no que diz respeito às orientações jurídicas para o trabalho com pretendentes à adoção (Brasil, 2017). Assim, foram realizadas propostas de atividades interativas, em que os pretendentes à adoção eram convidados a refletir e compartilhar suas inseguranças, expectativas e questões com o objetivo de dar novos significados sobre a constituição familiar por meio da adoção, bem como experimentar emoções próximas à realidade a qual podem se deparar no momento pós-adoção (Sequeira & Stella, 2014).

O primeiro encontro contou com a participação de 25 pretendentes à adoção, no segundo, o número de participantes passou para 16, no terceiro, 19 pretendentes participaram, no quarto e último encontro 17 pretendentes participaram, juntamente com os pais e mães por adoção convidados. Durante o período do grupo, 13 pessoas participaram de todos os encontros. O grupo reflexivo com pretendentes à adoção, oferecido na modalidade presencial, no ano de 2019, havia contado com 12 inscritos e teve um número grande de desistências ao longo do processo, chegando ao último encontro com apenas 2 participantes. O número de participantes foi superado no ano de 2020, na modalidade on-line, o que levanta a hipótese de que essa modalidade pode favorecer a participação e a manutenção de um maior número de pessoas, uma vez que o deslocamento apresenta-se como um dificultador nas grandes cidades.

No primeiro encontro, apresentou-se o projeto de extensão, assim como o funcionamento do grupo reflexivo e contrato grupal, seguido de apresentação dos pretendentes, compartilhando com o grupo aspectos sobre seu processo de adoção. Após uma tarefa de aquecimento grupal, foi proposta atividade de associação livre sobre as motivações para ser mãe/pai e algumas palavras compartilhadas foram: amor, família, cuidar, completar/acrescentar na estrutura familiar, parte de um ciclo, entre outras. A literatura aponta que as motivações para a parentalidade adotiva envolvem questões associadas à infertilidade, ao desejo de formar uma família e a um ato de caridade (Giacomozzi, Nicoletti & Godinho, 2015, Weber, 2003). Na proposta de associação, fica evidente o desejo pela construção familiar e aspectos afetivos presentes no desejo pela parentalidade.

Além dos aspectos positivos, como a ideia de parentalidade como parte do ciclo de vida apresentado, foi discutido também, sobre desafios que podem surgir com a adoção, sendo evidentes relatos sobre a questão do(a) filho(a) adotivo testar o vínculo e da possibilidade de aparecerem comportamentos regressivos. Sampaio, Magalhães e Machado (2020) dialogam sobre a testagem do amor dos novos pais realizados por filhos(as) por adoção, com o objetivo de comprovar que a nova família conseguirá exercer a função de cuidado e proteção, podendo surgir movimentos regressivos, que possibilitam às crianças/adolescentes a retomada de seu desenvolvimento e elaboração de vivências anteriores. Dessa forma, os pretendentes ressaltaram a importância de se refletir sobre esses temas, pois, assim, se sentiriam mais preparados para lidar com as situações futuras.

No segundo encontro, foi solicitado que brevemente os participantes compartilhassem o perfil pretendido para adoção e muitos relataram sobre o impacto e a dificuldade do preenchimento do formulário proposto pelo Poder Judiciário para a escolha do perfil. Após o compartilhamento, foi realizada, pela coordenação do grupo, a leitura de perfis hipotéticos de crianças e adolescentes disponíveis para adoção, solicitando que os participantes refletissem e compartilhassem os motivos para esses perfis serem escolhidos para adoção ou não. Com essa dinâmica, algumas reflexões e temas surgiram, como a pré-concepção de que as personalidades estão completamente formadas e não seriam passíveis de mudança a partir de idades mais avançadas. Concepção errônea e com influências históricas que, de acordo com as autoras Maux e Dutra (2010), ainda que o contexto e a história de vida dessas crianças e adolescentes possam interferir nas suas personalidades, existe a noção simplista de que os genes exclusivamente definiriam a personalidade e os comportamentos, desconsiderando a influência contextual.

No terceiro encontro, como tarefa de aquecimento, foi proposto que os pretendentes descrevessem o pior cenário que eles acreditam que poderiam vivenciar enquanto mães e pais. Após o compartilhamento dos participantes, foram apresentadas, pela coordenação do grupo, “situações problema” comuns ao período pós-adoção. As situações problemáticas foram pautadas em aspectos indicados pela literatura como desafios que

permeiam o período de pós-adoção, como por exemplo, explorado por Peixoto e colaboradoras (2019). Temas surgiram quanto à preparação para a parentalidade e alguns participantes relataram sobre sua dificuldade para se preparar para algo que não conhecem, tampouco experienciaram, enquanto outros relataram sobre a possibilidade de se preparar de diferentes formas para a parentalidade, como a preparação financeira, para a mudança de sua rotina ou conhecendo crianças com idades do perfil pretendido, a fim de compreender melhor suas possíveis demandas e questões do desenvolvimento, gerando um ambiente de aprendizado e compartilhamento, do qual os participantes aprendem uns com os outros (Levy et al., 2009). Além disso, foi discutido sobre idealização extrema e desconstrução da criança/adolescente ideal, compreendendo mais a fundo o indivíduo real que está disponível para adoção, aspecto importante destacado pelas autoras Sequeira e Stella (2014), quando se trata de preparação para adoção.

Por fim, no quarto e último encontro, foram convidados a participar pais e mães por adoção, buscando proporcionar uma integração entre pretendentes e adotantes. Solicitou-se aos pretendentes que refletissem e compartilhassem as emoções que acreditavam que iriam vivenciar na etapa pós-adoção. Alguns relataram emoções mais positivas, como o amor que já sentem pelo filho(a) esperado (a), enquanto outros relataram emoções menos positivas associadas a preocupações. Após esse momento de aquecimento, foi proposto aos pais e mães por adoção que compartilhassem emoções vividas no período pós-adoção, tais emoções eram sorteadas pela coordenação do grupo a fim de haver uma exploração completa de emoções positivas ou não. A partir dessa integração, foi possível ampliar o trabalho grupal, com trocas de experiência, dúvidas e anseios com relação aos aspectos da filiação adotiva (Arpini & Narciso, 2018).

Muitos dos pais e mães relataram sobre momentos em que houve teste do vínculo e amor dos pais realizados pelos(as) filhos(as), apresentado como algo comum de se acontecer em um processo adotivo, principalmente em situações em que o filho ou filha já sofreu uma devolução (desistência por parte da família adotiva em seguir com a filiação), em concordância com as autoras Sampaio et al. (2020). Foi também discutida a importância de se preparar para adoção, de contar com uma rede de apoio e a relevância

em compreender a vinculação como um processo que está em contínua formação, tendo momentos positivos e negativos no dia a dia de convivência. Ao final, foi realizado um fechamento, por se tratar do último encontro do grupo, retomando os temas trabalhados e propondo as últimas reflexões sobre o projeto adotivo e o processo grupal, em que os participantes relataram amadurecimento, mudanças em seu projeto adotivo, alterações de concepções anteriores, assim como o surgimento de novas dúvidas e a necessidade de preparação para esta nova fase familiar.

Os grupos on-line requerem adaptações importantes, principalmente no manejo, já que existe um maior limite corporal imposto pela vídeochamada (Donnamaria, & Terzis, 2011). A partir da experiência na coordenação de grupos, na modalidade on-line, observou-se que são necessárias adaptações em diferentes etapas do processo grupal. A começar pelo contrato, que além da necessidade de conter informações específicas sobre o grupo na modalidade virtual, nessa experiência foi preciso reforçar o contrato em um segundo encontro. O reforço teve por objetivo lembrar aos participantes que se dedicassem exclusivamente para o compartilhamento em grupo, desligando-se do uso de telefone celular ou de conversas paralelas em casa ou no chat da plataforma de videoconferência, fato ocorrido com intensidade no primeiro encontro. Entendemos que tais comportamentos são mais facilitados devido à realização on-line, pois em nossa experiência com grupos presenciais não tivemos intercorrências desse tipo.

Outro ponto que chamou atenção sobre as diferenças entre a realização do grupo on-line quando comparado ao presencial, foi uma menor comunicação por parte dos participantes no primeiro encontro, exigindo mais articulações por parte da mediadora grupal que se viu em uma situação mais desafiadora para dar andamento à tarefa e estabelecer a coesão do grupo. Após o primeiro encontro, notou-se uma melhora na qualidade dos compartilhamentos, não se limitando a falas curtas ou receosas.

Pesquisa realizada no Canadá, que buscou comparar intervenções grupais on-line x intervenções grupais presenciais, identificou que o mesmo terapeuta que administrou a intervenção em ambos os formatos percebeu o primeiro encontro grupal on-line desafiador em termos de implementação das técnicas e garantia da coesão do grupo. Os autores relatam que

o terapeuta coordenador ficou mais confortável na aplicação das técnicas on-line após a primeira sessão, em que foi possível se familiarizar mais com o uso da tecnologia, tanto para o coordenador quanto para os participantes (Khatri et al., 2014). Tais achados corroboram o relato de uma participante em questionário pós-grupo, em que discorre sobre a melhora a cada encontro: *“Senti que cada encontro foi sempre melhor que o anterior e acredito que isso também se deu porque as pessoas foram se conhecendo e se sentindo mais confortáveis e à vontade”* (P 05, habilitada à adoção).

Em relação à participação, muitos pretendentes relataram como um aspecto positivo a modalidade virtual permitir a presença de postulantes à adoção que não poderiam participar da modalidade presencial, como foi observado nas seguintes respostas do questionário pós-grupo, quando abordado sobre a modalidade virtual: *“Gostei, facilitou a participação”* (P 03, em fase de habilitação) e *“se não fosse on-line talvez, ou com certeza eu não poderia participar”* (P 04, em processo de habilitação). Além disso, permitiu a participação de pretendentes geograficamente distantes dos demais participantes e da coordenação do grupo, pois houve participantes de outros estados do país, o que colaborou com a diversidade grupal.

Outro aspecto positivo pontuado foi a praticidade e otimização do tempo dos participantes que a modalidade virtual gera, não precisando se deslocar até o local dos encontros ou enfrentar o trânsito, sendo observado nas seguintes respostas, quando questionados sobre as vantagens desta modalidade: *“A otimização do meu tempo”* (P 03, em fase de habilitação), *“Vantagens: Praticidade e conforto”* (P 05, habilitado à adoção), *“Conforto de estar em casa, não precisar me deslocar, etc.”*. (P 08, ainda não iniciou o processo). Assim como, facilitando a realização de outras atividades próximas ao horário do encontro, como trabalho ou viagens, o que também favoreceu dar continuidade na participação em todos os encontros, como pontua a participante: *“Provavelmente eu não poderia ter participado de todas as reuniões se o modelo fosse presencial. Recordo de que em um encontro eu estava em viagem à trabalho e parei em um posto de gasolina, na BR 101, para poder participar. Deu tudo certo e foi ótimo.”* (P7, habilitado à adoção). Pesquisas a respeito de intervenções on-line pontuam sobre a ampliação de possibilidades com realização de atendimentos por

videoconferência, pois as sessões on-line facilitam conexões independentemente de uma região de moradia, situação de saúde, possibilidade de deslocamento, entre outros fatores (Gentry et al., 2019, Leavitt et al., 2019, Khatri et al., 2014), fato esse percebido como uma vantagem pelos participantes do presente relato de experiência.

Sobre as desvantagens dos encontros virtuais, muitos participantes sentiram falta do encontro presencial, da conversa frente a frente, possibilitando trocas fora do grupo e o contato físico com outras pessoas. Esses pontos ficaram evidentes nas seguintes respostas dos participantes: *“A troca de conexão presencial ainda não pode ser substituída pelo virtual”* (P 02, em fase de habilitação); e *“Desvantagem talvez em não poder ter o contato pessoal, o abraço tão necessário, ainda mais num grupo tão acolhedor com este que se criou”* (P 06, em processo de habilitação). O contato pessoal foi trazido como um fator facilitador para a promoção dos vínculos entre os participantes antes mesmo do início do grupo, pois ficariam em sala de espera e poderiam conversar. Um dos participantes apontou com desvantagem a falta de espaço para conversas entre integrantes do grupo no seguinte trecho: *“Acho que no encontro presencial o grupo acaba conversando enquanto está esperando o início e essas trocas e depoimentos podem ser muito interessantes”* (P 05, habilitado à adoção). O ambiente de videoconferência não proporciona esse espaço de espera, pois o acesso se dá de forma simultânea aos participantes. Estudo de Magalhães, Bazoni e Pereira (2019) apontou algumas desvantagens percebidas por profissionais no atendimento psicoterápico on-line. Entre eles, destaca-se uma perda de aspectos comunicacionais, quando comparado ao ambiente presencial.

Outra dificuldade apontada pelos participantes foi a conexão com a internet, que pode variar e atrapalhar a participação no grupo, travando e interrompendo falas, como podemos ver nos seguintes apontamentos: *“A única desvantagem são as falhas de som e vídeo”*(P 01, em processo de habilitação) e *“Foi difícil depender da internet. Infelizmente a tecnologia no Brasil é bem precária. O penúltimo encontro, por exemplo, eu ficava caindo o tempo todo”* (P 08, ainda não iniciou o processo). Ainda que o acompanhamento psicoterápico on-line por meio de comunicação simultânea aproxima o virtual do presencial, podem ocorrer interrupções no

diálogo em decorrência de falhas de conexão que provocam congelamento de imagem ou áudio, e que podem ser um desafio nessa modalidade (Suler, 2004). Dessa forma, mesmo que a modalidade on-line tenha suas potencialidades, a conexão com a internet deixa a comunicação mais vulnerável e dependente de fatores externos (Donnamaria & Terzis, 2011).

Na presente experiência, notam-se as especificidades associadas ao período de pré-adoção, em que alguns participantes manifestaram suas expectativas sobre a chegada da criança/adolescente de forma muito idealizada. Desse modo, uma das tarefas da coordenação, no âmbito da adoção, é proporcionar o questionamento e reflexão sobre as idealizações manifestas pelos pretendentes à adoção, visando minimizar as desistências (Hueb, 2016). Nesse cenário, torna-se importante proporcionar discussões sobre as motivações para se adotar, os desafios comuns ao período pós-adoção e a construção dos laços afetivos em famílias adotivas, com ênfase nos aspectos sociais e emocionais que permeiam esta relação (Hueb & Cecílio, 2015).

Além das especificidades do período pré-adoção, percebeu-se que alguns participantes buscam preparar-se para a chegada do(a) filho(a) de uma forma mais concreta, negando a importância de uma preparação também psíquica e emocional. Em suas falas, alguns integrantes trouxeram questões relacionadas ao planejamento financeiro, espaço físico, sem se aprofundar nas demandas e transformações que acarretam com a chegada de um filho, como se por se tratar de um projeto de filiação, que é marcado por aspectos sociais e jurídicos, isso tornasse a experiência de preparação mais associada a demandas financeiras e jurídicas. Carvalho, Gomes, Pizzitola, Santos e Yshara (2017) apontam que, em muitos casos, os pretendentes à adoção parecem principalmente buscar preencher o desejo de filho, negando a reflexão sobre os diversos aspectos psíquicos e emocionais envolvidos na decisão pela adoção. Assim, é papel da coordenação grupal proporcionar a reflexão do porquê se faz necessária a preparação em todos os aspectos para a chegada de um(a) filho(a) por adoção, considerando sua história, na maioria das vezes marcada por violências e rupturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de processos grupais com pretendentes à adoção de crianças e adolescentes, foi possível observar que a vivência de grupo on-line pode ser uma forma de intervenção profícua e capaz de possibilitar reflexões grupais com participantes de diferentes etapas da pré-adoção, bem como integrantes de diferentes localidades. Ainda que tenham sido ponderadas as dificuldades com conexão de internet e carência do contato e trocas em espaço físico, a partir da presente experiência, buscou-se proporcionar a reflexão sobre todo o projeto adotivo, desde as motivações para a adoção ao momento pós-adoção, de forma preventiva e desvinculada de caráter avaliativo, visando favorecer aos futuros pais e mães a reflexão sobre o projeto adotivo para além da visão idealizada e de pré-concepções associadas à adoção.

A partir da experiência grupal, bem como dos relatos obtidos por questionário pós-grupo, verificam-se os tensionamentos e reflexões provocadas a partir da vivência em grupo. Nessa perspectiva, considerando a importância de garantia ao direito de toda criança e adolescente conviver em ambiente familiar, entende-se que a preparação para a adoção é uma etapa basilar para a constituição das famílias adotivas, e que o espaço grupal, ainda que mediado por tecnologia, pode proporcionar um processo de aprendizagem, compartilhamento de angústias e expectativas que são trabalhadas no campo grupal.

REFERÊNCIAS

- Arpini, D. M., & Narciso, I. S. B. (2018). Reflexões sobre filiação adotiva: avanços e desafios no Brasil e em Portugal. *Mudanças–Psicologia da Saúde*, 26(1), 45-50.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Eds.), *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco* (1a. ed.) (pp. 17-32). São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

- Bordini, G. S., & Sperb, T. M. (2013). Grupos focais online e pesquisa em psicologia: revisão de estudos empíricos entre 2001 e 2011. *Interação em Psicologia*, 17(2). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i2.28480>
- Borges, C. A. P., & Scorsolini-Comin, F. (2020). As Adoções Necessárias no Contexto Brasileiro: Características, Desafios e Visibilidade. *Psico-USF*, 25(2), 307-320. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250209>
- Brasil. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil. *Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017*. Dispõe sobre adoção. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm
- Carvalho, F. A., Gomes, I. C., Pizzitola, J. M., Santos, M., & Yshara, Y. (2017). Grupos reflexivos com pretendentes a adoção: alcances e limites. *Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade*, 48-67.
- Cecílio, M. S., Hueb, M. F. D., & Farinelli, M.R. (2018). Vivenciando uma oficina Preparatória para Adoção: uma história de experiência. *Revista da SPAGESP*, 19(2), 94-109. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6854187>
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 11, de 11 de maio de 2018*. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLUÇÃO-Nº-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 4, de 26 de março de 2020*. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250189333>
- CNJ, Conselho Nacional de Justiça (2020). Relatório Estatístico. *Sistema Nacional de adoção e acolhimento*. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>

- Donnamaria, C. P., & Terzis, A. (2011). Experimentando o dispositivo terapêutico de grupo via internet: primeiras considerações de manejo e desafios éticos. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 17-26. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200003
- Fiorott, J. G., Palma, Y. A., & Ecker, D. D. I. (2019). Conceito de grupo-dispositivo no apoio à adoção: desnaturalizando significados instituídos. *Ciências Psicológicas*, 13(2), 390-397. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7198172>
- Giacomozzi, A. I., Nicoletti, M., & Godinho, E. M. (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), 41-64.
- Gentry, M. T., Lapid, M. I., Clark, M. M., & Rummans, T. A. (2019). Evidence for telehealth group-based treatment: A systematic review. *Journal of telemedicine and telecare*, 25(6), 327-342.
- Holden, G. W. (2010). Theoretical Perspectives on Parenting. In G. W. Holden (Ed.), *Parenting: A Dynamic Perspective* (pp. 27-54). Thousand Oaks: Sage Publications Inc. doi: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.4135/9781452204000.n2>
- Horvath, A. O. (2000). The therapeutic relationship: from transference to alliance. *Journal of Clinical Psychology*, 56(2), 163-173. doi: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4679\(200002\)56:2](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4679(200002)56:2)
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 12(2). Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2208>
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-29702016000100004&script=sci_abstract&tlng=es

- Hueb, M. F. D., & Cecílio, M. S. (2015). A preparação de postulantes a adoção é (in)suficiente? A experiência de uma adoção inter-racial de grupo de irmãos. In F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira, & M. L. T. Nunes (Orgs.), *Adoção: Legislação, cenários e práticas* (pp. 161-184). São Paulo: Vetor.
- Khatri, N., Marziali, E., Tchernikov, I., & Shepherd, N. (2014). Comparing telehealth-based and clinic-based group cognitive behavioral therapy for adults with depression and anxiety: a pilot study. *Clinical Interventions in Aging*, 9, 765.
- Leavitt, V. M., Riley, C. S., De Jager, P. L., & Bloom, S. (2019). eSupport: Feasibility trial of telehealth support group participation to reduce loneliness in multiple sclerosis. *Multiple Sclerosis Journal*, doi: 1352458519884241.
- Levinzon, G. K. A. D. (2019). Adoção e falso self: o dilema do “bom adotado” In: *Adoção: desafios da contemporaneidade* (pp. 50-70). São Paulo: Editora Blucher.
- Levy, L., Diuana, S., & Pinho, P. G. R. (2009). O grupo de reflexão como estratégia de promoção de saúde com famílias adotivas. *Advances in Health Psychology*, 17(1), 39-42. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/229059685.pdf>
- Magalhães, L. T., Bazoni, A. C., & Pereira, F. N. (2019). Impressões de psicólogos clínicos acerca da orientação psicológica online. *Rev. Bras. Psicoter. (Online)*, 53-69.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e pesquisa em psicologia*, 356-372. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844632005.pdf>
- Miranda, P. R. A., Fiorott J. G., Bousfield, A. B. S., & Giacomozzi, A. I. (2020). Estratégias de acompanhamento psicológico da parentalidade adotiva: notas sobre experiências grupais. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 85-97. doi: <https://doi.org/10.38034/nps.v29i67.549>.
- Oliveira, D. S., & Schwartz, E. R. D. (2013). The new Adoption Law: legal and psychological aspects. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 445-453. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300014>

- Pelisoli, C. & Júnior, D. F.O. (2016). Aspectos jurídicos e psicossociais da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. In Gomide P. I. C. & Júnior S. S. S. (Orgs.), *Introdução à psicologia forense* (pp. 69-83). Curitiba: Juruá.
- Peixoto, A., Giacomozzi, A. I., da Silva Bousfield, A. B., Berri, B., & Fiorott, J. G. (2019). Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 89-108.
- Sampaio, S. D., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2020). Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia em estudo*, 25. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>
- Santos, A. C. P. d., Bohm, C. H., Santoucy, L. B., Campos, N. M. V., & Jesus, P. S. d. (2017). Uma década de Vivências & Convivências: acompanhamento de grupos de famílias adotantes. *Revista de doutrina e jurisprudência*, 108(2), 273-282.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 69-78. doi: <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v16n1p69-78>
- Suler, J. R. (2004). Psychotherapy in cyberspace: A 5-dimensional model of online and computer-mediated psychotherapy. *CyberPsychology and Behavior*, 3(2), 151-159. doi: 10.1089/109493100315996
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- World Health Organization. (2020). *Coronavírus disease (COVID-19) Pandemic [site]*. Recuperado de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Recebido em 19/10/2020

Aceito em 04/03/2022

O luto não reconhecido pela morte do animal de estimação: Um estudo com tutoras de animais na cidade de Canguçu-RS

*Unrecognized grief after the pet's death:
A study with animal tutors in the city of Canguçu-RS*

*Dolor no reconocido por la muerte de la mascota:
Un estudio con tutores de animales
en la ciudad de Canguçu-RS*

*Dioni Mateus Kammer Lapa**
*Maria Teresa Duarte Nogueira***

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi o de investigar a existência de impactos psicológicos resultantes do não reconhecimento do luto pela perda de um animal de estimação. Trata-se de um estudo de caso com uma abordagem qualitativa. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Canguçu, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Fizeram parte do estudo 5 pessoas do sexo feminino, com idades entre 30 e 60 anos, que tiveram a perda de um animal de estimação nos últimos 12 meses. Essa amostra foi escolhida de forma aleatória, oriunda dos cadastros de duas clínicas veterinárias do município. Todas as participantes foram convidadas ao estudo, autorizando através do termo de Consentimento Livre Esclarecido sua participação. Foi utilizada uma entrevista semiestruturada, a qual foi gravada e os áudios das mesmas foram transcritos, os dados obtidos foram analisados e divididos em categorias. Este estudo foi aprovado por comitê de ética em pesquisa. Os resultados obtidos evidenciam que, em relação ao reconhecimento social, ficou evidente a falta de empatia por parte da

* Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0417-9426>. E-mail: mateuskammer@gmail.com

** Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0172-6973>. E-mail: mtdnogueira@gmail.com

sociedade, não legitimando esse pesar. Notam-se alguns impactos significativos pelo não reconhecimento do luto, como isolamento, receio, tristeza, culpa, dor por esconder seu sofrimento e sentimento de incompreensão.

Palavras-chaves: luto; animal de estimação; sofrimento.

Abstract

The objective of this research is to investigate the existence of psychological impacts resulting from not recognizing grief after the loss of a pet. This is a case study with a qualitative approach. The research was carried out in the city of Canguçu in the southern region of Rio Grande do Sul, in Brazil. The study featured 5 women aged between 30 and 60 years old, who had lost a pet in the previous 12 months. This sample was randomly chosen, from the records of two veterinary clinics in the city. All participants were invited to participate in the study, authorizing it through the Informed Consent form. A semi-structured interview was conducted, which was recorded, and audio from the interviews was transcribed, while obtained data were analyzed and divided into categories. This study was approved by a research ethics committee. The obtained results show that in relation to social recognition, the lack of empathy from society was evident, not legitimizing this type of grief. There are some significant impacts due to the failure in recognizing grief, such as: isolation, fear, sadness, guilt, pain for hiding their suffering and feeling of incomprehension.

Keywords: grief; pet; suffering.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue investigar la existencia de impactos psicológicos derivados de no reconocer el duelo por la pérdida de una mascota. Este es un estudio de caso con un enfoque cualitativo. La investigación se realizó en la ciudad de Canguçu en la región sur de Rio Grande do Sul. El estudio incluyó a 5 mujeres de entre 30 y 60 años, que habían perdido una mascota en los últimos 12 meses. Esta muestra se eligió al azar, de los registros de dos clínicas veterinarias de la ciudad. Todos los participantes fueron invitados a participar en el estudio, autorizándolo a través del formulario de Consentimiento Informado. Se utilizó una entrevista semiestructurada, en la cual se grabó y se transcribieron los audios de las entrevistas, se analizaron los datos obtenidos y se dividieron en categorías. Este estudio fue aprobado por un comité de ética en investigación. Los resultados obtenidos muestran que en relación al reconocimiento social, la falta de empatía por parte de la sociedad fue evidente, no legitimando este duelo. Existen algunos impactos significativos por la falta de reconocimiento del duelo, tales como: aislamiento, miedo, tristeza, culpa, dolor por ocultar su sufrimiento y sentimiento de incompreensión.

Palabras clave: duelo; mascota; sufrimiento.

Este estudo pretende abordar a temática do luto não reconhecido pela morte de animais de estimação. Ao perder um animal de estimação, com o qual o tutor tenha um vínculo instituído, este poderá passar por um processo de luto, seja pela perda do animal ou por tudo que ele representa. Com a morte, desfaz-se não apenas a sua presença física, mas, também, rompe-se a convivência, a rotina é mudada e acontece a ruptura desses vínculos significativos para o tutor.

A presença de um vínculo, e o rompimento dele, é um forte fator para se estabelecer um processo de luto. Diante do luto, é inevitável o sofrimento, a dor e a saudade pela perda do objeto. Essas manifestações são naturais e esperadas, nas quais o enlutado irá vivenciando esse processo. Encontrar, no âmbito social, reconhecimento e espaço para viver o pesar, sentindo-se acolhido e conseguindo espaço para compartilhar os sentimentos em relação à perda, permite, ao enlutado, uma melhor vivência do luto. A sociedade, através da sua cultura, normas e regras, estabelece como e por quem é aceitável lamentar a perda. Diante disso, muitos tutores de animais de estimação não encontram reconhecimento do seu luto, encontrando dificuldade de expressar seus sentimentos e sentindo, até mesmo, vergonha de vivê-lo pela perda dos seus animais. Então, vive-se um processo de luto não reconhecido, em que é ausente o acolhimento e a empatia no seu contexto social.

O luto que não é permitido e reconhecido pelas barreiras sociais impostas, como o não reconhecimento total de sua dor, por ser um animal de estimação, e a dificuldade ou a vergonha de realizar um ritual de despedida facilitam para que esse momento não tenha expressão por parte do enlutado. Manter-se em silêncio pode ser a decisão tomada quando não há reconhecimento pleno da dor e, com isso, o sofrer calado pode ser um período de grande dificuldade, tanto em seu cotidiano, como na elaboração do luto.

Com base nisso, o problema central levantado por essa pesquisa foi: “como o luto não reconhecido pela morte de um animal de estimação pode gerar impactos psicológicos no tutor que vivencia a perda?”. Considerando que as relações com os animais de estimação nos levam à formação de laços afetivos e estabelecem um vínculo, e o seu rompimento pode desencadear um processo de luto, bem como o não reconhecimento desse pesar pode gerar um luto complicado e doenças psicossomáticas. A pesquisa foi

importante para investigar o processo de luto não reconhecido, compreendendo a forma pela qual o enlutado viveu esse processo, como e em quem encontrou reconhecimento do seu pesar, quais as consequências, segundo a sua percepção, e a existência de impactos psicológicos resultantes do não reconhecimento do luto.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nas civilizações mais antigas, já existia a ligação do homem com os animais, conforme identificada por registros históricos, que demonstram essas relações de afeto. Os animais sempre foram importantes para a humanidade, sendo representados como seres poderosos, divindade e deuses (Dotti, 2005). No decorrer da história, os animais tiveram variadas atribuições, dispostos como fontes de alimentos, temidos e amados, até ocuparem um lugar de proteção dentro dos lares (Caetano, 2010). O vínculo entre humanos e animais passa a ter o reconhecimento na atualidade (Grant & Olsen, 1999).

Hoje, os animais passaram a ocupar outro lugar na rotina das pessoas, saindo de locais destinados a eles nas fazendas para os pátios das casas e, em seguida, ocupando lugar dentro das casas das pessoas (Dotti, 2005). A domesticação gerou uma mudança na relação com o animal, permitindo que ele alcançasse um novo papel, no qual entra para o grupo familiar (Delarissa, 2003). Com o ganho de expressividade na atualidade, essa relação entre humano e animais passou a ser influenciada pela cultura, cujo resultado foi uma maior vinculação e eles passam a ser membros da família (Franco & Oliveira, 2015).

O animal possui uma capacidade de interação social e precisa de cuidados continuados, tornando-se motivo de apego (Garcia, 2009). Constituir o vínculo com um animal pode ser comparado a uma relação entre as pessoas, passando pela vontade de conquistar e ser conquistado, período para se conhecerem, tempo destinado à atenção, carinho, cuidados, enfim, é constituído um vínculo no qual os laços e afetos estabelecidos nessa relação são fortemente estudados (Dotti, 2005). Trata-se de duas espécies diferentes em convívio, humano e animal, possuindo diferenças cognitivas e sensoriais,

porém, cada integrante participando do seu modo, promovendo essa relação (Ades & Savalli, 2016). Através da emoção e afeto, essa ligação se dá por meio de laços sociais, sendo que, juntamente com uma boa relação com os animais de estimação, existirá uma grande vontade de que eles vivam por tempo maior que suas condições naturais (Dotti, 2005). A morte do animal, com o qual a pessoa possuía um vínculo, pode gerar um processo de luto, pois, com o rompimento do vínculo, um processo de luto pode ser desencadeado (Bromberg, 1996). Junto com a perda do animal, perder-se-á a convivência e o amor do mesmo (Franco & Oliveira, 2015).

O luto pode ser entendido como uma reação ao rompimento do vínculo afetivo, através da perda por separação ou afastamento, o indivíduo fica afastado do objeto que lhe dá significado (Bomlby, 2006). É definido como um conjunto de reações emocionais, físicas, comportamentais e sociais, surgindo como uma resposta a uma perda importante (Parkes, 1998). É uma resposta natural à ausência de alguém ou algo significativo (Strauch, 2017). É um processo fluido e não um estado (Wordem, 2013).

O lidar com a morte é diferente em cada cultura, com suas crenças, expectativas e entendimentos (Rosenblatt, 1997). A forma de viver o luto é diferente de uma pessoa para outra, pois implica a subjetividade do sujeito, porém, mesmo nas diversas formas, esse momento é marcado como um período intenso e doloroso (Corrêa, 2012). Uma série de sentimentos, sensações físicas, cognitivas e comportamentos fazem parte do processo de luto: sentimentos como tristeza, raiva, culpa, ansiedade, solidão, fadiga, desamparo, choque, saudade, libertação, alívio, torpor; aspectos cognitivos como a descrença, confusão, preocupação, sensação de presença e alucinações; comportamentos como distúrbio do sono, distúrbio de apetite, ausência de pensamento, isolamento social, sonhos com o morto, evitação de lembranças, procurar e chamar, suspiro, agitação e choro (Wordem, 2013). Ainda, para o autor, alguns fatores são determinantes no processo do luto, os quais podem determinar as diferentes maneiras de vivenciar esse processo, sendo eles: quem era a pessoa que morreu, natureza do vínculo, como a pessoa morreu, antecedentes históricos, variáveis de personalidade,

variáveis sociais e estressores concorrentes. “A dor do luto é tanto parte da vida quanto a alegria de viver; é, talvez, o preço que pagamos pelo amor, o preço do compromisso” (Parkes, 1998, p. 22).

Ao morrer o animal de estimação, surge um vazio com o rompimento desse vínculo, aflorando a dor pela perda e o sofrimento, onde, frequentemente, o tutor do animal não encontra um espaço para expressar seus sentimentos e viver esse luto (Franco & Oliveira, 2015). Ainda, para as autoras, quando o enlutado não encontra um espaço para expressar e viver o pesar, sem ser acolhido em sua dor, guardará esse sentimento para si, podendo desenvolver doenças psicossomáticas, bem como passar por um processo de luto complicado. Ficar triste, chorar e sentir saudade são expressões naturais no processo de luto e, portanto, é esperado que isso ocorra. Porém, quando a pessoa não consegue se reorganizar nesse processo, apresentando essa desorganização por um tempo prolongado, não sendo capaz de voltar a realizar as suas atividades com a eficiência que realizava antes da perda, poderá estar passando por um processo de luto complicado (Franco M. H., 2010). No luto complicado, alguns aspectos podem ser observados: o enlutado expressa sentimentos intensos após muito tempo da perda, poderá apresentar mudanças consideráveis no seu estilo de vida com uma propensão ao isolamento, episódios depressivos, constantes somatizações e inclinação à autodestruição (Worden, 2013). A morte do animal pode gerar, na pessoa, sofrimento de tal intensidade à perda de uma pessoa, dependendo do papel que o animal desempenha no cotidiano do indivíduo (Vecchio, 2018).

Vivenciar o processo de perda, sem ter um espaço para expressar a tristeza e a dor, pode gerar consequências para o enlutado, entre elas, uma maior possibilidade de adoecimento (Kovács, 2003). O termo “luto não autorizado” foi estabelecido por Doka (1989), também chamado de luto não reconhecido, e “é aquele no qual o enlutado tem vedada a oportunidade de vivenciar seu luto. Isso se dá por uma restrição da sociedade ao seu tipo de luto, como em relações não validadas ou aceitas” (Parkes, *One Life Alive*, 2017). Essa perda não é, ou não pode ser reconhecida frente às normas e imposições da sociedade, não tendo espaço para ser lamentada publicamente e não tendo apoio no âmbito social (Doka, 1989). É dispor, frente ao

processo de luto, o fracasso da empatia, não sendo capaz de compreender e acolher a vivência do enlutado, tornando esse processo como um pesar não autorizado, proibido e não reconhecido, no qual, com o não reconhecimento de uma perda, o enlutado não terá aceitação e suporte adequado, vivenciará o fracasso do ambiente social, resultando em um processo de luto, no qual farão parte os sentimentos de alienação e solidão (Casellato, 2015). Ainda, para a autora, esse fenômeno psicossocial possui o desafio de reconhecer o sofrimento do indivíduo diante de uma perda. Quando a perda não é reconhecida socialmente, e espera-se, de uma forma rígida, de como o enlutado deve agir, impondo normas e regras, a elaboração dessa perda será um processo difícil, podendo impedir que o mesmo consiga se reestruturar de uma forma adequada, não conseguindo dar um novo significado ao rompimento dessa relação com o objeto perdido (Franco M. H., 2002). O luto não reconhecido tem grande chance de ter complicações, devido ao fato de não ter oportunidades e tampouco um espaço social, podendo ocorrer adoecimento físico e psicológico (Prade, 2015).

Cabe salientar que esse processo não ocorre apenas com a perda do animal de estimação, mas, para muitos tutores, ao depararem-se com a possibilidade da finitude de seu animal, poderá haver um processo de luto antes mesmo da perda, o que se denomina luto antecipatório. Compreende-se por luto antecipatório o luto que começa antes da perda (Worden, 2013). Diante de um diagnóstico em que não há uma possibilidade de vida para o animal, o tutor irá vivenciar perdas referentes a como era o animal antes disso, como está sendo durante esse diagnóstico até a sua morte, surgindo um sentimento de impotência (Franco & Oliveira, 2015).

Legitimar o sofrimento de perder um animal de estimação, permitindo ter um reconhecimento pleno da dor e sofrimento do enlutado, no âmbito social, é permitir que haja uma postura de empatia e acolhimento. Portanto, o objetivo dessa pesquisa foi investigar a existência de impactos psicológicos resultantes do não reconhecimento do luto pela perda de um animal de estimação.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caso com uma abordagem qualitativa. A pesquisa em pauta foi desenvolvida na cidade de Canguçu, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Fizeram parte do estudo 5 pessoas do sexo feminino, com idades entre 30 e 60 anos, que tiveram a perda de um animal de estimação nos últimos 12 meses. Essa amostra foi escolhida de forma aleatória, oriunda dos cadastros de duas clínicas veterinárias do município. Todas as participantes foram convidadas ao estudo, autorizando através do termo de Consentimento Livre Esclarecido a sua participação. Após a autorização, foi realizada, com cada participante, uma entrevista semiestruturada, a qual foi gravada, mediante autorização da participante.

Os áudios das entrevistas foram transcritos e os dados obtidos foram analisados e divididos em categorias com base na análise de conteúdo de Bardin (2011). O processo de análise foi estruturado em 5 etapas: preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades; classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação (Moraes, 1999).

Este estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. Foram assegurados todos os aspectos éticos que norteiam pesquisas envolvendo seres humanos, conforme a resolução n° 466 (Brasil, Conselho Nacional de Saúde, 2013), garantindo a integridade de todos as participantes. A pesquisa preservou a identidade das participantes, e os conteúdos analisados e dados obtidos foram utilizados seguindo as normas éticas para a utilização dos resultados em trabalhos escritos.

RESULTADOS

Para melhor compreensão e acompanhamento dos resultados, obtidos a partir de entrevistas realizadas com as cinco tutoras de animais de estimação, estes serão apresentados em 4 categorias: relação com o animal; lidando com a perda; a vivência do luto; reconhecimento social do luto. Como forma de garantir o sigilo das participantes, elas serão apresentadas como Tutora 1, Tutora 2, Tutora 3, Tutora 4 e Tutora 5.

Relação com o animal: Por se tratar de um fator importante para a vinculação e o afeto com o animal, a relação com o mesmo foi abordada por todas as tutoras, em que todas definiram essa relação com seu animal de estimação como uma relação de mãe e filho. *“Eu não tinha ele como um animalzinho, era um bebê para a gente em casa, um filho. Não era só um bichinho, era um bebezinho, a gente chamava como um bebezinho, nosso filho. Ela representou para mim muita coisa... sabe quando tu recebes o amor de um filho? Um carinho? Ela representava tudo para mim, uma filha da gente, era como a gente”* (Tutora 1). *“Eu digo que ele era nosso filho (...) ele era um filho e vai ser eternamente o nosso filho. Ele representa tudo, essa é a palavra, representa muita mais que muitas pessoas vão representar ou representaram, é meu filho (...) eternamente meu filho, e a perda vai ser essa, uma mãe que perdeu um filho”* (Tutora 2). *“Não, eu não queria perder o meu filho de jeito nenhum. Mesmo doente, ele ficava na janela até a hora da mãe chegar (...), quer amor mais lindo do que esse? Que falta do meu filho, do meu bebê, uma falta imensa!”* (Tutora 3). *“Para mim ele era um filho, se alguém achar que eu estou louca, que é demais, para mim é indiferente (...) era meu filho. Eu sinto um luto como alguém da minha família”* (Tutora 4). *“Eu perdi um cachorro, era mais que um cachorro, era um filho, um companheiro. É como se tivesse perdendo um filho (...) é um sentimento de ter perdido um filho”* (Tutora 5).

A convivência das tutoras com seus animais de estimação ocupava uma dimensão de mãe e filho, na qual os animais tinham papéis importantes na vida dessas tutoras, como filhos, amigos e companheiros.

Lidando com a perda: no que diz respeito ao tempo em que ocorreu a perda em relação ao dia da entrevista, duas tutoras relataram que ocorrera há 3 meses, outras duas relataram que ocorrera há 4 meses e uma tutora relatou que a perda ocorrera há 10 meses. Frente a essas perdas, foi possível notar um conjunto de reações, sendo elas de ordem emocional, física ou comportamental. A tutora 1 relata ter o sentimento de medo de ficar doente, decorrente do sofrimento do luto, medo de vir a precisar de ajuda. *“Eu tenho medo de ficar doente, sabe? De precisar de ajuda (...) agora eu tenho medo, pois não tenho ela para conversar, desabafar (...)*

está faltando um pedaço, sabe? Alguma coisa está faltando em mim (...), medo de ficar doente, de precisar e ela não vai estar perto de mim (...), parece que sempre tem algo para acontecer, uma angústia. Parece que não terei mais em quem me apoiar". A tutora 2 relata que criou algumas estratégias para lidar com o sentimento da perda. *"Então, eu criei algumas coisas, algumas válvulas de escape, uma das coisas é a ida pra academia, é onde eu ponho meus fones de ouvido, esqueço tudo, é a única coisa que me conforta*". Ela relata o sofrimento intenso ao lidar com a perda e o quanto isso foi se agravando: *"Eu chorei um mês inteiro, todos os dias eu chorava sem alívio (...) eu fui fazendo as outras coisas e foi passando despercebido, e aí, quando começou a juntar, que eu fui vendo que eu não estava tão bem quanto eu imaginava né (...) foi quando procurei ajuda psiquiátrica*". A tutora 3 relata o quanto o lidar com a morte do animal de estimação tem sido um sofrimento mais difícil do que das outras perdas com as quais ela já lidou: *"então, é uma coisa assim, hó, que eu vou te dizer, sinceramente, eu sinto muito mais a morte dele do que a do meu pai e do meu irmão. É uma coisa assim que machuca, machuca, machuca (...) eu não posso sair na rua, porque se eu vejo um cachorro, eu fico assim, eu fico tremendo e me dá uma coisa assim, parece que vai me dar uma coisa, que minha cabeça vai explodir*". A tutora 4 relata que sofre intensamente seu pesar: *"Eu sofro muito, a gente lá sofre muito sabe? A gente lembra muito dele, a gente chora junto, mas assim, eu sinto aquela dor grande porque eu já associo tudo junto*". A tutora 5 relata que sabe que precisa aceitar o que aconteceu, mas que, para ela, é como se o seu animal de estimação fosse voltar, e que ter essa esperança acaba causando maior sofrimento: *"Eu fico imaginando que ele vai voltar, às vezes vejo um animalzinho da mesma cor, daí eu paro, porque sabe, né, a gente tem esperança, né (...) é pior, pois acaba te magoando mais quando volta para a realidade*".

Todas as tutoras relataram estarem com seu humor deprimido, segundo suas percepções. *"Me sinto deprimida (...), espero que saia esta angústia"* (Tutora 1). *"Tô fazendo tratamento por seis meses, porque eu estava entrando numa crise de pânico, sofro de depressão (...), então isso virou uma bola de neve, tudo depois da morte dele, de lá pra cá, que eu comecei a sentir fisicamente e mentalmente"* (Tutora 2). *"E agora eu tô*

assim bem pra baixo, né, realmente eu tô bem pra baixo, deprimida. Eu acho que é depressão, eu acho que tô com uma depressão. Eu superei a morte da minha mãe, do meu pai, em dois meses eu tava legal, e agora com a morte dele eu não consigo. Fiquei uma semana sem tomar banho, sabe? (...) não tenho mais vontade, não tomo, sabe? (...) era a coisa que eu mais gostava era de me pintar, tomar um banho, ficar cheirosa, agora, nada” (Tutora 3). “Eu hoje, eu me acho uma pessoa muito triste, né, o cachorro foi o estopim pra despertar angústia, tristeza, aquela coisa toda, eu tomo remédio pra depressão” (Tutora 4). “Passei uma semana que eu não queria fazer nada, não atendia o telefone, até hoje, quando lembro dele, eu imagino ele chegando. Tenho uma mágoa grande com essa perda (...), tem dias que não posso lembrar dele (...) não posso lembrar, me magoa muito, me machuca muito, eu evito lembrar. Nunca voltei 100%, ainda tem momento que recaí, ainda dói muito” (Tutora 5).

A vivência do luto: diante da perda, as tutoras realizaram alguns rituais de despedidas. “A mãe tá aqui, vai descansar pra sempre, tu tá sofrendo e a mãe não quer que tu sofra – aí eu fui me sentar e olhei ela morrendo. Aí eu só peguei ela, dei um beijo na testa dela, me virei e quando eu vi, ela tava morta (...) a gente enterrou no pátio, na caminha dela, enrolada na mantinha dela (...)até hoje eu coloco três pedacinhos de carne ali” (Tutora 1). “Eu digo que velei ele a noite inteirinha, ele foi velado. Eu passei a noite com ele na garagem, literalmente eu velei ele. Aí no outro dia a gente resolveu fazer tudo conforme faria com qualquer outra pessoa, só não enterrei no cemitério porque não tinha. Então a gente procurou no sítio do meu sogro o lugar mais bonito e fizemos o enterro dele, fizemos uma plaquinha (...) tudo o que ele brincava a gente colocou junto dele, assim ele se sente acolhido” (Tutora 2). “Ele veio com nós de táxi, foi até os taxistas amigos nossos que fizeram a covinha para enterrar ele (...), fizeram a covinha dele assim, tudo direitinho (...) fizeram a covinha e a gente enterrou ele, com um ursinho. Disse: agora para a gente se sentir, só espiritualmente. Se eu fiz algo errado me perdoa tá. Me perdoa” (Tutora 3). “Ele estava no fundo da piscina (...), subi, peguei uma toalha, peguei o secador, sequei ele bem sequinho, né. Meu marido pegou umas tábuas, fez

um caixãozinho. E eu sofro muito, enterrei o cachorro nos fundos da minha casa. Ele não era só um animal. Nós colocamos ele, não foi bem um caixão, mas para não deixar ele direto na terra, aí eu peguei as coisinhas dele e coloquei junto, isto aí foi muito forte” (Tutora 4). *“Aí a gente enterrou ele lá pertinho de casa, num mato, que eu não posso nem passar lá perto. Eu enrolei ele num pano, num pano que ele tinha, que era a caminha dele (...) pra mim ele tava dormindo, mas não tava. Meu marido e meu sobrinho abriram, cavaram sabe, pra deixar ele lá, daí começou a chover muito no outro dia e me doía muito ver que tava chovendo e eu tinha deixado ele lá, que tinha abandonado ele”* (Tutora 5).

Após a morte do animal de estimação, duas tutoras suspenderam as atividades, duas não as suspenderam e uma não teve a possibilidade de escolha. *“Sim, abandonei todas minhas atividades”* (Tutora 3). *“Eu fiquei três dias fora do ar, só queria ficar deitada (...) eu fiquei sem atender telefone, não respondia WhatsApp (...) quinze dias fiquei assim, não tendo graça pra nada”* (Tutora 5). *“Não, é porque eu acho que a vida segue, sabe? A vida segue e a gente tem que ir, seguir, porque não adianta parar, porque não vai resolver nada, né.”* (Tutora 1). *“Não, eu segui normal. Eu tinha um aniversário, eu fui (...) no outro dia trabalhei normal, né? (...) aquela coisa apertada, aquela angústia, aquela coisa que eu até nem sei explicar”* (Tutora 4). *“Foi horrível, desde o momento que eu enterrei ele lá, virei as costas e disse – preciso trabalhar- aquele dia para mim eu tava com o corpo presente fazendo uma obrigação minha, mas minha mente estava em qualquer outro lugar que não fosse ali”* (Tutora 2).

Reconhecimento social do luto: em relação aos espaços de fala e quais foram as pessoas que acolheram as enlutadas, nesse período, notamos as seguintes questões na fala das tutoras: *“Eu tive um espaço porque tenho bastantes vizinhos ali, a gente conversa entre vizinhos”* (Tutora 1). *“Eu me lembro que muitas amigas minhas que também têm os pets eram as únicas que me escutavam (...) meu marido, né, que é meu alicerce (...) meus pais porque ele era neto, né, os meus sogros também”* (Tutora 2). *“Agora eu tô falando contigo, foi com alguns amigos, mas vizinho meu nenhum ali, nenhum, nenhum”* (Tutora 3). *“Nós tivemos um apoio, assim,*

familiar, da família. Eu ajudava meu marido e meu marido me ajudava, nós ajudávamos o meu filho, né, para os outros, tu chegava, tu falava e, ah, era só um cachorro, mas era só um cachorro para os outros, para mim não era” (Tutora 4). “Na minha casa, na minha família, meus amigos, eles entenderam (...) os de fora não entendem muito” (Tutora 5).

No que diz respeito ao reconhecimento do luto pela sociedade, além das pessoas que fazem parte da família e amigos íntimos, as tutoras relatam que a sociedade, de forma geral, não demonstra empatia para o luto pela morte do animal de estimação, não legitimando esse pesar. “Eles não aceitam, eles acham que animal é animal. É muita pouca gente que aceita, é a minoria, porque a maioria, não, não vê isso como um luto, não aceita, sabe?” (Tutora 1). “40% da sociedade aceita, entende, 60 % da população, não, não aceita, não entende (...) me falaram - não pode ser, não existe isso, se fosse um pai, mas é um cachorro – não gente, é meu filho, me deixa eu com meu sofrimento” (Tutora 2). “E às vezes, quando falo, as pessoas chegam e me dizem – ah, mas era só um cachorro – e tu sabe que não é só um cachorro. É como eu te disse, né, tem uns que aceitam, outros não aceitam, a maioria não aceita” (Tutora 3). “Tu chegava para os outros e falava e daí diziam - era só um cachorro – para mim ele era muito especial. Eu acho que a sociedade impede, eu acho que impede, acho que tinha que debater mais isso, tinha que ter grupos de pessoas, né, faz falta um grupo para poder falar tuas angústias, para tentar ajudar, sobre luto de animal acho que não tem, né?” (Tutora 4). “Os de fora não entendem muito. As pessoas levam no ar de deboche, de coisa assim, que é frescura, que é coisa assim” (Tutora 5).

As tutoras relataram que a sociedade não se mostra empática frente ao luto pela morte do animal de estimação, pelo menos não o suficiente para legitimar o sofrimento como real, intenso e desafiador. Frente a isso, o apoio veio de pessoas íntimas, do cotidiano. O fato de vivenciarem o luto pela morte do animal de estimação, de uma maneira não legitimada socialmente, acabou potencializando alguns sentimentos. “Um pouco sim, mas tive a sorte da maioria das pessoas do meu convívio compartilharem do mesmo carinho pelos animais, o que acho que foi agravando um pouco o luto, foi o receio de falar abertamente, com as pessoas que não têm

esse mesmo sentimento, com medo que alguma não entendesse a perda” (Tutora 1). “Gerou tristeza e isolamento, meses depois foi que descobri a depressão, ansiedade, foi como uma bola de neve (...) eu me isolei muito, como as pessoas não entendem, né, esse sofrimento, também não entendem por que você está assim. Tu começa a te culpar por sofrer por uma coisa que a sociedade não deixa tu sofrer” (Tutora 2). “Aí eu comecei a falar, os meus olhos se encheram de lágrimas, aí uma vizinha minha disse: pelo amor de Deus, né, tu não vai inventar de chorar por causa que o cachorro morreu, né?” Têm pessoas que tu não pode nem abrir a boca, porque eu acho que se eles pudessem te dar um tiro na cabeça, porque tu chora por um cachorro (...). Aí simplesmente me isolei né, nem vontade de sair na rua (...) o que dói é tu procurar ajuda psicológica e alguns profissionais acharem que é frescura tua” (Tutora 3). “Eu acho que intensifica sabe, porque eu vivi aquilo ali, eu me fechei naquilo, naquela dor. As pessoas não se sensibilizam, agem como se não tivesse acontecido nada, a gente então se isola né” (Tutora 4). “A sociedade não aceita, sabe, acha que é bobagem, e as pessoas não entendem. Isso aumenta porque tu tem a dor de perder, sabe, e também a dor de ter que esconder o teu sentimento” (Tutora 5).

DISCUSSÃO

O presente estudo analisou o processo de luto pela morte do animal de estimação, bem como os agravantes pelo não reconhecimento do mesmo. Os resultados obtidos evidenciaram a existência de intenso sofrimento diante da perda do animal de estimação, assim como a falta de empatia no âmbito social, resultando no não reconhecimento do luto.

No que diz respeito à relação com o animal, as cinco tutoras tinham uma relação de estimação, como uma relação mãe e filho. Na sociedade atual, houve o aumento nessa interação, as mudanças, geradas através da cultura e por questões referentes às novas estruturas familiares, resultaram em um fortalecimento do vínculo entre as pessoas e animais, permitindo que os animais de estimação ocupassem um novo papel, como membros da família (Franco & Oliveira, 2015).

Frente à perda do animal de estimação, as tutoras demonstraram reações comuns entre si e, também, reações distintas. Todas demonstraram sofrimento intenso e reações chorosas. Reações distintas como medo de ficar doente, vazio, angústia tremor, dificuldade, esperança da volta do animal; e estratégias de enfrentamento compreendem a maneira pela qual as tutoras lidam com a perda. Uma gama de comportamentos envolve o processo de luto e a maneira de lidar com a perda, sentimentos, sensações físicas, questões cognitivas e comportamentais, dentre elas, tristeza, raiva, culpa, ansiedade, solidão, desamparo, saudade, confusão, preocupação, sensação de presença, alucinações e choro (Worden, 2013). Entorpecimento, ansiedade de separação, culpa, raiva e depressão foram reações apresentadas diante da perda da morte do animal de estimação, conforme um estudo sobre o luto por animal e o reconhecimento da perda (Oliveira, 2013). Compreende-se que essas reações são normais e esperadas, que estejam presentes no lidar com a perda.

Ao falarem sobre humor, todas relataram estarem, de alguma forma, com seu humor deprimido, o qual, no caso do estudo, não foi analisado se esse se trata de uma depressão, visto que, reações de tristeza, choro e humor deprimido são parte desse processo. Entre os comportamentos que compreendem o processo do luto, vários deles são semelhantes ao da depressão (Worden, 2013).

Em relação à vivência do luto, esse foi vivenciado, em primeiro momento, por rituais de despedidas. Todas as tutoras enterraram seus animais de estimação juntamente com alguns itens desse animal, brinquedo, coberta, cama. “Os rituais são fundamentais para dar sentido e significado a situações de crise, e a morte se enquadra aí” (Kovács, Vaiciunas, & Alves, 2014, p. 943). Os rituais podem ter uma função de ajuda frente à perda, proporcionando que os sentimentos sejam expressados (Alves, 2012).

A respeito da suspensão de atividades, foi possível notar que essa decisão estava atravessada por diversos fatores determinantes. Uma das tutoras afirmou que essa possibilidade não foi permitida. Outras duas tutoras suspenderam suas atividades, embora reconheçam que suas atividades profissionais facilitaram essa decisão. Outras duas decidiram não suspender suas atividades, entendendo que manter a rotina seria

uma maneira mais fácil de vivenciar esse momento. As reações frente ao luto são multideterminadas, compostas por questões de ordem fisiológica, emocional, cultural e espiritual (Franco M. H., 2010). É importante salientar que, além da subjetividade do indivíduo frente ao luto, bem como suas distintas reações como forma de enfrentamento desse processo, o não reconhecimento do luto, por parte da sociedade, pode implicar, de forma direta, a vivência do mesmo. Entre esses fatores, questões trabalhistas, culturais e religiosas podem, de certa forma, determinar a tomada de decisão em manter, ou suspender, as atividades como trabalho, estudos e afazeres diários.

Ao abordar sobre o reconhecimento social do luto pela morte do animal de estimação, ficou evidente a falta de empatia por parte da sociedade, não legitimando esse pesar. O espaço desse reconhecimento ficou limitado ao núcleo de pessoas mais próximas, pessoas íntimas, sendo elas familiares e amigos. Como o luto é um acontecimento social, pode desencadear-se uma grande vontade de compartilhá-lo com outras pessoas, porém, a percepção do enlutado sobre o apoio social disponível e a satisfação com o mesmo é o fator mais significativo (Worden, 2013).

Quando abordado com as tutoras como elas achavam que a sociedade vê o luto pela morte do animal de estimação, todas afirmaram que não tiveram esse reconhecimento por parte da sociedade, pelo contrário, sentiram-se reprimidas em seu sofrimento. No luto não reconhecido, “observamos que, numa primeira instância, o que fracassa é a empatia, ou seja, a capacidade de compreender o significado e validar a experiência de outra pessoa” (Casellato, 2015, p. 19). Um dos fatores sociais “que complica uma reação ao luto dá-se quando a perda é socialmente negada; em outras palavras, quando a pessoa e os que estão ao seu redor agem como se a perda não tivesse acontecido” (Worden, 2013, p. 93).

Quando há a não legitimação do luto, o enlutado se vê frente a essas barreiras sociais, dificultando seu processo e tornando esse sofrimento impedido de ser expressado. As tutoras apresentaram alguns impactos significativos pelo não reconhecimento do luto. Entre eles, o isolamento foi o mais notável em suas falas. Outros impactos foram o receio de falar, tristeza, sentir dor por ter que esconder o seu sentimento, sentirem-se

incompreendidas, frustração na tentativa de ajuda psicológica, culpa por sofrer o que a sociedade não reconhece, bem como afirmarem que esses sentimentos acabam sendo vividos de formas mais reprimidas e escondidas. Uma das tutoras relata que, após seis meses, desenvolveu depressão, síndrome do pânico. “O enlutado, não encontrando acolhimento para sua dor, pode reprimi-la, desenvolver doenças psicossomáticas que expressam o não dito e, até mesmo, vivenciar um processo de luto complicado” (Franco & Oliveira, 2015, p. 91).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo principal investigar a existência de impactos psicológicos resultantes do não reconhecimento do luto pela perda de um animal de estimação. Embora, na atualidade, as relações das pessoas com os animais tenham ganhado um novo significado e os animais passado a ocupar um papel como integrantes da família, diante da morte do mesmo, o processo de luto é vivenciado de forma diferente, ainda não sendo legitimado pela sociedade como um luto potencial em sofrimento.

Constatou-se, nessa pesquisa, que, diante da perda do animal de estimação, as tutoras não tiveram seu luto reconhecido pela sociedade, ficando limitado apenas aos seus amigos próximos e familiares. A vivência desse luto foi marcada por isolamento social, receio e, até mesmo, culpa por sentirem esse pesar. Além de lidar com a dor da perda, foi preciso lidar com a dor de não poder expressar esse sofrimento abertamente. Com o não reconhecimento do luto, elas se sentiram incompreendidas e tristes.

Diante dos resultados analisados e apresentados, evidencia-se a existência de impactos psicológicos na vivência do luto dessas tutoras.

REFERÊNCIAS

- Ades, C., & Savalli, C. (2016). *Benefícios que o convívio com um animal de estimação pode promover para saúde e bem-estar do ser humano*. Barueri, SP: Manoli.
- Alves, E. G. (2012). Educação Para o Luto. Carta Fundaental. *Laurence. Análise de Conteúdo*, 56-57.
- Bowlly, J. (2006). *Formação e rompimento de vínculo afetivo* (4a. ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Brasil, M. D. (12 de dezembro de 2012). Conselho Nacional da Saúde. Resolução n. 466. *Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466>.
- Bromberg, M. H. (1996). Luto: a morte do outro em si. In M. H. Bromberg, *Vida e morte: laços da existência* (pp. 99-122). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Caetano, E. C. (2010). As contribuições da TAA - Terapia Assistiva por Animais à Psicologia. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- Casellato, G. (2015). Luto não reconhecido: o fracasso da empatia nos tempos modernos. In G. Casellato. *O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido* (pp. 15-27). São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Casellato, G. (2015). O resgate da empatia. Suporte psicológico ao luto não reconhecido. In C. F. Prade, *A Arte como forma de expressão de luto não sancionados* (pp. 203-214). São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Casellato, G. (2015). O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido. In D. Oliveira, & M. H. Franco, *Luto por perda Animal* (p. 91). São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Casellato, G. (2015). O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido. In G. Casellato, & S. B. Cury (Ed.). *Luto não reconhecido: o fracasso da empatia nos tempos modernos* (p. 19). São Paulo, SP: Summus Editorial.

- Casellato, G., & Prade, C. F. (2015). O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido. In C. F. Prade. *A arte como forma de expressão de luto não sancionados* (pp. 203-214). São Paulo, SP, Brasil: Summus Editorial.
- Chelini, M. O., & Otta, E. (2016). Terapia assistida por animais. In C. Ades, & C. Savalli, *Benefícios que o convívio com um animal de estimação pode promover para a saúde e bem-estar dos humanos* (pp. 23-40). Barueri, SP, Brasil: Manole.
- Corrêa, D. A. (dezembro de 2012). Psicologia: teoria e prática. *Do luto ao sentido: aportes da logoterapia no espaço psicoterapêutico*, 14, (pp. 180-188). Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v14n3/v14n3a15.pdf>
- Delarissa, F. A. (2003). Animais de estimação e objetos transicionais: uma aproximação psicanalítica sobre a interação criança-animal. (Dissertação de mestrado não publicada). Recuperado de https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97655/delarissa_fa_me_assis.pdf?seque
- Doka, K. J. (1989). *Disenfranchised grief: recognizing hidden sorrow*. Nova York: Lexington Books.
- Dotti, J. (2005). Terapias & animais. In J. Dotti, *Terapias & animais* (pp. 22-161). São Paulo, SP: PC Editorial.
- Franco, M. H. (2002). “Uma mudança no paradigma sobre o enfoque da morte e do luto na contemporaneidade”. In M. H. Franco, *Estudos avançados sobre o luto* (pp. 15-38). São Paulo, SP: Livro Pleno.
- Franco, M. H. (2010). Por que estudar o luto na atualidade? In M. H. Franco, *Formação e rompimento de vínculos* (pp. 17-42). São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Franco, M. H., & Oliveira, D. d. (2015). Luto por perda de animal. In G. Casellato, *O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido* (pp. 91-107). São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Garcia, M. P. (2009). *Classes de comportamentos constituintes de intervenções de psicólogos no subcampo de atuação profissional de psicoterapia com apoio de cães*. Florianópolis, SC.

- Grant, S., & Olsen, C. W. (1999). *Preventing Zoonotic Diseases in Immunocompromised Persons: The Role of Physicians and Veterinarians*. 5, 159-163.
- Kovács, M. J. (2003). *Educação para morte: desafio na formação de profissional da saúde e educação*. São Paulo, SP: casa do Psicólogo.
- Kovács, M. J., Vaiciunas, N., & Alves, E. G. (2014). Profissionais do Serviço Funerário e a Questão da Morte. *Psicologia. Ciências. Professor*, 34(4), 943.
- Moraes, R. (1999). Análise de Conteúdo. *Revista Educação* (37), 7-32.
- Oliveira, D. d. (2013). *O luto pela morte do animal de estimação e o reconhecimento da perda*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- Parkes, C. M. (1998). *Luto: Estudos sobre a Perda na Vida Adulta*. São Paulo, SP: Summus Editorial.
- Parkes, C. M. (2017). *One Life Alive*. Recuperado de <https://www.onelifealive.org/sobre-luto-nao-reconhecido-e-o-papel-de-quem-cuida-do-enlutado/>
- Parkes, C. M., Laungani, P., & Young, W. (1997). Death and Bereavement Across Cultures. In W. Young, *Grief in small-scale societies* (pp. 27-51). London: Routledge.
- Strauch, V. R. (2017). Ressignificação da morte na abordagem psicodramática: perdas e ganhos no luto. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 25, 59-67. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932017000100006&lng=pt&nrm=iso
- Wordem, J. W. (2013). Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais de saúde mental. In J. W. Wordem. *Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais de saúde mental* (4a. ed.). São Paulo, SP: Roca.

Recebido em 16/01/2021

Aceito em 02/09/2022

Como o inconsciente 'trata' o traumático do real?*

How the unconscious 'treats' the traumatic of the real

Cómo el inconsciente 'trata' lo traumático de lo real

*Raul Albino Pacheco Filho***

Falar do real, tal como o concebe Lacan, é falar sobre “aquilo que subsiste fora da simbolização, mas que, de alguma forma, a solicita.” (SOLER, 2021, p. 164) Ou seja, é falar do que escapa à linguagem e não se comanda; e que por isso mesmo é traumático, no sentido em que Freud empregava o termo. Estamos aqui no âmbito do que pode ser chamado “acontecimento” [événement], como propõe Soler: um choque do real, enquanto uma situação diante da qual o sujeito se encontra sem recursos contra o poder de um real que se impõe. Situação distinta de um “advento” [avènement] de real, na medida em que “o acontecimento [événement] de um real somente é advento se o aporte significante a ele se acrescentar” (SOLER., p. 176): ou seja, transformar um acontecimento em um advento requer a invenção de um significante que se articule ao primeiro. Colette Soler aborda esse assunto em seu seminário de 2015-2016 nas Formações Clínicas do Campo Lacaniano de Paris, publicados no livro “Adventos do real: da angústia ao sintoma” (2021), cujo subtítulo já nos antecipa a função do sintoma na transformação de acontecimento em advento, pela operação do significante.

* Resenha do livro SOLER, Colette (2021) *Adventos do real: da angústia ao sintoma*. 2ª ed. São Paulo, Aller. Edição Kindle.

** Coordenador do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade da PUC-SP, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7977-7952>. E-mail: raulpach@pucsp.br

Em “A Terceira” (1975), conferência pronunciada em 1974, encontramos a menção de Lacan ao fato da angústia encontrar-se presente em “todo advento do real”¹ (LACAN, *apud* SOLER, 2021, p. 180). E, se real é o que escapa à simbolização (linguagem), então o acontecimento de um real consiste na emergência da ameaça de um real sem o Outro: ou seja, uma situação em que surge a ameaça de não se ter a quem recorrer; a do esgotamento dos recursos subjetivos; da criatura abandonada; do desamparo [Hilflosigkeit]. “— Pai, não vês que estou queimando?” como no sonho interpretado por Freud e mencionado por Lacan no Seminário 11 (LACAN, 1988), em que a própria frase é uma tocha, pois “a chama nos cega sobre o fato de que o fogo pega no *Unterlegt*, no *Untertragen*, no real.” (p. 61). Porém, não se trata de uma eventualidade, pois o Outro “falta eternamente no que tange a responder ao sujeito, mas essa falta é estrutural: ela decorre da linguagem”. (SOLER, 2021, p. 19).

É aí que surge o sintoma como resposta, entre os quais a fobia é o sintoma maior, quase inevitável da primeira infância. Um sintoma que tem como função organizar o próprio campo libidinal do sujeito, diferentemente do pânico, que desorganiza e desfaz as regulações de um funcionamento prévio ordenado pelas referências do sujeito ao suspender e pulverizar o saber sobre a realidade (que não se confunde com o real). (SOLER, 2021, p. 14-15).

A autora desdobra os avanços na teorização de Lacan sobre a fobia que ocorrem em um movimento paralelo à redefinição lacaniana das concepções de inconsciente e de simbólico. Ela vinha abordando essas redefinições desde seu seminário de 2007-2008 nas Formações Clínicas do Campo Lacaniano de Paris: “No ‘Resumo do seminário O Ato Psicanalítico’, vocês podem verificar que Lacan introduz o saber sem sujeito (...). ‘Eu digo, o inconsciente, seja, o real — caso se acredite em mim’” (SOLER, 2012, p. 119). Sabemos que essa progressão decorreu do esforço de Lacan para formalizar cada vez mais rigorosamente o registro do real e o gozo, de modo a dar conta do aspecto econômico da metapsicologia freudiana. Movimento que

1 Soler diz que embora haja diferentes versões da transcrição dessa conferência, “o áudio é confiável, e lá está justamente “advento” de real, que Lacan pronunciou claramente.” (2021, p. 180)

muitos autores denominam passagem do campo da linguagem ao campo do gozo, o que não implica, de modo algum, o abandono da referência aos registros do imaginário e do simbólico. Neste sentido, conhecemos a posição de Colette Soler, cuja trajetória sempre se mostrou contrária a uma ruptura que cindisse a clínica lacaniana em duas entidades divergentes: uma clínica do simbólico e uma clínica do real.

Na altura do Seminário 4 (1995), em 1956 e 1957, a fobia era entendida como apenas um deslocamento do 'problema' do sujeito: um significante substituía o objeto de angústia (o Outro traumático) e se tornava agente de medo. Contudo na altura do Seminário 8 (1992), em 1960 e 1961, a fobia já era concebida como a elaboração de um esboço de 'solução'. Encontrando-se o sujeito sem defesa frente ao desejo do Outro, a fobia surgiria para evitar que ele se reduzisse à condição de objeto do Outro, ao desempenhar sua dupla função: sustentar a relação do sujeito ao desejo, sob a forma de angústia; e evitar sua aniquilação narcísica. Produzindo um significante onde ele estava faltando e preenchendo o furo do sistema significante ameaçado por um real, a fobia seria inauguradora do mecanismo neurótico.

Na altura do Seminário 15 (s./d.) e do Seminário 16 (2008), pronunciados em 1967-1968 e em 1968-1969, respectivamente, Lacan já dispõe da formalização do "*objeto a*" e busca homologias na lógica e da matemática, explorando-as como ferramentas teórico-epistêmicas para redefinir a noção de inconsciente como "saber sem sujeito" e do simbólico como mais do que uma lei: agora o simbólico é também uma "ordenação numérica". (SOLER, 2021, p. 120-121).

Na nova formulação a fobia perde o estatuto de modalidade de neurose e passa a ser concebida como "placa giratória", que tanto pode se voltar para as modalidades de neurose (histeria e neurose obsessiva), quanto "até mesmo fazer a junção com a perversão" (SOLER, 2021, p. 109): ou seja, agora a fobia é entendida como uma "figura clínica", que é porta de entrada do inconsciente e, ao mesmo tempo, está no princípio de seu desconhecimento. A fobia é o primeiro significante constituinte do lugar dos traços unários do saber inconsciente: o "Um primeiro" do saber no

Outro, que é inconsciente saber sem sujeito. “Há um nascimento do Outro, como disse, a fobia responde a isso, e há uma gênese do *objeto a* no Outro, correlativa.” (SOLER, 2021, p. 127-128).

Observem-se as modificações com relação às formulações anteriores: do sujeito do inconsciente (antes) ao inconsciente como um saber sem sujeito (depois); da fobia como metáfora do Outro, homóloga à metáfora paterna (antes), à fobia como primeiro significante legível que é constituinte do Outro (depois); do Outro como resultado da metaforização do Nome-do-Pai (antes), à nova formulação em que o Pai deixa de ser o fundamento constituinte do Outro e segundo a qual não há Outro do Outro que constitua uma garantia para o sujeito (depois).

Essas mudanças terão implicações para as formulações sobre as psicoses e sobre a forclusão do Nome-do-Pai. Considere-se também que, a respeito da relação do significante com o “*objeto a*”, ainda que os significantes da fobia convoquem o objeto sob todas as formas imaginárias, o estatuto do objeto é real.

Soler retoma os exemplos clínicos explorados por Lacan no Seminário 16 (2008) — entre eles: o pequeno Hans; o menino com fobia de galinhas citado no livro de Helene Deutsch; e Anna O. — para aprofundar as mudanças teóricas trazidas.

O Outro dos significantes do saber sem sujeito aí está irremediavelmente furado, a enforma [*enforme*] do Outro, com maiúscula, é também, então, a ‘em-fôrma’ [*em-forme*] de *a*, sem maiúscula. Forma deve ser tomada aqui no sentido de formal, não de forma imaginária. (SOLER, 2021, p. 137)

Como diz Lacan no Seminário 16: “Esse *em-fôrma* inscreve-se numa topologia na qual se apresenta no nível desse campo como o que nele produz um furo.” (2008, p. 292). No livro, as (os) leitoras (es) poderão acompanhar detalhadamente e em profundidade os avanços que ele foi introduzindo, em articulação com a lógica, a matemática e a teoria dos conjuntos, até chegar à “Conferência de Genebra” (LACAN, 1985), proferida em 1975, em que se encontram os últimos desenvolvimentos a respeito da fobia.

Nessa última etapa, o inconsciente é reconceptualizado como uma invenção sustentada por uma descoberta ligada ao encontro do “*falasser*”

com sua própria ereção. Descoberta que se manifesta sem a participação do sujeito: a ereção do órgão, “um acontecimento de corpo, portanto, um primeiro gozar que se impõe.” (SOLER, 2021, p. 151). Trata-se do primeiro gozo que se refere à diferença entre os sexos, que surge no período do complexo de castração. O sujeito passou quatro ou cinco anos de sua vida adquirindo o domínio de suas funções corporais e “eis que subitamente aparece um gozo que não obedece à demanda (...) o que fazer com isso?” (SOLER, 2021, p. 152). Esse gozar primeiro faz efracção e é deslocado sobre o objeto significante da fobia. É aí que surge um “primeiro significante da ‘outra cena’ na qual existem significantes que não representam o sujeito. (...) esse é o primeiro significante do gozo do corpo correlato ao sexo” (*Id.*).

Em 1975, a proposta de Lacan é que a fobia não produz uma simbolização, mas sim a coalescência entre a realidade sexual e a linguagem. Coalescência como processo que, de dois elementos, faz apenas um (como a cicatrização das bordas de uma ferida). Não se trata de divisão entre psique e corpo: “trata-se do real e do Um. O real em virtude de que esse dito ser ‘se jouis’ [se goza]”. (SOLER, 2021, p. 154).

O sujeito diz ‘não’ a um gozo e a fobia inventa um significante e desloca o gozo para ele. Se nas formulações lacanianas do campo da linguagem o gozo era vedado ao ser falante, que só tinha as pulsões parciais para compensar o efeito castração pela linguagem, agora o significante se goza: “a própria cifra se transforma em objeto gozado, independentemente do sentido.” (p. 198). A fobia, portanto, a partir do encontro traumático com o real sexual, inaugura uma via de acesso pela linguagem: uma passagem do acontecimento [événement] real para um advento [avènement] do real. “No advento do real, seja ele qual for, o que advém é a conjunção, a coalescência, de um real fora do simbólico com a linguagem e seus Uns.” (p. 183).

No percurso da Psicanálise, que vai da invenção de um inconsciente com um sentido decifrável (por Freud) até as últimas formulações da tese de que “o inconsciente é que o ser, ao falar, goza” (por Lacan), verifica-se que o analisante consome o gozo do sentido, mas, ao desdobrar o sentido, “consome também o gozo cifrado, fálico” (SOLER, 2021, p. 184). Daí o término de uma análise implicar um ato.

Psicanalistas e interessados que já possuam alguma iniciação em Psicanálise poderão acompanhar, por meio do livro de Soler, como a fobia está na origem de um ‘tratamento’ do traumático do real por meio do inconsciente, sendo, portanto, pré-condição ao próprio processo de uma análise. Refletindo sobre o porquê de Lacan ter precisado de três tempos para repensar o fenômeno clínico da fobia (1956, 1969 e 1975), Soler oferece sua conclusão convincente: porque “a clínica não é a descrição dos fenômenos; a clínica consiste em, a partir deles, construir ou, ao menos, perceber, a [sua] estrutura.” (2021, p. 157).

BIBLIOGRAFIA

- LACAN, Jacques (1995) *O seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LACAN, Jacques (1992) *O seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LACAN, Jacques (1988) *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LACAN, Jacques (s.d.) *O seminário, livro 15: O ato psicanalítico*. Inédito.
- LACAN, Jacques (2008) *O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LACAN, Jacques (1975) La Troisième. Conférence prononcée a Rome, le 1 Novembre 74, dans le 7ème Congrès de l’École Freudienne de Paris. *Lettres de l’École freudienne*, 1975, n° 16, pp. 177-203.
- LACAN, Jacques (1985) Conférence a Genève sur Le symptom. Conférence prononcée au Centre R. de Saussure à Genève, le 4 Octobre 75. *Le Bloc-notes de la psychanalyse*, 1985, n° 5, pp. 5-23.
- SOLER, Colette (2012) *O inconsciente: que é isso?* São Paulo, Annablume.
- SOLER, Colette (2021) *Adventos do real: da angústia ao sintoma*. 2ª ed. São Paulo, Aller. Edição Kindle.

Recebido em 12/04/2022

Aceito em 02/08/2022